

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA**

**Sociedade, Natureza e Energia -
Condições Estruturais e Superestruturais de
Produção no Capitalismo Tardio**

Autor: **Marcelo Micke Doti**

Orientador: **Prof. Dr. Sinclair Mallet-Guy Guerra**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS**

**Sociedade, Natureza e Energia -
Condições Estruturais e Superestruturais de
Produção no Capitalismo Tardio**

Autor: **Marcelo Micke Doti**

Orientador: **Prof. Dr. Sinclair Mallet-Guy Guerra**

Curso: Planejamento de Sistemas Energéticos.

Tese de doutorado apresentada à comissão de Pós Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Campinas, 2006
S.P. – Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - BAE - UNICAMP

D742s Doti, Marcelo Micke
Sociedade, natureza e energia - condições estruturais e superestruturais de produção no capitalismo tardio / Marcelo Micke Doti.--Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador: Sinclair Mallet-Guy Guerra
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica.

1. Natureza. 2. Energia. 3. Geopolítica. 4. Capitalismo. 5. Planejamento. I. Guerra, Sinclair Mallet-Guy. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. III. Título.

Título em Inglês: Society, nature and energy – structural and superstructural conditions of production in the late capitalism

Palavras-chave em Inglês: Society, nature, totality, energy, energetic planner, geopolitical, theory, Capitalism, Projection

Área de concentração: Planejamento de Sistemas Energéticos

Titulação: Doutor em Engenharia Mecânica

Banca examinadora: José Paulo Netto, Arsênio Osvaldo Seva Filho, Jorge Isaias Llagostera Beltrán e Sérgio Valdir Bajay

Data da defesa: 11/07/2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA MECÂNICA
PLANEJAMENTO DE SISTEMAS ENERGÉTICOS

TESE DE DOUTORADO

**Sociedade, Natureza e Energia – Condições
Estruturais e Superestruturais de Produção no
Capitalismo Tardio**

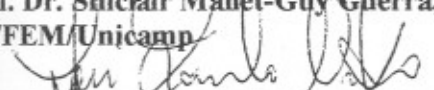
Autor: **Marcelo Micke Doti**

Orientador: **Sinclair Mallet-Guy Guerra**


A Banca Examinadora composta pelos membros abaixo aprovou esta Tese:



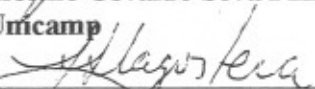
Prof. Dr. Sinclair Mallet-Guy Guerra, Presidente
DE/FEM/Unicamp



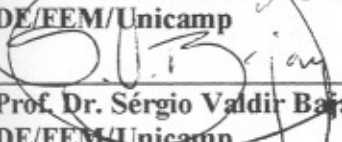
Prof. Dr. José Paulo Netto
ESS/UFRJ



Prof. Dr. Arsênio Osvaldo Sevá Filho
DE/FEM/Unicamp



Prof. Dr. José Isaias Diagostera Beltrán
DE/FEM/Unicamp



Prof. Dr. Sérgio Valdir Bajay
DE/FEM/Unicamp

Campinas, 11 de julho de 2006

Dedicatória:

A amizade sincera e o companheirismo nunca se separam dos valores e estes da ideologia para toda uma vida...

Aos companheiros Paulo Lima e Edilena

Agradecimentos

Compor e chegar à etapa final de um trabalho como este nunca é tarefa fácil. Além de complexa e precisamente por o ser é que se exige muita ajuda. Assim, nunca é trabalho individual. Poder-se-ia, então, delinear nestas palavras iniciais o princípio ou o conceito do que se chama de individualidade e verificar suas errôneas concepções dentro da cultura e dos valores burgueses. No entanto, aqui isto é plenamente dispensável. Não o é saber reconhecer aqueles que contribuíram para que este tivesse termo e conclusão. Saber nomear os que deram contribuição não é apenas ato de sabedoria de vida ou agradecimento, é humildade científica no reconhecimento de que a ciência é um todo coletivo, saber acumulado e o que de mais notável a espécie humana pôde produzir. É saber se amparar em “ombros de gigantes” para enxergar mais longe e quem ajudou intimamente, durante toda a caminhada, para apenas mais uma etapa cumprida. Muito a se fazer depois ao verdadeiro pesquisador.

Assim, desta perspectiva, a lista é muito grande. Mas é mister nomear as pessoas portadoras do enorme trabalho de conduzir este pelo bom caminho da ciência. Neste sentido é inevitável que o primeiro nome a aflorar seja do mais que orientador, grande companheiro e amigo na verdade, sem nunca, entretanto, perder a objetividade de corrigir as falhas e chamar a atenção para as mesmas, o Prof. Sinclair. Durante nossa convivência semanal nos últimos três anos ao menos, afora telefonemas, mensagens eletrônicas e artigos em comum, todo este tempo esteve acompanhando os passos dados. Ao mesmo tempo incentivava e corrigia ativamente os textos e, em especial, este, resultado final de um longo trabalho preexistente de quase 600 páginas. Corrigir ativamente no sentido literal de verificar linha por linha o trabalho. Sem a participação

especial do Prof. Sinclair este trabalho não teria sido possível e nem mesmo o orgulho científico que se segue à humildade como diz Umberto Eco.¹

Também um agradecimento especial aos membros da banca tanto a final como a de qualificação. No caso desta, aqueles que tiveram que passar por um trabalho exaustivo de ler o enorme texto preexistente referido anteriormente. O Prof. Figueiredo que fez exaustivas anotações e sugestões que constam do trabalho em meu poder para correções devidas. Ao olhar este original que passou pelas suas mãos é possível verificar a leitura atenta e compromissada. Acompanhou, inclusive, apresentação nossa feita em novembro passado no evento do Cemarx. O Prof. Sevá pelas críticas feitas e muito incisivas. Para alguns poderiam parecer críticas duras: só para aqueles que não sabem das dificuldades de se fazer autêntica ciência, em especial "ciência da história", ou seja, ser marxista no Brasil. Especialmente dentro de alguns ambientes acadêmicos em qualquer ponto deste território. A coerência exige críticas duras. O mesmo vale para o professor e companheiro de muitas jornadas, Paulo Lima, que sempre foi duro em suas críticas, inclusive na qualificação deste trabalho. Graças a ele, e do companheirismo de quase vinte anos foi-me possível estar aqui.

No caso daquela, ou seja, da banca final, gostaria de agradecer muito aos professores novos que foram incorporados após decisões entre orientador e orientado. Assim a gratidão ao Prof. Llagostera e sua intervenção calma e sincera, ao Prof. Bajay por sugestões valiosas como tornar mais claro o objetivo do trabalho na introdução. Isso facilitaria muito a utilização deste trabalho pelos estudantes de Planejamento Energético no sentido de mostrar o que um texto teórico como este pode determinar e influir no estudo do planejador. Não se pode esquecer a intervenção do Prof. José Paulo Netto e suas colocações estimuladoras sobre o trabalho. Deve se dizer que não apenas com o texto apresentado, mas também sobre o trabalho acadêmico como um todo. Estimulante no sentido de que deixa aberta e vê as potencialidades e necessidades futuras de novos estudos o que é, sem dúvida, a "ciência da história".

Seria falho esquecer os agradecimentos ao Departamento de Energia da FEM da Unicamp que me propiciou o espaço acadêmico para desenvolver o trabalho e poder chegar a bom termo.

¹ Eco, Umberto. *Como se faz uma Tese*. p. 111 ss. e p. 141 ss.

Não poderiam faltar os agradecimentos pessoais e inevitáveis já que de grande ajuda e participação direta. Ao meu cunhado Ilieste que nunca deixou seu préstimo material inestimável sempre imprimindo cópias e mais cópias desta tese para correções até se chegar ao texto final e definitivo ora presente. Todas as cópias seja integral ou parcial deste texto que passou pelas mãos do orientador ou da banca teve sua participação. Além do trabalho extremamente difícil e desgastante que ora se visualiza de formatar todo o texto desta nos padrões exigidos pela FEM. Quanto a Edilena, minha companheira, nada é preciso dizer: seu amor já basta e diz tudo. Ainda aos meus pais que proporcionaram valores e souberam contar com a ausência de seu filho em troca do trabalho que esta fazia e continuará fazendo.

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. (...) Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens.

(Marx-Engels. *A Ideologia Alemã*, 1845)

Resumo

Doti, Marcelo Mücke, *Sociedade, Natureza e Energia – Condições estruturais e superestruturais de produção no capitalismo tardio*, Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2006. 211 p. Tese (Doutorado).

O objetivo deste trabalho é indicar as relações entre sociedade e natureza e como neste processo inevitável de produção da materialidade humana e da produção de um espaço antropogênico produzido pela humanidade para suprir suas necessidades instaurar-se uma totalidade de relações na sociedade, na natureza e na produção dos suprimentos de energia para manter as atividades sociais em qualquer estágio de desenvolvimento. Mais verdadeiro ainda quando se está na sociedade que mais consome as fontes de energia e de matérias-primas do planeta: o capitalismo tardio.

A partir desta articulação inicial entre sociedade e natureza e o estabelecimento de relações que só podem ser entendidas como extremamente complexas que constituem uma totalidade determinada é que se põe a questão do papel deste entendimento para o planejador energético nos níveis geopolítico e ideológico. O entendimento dentro deste patamar mais afastado da técnica direta do planejamento e mais integrado na esfera social leva à compreensão do planejador dentro dos interesses subjacentes às políticas energéticas. Eleva-se a visão da técnica para a complexidade social e o jogo de interesses que se deve enfrentar no nas políticas energéticas e, para isso, torna-se necessário uma articulação teórica.

Palavras-chave

Sociedade, Natureza, Totalidade, Energia, Planejador, Geopolítica, Teoria.

Abstract

Doti, Marcelo Mücke, *Society, Nature and Energy- Structural and Superstructural Conditions of Production in the Late Capitalism*, Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 2006. 211 p. Tese (Doutorado).

The main objective of this paper is to show the relations between society and nature. It is important to notice how the totality of relations is established in this inevitable production process of human materialism and in the production of an anthropological space – a space produced by the human activity to supply its necessities. This paper draws attention to the relations inside the society itself, the relations between society and nature as well as the relations between nature and production of energy sources to keep the productive activities of any society in any development stage. This is certainly true concerned to this society that consumes the energy sources and the raw materials a lot in the planet: the late capitalism.

After this initial discussion between society and nature and the establishment of relations that can only be understood as complex and that constitute a determined totality, there is the question of the role of this understanding for the energetic planner on the geopolitical and ideological levels. The understanding inside this further level of the planning's direct technique and more integrated in the social area leads to the comprehension of the planner inside this role and the implicit interests to the energetic policies.

Key Words

Society, nature, totality, energy, energetic planner, geopolitical, theory.

Índice

1	Introdução	1
2	A Teoria que Fundamenta a Prática.....	12
2.1	O espaço como condição natural indispensável.....	13
2.2	“Ciência da história”, forças produtivas e totalidade	22
2.3	Materialidade e civilização.....	27
3	Geopolítica e Energia.....	37
3.1	Uma tríade dialética	39
3.2	O sistema energético mundial e a geopolítica.....	46
3.3	Classes, elites e geopolítica.....	51
3.4	Conclusões	84
4	A Ideologia do Capital Global	86
4.1	Desenvolvimento histórico do irracionalismo.....	90
4.2	Expressões ideológicas atuais	106
4.2.1	Conteúdo e difusão ativa da ideologia	108
4.2.2	Teorias contra a totalidade	113
4.2.3	A ideologia como mercadoria nos mass media.....	117
4.2.4	A destruição da totalidade e seus aspectos teóricos	127
4.2.5	A destruição da totalidade e reprodução do capital.....	136
4.2.6	Da destruição da totalidade à alternativa social	144
4.3	Irracionalismo e energia	148
5	Espaço Natural e Superação.....	165
6	Considerações Teóricas Finais.....	180
	Bibliografia	200

Capítulo 1

Introdução

As forças despertadas pelo desenvolvimento econômico nunca são plenamente conhecidas. Seu alcance, menos ainda. É certo, no entanto, que o desenvolvimento econômico ganhou uma acepção mais estrita, porém é este a própria história do ser humano sobre o planeta. Em seu sentido mais estrito, desenvolvimento econômico passou a ser sinônimo de desenvolvimento capitalista. Mais estrito ainda, mas com certeza de forma um tanto gasta e vulgar na voz da grande imprensa e seus jornalistas muito mal instruídos sobre o assunto – o que revela sua própria incorporação ideológica – este passou a significar crescimento econômico dentro de um modo produtivo vigente. Dentro desta vulgaridade da grande imprensa, calcule-se o produto bruto e se tem o desenvolvimento. Tão errada concepção é oriunda de uma ideologia com base em fortes raciocínios típicos da economia burguesa. Caso não o fosse, chegar-se-ia com facilidade a compreender e entender que o desenvolvimento econômico é *totalidade de determinações*. Como tal, desenvolvimento econômico só pode ser apreendido pela "ciência da história" o que a ideologia motivada pelo raciocínio econômico vulgar não faz, pois é típico deste conceber parte da realidade e sem história. As categorias econômicas deste são a-históricas. Quando possuem aquela, não possuem concretude política e as determinações parecem autômatos: história humana sem homens. Fica-se, enfim, no reino da ideologia uma vez que esta é concepção da realidade fragmentada, recortada, sem totalidade. Mais ainda quando se está diante de um forte momento histórico marcado pelo irracionalismo como a mais evidente característica da ideologia atual.

Mas o desenvolvimento econômico capitalista é, por fim, muito mais complexo e interessante do que a vulgaridade dos incautos. Pois então os deixe de lado. Procurar compreender este e suas leis foi a grande tarefa a que se propôs Marx em O Capital. No entanto, diante de uma sociedade tão mais complexa como a atual parece ter feito a razão humana regredir. Regressão tanto mais justificada pelo que se não mais percebe: as íntimas conexões, mediações, determinações e sobre-determinações entre a natureza, sociedade e sua reprodução em todos os níveis (econômico, político, etc.) e as necessidades de suprimento energético como fato de base da produção econômica. A complexidade de tal sociedade do capitalismo avançado obscurece as mentes. Mas isso pode ser mais bem deslindado através de rápida percepção da "ciência da história" e da totalidade das determinações como método e como verdade da análise social.

O advento do capitalismo em sua fase ainda mercantil produziu enormes modificações em alguns espaços geográficos assim como em algumas camadas sociais de algumas cidades mercantis. Não foi modificação de toda a estrutura social. Apenas comerciantes, usurários e demais camadas sociais ligadas a estes núcleos iniciais do capitalismo passaram a desfrutar de seus benefícios. O acúmulo de riquezas era rápido e propiciava bem estar para as camadas envolvidas no processo. Como todo acúmulo de riquezas também propiciou as formas da riqueza artística. O Renascimento e suas conquistas culturais jamais poderiam ser entendidos senão no quadro desse capitalismo nascente. A produção e a distribuição da riqueza fornecem ao homem o que ele tem de melhor: a capacidade de transformar a realidade. A riqueza como elevação das forças produtivas e transformação dos espaços em espaços antropogênicos conduzem a tal grau de absorção da mente humana em uma realidade moldada para si que a consciência parece se elevar para longe dela mesma e esquecer os vínculos naturais. Com o advento do capitalismo comercial e a capacidade de acumular riqueza de forma fantástica foi possível ao sistema nascente levar o homem ao centro do universo e desdobrar em humanismo tal forma de conhecimento. Mesmo que o lugar na ordem natural tenha sido rompido jogando o planeta para um círculo periférico ao Sol, o homem assume o centro das atenções.

Esta maravilhosa época irá dar às ciências, à literatura, à arte, à filosofia, às técnicas produtivas, etc. aqueles que seriam, são e serão por toda a existência humana dos melhores frutos

da história universal. Mas tudo isso como desdobramento possível de acúmulo de riqueza. Riqueza propiciada por uma etapa do capitalismo.

Esta, no entanto, estaria fadada a ser superada. Antes que acontecesse, porém, demonstrou o potencial do novo modo de acumulação. Mesmo em suas etapas iniciais o capitalismo apresentaria suas credenciais como capacitado a realizar o mundo. Em outros termos, a realidade é o conjunto, a totalidade das relações sociais. Estas, por sua vez, são relações reais em espaços reais. Desta maneira as relações sociais como totalidade só podem ser relações dentro dos espaços transformados, antropogênicos e a realidade é precisamente isso. Realizar para o capital é transformar essa realidade em realidade para si. Isso significa acumular obtendo lucro e moldando sociedade e cultura. Estava capacitado a transformar todas as relações sociais para si dentro do seu bojo de revoluções. Nada ficaria intacto, nem mesmo o sagrado. Tudo seria profanado. Isso apenas em seus incipientes momentos de aprendiz de capitalismo. Prova dessa capacidade é a própria geografia do planeta. As navegações como requisitos para acúmulo de riquezas colocariam novos espaços geográficos no caminho da realização do capital. Este não decepcionaria. Cumpriria seu papel à risca, produzindo espaços antropogênicos sob domínio capitalista, escravizando, mutilando e empobrecendo milhões de seres humanos nas máquinas de moer gente das poderosas engrenagens do capital nascente. Seriam os nativos retirando ouro e prata das profundezas da terra e ganhando sua alma enquanto seu corpo era totalmente perdido. No caso de nosso país como em toda a América, índios e brasileiros² aprisionados em uma cadeia de produzir riqueza que resultaria na idolatria bandeirante paulista. Pretos fadados a perecer em sua maioria em alto mar e, desterrados, produzirem novas culturas. A lista dos desgraçados da ordem do capital é grande. Mas a ordem é perfeita. Engrenagem bem azeitada para fazer tudo funcionar nessa nova geografia que só vem a existir por essa maravilhosa manifestação de acúmulo de riqueza. Sem falar na revolução cartográfica que a acompanhou.

² Segue-se aqui Darcy Ribeiro ao falar do início do *povo brasileiro*, nem índio e nem europeu. Um nada. Jogado a ser não-indivíduo. Um indivíduo só é dentro de uma totalidade social. Este não seria, pois fruto de uma relação não existente nos patamares das sociedades que ele conhecia. Contradição que só poderia ser deslindada por meio da teoria ao se reconhecer que o unificador de português e índio era o capital e sua capacidade de produzir contradições também no espaço. Por outro lado atente-se para o fato de que brasileiro já nasceu com a marca indelével do trabalho. O gentílico correto seria *brasiliense*. Mas quis o destino que fôssemos destinados ao trabalho uma vez que brasileiro é aquele que se dedica ao *brasil*, ao braseiro, à extração do pau vermelho que tingem as roupas.

No entanto, isso era apenas o começo. Futuro mais bem azeitado da máquina estava por vir e um novo Prometeu para ser libertado.³ O acúmulo de riquezas e os mercados produzidos contribuiriam para o nascimento da indústria. Agora os poderes seriam ainda mais fantásticos.

Com o nascimento da indústria o capitalismo assume por fim sua verdadeira e essencial forma de existir como modo de produção: o controle das forças produtivas e dos meios de produção por parte de uma classe de industriais capitalistas. O controle das forças produtivas, porém divorciadas dos trabalhadores e artesãos é a grande marca do capitalismo em sua fase industrial que avança. O potencial desperto anteriormente na fase de acumulação de capital encontrará agora sua plena realização e as forças produtivas do capital entrarão em um novo estágio. Este será marcado, entre outras coisas, por um maior controle social assim como sobre as condições naturais, o espaço e as fontes de energia. Prometeu está desperto e libertado.

Neste novo estágio a produção e os mercados consumidores se ampliarão em escala planetária, especialmente após os processos de fusão empresarial crescente que ocorrerão com as várias crises do capitalismo. Sempre uma nova crise é possibilidade de concentração e centralização. Isso ocorre em função da possibilidade liberada aos maiores capitais de absorver as empresas menos eficientes e decadentes diante das crises. Concentração e centralização por sinal são formas constantes do capitalismo se aparelhar para aumentar a sua valorização. O significado são empresas cada vez maiores e mais eficientes. Novas formas de produzir e técnicas mais sofisticadas e complexas. Também novas formas de exploração e extensão dos poderes do capital por meio de sua expansão. Esta ocorre em todos os níveis possíveis. Desde o crescimento da quantidade de objetos que constituem mais um embuste colocado aos olhos humanos na forma de mercadorias, até a expansão por espaços novos, exploração distante, mercantilização da própria vida. Mais que um Prometeu liberto tem-se o próprio tragado agora pelas engrenagens de um

³ Necessário lembrar aqui duas coisas. Primeiro, o mito de Prometeu que leva o fogo roubado dos deuses aos homens e, com isso, destina a estes a possibilidade da tecnologia e de modificar o mundo, transformar a realidade material às suas necessidades em um espaço antropogênico. Como castigo, os deuses o fadaram a viver acorrentado por toda a eternidade tendo suas vísceras devoradas por ave de rapina. Segunda é que este mito é relembrado por David Landes em seu livro que aborda a Revolução Industrial e seu enorme poder transformador da materialidade. Trata-se do já clássico *Prometeu Desacorrentado*. A referência ao mito e a libertação humana *desacorrentada* pela industrialização são claras.

modo de produção que libertou. Este mito do mundo antigo ficou fraco diante dos novos poderes do capital.

A quantidade de mercadorias postas na forma de materialidade para esta civilização do capital é objetificação do modo específico de ser do mesmo: promover sua valorização constante através da produção. As mercadorias estabelecem a relação indissociável com a produção fechando a articulação estrutural impercível desta com o consumo. As mercadorias são as formas ou o meio de realização do valor como a riqueza verdadeira da sociedade do capital. Neste processo de valorização e elevação do poder da materialidade própria desta civilização que já nasceu e, com a indústria, vai se tornar mundial, tem-se todas as determinações conectadas e mediadas formando um todo que articula outros modos de produção, logo outros espaços de existência produtiva e, por fim, interagindo com as condições naturais. O capital avançado da atualidade será a prova da vitória desta civilização verdadeiramente global e um estágio superavanzado de sua materialidade.

Todos estes poderes libertos na esfera produtiva, porém não se podem realizar sem as esferas superiores conferindo complexidade a todo o sistema. Neste momento a problemática política e ideológica aparecem em seus momentos determinantes em relação à produção. O significado é não só uma totalidade mais complexa como também as interações dialéticas que se estabelecem entre as esferas ou momentos da realidade social. A produção e reprodução do sistema não se podem realizar sem estas esferas. Por sua vez estas são fundamentais também no relacionamento entre produção, acesso e uso dos recursos energéticos. Para dar conta de tal descrição complexa de uma totalidade determinada e integrada, o método de trabalho, de exposição e mesmo de pesquisa deveria ser específico e histórico.

Assim, todas estas determinações implicam forma própria de compreensão da história. Jamais uma concepção puramente descritiva que não perceba as múltiplas articulações do processo de desenvolvimento econômico na forma de processo amplo e muito diferente daquele apresentado no começo desta introdução pelos incautos da imprensa muito mal informada e formada. Mas se deve dizer desde já que esta concepção errônea e mesmo “pequena” de desenvolvimento não ocorre dentro apenas da imprensa e sim da própria Universidade. A

compreensão da história como desenvolvimento econômico é profundamente mediada pelos significantes políticos, culturais e ideológicos assim como aqueles que articulam também e de forma inevitável a natureza e a sociedade por meio do espaço antropogênico como necessário e inevitável para a produção. Não pode existir produção econômica e seu conseqüente desenvolvimento e elevação do potencial das forças produtivas sem a interação com o espaço (como forma) e seu conteúdo, ou seja, as condições naturais.

Diante de toda essa pletera de nexos, articulações, mediações, determinações e riqueza conceitual somente uma análise é possível e tendo como foco objetivo a totalidade determinada de todos os elementos. Não se trata de saber enciclopédico, mas da totalidade como expressão ampla da "ciência da história". O saber enciclopédico é amorfo e distorcido, sem perscrutar que os elementos são diferenciados dentro da história. Caso todos os fatores circunscritos anteriormente fossem mero encadeamento histórico, ter-se-ia pura caracterização descritiva da história, arrolamento de fatos, qualquer coisa que jamais seria a totalidade determinada. Como se estabelece que os elementos sejam diferenciados, alguns têm maior poder de determinação que outros. Seu poder de influenciar outros elementos e toda a ação social é muito maior. Neste momento é que a análise se transforma em "ciência da história" na busca de uma totalidade não amorfa como é o saber enciclopédico, mas cognoscível como reflexo da totalidade real, sempre determinada ou estruturada. "Ciência da história" é isso: articular os momentos ou determinações mais importantes como aqueles de base e os outros na forma de reflexos determinados e mediados. Mais ainda: todos eles interagindo uns sobre os outros em processo dialético.

Porém, para que tal ocorra é necessária uma ampla pesquisa antes que a exposição ganhe vida como algo que parece ter sido elaborado mentalmente. Esta era precisamente a metodologia de pesquisa de Marx exposta com clareza no posfácio à segunda edição de *O Capital*:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori.

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito

autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário o ideal não é nada mais que o material, transposto e que traduzido na cabeça do homem.⁴

Deixa-se bem destacado que a pesquisa deve ser intensa e amparada em também intensa carga de conhecimentos das múltiplas determinações e mediações do real. Não se deve avançar sobre a pesquisa com uma idéia predeterminada ou concebida. Tal procedimento é partir de um abstrato. Pode-se até buscar tal abstrato como princípio do trabalho que será completado pela pesquisa exaustiva sobre o material. Nesta as determinações e articulações compondo o mecanismo do real vão se tornando mais densas e a concretude da realidade aparece. Pode-se voltar e compor um novo quadro de generalizações, porém sobre a pesquisa mais lúcida com relação ao real. A exposição, nas palavras de Marx, pode parecer a priori, pois corresponde à forma de articulação da própria realidade. Em outros termos, o método de exposição corresponde à dialética de interação dos processos reais que nada mais é do que a totalidade determinada. O método de exposição reflete a realidade em sua própria forma de ser estruturada e, por isso, o que se faz é a "ciência da história".

Em parte tal projeto foi aqui empreendido e os resultados aparecem como fragmento de um trabalho mais amplo. Procurou-se destacar apenas alguns momentos das determinações da totalidade. São os momentos superiores das esferas decisórias da política internacional e da ideologia e seus efeitos por meio da interação dialética com a reprodução do capital e do uso dos recursos energéticos. Mas para isso era necessário que se fundamentasse o processo teórico destacando alguns erros, desvios ou descuidos do marxismo. Este esqueceu momentos centrais da análise econômica de Marx: a produção é interação entre os homens na forma do *intercâmbio* assim como com as condições naturais. Daí a riqueza analítica adquirindo expressão quando se incorpora o espaço no entendimento da reprodução econômica e o uso de recursos energéticos. A análise adquire profundidade, pois se torna mais real, mais concreta, logo, mais rica em determinações e próxima da totalidade. Transforma-se em um trabalho de análise no qual o desenvolvimento econômico tem expressão em todos os seus sentidos, inclusive culturais e antropológicos. Afinal o primeiro pressuposto da história é a existência de homens reais.

⁴ Marx, Karl. *O Capital*. p. 20.

Necessário ainda antes de fechar esta parte inicial e fundamental para esclarecer o que se desdobrará depois é colocar alguma prática acadêmica. Em outros termos é importante explicitar para os possíveis leitores deste, quase todos, em princípio, dentro do campo de planejamento energético, os objetivos claros desta tese assim como sua importância para os mesmos profissionais.

É interessante, sobretudo, que em parte os objetivos ou motivação deste trabalho bem como sua utilidade se aproximem tanto. O grande objetivo é apresentar as condições de produção e uso da energia dentro da totalidade social (que é sugerida, mas não explicitada no próprio título). Assim é que o objetivo e a utilidade prática se aproximam muito: entender as condições sociais como totalidade é fundamental para perceber o uso da energia e as condições históricas, políticas e geopolíticas na qual esta pode ser produzida. Esclarecendo ainda melhor: o objetivo a que se propôs esta tese como motivação básica foi entender as condições econômicas e sociais vigentes no capitalismo tardio e o uso e produção da energia nestas mesmas condições. Isso pode parecer simples estando-se distante da metodologia que foi empregada aqui, ou seja, a totalidade dos processos históricos, ou seja, a "ciência da história". Mas se a visão e a prospecção da realidade se ampliam é possível perceber que no capitalismo tardio e suas condições estruturais a produção das necessidades energéticas são extremamente complexas e apenas tendo em vista a totalidade integrada por estas é que o planejador terá em suas mãos poderosos instrumentos analíticos para a mesma. Na ausência de tal conhecimento o planejador se transforma em mero técnico e contabilista da energia, jamais podendo pensar em política energética como empreendimento de vulto e preparado para entender os contextos nacionais. Especialmente em um país como o Brasil, altamente concentrador de renda e no qual pensar o planejamento energético é, ao mesmo tempo, pensar as condições econômicas que poderiam proporcionar maior igualdade social e de distribuição da riqueza. Tais condições que levariam a uma sociedade mais justa também significam determinado patamar e formas de produzir, consumir e distribuir a energia. E isto não pode ser feito sem prévio conhecimento das articulações entre os muitos momentos da totalidade social. Em termos mais diretos e evidentes: caso se estabelecesse maior justiça na distribuição de renda, o patamar de consumo de energia seria elevado, novos atores sociais seriam colocados a jogar o jogo da acumulação de capital e, portanto, novas formas de planejar e distribuir energia

estariam evidenciados, novas empresas estariam articuladas e até o próprio papel do planejador estaria em destaque (planejar *para quem* ou *com quem*; energia também *para quem*).

No caso desta tese, o foco e objetivo perseguidos foram as condições mundiais do capitalismo avançado ou tardio. Aqui o Brasil é apenas uma particularidade. Pensando nas condições mundiais é que se pode perceber como a compreensão da totalidade é fundamental para o planejador. Não se trata, então, de simples tarefa contábil e técnica, mas também a verificação de que a produção das necessidades energéticas articula em seu núcleo processos extremamente complexos tais como a existência de Estados Nacionais soberanos e cientes de suas riquezas. Dentro deste contexto surgem as condições geopolíticas e o militarismo que se pode vislumbrar no horizonte e sua explícita política: o imperialismo. Quais classes sociais e como suas elites se articulam para garantir a reprodução de suas necessidades econômicas tendo em vista a produção energética que lhe dá suporte estando além fronteiras nacionais no capitalismo tardio. É neste sentido que a *totalidade determinada* se torna fundamental para o planejador energético. Isto ainda envolve, acima de tudo, as questões ideológicas que obscurecem, muitas vezes, o próprio sentido deste fazer prático do planejador. Em outro sentido: devido a uma ideologia que procura mostrar que a realidade é fragmentada, o planejador perde de vista seu papel e sua necessidade dentro da totalidade social.

Para finalizar convém referir que esta tese não tem e nem poderia ter como foco as prospecções empíricas como é evidenciado pelo que acima se falou. Suas prospecções são concretas o que as difere fundamentalmente do empírico. Este é tão somente a constatação factual e sem vida, sem dinâmica, sem articulações com outras instâncias ou momentos da realidade. O concreto, pelo contrário, é a realidade em determinado recorte, em determinado momento. Mas com uma diferença do empírico: é aberto para as conexões com outros momentos da realidade, nunca é isolado o que o faz ser parte da totalidade, momento da mesma. Para exemplificar isso de maneira bem “simplista”, usando uma expressão nada acadêmica. Imagine um mapa do consumo energético mundial e os grandes produtores da mesma. O empírico são os mapas. O concreto é a articulação de cada um deles e o que vai por trás desse fato na forma de totalidade. Significa dizer que no espaço mundial esses não são coincidentes e o consumo precisa de certo controle sobre as condições de produção requerendo para isso formas geopolíticas de ação. Poderia se dizer, então,

que se trata de jogo de linguagem ou mera semântica falar em empírico e concreto. Fazer ciência, no entanto, é o uso preciso – ou *geométrico*, como diria o filósofo Espinosa – e correto dos conceitos e o par acima enfocado – concreto e empírico – é distinto. Por este motivo que o objetivo desta tese é o concreto, a totalidade determinada em condições reais de produção, distribuição e consumo de energia e seu entrelaçamento natural e social dentro do capitalismo avançado. A importância disso para o planejador já foi mais que esclarecido.

A conclusão de todos estes últimos passos é que a finalidade deste trabalho é teórica, orientar aqueles que desejam fazer do planejamento mais que uma atividade descritiva e técnica. Fazer desta uma atividade que possa ser política energética de elevado nível, tanto em sentido teórico quanto técnico e tendo em vista as conseqüências das medidas tomadas. Por este motivo não cabe neste trabalho, análises de fontes específicas de produção energética, demonstrações de consumo, distribuição, análises de setores produtivos, etc. Isto demandaria a demonstração do funcionamento do capital em suas leis internas, ou seja, a lei de desenvolvimento do capital e o padrão alcançado pelo capitalismo avançado de hoje. Veja que o título sugere as condições estruturais e superestruturais da produção, mas não a demonstração do desenvolvimento deste sistema. Caso isso fosse feito, após esta demonstração viria a análise de dados dentro desse quadro. Juntando estes fatos ao trabalho teórico aqui empreendido, ter-se-ia nova tese ou um trabalho de dimensões pouco sugestivas. Por este motivo é que se faz já o recorte inicial demonstrando a natureza teórica desta tese.

Caso se consiga cumprir parte destes objetivos, o trabalho cumpre seu principal papel de organizar idéias e procurar colocar elementos nada novos no debate sobre as questões de energia, porém esquecidos. Ao mesmo tempo, estes elementos podem explicar as possibilidades de reprodução do capital assim como seus limites estruturais e, portanto, suas contradições. Como expressado, cumprindo-se este papel, parte das intenções deste trabalho estarão cientificamente realizadas. Seria um primeiro coroamento de longa pesquisa anterior podendo ser justo, para isso, lembrar que a constante busca da verdade, sempre relativa e em luta permanente com uma verdade dada como absoluta em um processo sempre eterno de dialética profundamente científica, deve ser o objetivo de vida de qualquer cientista e não apenas de um trabalho. A ciência é forma superior de conhecimento dado seu caráter “aberto”, que se corrige

constantemente. Estar em prontidão como cientista é justamente saber-se pronto para o novo, para a luta. Assim, pronto para o que antes não se supunha e que amadureceu ganhando vida e deixando para trás o velho. É o caso do autor deste trabalho que, para escrevê-lo, teve que abandonar toda uma série de conceitos e concepções trilhados em sua pesquisa por quase uma década. Não à toa deve-se preparar o fechamento desta introdução com uma passagem de Lucrécio (*De Rerum Natura*, II, 1040) sugerida pelo Prof. Sinclair: “Não despreze, portanto, mesmo que a novidade o assombre, a pesquisa da verdade, pelo contrário, investigue inteligentemente; depois, se aquilo que você notou lhe parecer verdadeiro, convencido, aceite; se lhe parecer falso, pegue em armas e prepare-se para a guerra.”

Capítulo 2

A Teoria que Fundamenta a Prática⁵

Para a correta compreensão dos fatos a serem desdobrados e melhor desenvolvidos como consequência do exposto na forma de centralidade deste trabalho, é essencial a teoria. Em hipótese alguma a teoria que será apresentada é novidade. A novidade é não a enterrar como os críticos desejam. Para a infelicidade dos que anseiam por um debate mais profundo – é o nosso caso – tais críticos não adentraram ao menos na esfera da razão e da ciência. Perambulam feitos deserdados da ordem do nada. Um debate mais profundo e realmente crítico seria forma de refinar as determinações da teoria do materialismo histórico e lhe provar a atualidade. Mas, na ausência desses críticos perspicazes, vai-se ao sabor de digladiar com exegetas do capital.

No entanto, uma vez não enterrada tal teoria, é necessária para o enriquecimento das determinações da relação entre reprodução do capital, reprodução social e política e os vínculos com a objetividade natural. O que pode constituir novidade teórica é retomar Marx em seu absoluto sentido revolucionário, não apenas como líder político, mas também a revolução na teoria. Este é o sentido mais profundo do materialismo histórico que ele e seu companheiro Engels empreenderam a partir de 1845. Retomar em absoluto sentido, ou seja, a diferenciação que ocorre entre a natureza e a específica determinação social da história humana, mas não ruptura.

⁵ Este capítulo é síntese do trabalho inicial de doutorado que constava de uma parte teórica muito longa com cerca de 400 páginas apenas para esta fundamentação. Para a versão final julgou-se esta desnecessária e que constasse tão somente uma síntese. Porém, sem perder o foco das questões essenciais que articulam a totalidade abrangida nesta análise da problemática superestrutural em torno da energia e os respectivos fundamentos no materialismo histórico e sua atualidade como "ciência da história".

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzido seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.⁶

E para que esta ocorra é necessário encontrar o espaço da reprodução humana, quer dizer, não existe em hipótese alguma produção econômica sem espaço e, desta feita, não existe produção econômica alguma, mesmo o mais tecnificado dos modos de produção, sem interação com as condições naturais. A produção é sempre interação com as condições naturais e com o espaço. O revolucionário alemão já o sabia

O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto sua relação dada com o resto da natureza. Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo da constituição física dos homens, nem das condições naturais já encontradas pelos homens – geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens.⁷

Tal retomada pressupõe restabelecer o materialismo histórico em sua integridade marxiana nesta interação específica e nada simples. A pressuposição disso é não só entender a cadeia enorme de determinações e mediações que se encerram em tal articulação homem-natureza, mas também todo o “humanismo marxista” que tolheu os melhores frutos que este tinha e tem a nos apresentar. Por isso, não sendo novidade a teoria, pó e traças a serem retiradas pelo acúmulo do século passado sobre a teoria marxista é benfazejo devendo constituir sua vitalidade para enfrentar o muito que ainda há por vir. Mas que se repita para clareza: a compreensão da articulação da reprodução econômica com o espaço tornando-o espaço antropogênico não é novidade em Marx. Como não é também a necessidade de intercâmbio com a natureza e suas transformações.

2.1 O espaço como condição natural indispensável

⁶ Marx-Engels. *Ideologia Alemã*. p. 27.

⁷ Id. *Ibid.*

O problema central deste capítulo é a teoria. A necessária construção desta passa pela compreensão do espaço. Este é o elemento que os homens encontram ao seu redor para transformá-lo em forma humana de existência. Mas o espaço não limita a ação humana somente em sua própria existência de o ser na forma de distâncias. Seus conteúdos naturais também são limitadores. Assim, montanhas, rios, aridez, etc. A superação tecnológica daria provas que isto não constitui em hipótese alguma obstáculo. Tal argumento é válido para os teóricos da ordem tecnológica existente no modo de produção capitalista. Estes estão obliterados pela ideologia. Sem esta é que se pode ver a falsidade do argumento, além de sua profunda fraqueza teórica.

Sendo o espaço objetividade diante da natureza humana a superar para a reprodução econômica bem como os conteúdos deste, não se poderia olvidar da energia. Relação direta com as condições encontradas para a produção está clara. Por isso: “A natureza e a rapidez do desenvolvimento econômico acham-se intimamente relacionadas com o controle e utilização da energia, tendo essa relação uma expressão geográfica.”⁸

Livro já antigo sobre energia, de aspectos tradicionais, ou seja, traz apenas constatações sobre problemas de transporte, consumo, política, preços, etc. das diversas formas de energia utilizadas. Mesmo assim e até por isso contribui para a colocação do problema. Isso pelo fato de que a constatação referida sempre foi prática antes de ser teórica para todos aqueles que põem a economia a funcionar: os grandes conglomerados do capital. Porém, antes destes, as pequenas empresas do capital concorrencial. E antes se vai ao tempo de toda a prática humana que sempre requereu consumo de energia e a inevitabilidade de associar esta com o espaço onde existia e era consumida.

Evidencia-se neste momento que muitos intelectuais dentro da tradição marxista, não se deram conta da íntima relação do desenvolvimento econômico e das fontes de energia e destas com o espaço, especialmente após a emergência do capitalismo industrial nos últimos duzentos anos de história. Inevitável a consequência: acaba-se por estabelecer uma íntima relação da sociedade e seu modo de produção específico com a natureza. Colocar o problema da energia acaba por levar à problemática do espaço e deste com a natureza, assim como colocar a questão

⁸ Manners, Gerald. *Geografia da Energia*. p. 11.

do espaço e a necessidade da produção leva ao consumo de energia. Porém, afirmou-se, a tecnologia e o desenvolvimento intenso das forças produtivas do capital parecem ter obnubilado todas essas questões. Isso que deve ter feito esquecer a continuidade-unidade homem-natureza.

O problema anterior remete para outros como a questão do controle da natureza para obter dada forma de produção e de desenvolvimento econômico. Porém não domínio sobre a natureza.⁹ Aparência de simples questão semântica, trata-se de problema real. Domínio remeteria para a completa subordinação do objeto, daquilo que é exterior ao social em sua totalidade. Neste caso a expressão domínio significaria a subordinação completa do objeto (a natureza e suas leis internas, próprias, o movimento da matéria independente do social) às condições do desenvolvimento social. Portanto remeteria para a questão da ruptura da sociedade com o domínio natural.

No campo marxista isso leva para dois problemas já referidos acima: 1) a questão de um “humanismo marxista”, ou seja, a forma pela qual se levou a história a ser concebida tão somente em função da atividade humana e de sua específica ação, sem necessidade de se entender os elos naturais e a influência das legalidades naturais sobre a sociedade; 2) a consequência dessa ênfase exagerada na concepção do fazer humano da história e tão só humano leva ao segundo problema, a completa rejeição da profunda conexão e continuidade-unidade homem-natureza. Deste decorrem muitas consequências teóricas desgastantes para o marxismo ao longo do século XX. Não se tratam de pequenas querelas, mas problemas sérios.

Entre estes e dos mais sérios para o marxismo ao longo do século XX assim como dos mais imediatos e visíveis está a questão ambiental. Os grupos ecologistas, na quase maioria, sempre se colocaram de forma distante do marxismo. Os motivos para isso sempre oscilaram entre a pressuposta expressão concreta e histórica do marxismo durante o século na ex-URSS ou na própria ênfase teórica que excluía os problemas naturais. Este último abordado adiante. De qualquer forma a perda foi grave para os dois lados: os marxistas perderam fortes e combativos

⁹ Esse conceito de *domínio da natureza* emerge no século XVII com o despontar do pensamento científico. Ver Foster, J.B. *Marx's Ecology*, p. VIII.

aliados dentro dos movimentos sociais e os grupos ecologistas perderam a perspectiva de entender a totalidade das questões naturais dentro da totalidade social.¹⁰

De outro lado esse abandono da problemática da continuidade entre sociedade e natureza levou à consideração em torno da validade da própria dialética como método e, portanto, a questão da existência de contradições dentro da sociedade. Isso levaria a problemas políticos muito graves dentro do “reformismo político” e o abandono de muitos ao marxismo.¹¹ A dialética tinha sido fonte de problemas políticos e de pouca eficiência para uma perspectiva na qual se poderia conseguir melhorias sociais sem contradição, mas com “composição” (política, claro).

Entende-se que a não compreensão da problemática natural, do espaço e, na seqüência, das fontes de energia, acabou por resultar em um vácuo dentro dessa perspectiva no sentido de um materialismo histórico e geográfico, como dizem os geógrafos que se viram um tanto excluídos do marxismo no século XX, ou melhor, viram a sua ciência com poucas contribuições. A ênfase era na história. No entanto essa perspectiva seria diferente se a abordagem da continuidade e da dialética natural e social não tivesse sucumbido. Inclusive questões geopolíticas seriam mais bem entendidas. Isso porque o entendimento da dialética natural e social teria mediações com a problemática do espaço e deste com a política internacional e, portanto, com a geopolítica. O relacionamento desse problema com as questões energéticas é mais que evidente quando se pensa no petróleo e seus grandes consumidores e exportadores. Especialmente após os anos setenta. A problemática do espaço e geográfica é fundamental para este trabalho e será brevemente referida a seguir.

¹⁰ V. Chesnais, François e Serfati, Claude. “‘Ecologia’ e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas”. p. 47.

¹¹ No Brasil isso também esteve ligado às conjunturas políticas próprias. Isso se refere à progressiva abertura política e o fim da ditadura durante o início dos anos 80. Depois disso, veio o cenário da transição democrática e ganharam relevo as questões em torno de alianças políticas para poder transformar as estruturas do Brasil. Teorias ou “metanarrativas” (na expressão pós-moderna que, por essa época, ganhava destaque) não eram necessárias e sim o entendimento do social e político: tratava-se de entender a “gramática social” e não sua estrutura. Todo o processo culminou, por fim, em dois momentos nos anos 90: a abertura internacional e definitiva da economia sob os ditames do capital internacional no governo Fernando Henrique (a vitória do neoliberalismo) e o atual governo com a mesma estrutura conservadora. Mas isso é apenas uma breve amostra das condições específicas do Brasil e não um quadro completo da questão, muito pelo contrário.

Antes, porém deve-se concluir com mais uma passagem que revela a questão da importância da energia e, como consequência, do espaço. Refere-se ao processo econômico da energia e o espaço ganha importância a partir disso.

(...) a disponibilidade de energia para uma economia é mais importante do que o seu custo, pois enquanto a energia constitui fator indispensável de produção seu custo é, com frequência, apenas uma parcela relativamente pequena dos custos totais de produção. A importância da energia no desenvolvimento econômico, portanto, é muitíssimo mais do que a modesta contribuição por ela proporcionada ao Produto Nacional Bruto ou o seu custo para aquela economia; servindo de catalisador, bem como de elemento essencial, seu papel no crescimento econômico é tanto qualitativo como quantitativo.¹²

Vê-se através de conexões que ligam o assunto à totalidade do proceder e do processo de reprodução social, as enormes implicações aqui presentes. Primeiro pode-se perceber o fato de que o autor diz sobre o fato qualitativo além do quantitativo. Precisamente este chama a atenção. A energia, por ser elemento da natureza física – especialmente levando-se em conta a matriz energética dos países mais avançados economicamente que, na atualidade, é fóssil e não-renovável, independentemente do fato de quanto pode durar – liga todo o processo de produção econômica e de reprodução social a esta sua base. Dito de outra maneira, sendo a energia fundamento da produção e reprodução, todo o processo social depende de sua existência para ocorrer. Isso proporciona a maior fonte de referências teóricas ao se falar que é impossível o estudo social e de sua prática, sua dialética, sem a pesquisa das condições naturais da existência. Não se pode estudar a dialética social e o pensamento dialético sem perceber que estes dois são desdobramentos, expressão, da dialética natural. A sociedade, portanto, tem suas especificidades. Deduzir leis e práticas sociais da natureza é cair no materialismo mecanicista. Porém negar essa influência e os profundos elos entre as duas, tornado o ser do homem e, por extensão, da sociedade, desligados das condições naturais é puro idealismo filosófico. Dentro desse quadro da existência de elos de mediação, de ligação, entre a natureza e a sociedade é que se encontram os problemas energéticos como elemento essencial que fornece o potencial para realizar a produção.

A energia é qualitativamente importante e produz espaços geográficos qualitativamente diferentes. Significa que existem espaços privilegiados dentro das análises estratégicas. Portanto,

¹² Manners. *Op. Cit.* pp. 11-12.

acaba-se operando dentro de limites materiais e físicos para estabelecer relações de poder político internacional: a geopolítica é realmente geográfica.¹³ O espaço físico constitui momento determinante para proporcionar a reprodução do capital. A análise geopolítica, portanto, feita sobre fatores tão somente estratégicos torna-se meramente uma ideologia de justificação do poder e forma de obscurecer os verdadeiros interesses econômicos que estão em disputa.

Esse ponto pode ainda ser apreciado de outra constatação dessa relação do espaço com a energia e, portanto, das condições materiais de existência de produção e reprodução da sociedade.

Onde outros fatores favoráveis ao crescimento industrial e econômico se acham presentes, os suprimentos de energia podem e são importados; e quando um suprimento local de energia se esgota é normal que uma indústria ou país antes se empenhe na procura, em todo o mundo, de outras fontes do que transfira a produção para outro local dotado de uma fonte imediata de energia.¹⁴

Lembrando a frase inicial que ligava energia à sua expressão geográfica evidencia-se a importância crucial desse fator devendo ser interpretado de maneira muito mais ampla que sua mera expressão econômica. Pretende-se neste trabalho mostrar que a única forma de entender essa amplitude é justa e tão somente a partir da articulação entre a sociedade e suas condições naturais para referir, posteriormente, às determinações superestruturais. Isso está de acordo com a proposta de Marx.¹⁵

Algumas conclusões iniciais são possíveis. Os controles da energia e das condições de se obter esta implicam profunda ligação com o espaço material no qual a sociedade se forma. Põe-se

¹³ Cabe aqui observar que é por este ponto de vista que a geopolítica pode ser incorporada pela análise marxista. Do contrário o que se teria é a geopolítica em seu sentido mais tradicional e conservador de se referir apenas a conjuntos analíticos de relações de poder ou até mesmo como análise justificadora deste por meio de processos que se prendem a ideologia ao não perceberem a *totalidade analítica* como necessidade teórica da *totalidade prática*.

¹⁴ Manners. *Op. Cit.* p. 14. Grifo nosso.

¹⁵ Apenas por curiosidade, não custa lembrar que Jean-Marie Martin chama a atenção para o fato da importância crucial e estratégica da energia (“qualitativa”) quando fala em seu livro sobre economia da energia que o balanço energético é a única variável econômica e produtiva que não é expressa em valores monetários e sim em unidades de consumo de energia (quilowatt, tEP, etc.). Ver Martin, Jena-Marie. *A Economia Mundial da Energia*, p. 16.

a sociedade e suas formas específicas de controle, ou seja, põem-se as determinações econômicas, políticas, geopolíticas, etc. dentro dos problemas que estruturam controles sobre o espaço e energia. Logo, o controle desta expressa, em sua totalidade, em sua estruturação natural, o elo da sociedade com a natureza por meio da produção e as formas pelas quais aquela desenvolve controles cada vez mais intensos sobre as condições naturais. Conduz-se, por esta via, a uma segunda conclusão inicial: o controle cada vez maior é uma expressão dos padrões de civilização. Os padrões mais avançados de civilização são formas materiais de controlar as fontes de energia. É dessa forma, por fim, que o mais desenvolvido padrão de civilização significa também uma materialidade mais explícita por parte dessa sociedade que assim se desenvolve. Por isso que a riqueza das sociedades do capital se expressa como uma enorme “coleção de mercadorias”.

Feita menção ao espaço, convém terminar abordando um pouco essa problemática. O fato é que a produção, ao precisar de energia para se efetivar, para se explicitar como materialidade e riqueza da sociedade do capital ou outra qualquer sociedade, necessariamente irá contar com sua expressão no espaço geográfico. Ou seja, a energia está ligada aos lugares e regiões produtoras de recursos conferindo ênfase no estudo geopolítico como expressão intelectual das análises das condições de produção do capital.

A questão sobre a abordagem espacial esteve ausente do marxismo por muito tempo. A partir dos anos setenta é que começou a ganhar destaque. Em outros sentidos até antes dos anos setenta já se vinha abordando os problemas referentes ao espaço. É o caso da questão da urbanização e seus problemas específicos. Mas tratando-se do espaço, vários autores fizeram incursão sobre esse campo analítico para tentar entender essa expressão histórica das manifestações do capital. Essa é a questão do espaço: objetivação empírica das relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista na forma de matéria posta no espaço e os controles deste. O capital, ao se reproduzir, produz condições específicas de produção. Essas condições materialmente se expressam como coisas (mercadorias) assim como expressadas também no espaço de várias formas: são as mercadorias e as desigualdades regionais. Essa expressão é chamada de objetivação do capital. Vários autores, então, procuraram tratar das questões históricas da sociedade capitalista atual, não necessariamente dando esta ênfase sobre a

questão da reprodução. Autores como Lefebvre, Foucault, Castells, Mandel, Harvey, Giddens e vários outros que estão nesse debate.¹⁶ Evidente que, em hipótese alguma, se vai refazer esse debate, ainda que fundamental, neste trabalho de outros objetivos. Porém, sua centralidade é mais que clara.

O problema da espacialidade das relações sociais e econômicas será mais bem destacado, mas é necessário dizer que este começou a ser tratado com relevo a partir dos anos setenta em função de mudanças estruturais do capitalismo. Entre as várias mudanças encontram-se os “sistemas de produção verticalmente desintegrados e o rompimento das hierarquias rígidas” que têm se feito acompanhar “por uma mobilidade acelerada do capital, para facilitar a busca de superlucros setoriais (inclusive os obtidos através do barateamento substancial dos custos de mão-de-obra) em qualquer parte do mundo.”¹⁷ Isso levou vários autores a refletirem sobre as novas formas que assumiam o capitalismo. E, com estas novas formas de acumulação e reprodução, os autores foram moldando nomes e conceitos novos: o “novo divisor industrial” (Piore e Sabel), o “capitalismo desorganizado” (Offe), o “fim do capitalismo organizado” (Lash e Urry).¹⁸ Foi necessária, então, a insistência em que o marxismo deveria voltar-se à geografia e reestruturar suas posturas em torno de um debate que não fosse apenas histórico mas também geográfico. Logo, é possível constatar que, a partir de dada realidade socioeconômica do capitalismo dos últimos trinta anos aproximadamente, toda uma questão teórica foi levantada em torno do possível esquecimento do espaço pelo marxismo.¹⁹

¹⁶ Ver sobre esse debate e o sentido da espacialidade como elemento fundamental, Soja, Edward. *Geografias Pós-Modernas*, p. 70 ss.

¹⁷ Soja. *Op. cit.* p. 208.

¹⁸ Id. *Ibid.* p. 207.

¹⁹ Como se disse no texto, não é interesse adentrar nesse debate, mas o livro citado de Edward Soja revela pontos importantes sobre isso tanto nos aspectos socioeconômicos do capitalismo, como nos aspectos teóricos. Quanto a estes é impossível citar todas as passagens, mas é possível destacar alguns capítulos especiais que seriam de grande interesse para rastrear esse debate: são os capítulos 2 e 3. No capítulo 5 o autor trata de uma interessante questão (que ele chama de “ontológica” mas que rumo mais para os problemas “existenciais”) que pode fundamentar a individualidade dentro do espaço como a realidade imediata dada à consciência e a própria consciência como atributo humano profundamente inserida no espaço.

Sustenta-se tanto para a questão socioeconômica das novas espacialidades produtivas do capitalismo, como para certo esquecimento do espaço na tradição marxista que a raiz de todos esses problemas pode ser encontrada em não ter se seguido a tradição legada por Marx: a produção possui um lugar que não é apenas um lugar no espaço social, mas também no espaço natural. Não se fala aqui somente de produção capitalista, mas sim de qualquer forma de produção social. A produção se realiza como coisa real. E como coisa real produz objetos reais, materiais que são extraídos a partir da interação com a natureza. Esse é o grande momento da produção, o vínculo da sociedade com a natureza. A raiz do esquecimento desses problemas sobre a espacialidade do modo de produção se acha no esquecimento da relação precisa da dialética social como parte da dialética da natureza. Porém a questão é que tudo isso levava ao medo do determinismo geográfico²⁰ e ao medo do positivismo na tradição marxista.

Neste ponto sobre o positivismo é curioso que Soja faça referência à Lukács. O autor diz:

Essa forma de antiespacialismo talvez tenha encontrado sua mais rígida codificação na História e Consciência de Classe de Lukács, onde a consciência espacial é representada como a epítome da reificação, como a falsa consciência, manipulada pelo Estado e pelo capital para desviar a atenção da luta de classes.²¹

Fala-se de curiosa essa referência, pois se sustenta que o esquecimento da problemática espacial está associado ao esquecimento também do elo com a dialética da natureza. Ainda que por razões e conteúdos diferentes vê-se que o mesmo autor nega os dois pontos centrais no entendimento da sociabilização: Lukács refere-se à ligação da dialética humana com a natural como positivismo e nesta passagem como reificação. Apesar de conteúdos diferentes da negação eles confluem para o mesmo núcleo teórico da não compreensão do processo de reprodução não só do capital como de qualquer forma social que só se faz dentro da natureza e se expressando no espaço. Esse esquecimento que deliberadamente se destacou é em função de um fator filosófico muito especial: trata-se de ainda manter uma estrutura idealista de pensamento da situação do ser humano dentro da natureza. Tal postura é ideológica. Produz-se uma ruptura entre as formas naturais e sociais.

²⁰ Sobre essa questão do determinismo geográfico ver Soja. *Op. Cit.*, p. 93.

²¹ Soja. *Op. Cit.* p. 109.

2.2 “Ciência da história”, forças produtivas e totalidade

O desenvolvimento do materialismo histórico foi a grande ruptura teórica empreendida por Marx e Engels em seus resultados de pesquisa. O entendimento do funcionamento social e os mecanismos deste foram fundamentais para os revolucionários alemães. Isso levou mais além do que a fundamentação das bases científicas de estabelecimento do socialismo. Convém dizer que somente este aspecto já seria mais que suficiente para colocá-los em patamar destacado não apenas dentro do socialismo e do marxismo, mas dentro de qualquer estudo histórico sério e destituído de fortes preconceitos de classe. O materialismo histórico seria a própria forma de compreensão da realidade e a teoria social do marxismo. A fundamentação do mesmo provém dos estudos que ambos empreendiam a respeito das condições materiais vigentes à época. Por meio disso é que chegaram à compreensão de que a interação social com a natureza e a produção econômica como o fundamento social e mediação com a própria natureza é a única forma pela qual os homens suprem suas necessidades vitais. A eliminação da natureza é impossível dentro desta abordagem. Com ela, também será ineliminável a interação espacial e suas conseqüências sociais como os desdobramentos geopolíticos. Estes nada mais são que a expressão do poder político e social de dada formação sobre o espaço e os conteúdos que estes oferecem tal como recursos naturais. Dentre eles as indispensáveis fontes de energia fósseis, base da reprodução do capital avançado.

O materialismo histórico veio a colocar ordem em todas as concepções que Marx e Engels vinham desenvolvendo em anos anteriores. Todo o conhecimento histórico que os autores tinham e o estabelecimento dos mesmos em base científica era necessário. Como foi afirmando anteriormente, não era questão apenas de afirmar o socialismo científico ou em bases científicas.²² Tratava-se também de afirmar uma teoria social, explicação das estruturas sociais

²² É mais que importante na atualidade voltar a esta afirmação do socialismo. Dado o caráter fortemente conservador em que se vive dentro do estágio ideológico do capital avançado, não mais adianta colocar o socialismo como ideologia, mas como *necessidade*. A precisão desse conceito significa mostrar os limites econômicos do desenvolvimento e, muito particularmente, dentro do desenvolvimento capitalista. Este, através de suas contradições não suprime as crises. Muito pelo contrário as intensifica. Estas são “poderosas máquinas” de despertar novas forças produtivas, mas também de destruição de recursos e riquezas, trabalho humano corporificado, materializado, objetificado na matéria. A teoria socialista tem por obrigação, então, mostrar sua cientificidade e necessidade expondo que os limites do desenvolvimento econômico podem ser estendidos e sobre-passados (*superados*) para

em seu movimento e legalidades. O materialismo histórico viria a ser, então, a explicação do desenvolvimento das forças produtivas humanas. Desta maneira os acontecimentos históricos e a sociedade do capital vivenciada pelos teóricos e revolucionários alemães não seriam conjuntos aleatórios de fatos isolados. Não seria também o desdobramento do Espírito de Hegel. A história teria uma base organizativa interna, ordenação específica com pressupostos que marcam seu desenvolvimento.

Uma das mais impressionantes sensações que se pode ter ao ler Marx e Engels é a riqueza de conhecimento e conceitual de ambos. Novamente, para um leitor desprovido de preconceito e mesmo não engajado na ordem econômica pressuposta do socialismo, impressiona a obra em sua grandeza assim como a grandeza de temas abordados. Porém, não se trata de uma visão enciclopédica no sentido bastante pejorativo que se pode atribuir à “enciclopedismo”. É conjunto ordenado de fatos orientados pela visão científica que os autores fundamentaram no materialismo histórico. A riqueza desta teoria é evidente e o trabalho aqui desenvolvido procura ser prova disso. E em sentido bastante preciso e direto: o esquecimento do materialismo histórico como "ciência da história" destrói a possibilidade de compreensão da totalidade social. Mas deve se atentar: o materialismo histórico em sua riqueza teórica de intercâmbio das trocas humanas com a natureza, não ruptura da ordem produtiva e natural.

É esta a crítica constante que se faz ao esquecimento da profunda continuidade-idade homem-natureza. Este pressuposto conceitual está explícito na obra de Marx e Engels como se pode verificar de algumas curtas citações e indicações dadas anteriormente neste capítulo com base no texto da Ideologia Alemã. Em nenhum momento é necessário recorrer a uma interpretação “esotérica” do texto: o que se quer está ali, explícito e acabado. Ensejou, inclusive, críticas a um pressuposto determinismo dos autores não apenas o econômico tão velho conhecido. Mas também um determinismo natural do qual Engels será alvo constante em sua velhice a partir de textos como o Anti-Dühring e a Dialética da Natureza. Os críticos a estes textos não percebem que as bases teóricas de ambos já estão dadas desde 1845 quando em colaboração Marx e Engels escreveram a Ideologia Alemã fundamentando o materialismo histórico. Bases teóricas indispensáveis para se proceder à profunda articulação, base teórica

mais além em um novo patamar social. No entanto, isso só será possível dentro do socialismo e a teoria científica que o fundamenta.

deste trabalho, entre o desenvolvimento econômico como expressão de forças produtivas mais sofisticadas e complexas, maior controle das condições naturais e, portanto, desenvolvimento como conexão íntima com a produção do espaço e suas conseqüências ambientais, mas também sociais e geopolíticas.

O materialismo histórico desenvolvido pelos autores alemães é a base deste conhecimento enciclopédico. Ou seja, a compreensão da realidade como desdobramento das bases materiais da produção humana e o conhecimento como expressão consciente, quer dizer, elevada à consciência humana, dos sucessivos estágios desta mesma produção material. Base também para o entendimento do desenvolvimento econômico e das condições materiais de vivência. A história humana não seria como não é um conjunto de fatos sem sentido. A busca desse sentido é justamente o estatuto de ciência que se pode atribuir à história e às chamadas humanidades. Todos os fatos estão articulados em uma imanência do desenvolvimento da história humana como expressão de forças produtivas cada vez mais complexas. Neste sentido é que se pode falar de totalidade de todas as relações estabelecidas pelos homens como relações produtivas ou com base nas relações produtivas, ainda que indiretas. Mas esta imanência do desenvolvimento e o desdobramento de forças produtivas mais complexas como expressão daquele e a constituição de uma totalidade de todos os momentos da história humana produzindo a "ciência da história" não é algo aleatório. A não aleatoriedade dos fatos constitui a base científica da revolução teórica empreendida por Marx e Engels e sua verdadeira teoria social. É justamente isto o materialismo histórico, a coerência da totalidade, totalidade determinada. Uma totalidade sem determinações e sem estruturas é morta e vazia, verdadeiro pejorativo de "enciclopedismo". A descoberta do materialismo histórico após intenso debate largado à "crítica roedora dos ratos" constituiria o ponto a partir do qual os revolucionários alemães estariam prontos para enfrentar os debates ideológicos, políticos e intelectuais no sentido de estabelecer uma verdadeira teoria assentada cientificamente do socialismo.

Desta maneira o desenvolvimento histórico humano e de suas respectivas forças produtivas seria uma imanência articulando uma gigantesca totalidade de determinações e tornando esta a categoria de entendimento da realidade. Mas com pressupostos para não incorrer e desabar para uma totalidade abstrata no pensamento, mas real, articulada e determinada. A produção de tal

conhecimento da totalidade que acaba sendo, por suas características, enciclopédica, resulta da totalidade real que é estruturada, determinada. Sua estrutura de determinações está pressuposta no materialismo histórico como tão bem expressariam Marx e Engels em texto já citado:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se pode fazer abstração a não ser na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação. Estes pressupostos são, pois, verificáveis por via puramente empírica.²³

O materialismo histórico é a determinação precisa de que os indivíduos e a sociedade constituída pelos mesmos só pode existir quando as necessidades materiais são supridas em primeira instância. Com base nisto é que se desenvolvem todas as relações posteriores. Em outros termos, a sociedade humana se diferencia das demais formas de sociedades (formigas, abelhas, cupins, chimpanzés, etc.) por suprir suas necessidades a partir da produção material. Esta se amplia em função das forças produtivas mais complexas e desenvolvidas propiciando o surgimento de relações de produção também mais complexas em sociedade mais articuladas e mediadas em relação à natureza.

Neste estágio põe-se a sociedade do capital e, em especial, a do capital avançado. Seu controle das condições naturais é superior ao de qualquer outra forma de sociedade e modo de produção. As mediações com os elementos naturais também é superior a qualquer outra possibilitando o despertar de ideologias fortemente articuladas em torno de um núcleo conceitual: *ruptura com as condições naturais*. Esta ruptura é inexistente, pois em formação social ou modo de produção algum é possível tal ruptura e desconexão. Mesmo a sociedade tecno-científica necessita dos elos e determinações naturais para se reproduzir. É por esta via que o espaço deve reentrar nas condições de estudo do marxismo e, por meio deste e sua não casualidade, deve reentrar também as fontes de energia e as relações ideológicas e geopolíticas estabelecidas sobre as mesmas. A não casualidade do espaço referida significa dizer que este não é organizado de forma aleatória pela sociedade e seu “núcleo duro” que é a produção material. Este é deliberadamente organizado para o aproveitamento econômico, seja em suas estruturas que orientam a distribuição dos recursos por meio dos transportes, seja pelo seu conteúdo em apresentar fontes de recursos naturais. A interação geopolítica e geoeconômica são inevitáveis.

²³ Marx-Engels. *Ideologia Alemã*. pp. 26-7

Um dos primeiros aspectos do desenvolvimento das forças produtivas é a divisão do trabalho²⁴ que leva ao aparecimento de relações mais complexas e a possibilidade de excedentes econômicos. Aqui também irá se desenvolver, então, o surgimento de classes sociais na apropriação do excedente. A divisão da sociedade em classes é o pressuposto de toda a história do desenvolvimento econômico desigual dos seres humanos.

Sendo a produção a base material de desenvolvimento de toda a complexidade social, esta se constitui no pressuposto de toda a articulação social e a estruturação da totalidade. Aqui está o conteúdo essencial do materialismo histórico como revolução teórica de Marx e Engels, mas também o estabelecimento de um estatuto científico para a história humana e para a perspectiva do desenvolvimento econômico sob o socialismo. As condições materiais de produção encontradas pela sociedade humana ao longo de toda a sua história e as forças produtivas desenvolvidas para o controle das condições naturais e para poder produzir e reproduzir suas necessidades assim como os excedentes econômicos em uma sociedade de classes, constitui a base de todas as sociedades. A totalidade que se desenvolve sobre esta base é a articulação de toda a história humana e o conhecimento desta é a "ciência da história" e a base do "enciclopedismo" marxiano assustador. Assim:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência.²⁵

Desta feita é que a "ciência da história" é a completa articulação da totalidade como determinação dos fatos em uma coerência precisa do desenvolvimento material humano. Em

²⁴ V. *Ideologia Alemã*, p. 28 ss.

²⁵ Marx. *Para a Crítica da Economia Política. Prefácio*. pp. 29-30.

outros termos e no sentido da passagem acima, a totalidade chega até nosso conhecimento como "ciência da história" na forma de uma precisa conexão entre a base produtiva e as relações estabelecidas entre os homens para organizar essa produção condicionando uma superestrutura que pode ser mais ou menos mediada. Mas nunca será possível romper a unidade produtiva com a natureza e, portanto, com o espaço e suas conseqüências. Somente distorcendo e "recortando" a realidade da unidade produtiva e toda a sua articulação superestrutural tornará possível não existir a conexão com a natureza e falar, então, de ruptura da continuidade-unidade homem-natureza.

Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada sob dois aspectos: história da natureza e história dos homens. Os dois aspectos, contudo, não são separáveis; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a chamada ciência natural, não nos interessa aqui; mas teremos que examinar a história dos homens, pois quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história, ou a uma abstração completa dela. A própria ideologia não é senão um dos aspectos desta história.²⁶

E a ideologia vai se constituir precisamente em ausência de compreensão da totalidade e do conhecimento da "ciência da história". A completa articulação de todos os elos da produção leva a um conhecimento profundamente determinado da realidade e à compreensão da impossibilidade de inexistir não só ruptura da conexão do homem e da sociedade com a natureza em seu estatuto originário cronologicamente falando como inexistência atual, mesmo no capitalismo avançado. É isso que leva à necessidade da compreensão das estruturas produtivas e da sua operacionalidade na forma de consumo de energia como sendo envolvidas pela conexão com o espaço, base dos recursos, e a superestrutura que se levanta sobre este na forma de ideologia e geopolítica. O espaço é parte, portanto, da estrutura produtiva. O capital avançado produtor de profundas e difundidas ideologias continua como qualquer sociedade precisando produzir a partir deste. Mas precisa, por meio da geopolítica, conseguir acesso a estes espaços e da ideologia esconder recortando a realidade os seus limites de desenvolvimento e reprodutivos.

2.3. Materialidade e civilização

Vista a conexão profunda entre sociedade e natureza na forma de continuidade-unidade homem-natureza, a ausência de ruptura tanto ontológica como factual, assim como o

²⁶ Marx. *Ideologia Alemã*. Pp. 23-4, nota.

conhecimento de todo o desdobramento dos resultados do desenvolvimento das forças produtivas humanas como "ciência da história", convém agora verificar que a elevação destas forças produtivas resulta em sociedades mais complexas e com um grau mais avançado de *materialidade*, um dos conceitos centrais deste trabalho e base para o de civilização. Mais precisamente para o de *civilização do capital*.

O objetivo deste capítulo foi apresentar um quadro teórico que explicasse e, como vem do título, fundamentasse o entendimento da prática no uso dos recursos naturais pelo modo de produção do capital. Em especial o capital avançado que não pode prescindir em momento algum dos recursos energéticos em sua reprodução. No entanto, há um desdobramento fundamental desta teoria que é justamente o item presente sobre o conceito de *materialidade*, *civilização* e de maneira muito especial o de *civilização do capital*. Estes conceitos são expressamente importantes para poder entender todo o aspecto de desenvolvimento do capital e o intercâmbio com a natureza. Mas só podem ser corretamente desenvolvidos à luz do materialismo histórico uma vez que estes conceitos são dedutíveis facilmente desta base teórica de Marx e Engels.

Antes do conceito de materialidade é necessário expor o de civilização. Mais que isso, é necessária a demonstração do processo que leva às etapas mais avançadas do processo civilizatório. Desta forma o conceito de civilização que será utilizado aqui será muito específico e não apenas ligado à idéia do habitante da cidade.²⁷ Porém, como será possível constatar e não se voltará mais sobre isto, tal conceituação está amparada sobre o materialismo histórico e suas implicações teóricas.

²⁷ Já que *civilizar* vem da junção de civil + izar. Por sua vez civil refere-se aos habitantes da cidade, os cidadãos: "civil, pertencente ao cidadão, de cidade; cível; digno de cidadão, popular, moderado, simples, urbano". Mas a acepção de civilização permite o aporte que aqui se pretende no intuito de desviar o sentido para a *materialidade* do processo. Veja: "civilizar + -ção, por inf. do fr. *civilisation* (1721) 'jurisprudência', (1757) 'o que torna os indivíduos mais sociáveis', (1760) 'processo histórico de evolução social e cultural', (1767) 'estado ideal de evolução material, social e cultural para o qual tende a humanidade'; f.hist. 1833 *civilisação*". O vocábulo em suas muitas acepções permite perceber várias aberturas interpretativas ou várias figurações ideais do que seria uma civilização. Desde aquilo que torna os indivíduos mais sociáveis, até o cultural. Mas dentro do que se projeta aqui a acepção também é possível no sentido de "evolução material, social e cultural". Afinal, na perspectiva do materialismo histórico como a "ciência da história", o nível de desenvolvimento material está ligado às forças produtivas e estas determinam o estágio de sociabilização e de cultura. Para as acepções do vocábulo e as citações aqui feitas ver *Dicionário Houaiss*.

Foi referido anteriormente que a produção das necessidades suprindo as carências humanas por meio de intervenção e controle maior das condições naturais é a base que distingue os homens de qualquer outro animal. Não que estes não o façam. A grande diferença é o grau dessa intervenção e o constante desdobramento e desenvolvimento da mesma. Esta intervenção constantemente desenvolvida são as forças produtivas mais complexas e sofisticadas. Por meio destas as sociedades humanas suprem suas necessidades através da produção modificando o espaço material à sua volta e interagindo com o mesmo. Este espaço foi moldado ideologicamente nos últimos dois séculos de Revolução Industrial até surgir um espaço objetivo e sem resistências. Isso é totalmente inverídico. O espaço possui conteúdo e coloca-se como barreira. Não é objetividade morta e passiva, mas resistente à prática humana. Inclusive no capital avançado e a geopolítica é prova disso. A modificação do espaço pela produção irá resultar em um *espaço antropogênico* organizado de acordo com as necessidades sociais e estas tendo como base o estágio das forças produtivas e do modo de produção. Quanto mais modificado o espaço, tanto maiores os controles sobre o mesmo. Resultado, por sua vez, das forças produtivas mais desenvolvidas. Estas, não se deve esquecer, condicionam e são condicionadas pelas relações de produção.

Tendo deixado para trás todo o desenvolvimento dentro de uma subordinação quase que total ao ambiente, as sociedades humanas passam a intervir de forma mais direta por meio de controles cada vez maiores sobre o mesmo. Não há afastamento da natureza, porém maiores controles sobre a mesma desenvolvidos a partir das forças produtivas mais complexas. A acepção lukácsiana de “afastamento das barreiras naturais” e “ruptura ontológica” guardam traço nada indelével com o idealismo uma vez que pressupõem de forma clara o que foi dito: *ruptura*. Não há mediações. A forma que mais se aproxima da realidade atual não apenas do estágio das forças produtivas como também da etapa das pesquisas científicas (especialmente no campo da paleoantropologia) é o de desdobramento das sociedades humanas e maiores controles sobre a natureza e o espaço.²⁸ Por meio dos maiores controles sobre o conteúdo do espaço tendo por

²⁸ Cabe aqui uma observação importante. As concepções de Lukács neste contexto pertencem à década de 1960 já que o filósofo húngaro morreu em 1971. Avanços significativos na paleoantropologia foram feitos justamente nos anos setenta do século XX. E qualquer conhecimento marxista deve estar em estreita sintonia com os estágios contemporâneos das ciências. Logo, ficar em defesa de concepções como a de “ruptura ontológica” de Lukács em profunda defesa de conteúdos filosóficos que já são idealistas e que se põem em contradição de forma cada vez mais explícita com o estágio da ciência atual é, no mínimo, dogmatismo.

mediação as forças produtivas sofisticadas é que se chega a estágios civilizacionais também mais complexos. É aqui que se pode falar de *processo civilizatório*²⁹ e o capitalismo como processo mundial de *civilização do capital*.

Volta-se à questão posta anteriormente na qual se falou do conceito de civilização. Sugeriu-se uma acepção que destacava o processo material de vida dos homens o que estaria de acordo com a perspectiva do materialismo histórico. Tal sugestão levaria a uma conceituação de civilização articulada com maiores controles sobre a natureza, seus recursos e, em particular, as fontes de energia. Estaria fundamentada sobre a manipulação da matéria pelas sociedades humanas no sentido de suprir suas necessidades em estreita observação, como referido, ao materialismo histórico. A partir dos maiores controles sobre a matéria e, por sua vez, sobre a natureza por meio de forças produtivas mais desenvolvidas e espaços antropogênicos mais delineados para o uso social, ter-se-iam sociedades mais complexas em função de maiores contatos sociais.³⁰ Excedentes produtivos levariam à formação de classes e suas lutas para controlar o excedente. Complexidades políticas e ideológicas surgiriam como formas de controle dessas sociedades. Desnecessário dizer que as formas culturais correspondentes também se desenvolveriam.

Possível, portanto, conceituar civilização sobre a base da troca orgânica da sociedade com a natureza e seu espaço posto ao suprimento das necessidades. Mas para que este conceito se torne mais concreto é necessário que esteja ligado justamente à manipulação e articulação da matéria para uso social, produzindo valores. Estes serão a expressão da riqueza humana em qualquer sociedade, pois sempre de uso. Nas sociedades que passam a ser controladas pelo capital a forma valor, o valor de troca, transforma-se em riqueza abstrata. Mesmo assim, em qualquer sociedade humana (que pressupõem a existência de homens, indivíduos vivos, na ênfase marxiana da *Ideologia Alemã*), sempre se contará com o controle sobre as condições naturais e sobre a matéria. Assim é possível associação mais articulada e complexa entre o conceito de civilização e as forças produtivas: quanto mais complexas são estas, maior intervenção sobre o espaço

²⁹ Desnecessário dizer a dívida para com Darcy Ribeiro.

³⁰ Maior sociabilidade como é o caso do mundo urbano. Não por um acaso é destacado na *Ideologia Alemã* como uma das primeiras formas da divisão social do trabalho, ou seja, entre campo e cidade (p. 29).

produzindo espaços antropogênicos mais complexos também; pressupõe-se uso mais intenso de recursos e de condições naturais mais controladas resultando em maior controle sobre a matéria. Portanto, para sustentar uma articulação conceitual sofisticada com base no materialismo histórico para o conceito de civilização contemplando a existência do espaço e da necessidade da interação da sociedade com a natureza e deixando como pressuposto de qualquer sociedade – como já referido – a profunda continuidade-idade homem-natureza, é preciso um conceito que faça referência à instrumentalização da matéria, ao uso da matéria pelas sociedades humanas satisfazendo seus anseios. É o conceito de *materialidade*.

É possível percebê-lo pelo exposto, mas não precisá-lo. Trata-se do existir do mundo enquanto matéria em movimento. O que existe, existe no espaço e se desdobra como movimento e transformação da matéria e consumo de energia para operar as transformações e desenvolvimento. Não se trata de especulação filosófica, mas dos fundamentos da existência do próprio Universo em seu desenvolvimento material. “Os corpos têm extensão, encontram-se em determinado lugar, ocupam certa posição com relação a outros, possuem tal ou qual forma exterior, etc.; tudo isso expressa o fato de que os corpos existem no espaço”.³¹ Todo o espaço à nossa volta é ocupado e preenchido por corpos que interagem ou não com todos os outros, mas compõe a matéria necessária ao existir.

Rodeia-nos uma quantidade inumerável de corpos, dotados das mais diversas propriedades. Alguns figuram entre os seres vivos, outros não mostram o menor sinal de vida; alguns são sólidos, outros são macios e fluidos; outros ainda infinitamente pequenos e rápidos, outros com gigantescas proporções e pesados de forma inconcebível; outros estão carregados de eletricidade, outros não, etc. Todo esse conjunto de seres forma o que chamamos natureza. Mesmo que se distingam entre si todos os corpos naturais, todos existem fora e independente da consciência e das sensações do espírito. E a experiência de vida de cada homem, junto com a atividade prática da humanidade inteira e os dados da ciência atestam que assim é a realidade.³²

Isso é precisamente a materialidade, o existir dos corpos e da matéria no espaço e seu desenvolvimento por meio das leis naturais. Nas palavras de Engels a “unidade do mundo não

³¹ Konstantinov. *Los Fundamentos de la Filosofía Marxista*. p. 136.

³² Id. p. 115.

consiste precisamente em existir”, mas “a unidade do mundo consiste na sua materialidade”.³³ Não é existência pura e indeterminada, abstrata, mas existência material. O que se poderia chamar de *formas do real*, tempo, espaço, movimento só existem por meio das coisas materiais.

O espaço e o tempo existem unicamente nas coisas materiais, mediante elas e graças a elas. “Por conseguinte – assinala Engels – estas formas da existência da matéria sem a matéria mesma são um puro nada, conceitos vazios, abstrações que só existem na mente”. Quem separa o espaço e o tempo da matéria, aferrando-se desse modo à idéia de que existem à margem da mesma, atribui uma existência própria e autônoma ao que só existe em nossa cabeça.³⁴

A materialidade é o fato básico da existência das coisas como formas compostas de conteúdos que se expressam no espaço e no tempo. Desenvolvem-se através destes modificando-se, transformando-se e em todos estes processos há consumo de energia e transformação das formas de energia. Disto resulta a questão da entropia, e a vida como forma de organizar, ao menos temporariamente, o uso da energia produzindo entropia negativa.³⁵

³³ Engels. *Anti-Dühring*. p. 39.

³⁴ Konstantinov. *Op. Cit.* p. 144.

³⁵ A entropia mede o grau de desordem de um sistema ou, no caso da energia, a energia dissipada e não disponível para realizar trabalho útil, visto a definição de energia que é a capacidade de realizar trabalho. Mas é possível relacionar vida e entropia e também, a partir disso, entropia e desenvolvimento cultural e socioeconômico. Como exemplo do primeiro pode-se dizer: “À medida que os sistemas locais perdem calor, o universo como um todo ganha calor. Embora isso já não seja muito popular hoje em dia, no passado, físicos e químicos previram que o universo se desintegraria numa ‘morte cósmica’, em consequência da tendência ao aumento da entropia. Mais recentemente, eles inventaram a expressão ‘entropia negativa’ para se referir à vida, a qual, em sua tendência a aumentar as informações e a certeza, parece contradizer a segunda lei. Mas não contradiz; a segunda lei continua válida, desde que se encare o sistema (a vida) em seu meio ambiente.” (Margulis, Lynn e Sagan, Dorion. *O que é Vida*. p. 29)

Como exemplo do segundo caso, ou seja, relacionar sociedade e entropia veja: “Para compreender os sistemas culturais em particular, precisamos conhecer algo dos sistemas em geral. Em primeiro lugar, compõem-se de partes, ou espécies de partes inter-relacionadas, interdependentes; essas partes formam a estrutura do sistema. Elas interagem umas com as outras, e o sistema as correlaciona e coordena para formar um todo integral; são esses os processos básicos de todos os sistemas. Os *sistemas materiais* (que incluem os culturais) são sistemas termodinâmicos, aos quais as leis da termodinâmica são aplicáveis e esclarecedoras. Distinguimos três espécies de sistemas materiais: (...) (3) sistemas movendo-se em direção a uma ‘entropia negativa’ (tomando de empréstimo um termo usado por Erwin Schrodinger em *What is Life?*), isto é maior concentração de energia e estrutura mais complexa – por exemplo, organismos biológicos e sistemas culturais.” (White, Leslie. *O Conceito de Sistemas Culturais*. p. 27, grifo nosso) Ou ainda: “A fim de evoluir, um sistema biológico ou cultural precisa obter do mundo exterior energia em quantidade crescente. No processo de evolução, tais sistemas movimentam-se em direção oposta à do cosmo como um todo, conforme especifica a Segunda Lei da Termodinâmica [da entropia]; isto é, movimentam-se em direção a concentrações cada vez maiores de energia e uma crescente complexidade estrutural. A fonte última dessa energia é o Sol, embora seja captado de forma direta somente pelas plantas (com as insignificantes exceções das casas e espaçonaves aquecidas por energia solar).” (Id. p. 30) E ainda mais esclarecedor neste sentido e mostrando o quanto há de erro em concepções como as de ruptura que é tendência antropocêntrica, há uma nota de rodapé em White: “A afirmativa convencional ‘o homem dominou a energia’ é antropocêntrica. Como mecanismo explanatório, não é

É necessário, no entanto, deixar esta primeira parte do conceito de materialidade para compor este conceito com a práxis, a prática humana específica. Não se trata, evidentemente, de modificar o conceito, mas de aprofundar o seu sentido e mostrar a materialidade posta pela transformação da matéria, da energia e dos usos diferenciados de suas fontes bem como as transformações da mesma produzindo uma materialidade humana. Esta não é apenas a transformação e desenvolvimento da matéria através das leis naturais, mas por meio da prática material humana. Portanto, acrescentar ao conceito de materialidade como o existir da matéria no tempo e espaço como objetividades exteriores e seus desenvolvimentos em um processo consumidor de energia naquele que o especifica através da mediação da prática humana. Esta pode produzir uma materialidade para si transformando o espaço e o tempo, usando os recursos energéticos em seu benefício e produzindo um espaço antropogênico com maiores controles sobre as condições naturais. Em hipótese alguma existe contradição com o conceito de uma materialidade dada, apenas o torna mais rico e mediado, repleto de determinações. Esta materialidade que interessa, a materialidade posta pela prática humana em seu ato produtivo de unidade com a natureza como necessidade dada pela continuidade indissolúvel de sociedade e natureza. Materialidade existente como forma de produzir as necessidades de sobrevivência humana quando um determinado grau de desenvolvimento da espécie foi atingido. Esta forma mais rica de materialidade irá garantir, posteriormente, as formas necessárias de suprimentos alimentares – portanto, energéticos – para a espécie poder desenvolver sua especificidade em novos sentidos, tais como, arte, ciência, religião, etc. E isso, claro, também como potencial tornado possível pela inteligência da espécie. Mas este potencial, dentro de uma cadeia dialética de sobre-determinações, só é possível, por sua vez, através da unidade com a natureza mediada pela produção material e dando forma à materialidade humana e ao espaço antropogênico sobre os espaços naturais. O conceito de materialidade continua o mesmo, mas agora tornado mais rico e ligado às transformações da matéria produzidas pelo ser humano vivendo em sociedade e não apenas as transformações produzidas pelas leis naturais. O sentido é o de um conceito que alcançou um novo patamar, uma superação dialética tornando-se conceito mais enriquecido.

melhor do que ‘É obra de Deus’. Qualquer coisa que tudo explique nada explica.” (Id. *ibid*) Entre outros motivos é por este que no presente trabalho deixou-se de lado a expressão *domínio* das condições naturais por *controle* e em grau crescente mas nunca total. Veja ainda em White a crítica à filosofia antropocêntrica na qual diz o autor “chegasse à explanação pela introspecção, isto é, fora do âmbito da ciência.” (Id. p. 40)

Os seres vivos interagem com a matéria para moldá-la às suas necessidades de existência. Dentro desse contexto deu-se o desenvolvimento do *H. sapiens* com sua prática e interação específicas com as condições naturais. A flexibilidade dos processos adaptativos da seleção natural fez a espécie humana dar respostas para as condições dadas pelo espaço natural de maneira totalmente diferente de outras espécies.³⁶ E isso não é exclusivo do *sapiens*, mas de vários hominíneos na produção de ferramentas cada vez mais sofisticadas.

Convém dizer que o estágio de produção de ferramentas, desde aquelas simples formas de lascas de pedra, as ferramentas líticas, até o uso de ossos e chifres produzindo um conjunto cada vez *maior e mais sofisticado* (materialidade crescente tanto em extensão como intensivamente) de artefatos constitui modificações da materialidade mais próxima do espaço humano do indivíduo e de pequenos grupos. Não se trata ainda da transformação do espaço natural na produção do antropogênico, maior, com um grau mais complexo de interação sociedade-natureza, com maiores controles naturais, socialmente maior e marcado por sociabilidades mais extensas.³⁷ Mas é importante este ponto para enfatizar que este estágio de produção de ferramentas constitui uma *mediação* necessária para a materialidade humana. Entre o espaço do ambiente físico e natural e o antropogênico foi necessário estender os poderes humanos, primeiro, às possibilidades de articular a matéria próxima para depois forjar, construir e produzir espaços exteriores mais complexos e cujo produto final é o maior controle sobre as condições naturais.

³⁶ Em outros termos, os hominíneos tornaram-se menos específicos, ou seja, a evolução por meio da seleção natural não encontrou aqui o que se chama de “beco evolutivo”. Isso significa a adaptação, no processo de seleção natural, tão íntima e específica a dado meio que qualquer alteração, modificação ou transformação deste resulta em destruição completa da espécie. A forma do processo de seleção natural com os hominíneos teria produzido uma *flexibilidade* adaptativa maior, proporcionando respostas às condições naturais mais mediadas e articuladas, “saídas” mais fáceis das dificuldades.

³⁷ “Até aqui temos discutido as origens da ciência na sociedade primitiva de uma maneira extremamente geral, assinalando como as necessárias respostas adaptativas davam lugar a um *conhecimento* crescente e sempre mais ordenado do meio material, biológico e humano. Mas é somente um aspecto do quadro. O outro é o desenvolvimento e emprego de técnicas, por parte do homem primitivo, que modificam o meio ambiente e conduzem a ulteriores modificações de importância em seu modo de vida.” (Bernal, John. *Historia Social de la Ciencia*. p. 76) E, na seqüência, o autor assinala que esse desenvolvimento tem duas conseqüências: ampliar a área do meio utilizada (na conceituação desta tese seria ampliar o espaço antropogênico que o capitalismo faz à exaustão) e, ao queimar um bosque, por exemplo, conduzir a novos problemas cuja solução só poderia ser o de novas técnicas ou, a possibilidade alternativa, a extinção. Seria muito interessante um estudo que assinalasse os riscos de extinção que os hominíneos, inclusive o *H. sapiens*, correram antes de um melhor domínio de técnicas e dos controles naturais.

Com todos estes elementos que foram desenvolvidos tais como o conceito de civilização, o lugar da produção de ferramentas dentro da materialidade como forma de mediação necessária para transformações mais profundas do espaço e o próprio conceito de materialidade, a inevitável continuidade-unidade homem-natureza, as forças produtivas mais desenvolvidas e o resultado visível de tudo isso na forma e um espaço antropogênico cada vez mais complexo e sociabilizado atingindo o estágio extremamente sofisticado do capital avançado e sua incrível materialidade na forma do enorme conjunto de mercadorias. Tudo isso constitui a *civilização do capital* e, com isso, é possível concluir este capítulo.

Deve-se ter de maneira muito evidente, que o conceito de materialidade é central e mostra a evolução da espécie humana dentro da especificidade desta, ou seja, manter a continuidade natural através da unidade com a natureza no momento da produção. As modificações que se processam nas relações sociais e nas diferenciações de grupos humanos, bem como o desenvolvimento das forças produtivas, acabam por tornar esta materialidade moldada e produzida pela prática humana cada vez mais complexa e determinada por ações sociais. Não existe, portanto, um ser social *rompido* com a natureza, mas sobreposição de uma materialidade complexa sobre as condições naturais; um espaço antropogênico que é o das relações sociais e da produção e reprodução econômica, porém assentado sobre as condições naturais. Neste espaço controlado pelas ações sociais e pela forma específica de produção humana é que se dá o processo de sociabilização e interação social. É um espaço *transformado* e não *criado*, em íntima continuidade com a natureza e forma de desenvolvimento da matéria, da materialidade, seja natural, seja a materialidade humana.

A materialidade é um conceito histórico como deve ser qualquer análise marxista. A Revolução Industrial direciona um processo que se intensifica no capitalismo avançado com sua materialidade específica e, por ser mais complexa, mais extensa e intensiva assim como maior consumidora de recursos naturais. Por isso mesmo sem “afastamento de barreiras naturais”, apenas maiores controles naturais. No desenvolvimento histórico das várias formações sociais, a totalidade das determinações e das relações sociais, o desenvolvimento das forças produtivas, produziu materialidades mais ou menos complexas. Cada civilização e processo civilizatório é resultado da interação do ser humano com as condições naturais por meio da produção

sintetizando nova materialidade, forças produtivas mais ou menos desenvolvidas, novos controles naturais e espaço antropogênico como um espaço para nós.³⁸ *A civilização do capital* é precisamente isso.

³⁸ Convém uma nota de alerta no final deste item para dizer algo que deve ser evidente para qualquer leitor de Marx. O conceito de forças produtivas já evoca o de materialidade. A única introdução feita aqui é que a materialidade remete de maneira explícita ao elo de continuidade com a natureza. Mas a defesa feita neste trabalho é que isso já era muito presente para Marx.

Capítulo 3

Geopolítica e Energia

A geopolítica é o poder expresso no espaço. Porém, poder algum pode se expressar pelo espaço se não for consequência estrutural de um modo de produção. A íntima relação entre poder, espaço e economia conduzem não apenas à geopolítica própria do capital e suas necessidades crescentes de recursos como também à comprovação teórica de uma civilização assentada sobre materialidade mais complexa e imperecivelmente ligada ao intercâmbio natural.

Neste capítulo, assim, devem ser desenvolvidas questões essenciais para se entender um pouco da totalidade na qual, não só a problemática energética se desenrola, mas todo o sistema reprodutivo do capital e suas necessidades físicas quanto a recursos naturais. A questão é verificar que a contradição do capitalismo como sistema reprodutivo possui outras implicações além daquelas relacionadas com a natureza e seu modo de ser como um processo civilizatório. Em outros termos, o capitalismo, como modo de produção que é, ao acumular e se reproduzir da forma como o faz, destrói quantidades crescentes de recursos naturais erigindo à sua volta um complexo processo de materialidade e padrão de civilização. Porém, tudo isso requer quantidades imensas de recursos naturais e, especialmente, energéticos.

No entanto a reprodução neste nível do capital avançado não mais nacional, ou seja, desligado da economia nacional e dos limites do território físico nacional, implica poderosas forças geopolíticas, de jogos internacionais de poder. A acumulação do capital de um determinado Estado Nacional já não mais é suficiente para repor as necessidades desse capital. Sabe-se que desde o processo de colonização das Américas o incipiente modo de produção

capitalista já se mostrava no rumo de ser *global*. Neste estágio – chamado por muitos de capitalismo comercial ou mercantil, mas na realidade um pré-capitalismo – em que a acumulação primitiva preparava as sólidas bases do verdadeiro capitalismo que controla as condições de produção e só assim as de reprodução, já era necessário exceder os limites territoriais para poder buscar a reprodução do capital. É por isso que alguns já vêem neste momento indícios do processo de globalização ou mundialização do capital. Não deixa de ser verdade como forma potencial de desenvolvimento do capitalismo, mas não ainda com as expressões que este capitalismo ganha na atualidade na constituição de *redes* de controle multinacional da produção e reprodução. Também, neste primeiro estágio, não existem ainda os controles produtivos locais em larga escala ou quando existem ainda são incipientes.³⁹ Em todo caso, repete-se, o ato de exceder os limites estreitos de dado espaço geográfico não deixa de existir desde cedo como prova da capacidade do novo modo de produção já nascente. O capitalismo já apresenta suas garras e sua força de Prometeu desde muito novo e todo cheio de vigor e transformará os espaços para si produzindo uma peculiar geopolítica.⁴⁰

No entanto, sabe-se que é apenas com o processo industrial e o Imperialismo que as verdadeiras formas de exceder o espaço geográfico de origem do sistema produtivo, no caso o espaço nacional, serão verdadeiramente transpostos. Isso implica mudanças completas na forma de interação e articulação, dentro da totalidade, na reprodução do capital. Mais ainda: será uma transformação do espaço mundial em função da reprodução social capitalista e uma reprodução e transformação diferenciada dos espaços.

A intenção deste capítulo é justamente chamar a atenção para estes processos que são políticos e geopolíticos. O que se procura é mostrar como os elos articuladores da totalidade do capital e do consumo energético jamais podem prescindir da geopolítica e das relações internacionais. Ainda mais que isso, é mostrar como os processos políticos internos de um país

³⁹ Um exemplo que pode ser enfaticamente colocado é o das plantações tropicais.

⁴⁰ Muito interessante é estudar estes aspectos da ótica antropológica como o faz Darcy Ribeiro. O que Darcy procura fazer em seus estudos de antropologia das civilizações como em *As Américas e a Civilização* é entender o contexto cultural das civilizações domesticadas, tomadas e domadas pela expansão colonial européia. Mas este domínio cultural tem “pés”, não caminha sozinho, ou seja, tem uma base material e esta é o contexto da expansão de um novo modo de gerir e acumular riquezas: é o capitalismo nascente.

levam aos processos geopolíticos. A evidência disso virá quando se estudar as questões das elites norte-americanas como formas de controle político e econômico do país e das necessidades de recursos exteriores. Claro que não é possível aqui avançar muito mais do que se avançou nos seus lineamentos gerais, abordar todos os aspectos referentes ao assunto que está em discussão. O tema é complexo e exigiria toda uma vida de estudos. É possível pensar as diretrizes básicas de como – e isto é o essencial – a reprodução do capital é uma totalidade que exige a interação de todos os momentos do real, que só se pode compreender a reprodução capitalista quando se aborda o capital como sistema produtivo, forma social integrada às condições naturais e com todas as expressões na esfera da produção, da política e geopolítica. Enfim, é possível entender as articulações essenciais do capitalismo e perceber que as questões naturais, culturais (na forma do processo civilizatório⁴¹ do capital), ideológicas, políticas e geopolíticas não estão isoladas, mas fazem parte de uma totalidade que deve ser muito bem especificada e não como um todo sem matizes e mediações. O presente capítulo trata justamente da mediação política e geopolítica entre as condições de produção e necessidades energéticas da mesma, por um lado, e a possibilidade de reprodução do sistema em sua totalidade, por outro.

3.1. Uma tríade dialética

Deve-se começar por uma comparação. Boa parte da II Grande Guerra Mundial, no tocante ao contorno das disputas e batalhas, garantia de vitórias decisivas, intendência militar – que é a necessidade de suprimentos para os exércitos – assim como em todas as guerras modernas e de mobilidade, a posse de combustíveis é fundamental. Os rumos geopolíticos decisivos da II Grande Guerra, que acabaram se tornando decisivos para o mundo pós-guerra, foram decididos pela necessidade de matérias-primas e recursos energéticos e, evidentemente, pelo principal: o petróleo. Na atualidade a explícita necessidade econômica dos países desenvolvidos – em especial um deles, EUA – é a própria justificativa da guerra.

A comparação aparece aqui no sentido de que se transpuseram os rumos da II Guerra em que foi definitivo o petróleo, para a guerra que é feita, hoje, diretamente pelo petróleo. Vamos especificar melhor para deixar esse reino de figuras e mostrar um pouco mais os necessários

⁴¹ Ver nota anterior sobre Darcy Ribeiro.

contornos históricos e socioeconômicos da situação que é, para nós, o decisivo. É somente dentro desses parâmetros que podemos entender as especificidades, determinações e mediações das situações e que nos podem fazer tirar conclusões e, mais importante, tomar posicionamento.

A guerra de 1914 a 1918 foi a primeira na qual o petróleo tornou-se fonte de energia decisiva para os combates. As embarcações de guerra, por exemplo, eram muito mais eficientes com o uso do óleo derivado de petróleo. Não só pelo fato de que essas embarcações teriam maior capacidade efetiva de guerra – carregar maior quantidade de armas no lugar aonde antes iria o carvão – mas também porque o motor era mais eficiente e oferecia maior capacidade de manobra. Churchill, por exemplo, apostava nisso. A própria mecanização das áreas de combate⁴² na I Guerra, a guerra tecnológica e industrial, exigia isso o que é sobretudo verdade no caso da II Guerra. Várias coisas se revelam e podem nos fornecer contornos decisivos para entender o mundo de hoje. Se a I Guerra foi um divisor de águas para o movimento operário internacional⁴³ a II Guerra foi um divisor de águas econômico muito maior que o de sua antecessora.

Em que sentido, então, a II Guerra se revela como divisor de águas e o que se revela neste conflito mundial? O fato da II Guerra ser um divisor de águas já está imbricado no que esta guerra revela: o desenvolvimento econômico como sustentáculo, como base da possível vitória da guerra. Em outros termos, mas não de forma absoluta, o potencial industrial de um país seria fundamental para este colocar rumos decisivos a seu favor em uma guerra.⁴⁴ Porém, esse desenvolvimento econômico requer o fornecimento energético. Por isso as necessidades

⁴² Veja-se uma outra curiosidade. A guerra não se torna apenas um “negócio” que garante a reprodução do capital por meio do complexo industrial-militar (especialmente após a II Guerra) como esse fato encontra expressão materializada nas áreas de combate que passam a funcionar em um ritmo industrial: uma guerra passa a ser administrada. Ver DEL RE, Januário João. *A Intendência Militar Através dos Tempos*.

⁴³ É aqui que é jogado o aspecto decisivo do internacionalismo dos trabalhadores. Pensa-se no caso do maior partido socialista da época, o social-democrata alemão, que votou os créditos da guerra. Em termos estritamente conceituais, isso se coadunava com o panorama do marxismo da II Internacional que vinha se desenvolvendo. Em termos ideológicos também. Mas aqui esse rasgo decisivo não se liga só ao que vinha do passado, mas também ao que se abriu para o futuro: essa opção dos trabalhadores alemães iria ampliar o aspecto execrável da ideologia do irracionalismo que só se desenvolveu desde então nas formas mais perniciosas e mesquinhas possíveis.

⁴⁴ Nunca se deve esquecer o conteúdo de classes (especialmente industrial e burguês) de uma guerra e que está presente por baixo de todo o nacionalismo. Isso apenas se modifica nas guerras de libertação nacional que têm outros delineamentos históricos. Não é o caso das duas guerras mundiais e das grandes guerras travadas pelas potências européias com a formação dos Estados Nacionais.

japonesas e alemãs durante a guerra de buscar reservas de petróleo. Tanto um como outro desses países necessitavam do petróleo para continuar o confronto tanto no campo das operações de guerra quanto da economia.

Após a guerra seria traçado um mapa com base na energia e, neste caso especial, com o petróleo na raiz da geopolítica. As estratégias e táticas militares estavam subordinadas a isso: a *blitzkrieg* alemã nada mais foi do que a forma adequada e eficiente de se estabelecer combate e obter vitórias antes de faltar recursos. Portanto, tinha que ser uma guerra rápida, “relâmpago” como diz o próprio nome. Pode-se dizer que a intendência militar teve que se subordinar a uma rigorosa “administração de guerra”, ou seja, fazer a guerra na era industrial e do capital é tentar fazer um negócio de grandes proporções funcionar. Além do abastecimento das tropas e dos contingentes militares que se espalham por milhares de quilômetros ainda é necessário fazer com que a economia do próprio país continue funcionando. E isso é fundamental: a guerra industrial requer quantidades enormes de armamentos e para isso a indústria deve funcionar em toda a carga e também aí não pode faltar energia. Vê-se com clareza como acaba se transformando em um “círculo vicioso” o raciocínio sobre esse fato. Usando, porém, uma terminologia correta para a análise intelectual, trata-se do raciocínio dialético que requer de quem pensa a realidade seguir ao máximo possível todas as suas determinações. Ao fazer isso, requer que se vá percebendo o desdobrar dos fatos na sua própria imanência ou, numa linguagem menos filosófica, desdobrar os fatos como processo.

O fazer a guerra requer, então, energia que manterá as tropas em ação e o funcionamento da economia por trás delas. Ao se buscar essa determinação sobre o fazer a guerra se busca a determinação básica, a “determinação determinante”⁴⁵ que explica outras determinações em um desdobrar contínuo. Assim, entender porque a Alemanha de Hitler avançou rumo ao leste é explicado devido à necessidade de se chegar aos campos de petróleo da ex-URSS e proteger seu maior fornecedor de petróleo bruto da época, a Romênia. Entender isso também é entender os contornos da Guerra do Pacífico: o Japão precisava do petróleo do sul e sudeste da Ásia. Isso

⁴⁵ Dentro do contexto filosófico de análise social, Lukács, marxista e filósofo húngaro, chamaria isto de *momento predominante*.

faria o país entrar em choque com interesses britânicos e os EUA teriam que se posicionar diante disso.

Também a posição dos EUA é importante já que este país era, antes da II Guerra e durante o conflito, o maior fornecedor de petróleo do mundo. A região rica do Golfo abastecia tanto a economia dos Estados Unidos como passou a ser importante para o abastecimento das tropas em guerra na Europa e norte da África. Por isso o Atlântico se transformou em grande palco de manobras de guerra. Os submarinos alemães bombardeavam ferozmente navios de carga incluindo, claro, os de petróleo. Isso mostra novamente não apenas a necessidade dessa mercadoria, mas o fundamento da guerra moderna com seu caráter industrial. Como dito anteriormente, trata-se de administrar um gigantesco negócio e fazê-lo requer a produção de armas e a necessidade de recursos, especialmente energéticos.

A metáfora feita inicialmente acaba por se revelar uma verdade histórica. A figura de linguagem muito usada na poesia cai para seu sentido tão somente mundano e muito comezinho. A II Guerra teve parte de seus rumos traçados pela necessidade do petróleo como fonte energética e hoje se faz a guerra para garantir esse petróleo. Mas do que foi destacado anteriormente tem-se um elemento que fecha o “círculo vicioso” do raciocínio que andou em torno de si. Fecha também a metáfora fazendo-a cair no mundo terreno. Se todo o exposto anteriormente rodou em círculos, mas foi de fácil compreensão formando, na verdade, um grande panorama, um delinear dos traços do mundo atual, como grandes pinceladas de uma tela, tudo isso ocorreu pelo elemento implícito em nossos raciocínios: trata-se do elemento econômico, da lógica econômica como totalidade determinante do mundo político e estratégico. Mais específico ainda: é a lógica do capital. A guerra – que nada mais é do que uma das formas das relações internacionais (lembrar Clausewitz⁴⁶) – não é um fato histórico que conduz por si só a história, não é transcendente. Ela é parte da história e determinada pelo conjunto dessa dentro dos padrões de acumulação e reprodução de uma época. A economia faz a guerra e não o contrário.

⁴⁶ Ver todo o item “A guerra é um instrumento da política” do livro *Da Guerra* de Clausewitz: “(...) a guerra é apenas uma parte das relações políticas e, por conseguinte, de modo algum qualquer coisa independente.” (p. 737) “(...) a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios.” (p. 737) “Por conseguinte, uma vez mais: a guerra é um instrumento da política; ela traz necessariamente a marca desta política; ela deve avaliar tudo à imagem da política.” (*O. Cit.* p. 743)

Insistiu-se anteriormente sobre a questão do raciocínio dialético. Mas o raciocinar dialético não é apenas compreender os processos e a imanência dos mesmos. É compreender as contradições, as múltiplas determinações e os elementos que compõem as determinações, as mediações e vão formar as contradições. Isso implica necessariamente deixar a reflexão conceitual – porém necessária quando se querem entender os processos históricos – e elaborar, junto com esta, a reflexão do real. Nos traços gerais que foram definidos anteriormente é possível perceber o que vamos chamar de “uma tríade dialética” ou, melhor, a tríade dialética que estrutura a história do século XX e de sua economia na qual um e outro – história e economia – se confundem.

Antes de se avançar são necessárias algumas palavras sobre a questão da *totalidade* como categoria central de análise de todos os processos históricos e econômicos. Tomar a totalidade como centro da reflexão teórica não é colocar no real aquilo que não lhe pertence. Em outros termos, não é fazer brotar da consciência o pensamento que irá nortear o real. Neste caso é que está o pensamento “enciclopédico”. É conhecimento informativo que se acumula na consciência, mas que não tem “vida”. O que isso significa? Que se trata de uma série de fatos justapostos, mas que não conseguem ligar-se entre si para entender os mecanismos processuais da realidade. O conhecimento “enciclopédico” acaba por colocar no real aquilo que está na consciência como quantidade e não percepção de momentos de *ruptura* do real na transformação dos processos. Isso ficará claro adiante. Mas pode-se exemplificar e adiantar que o funcionamento em termos estritamente microeconômicos de uma empresa de petróleo só pode ocorrer se esta estiver submetida a uma série de processos que vão além do nível da empresa e que dão um salto qualitativo na compreensão do real. É a *ruptura* da quantidade em qualidade.

É isso que significa tomar a totalidade como forma de análise. É tomar o real como ele se processa. A totalidade é a categoria da realidade.⁴⁷ A realidade só pode se manifestar diante de nós e de cada um de nossos cérebros como totalidade. Cada momento da realidade que ocorre à nossa volta não pode ser explicado se não a partir de uma coisa que leva à outra e assim

⁴⁷ Mesmo com as críticas desenvolvidas à Lukács no que tange aos aspectos presentes na *Ontologia* sobre a questão da *ruptura ontológica*, deve se reconhecer aqui a dívida para com o filósofo húngaro no que diz respeito ao uso da *totalidade* como categoria central e presente em *História e Consciência de Classe*.

sucessivamente. Dessa maneira se estaria aproximando de uma infundável cadeia de fatos explicativos e ficando muito próximo do pensar “enciclopédico” que acredita justamente que entender o real é entender todos esses fatos. Esse é justamente o raciocínio lógico que é um jogo do cérebro e não da realidade. O jogo da realidade é dialético. Pressupõe, então, que dentro daquela cadeia causal em que um conduz ao outro e assim sucessivamente, alguns momentos devem ser *mais importantes* do que outros. Aqui se começa a entender que totalidade não é uma “noite escura na quais todos os gatos são pardos”. A totalidade é composta de momentos precisos e mais importantes na sua estruturação. São as *determinações*. E a conexão entre essas determinações – as *mediações* – é que formam a totalidade. Onde que todo esse raciocínio entra na questão energética? Em tudo. Se não se entender assim ficará muito difícil compreender como os elos e articulações (determinações) de uma fonte energética – o petróleo – comandam boa parte dos rumos mundiais. Ficaré difícil entender, pois não se entende que falar do petróleo como determinante é um fetiche como falar do dinheiro como fonte dos males do homem. O determinante não é o petróleo. O determinante é o capital e sua reprodução.

Assim, se delinearé abaixo as formas mais importantes dessa totalidade do capital atual e a fonte energética do petróleo. Insiste-se que essa totalidade possui momentos mais importantes – *totalidade determinada* –, que deverão especificar quais são essas determinações fundamentais. É isso que se chamaré “tríade dialética”: são as três determinações mais importantes nesse processo geopolítico e econômico da energia.

As operações de produção de energia – qualquer fonte de energia – exigem altíssimos investimentos. Trata-se de um processo de múltiplos e interessantes aspectos não só econômicos, mas também culturais. Mas esse “cultural” não é algo produzido pelo desejo de mentes singulares em consumir dado tipo de energia.⁴⁸ É um “cultural” formado pelas necessidades e determinações dos elementos econômicos que estão operando, lucrando e reproduzindo o seu capital. É o ganho empresarial que está em jogo. É a questão empresarial o primeiro elemento dentro desse contexto que se quer abordar constituindo a primeira determinação.

⁴⁸ Estamos insistindo neste ponto, pois é comum vermos em cursos de energia a referência ao elemento “cultural” como algo transcendente. Fala-se, por exemplo, da “cultura da eletricidade” no Brasil sem mostrar seu processo de formação e dos múltiplos interesses econômicos envolvidos nesse processo. Dessa maneira acaba-se colocando o “cultural” como uma explicação sem explicação. É como Deus nas teologias medievais que é a causa sem causa.

Neste preciso momento, então, de determinação da totalidade tem-se o elemento empresarial como momento operante dentro da normatividade econômica. Neste caso pretende-se dizer, portanto, que a produção energética constitui um momento fundamental para a reprodução do capital uma vez que permite a possibilidade *física* de reprodução do sistema. Tem-se, em primeiro lugar, que ter a possibilidade de extração da energia da natureza, do ambiente físico. Seja petróleo, carvão, gás, hidroelétrica, qualquer fonte, transformá-las em energia útil para ser consumida. Feita esta primeira parte passa-se a segunda que é a distribuição. Somente após todos esses mecanismos estabelecidos é que se terá o consumo. Porém, quando se chega a este momento final é que se pode perceber que os investimentos feitos foram muito grandes, realmente imensos. Dessa maneira, a produção e a distribuição energética em larga escala somente pode ser realizada por empresas gigantescas, verdadeiros monopólios no setor. Seus investimentos iniciais devem ser garantidos na forma do lucro futuro, do contrário, há possibilidade do risco. Mas como criar o mercado consumidor? Pense-se no caso da energia elétrica, desnecessária no século XIX e hoje imprescindível. A formação do mercado ocorria de forma concomitante à garantia de monopólio. Isto significa que o mercado consumidor era formado na mesma medida em que aquele era garantido pela luta intraclasses. Era a partir dessa luta que se formava o monopólio.

Dentro das condições estritas de mercado, a possibilidade de se produzir e distribuir energia depende, portanto, de investimentos vultosos e da garantia de retorno futuro. Mas *futuro* significa contar com uma instância da sociabilidade com a qual o capital não se coaduna muito. Especialmente o grande capital. É claro que esse grande capital tem todas as condições de obter o retorno pois investimentos maciços demoram a ser ressarcidos. Só que *deve ter a certeza* desse mesmo retorno. É nesse ponto que o *futuro* é um elemento muito incerto para o grande capital. O que fazer? É aqui que termina o reino da normatividade e harmonia maravilhosa do microeconômico. O “melhor dos mundos possíveis” termina quando se depara com a *necessidade* de se garantir o futuro. E este só se pode garantir através da *força* e do *poder*. Tem-se, então, que deixar esse reino de determinações e passar para as outras determinações da totalidade da produção de energia e da possibilidade de reprodução do capital.

3.2. O sistema energético mundial e a geopolítica

Muitas coisas mudaram após a II Guerra Mundial. A atual e maior economia do planeta era, até aquela data, fornecedora de petróleo para o mundo. Após 1945, o intenso crescimento da economia norte-americana fez com que esta se tornasse grande consumidora de energia, especialmente petróleo. Parte desse grande consumo vem de sua enorme frota de veículos. E essa gigante frota de veículos significa parte da reprodução do todo do capital, parte da reprodução do sistema. A outra parte do consumo energético vem da economia como um todo. Nos dois casos, isso garantiu a prosperidade econômica do país durante os anos dourados do pós-guerra. Garantiu o seu *american way of life* produzindo um modelo de consumo, de mundo das coisas, que penetrou no mundo ocidental como a cultura dominante e ambicionada por todas as classes no mundo. Só alcançadas, no entanto, por algumas frações da população nos vários e vastos rincões do planeta.

Não apenas os Estados Unidos, mas todos os países desenvolvidos passaram e dependem ainda hoje do consumo de energia que não é produzido em seu próprio território. No caso norte-americano o consumo do petróleo exterior excede hoje os 50% e deve chegar até 2020 em 75%.⁴⁹ Para o grande capital quase não existem barreiras políticas que não possam ser superadas, ainda mais através da política expressa por outros meios como sugere a fórmula de Clausewitz citada anteriormente, ou seja, a guerra e, na atualidade, o estágio desenvolvido do imperialismo. A reprodução do capital já é desde fins do século XIX um fenômeno mundial com o advento do imperialismo. É justamente aqui que aparecem as duas outras determinações da totalidade do capital. A necessidade energética de espaços geográficos exteriores significa que, não apenas o econômico na forma da harmonia maravilhosa da microeconomia estará atuando, mas também os elementos políticos do Estado e da sua ação política exterior (geopolítica). O significado disso está muito claro no que foi dito anteriormente: o *futuro* do capital depende da ação do Estado e não mais apenas do reino normativo da economia.

O final do século XIX já havia anunciado através do imperialismo a íntima simbiose entre grande capital e Estado. Com a energia isso não seria diferente, ainda mais com os Estados

⁴⁹ Ver o artigo de Cheney na bibliografia.

Unidos assumindo a frente da economia mundial durante o século XX. A economia desse país desenvolveu-se amparada na matriz energética do petróleo. Suas necessidades cresceram após a II Guerra, como já ditas. A busca de jazidas exteriores de energia seria evidente. Por quê? Aqui entra a segunda determinação.

Ao buscar petróleo no exterior não se tinha apenas a necessidade de reprodução das empresas de prospecção, refino, transporte e distribuição de petróleo em jogo. Tinha-se em jogo *a economia do país como um todo*. Garantir após a guerra as jazidas e fornecimentos exteriores seria garantir o desenvolvimento econômico como um todo. Tratava-se da *prosperidade da nação*. Deixava de ser um assunto que interfere apenas na indústria de energia e – no caso da matriz energética norte-americana – da indústria de petróleo em especial. Tornava-se um problema da nação. É justamente neste ponto que esta determinação, a totalidade da reprodução do capital e da economia, acaba por levar à terceira: a garantia externa, geopolítica, dessas fontes. Em outros termos, pode-se dizer que o sistema mundial de energia ampara-se não apenas em pesquisas de fontes, transporte e consumo, mas também no uso da *força* e do *poder* em escala internacional. O sistema energético mundial é a forma pela qual o capital se reproduz também em escala mundial, mas que não está submetido às determinações empresariais e sim às determinações do todo e inclusive da geopolítica. O vigor da fórmula de Clausewitz referida atrás em nota sobre a guerra como expressão da política soma-se com a determinação econômica.

A totalidade da economia e sua reprodução é a grande necessidade da busca das fontes externas de energia, uma vez que não é possível manter o padrão elevado de acumulação de capital pelas economias centrais com as fontes internas. Deve-se planejar a reprodução econômica e, portanto, reprodução energética para toda a sociedade e seu padrão de consumo e bem-estar que estão em jogo.⁵⁰ Mas já que é inevitável a busca externa de fontes de energia, também é inevitável a íntima conexão, nesta última determinação, da política interna com a ação externa.

⁵⁰ O planejamento energético é subordinado ao planejamento econômico. E isso não é uma questão de “dogma”, mas contingência do modo de ser social das sociedades humanas, em especial aquela que mais desenvolveu as forças produtivas que é a sociedade do capital. Desta maneira, deve-se ter a percepção histórica dos processos e da totalidade. Sobre isso ver o artigo do Prof. Llagostera, *Categorias Relevantes para a Definição de Metodologias em Planejamento Energético: Totalidade e Historicidade*.

Este momento da totalidade é preciso, pois a ação do Estado Nacional através de sua organização externa (política externa) será consequência das decisões internas entre formas da reprodução econômica e escolhas políticas. Trata-se de pensar que os grandes interesses corporativos de capital concentrado e centralizado estão profundamente preocupados com seu padrão de acumulação e reprodução. Interesses profundamente cientes que a manutenção desse acúmulo e reprodução está ligada à manutenção do padrão de consumo da sociedade como um todo. Por isso, mesmo que não se explicita a questão, o problema energético estará presente, pois consumo ampliado e manutenção da reprodução significam maiores consumos de energia. Portanto, quando a matriz energética dos Estados Unidos e do mundo desenvolvido se amparam no petróleo, isso significa uma necessidade de saber o que será feito na política interna para garantir o fluxo externo e continuado de energia, a questão do *futuro* colocada anteriormente.

Os interesses corporativos, então, influirão nos rumos políticos internos através de suas formas específicas de ação política: congregar forças em torno de uma elite dirigente que represente os seus interesses de classe. As corporações agirão no sentido de levar ao poder de Estado aquele grupo político que produz uma teoria política, uma teoria de ação do Estado que se coadune com essa reprodução do sistema econômico em sua totalidade e no sentido de seus interesses. Uma vez encastelada no poder, essa elite dirigente tomará as decisões que tanto interessam às classes detentoras dos meios de produção e acumuladoras de capital.⁵¹ No caso específico da energia essas decisões são praticamente sem escolhas. Melhor dizendo, dentro do atual padrão de reprodução e acumulação do capital e para evitar colapsos do sistema, as *possibilidades de escolha* são limitadas: buscar a garantia das fontes externas.

Não existem alternativas? Alertou-se para isso ao se dizer que essa busca externa é dentro do atual padrão acumulativo. Buscam-se alternativas⁵² e investe-se grande quantidade de capital

⁵¹ As questões políticas analisadas neste nível estão próximas do econômico em um outro sentido também: muitos dos representantes empresariais são, ao mesmo tempo, representantes políticos. Veja o que se dá hoje nos EUA onde a cúpula dirigente está toda ligada às empresas de energia. Curiosamente isso põe de uma forma até simbólica aquilo que é profundamente real: o materialismo histórico no qual a produção é o momento central das outras determinações sociais.

⁵² Sustenta-se neste texto que as alternativas são hoje muito mais uma forma de ideologia e até de mistificação (ideologia irracional) do que algo real ou ao menos uma possibilidade que se possa dar como concreta. Nenhuma novidade neste fato, pois, afinal, desde a consolidação do capitalismo industrial em meados do século XIX a

em pesquisas neste sentido. No entanto, essas pesquisas são questões *futuras* dentro da economia. Deve-se pensar que o sistema produtivo só vai poder usar essas formas no *futuro* se o presente estiver garantido.⁵³ Entretanto no presente as fontes são ainda as matrizes fósseis e, até prova em contrário, deverão continuar abastecendo o sistema até que a *alternativa futura* não se revele. Dentro do jogo das possibilidades de escolha atuais, não existe solução senão abastecer o consumo presente através das fontes externas. Nesse ponto é que a elite dirigente representante dos interesses de classe do capital vai elaborar formas de ação externa, vai formular sua geopolítica. E dessa maneira é que a terceira determinação se fecha dando à totalidade esse caráter de ação geopolítica de um Estado sobre outro, mas onde o jogo de determinações é bastante complexo.

A atualidade norte-americana é a expressão viva de todas essas determinações. A “luta contra o terrorismo” ou o conceito de “guerra preventiva” só podem ser entendidos dentro dessa análise da totalidade dos processos de reprodução do capital. Não se trata de reprodução do capital apenas em alguns de seus setores econômicos ou corporações. Trata-se da possibilidade física da reprodução uma vez que está em jogo a continuidade do capital da maior economia do mundo e do padrão de vida da maior sociedade de consumo do mesmo. Daí o enorme apoio conseguido pelo atual governo junto à população ou mesmo de qualquer governo que busque a reprodução econômica do país. Não é apenas e tão somente um discurso ideológico extremamente forte que mistifica a cabeça e as idéias da população. Mesmo que o “grau de popularidade” – fórmula mercantil incorporada no domínio político pelo desventurado *marketing político* – de qualquer presidente dos EUA venha a cair ou esteja em descenso, isso jamais

tecnologia vem se colocando em nível muito mais ideológico do que real. Fala-se muito mais sobre tecnologia do que se investe (v. Bernal, John. *Ciencia e Industria em el Siglo XIX*). Não que estes não ocorram, porém em ritmo muito mais lento do que se poderia esperar. Esse fato apenas serve para mostrar a precisão de Marx ao dizer que as relações de produção do capital acabam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, no que se refere à questão de alternativas energéticas como forma ideológica no mesmo sentido do mito da tecnologia veja a seguinte nota da *Folha de São Paulo*, 7 de fevereiro de 2004: “O plano do presidente Geog W. Bush para carros movidos a células de combustível alimentadas por hidrogênio, sem gerar poluição ou agravar o processo de aquecimento global, está a décadas de ser uma realidade comercial, segundo um relatório da Academia Nacional de Ciências dos EUA. Na segunda-feira, o Departamento de Energia incluiu US\$ 318 milhões para pesquisa em células de combustível e produção de hidrogênio no orçamento de 2005. O governo espera produção maciça de carros a hidrogênio para 2020. Mas o estudo diz que as metas são ‘irrealistas’.”

Compare-se, de qualquer modo, tendo presente o que se afirmou neste texto, os parcos US\$ 318 milhões – imenso para um orçamento como o brasileiro – com os gastos vultosos de mais de US\$ 300 bilhões da área militar nos EUA.

⁵³ Lembrando Keynes ao se referir às perspectivas de prazo na economia, “no futuro todos estaremos mortos”.

alterará a necessidade do suprimento energético. Pode-se questionar o partido no poder, os meios para se alcançá-lo ou qualquer outra coisa que se queira, mas nunca os fundamentos materiais da sociedade e seu meio de existir e se reproduzir. O 11 de setembro foi fundamental para a elite dominante nos EUA. A população que apóia em sua maioria as decisões tomadas sente de forma inconsciente – ironizando dir-se-ia, *instintiva* – o poder que a energia vinda do exterior lhe confere: continuar consumindo. Isso nos dá precisamente o caráter formulado por Lukács no epílogo de *O Assalto à Razão*: trata-se de “fascismo de mercado”.

Percebe-se, então, que a “determinação determinante” – o capital como a base produtiva desta sociedade – articula-se em uma análise da *totalidade*, porém sempre tendo em conta as determinações precisas, articulações e mediações, caso contrário tem-se um *todo* que *nada* explica, por mais paradoxal que possa ser. Dentro dessa totalidade o momento mais importante é o da produção, a troca orgânica da sociedade com a natureza e a interação social dos produtos forjados a partir desta troca.⁵⁴ A produção é um dos constituintes da complexidade econômica de qualquer formação social. Porém, é mais do que qualquer elemento, é o elemento central, o momento de base. Para que esta se realize é necessário o fornecimento de matérias-primas e de recursos energéticos. Nesta produção é que se assenta toda a economia nacional e toda a reprodução do sistema. Visto, no entanto, que nem sempre as fontes energéticas ou de matérias-primas estão disponíveis para o consumo dentro de um dado espaço geográfico – país, no caso – é necessário recorrer à importação desse recurso. Novos níveis da análise da totalidade se colocam. Surgem os problemas referentes às relações internacionais, a relação entre Estados Nacionais uma vez que o traçado geográfico de um país, os limites estabelecidos pelas linhas divisórias de fronteiras não “obedeceu” às suas necessidades e à distribuição natural dos recursos. O último momento da totalidade se coloca na forma de complexos industriais que estão encastelados nas duas determinações acima, precisam das duas para existir e se arvoram para extrair o seu lucro e reproduzir o seu capital: os complexos industriais, tanto militares como energético. Neste último caso ainda há a fusão de interesses econômicos internos com as formas da política o que dará as diretrizes da política externa.⁵⁵ A correta compreensão destas

⁵⁴ Ponto central do *materialismo histórico* de Marx e Engels.

⁵⁵ Apesar de óbvio, mas que não custa lembrar, a política externa de um país é tanto mais importante no contexto internacional quanto maior é a economia deste país e maior consumidor de recursos naturais é o mesmo.

determinações e a análise de seu funcionamento ajuda a compreender a totalidade do capital atual.

3.3 Classes, elites e geopolítica⁵⁶

Em continuidade com o exposto anteriormente, o que se quer mostrar é a relação estabelecida entre o poder de classes, sobretudo um poder econômico, e o estabelecimento de influências na política, no poder de Estado. Isso se torna ainda mais evidente no campo das fontes de energia no quais os financiamentos são necessários, os gastos de infra-estrutura são enormes e as garantias do retorno do capital investido são necessárias para que se possa começar qualquer investimento. Nessas circunstâncias delineadas de forma muito abstrata – com poucas determinações – já é possível uma primeira aproximação, uma aproximação muito leve, mas uma percepção de como se torna clara a necessidade do poder econômico dos grandes interesses multinacionais sobre o poder político de Estado e como, a partir deste, os interesses são articulados para dar prosseguimento às demandas dos setores econômicos interessados na reprodução do seu capital.

Para que isso fique claro devem-se articular mais alguns momentos da realidade no que ela é, no que ela tem de concreto, ou seja, totalidade determinada. Nunca é inútil insistir sobre a importância da totalidade e dizer que a prova da verdade de uma determinada análise tem que ser feita em relação à totalidade social. Quanto mais essa análise conseguir mostrar o que é verdadeiro – a realidade como complexo de determinações e relações precisas na sociedade – e expressar corretamente os acontecimentos socioeconômicos do seu tempo, mais próxima estará da totalidade. O que não pode acontecer é supor isso um abstrato sem determinações. Neste caso a totalidade converte-se em uma generalidade vazia. O que se tem é justamente o contrário, ou seja, quanto mais próxima da totalidade uma análise se pretende, tanto mais complexa ela deve

⁵⁶ Convém chamar atenção para o fato que aqui se deseja não as conexões e articulações econômicas do complexo industrial-militar e seus desenvolvimentos, assim como o desencadeamento dos aspectos tecnológicos e científicos derivados do mesmo. É intenção o desdobramento dos aspectos políticos uma vez que se trata das relações geopolíticas e de política internacional. Por este motivo o caráter de classes e elites a serem referidas. Basta lembrar que são as condições superestruturais que são aqui abordadas. Para os aspectos econômicos do complexo industrial-militar, ver a tese de Paulo Lima na bibliografia e também SODRÉ, Nelson Werneck. *O Governo Militar Secreto*.

ser e, efetivamente, mais complexa ela se torna. Por isso se faz necessário articular mais alguns momentos da realidade para entender as mediações entre os poderes de Estado e o econômico dos grandes grupos, especialmente no setor energético que sempre foi ligado a grandes investimentos e a importantes grupos econômico-financeiros.

Neste caso, o que se pretende é mostrar como o poder econômico se converte em poder de Estado e se expressa muitas vezes como o interesse geral de uma nação, por meio de ideologias que conquistam o Estado e seus núcleos de poder e decisão. O exemplo claro disso, do qual se vai falar adiante, é o norte-americano. Neste caso nunca um grupo no poder expressou de forma tão clara a confluência entre os interesses econômicos e energéticos e o poder de Estado e geopolítico. O que se deve ter bem claro é que não existe um imediatismo entre o poder econômico e o de Estado.⁵⁷ Por isso as constantes referências à totalidade. O contrário desse imediatismo é justamente a busca das mediações que há muito se tem falado. Neste caso entre o poder econômico dos grandes grupos econômico-financeiros do setor energético e seus interesses de reprodução do capital e a conquista de postos políticos chave dentro da estrutura do Estado é que se localiza o espaço das mediações. Abordar isso em detalhes, no entanto, requer não só uma outra tese, mas toda uma vida de estudos. Somente um estudo desse porte já seria o suficiente para coroar uma vida de esforços científicos. O que se procederá na seqüência é tentar uma aproximação desses dois momentos através de mediações como elites de poder, ideologia e os intelectuais orgânicos que expressam a ideologia de classes interessadas na reprodução do capital e da manutenção de dada estrutura social, produtiva e de relações de reprodução. Mais à frente, no entanto, proceder-se-á a uma análise mais detalhada da questão da ideologia.

Pode-se por ora dizer que a ideologia é uma das formas de se exercer o poder consistente na organização social para a manutenção dos interesses de uma classe ou conjunto de classes que se beneficiam com determinada forma de reprodução econômico-social. A ideologia, portanto, é exercitada como forma de poder e intimamente ligada a este. Seria a expressão clara de influir sobre a ação de outros homens, da sociedade em sua totalidade para lograr os objetivos de

⁵⁷ Neste ponto, de forma errônea, mascarada e ideológica, sempre se entendeu mal o marxismo como um determinismo que nunca existiu entre base estrutural e superestrutura. Não é momento discutir isso, mas só desavisados e completamente ignorantes da extrema complexidade da teoria marxiana pode dizer isso.

controle social e reprodução de determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Neste caso, o estágio de poder global do capital.⁵⁸

Sabe-se que, dentro da sociedade, a ideologia é um momento social de desenvolvimento autônomo, mas não independente. Tem suas especificidades, como é o caso da cultura, mas está determinada como parte da totalidade do capital, a “determinação determinante”. Possui suas peculiaridades, mas se desenvolve em função de suas mediações e determinações providas da interação com outros complexos, outros momentos sociais tais como o complexo político, social e, principalmente o complexo ou momento econômico como a base social que é. Assim, a ideologia se subordina e ao mesmo tempo se integra subordinando outras formas de manifestações sociais. Apesar do nível abstrato da análise neste momento, é sempre necessário verificar que a busca dessas conexões leva ao melhor entendimento dos processos históricos e de desenvolvimento da realidade socioeconômica de qualquer época. Com isso a ideologia se desenvolve dentro da sociedade em função da totalidade social, é uma parte desta totalidade, é uma forma de tornar a totalidade concreta. Isto significa tornar a totalidade uma realidade e não apenas um recurso mental que depois se projeta na realidade.

Ideologia, classes e poder, portanto, se interligam dentro da totalidade social. Porém, uma das outras manifestações sociais que a tornam concreta, ou seja, tornam a totalidade uma categoria fundamental, mas não na forma em que se tem “uma noite na qual todos os gatos são pardos”⁵⁹, é a formação dos complexos estatais, os Estados Nacionais. Apesar de tão fora de moda a discussão em torno do Estado-Nação, ainda não foi feita a sua necropsia, pois não se apresentou o seu atestado de óbito. E por um simples motivo: essa questão do Estado-Nação não foi ainda resolvida.⁶⁰ Vive-se um momento de expansão do complexo econômico no qual o

⁵⁸ Este conceito de ideologia está presente em Lukács em sua *Ontologia* na forma de *posições teleológicas secundárias* (v. Doti, Marcelo Micke. *Capitalismo e Ser Social*. Parte II) e também em Lênin (v. Gruppi, Lucino. *O Pensamento de Lênin*. p. 29, nota 4).

⁵⁹ Nunca será demasiado repetir esta fórmula hegeliana para sintetizar o processo que constantemente se deve fazer o processo dialético, que vai do singular ao todo e do todo ao singular, constituindo particularidades e múltiplas mediações que são a própria concretude e a própria realidade da sociedade em sua dinâmica. Quer dizer, a totalidade não é simplesmente “colocar” todas as coisas possíveis dentro de um processo de análise social, mas sim entender a lógica desses processos, a lógica das determinações, na qual cada momento está articulado e a realidade histórica precisa de cada momento. É isto que pode ser chamada de uma totalidade concreta e determinada.

capital abalou todas as estruturas do comportamento e do fazer social (cultura) dos Estados Nacionais. Um momento no qual o capital objetiva-se de forma a abolir todos os obstáculos à sua reprodução, inclusive aquele mais marcante dentro da materialidade social que são as formas e os usos dos recursos naturais. O maior desenvolvimento do capital em escala internacional representa uma ótica econômica sim quando verificamos suas características tão somente factuais; porém representa um processo de maior sociabilidade quando esses aspectos de desenvolvimento são observados do ponto de vista da totalidade. Torna-se, então, a partir desta apresentação da realidade uma questão interdisciplinar, ou seja, o que realmente é: uma *totalidade mais total, extensiva-intensiva-individual*.⁶¹ No processo de transpassar ou superar barreiras à reprodução uma também deve ceder: as barreiras das fronteiras nacionais. Neste ponto o desenvolvimento do capital esbarra com a questão do Estado-Nação. Por isso é que esta questão ainda está por se resolver e longe de estar terminada. No entanto, o objetivo é outro, é interligar ideologia, classes, poder e, agora, mais uma determinação concreta da totalidade, o exercício do poder dentro do Estado-Nação.

Sabe-se que ideologia está profundamente interligada ao poder dentro de uma perspectiva de *consciência social de classe* e de *posições teleológicas secundárias*⁶², ou seja, formas ideais

⁶⁰ Com o processo de mundialização da economia o que se alega é o fim do poder do Estado-Nação, o fim dos Estados Nacionais, pois, dentro do comércio mundial regido pelas relações mercantis e especulativas da mais nova etapa de expansão do capital, os Estados não mais seriam necessários. Pelo contrário, sua ação seria, na verdade, pouco eficiente para a liberdade de mercado. Sua ação dificultaria o comércio e caberia aos Estados apenas promover o bem-estar da população. Apenas não disseram isso para os recursos imensos que os Estados de países subdesenvolvidos garantem aos cofres dos bancos internacionais por meio de pagamento dos juros de suas imensas dívidas. Isto também não foi dito para os Estados que garantiram empresas saneadas para os leilões de privatizações ou ainda os empréstimos vultosos que países como o Brasil concedem para transnacionais poderem articular sua produção em território nacional ou para comprar as próprias empresas privatizadas. Também não foi dito isso para o Estado norte-americano que mantém um complexo industrial-militar que consome mais de US\$ 1 bilhão ao dia (v. nota 102). Aliás, esta morte prematura do Estado-Nação anunciada pelos ideólogos neoliberais da ordem do capital, é mais uma das manifestações da ideologia atual e seu conteúdo profundamente irracional.

⁶¹ Forjou-se este conceito com uma finalidade específica que não é sanha intelectual e muito menos “fúria conceitual” que produz fórmulas e neologismos que pouco se dão a explicar a realidade. Este conceito de capital extensivo-intensivo-individual foi formulado para dar conta da forma de reprodução específica ao modo de produção capitalista que ao avançar suas forças produtivas insere em sua lógica específica toda a realidade social e espacial em seu núcleo produtivo, ou seja, a produção de mercadorias. Esta é a marca específica do capitalismo, produzir uma realidade social totalmente mercantil, pelo espaço (extensiva), pelas forças produtivas mais sofisticadas e expressa especialmente em técnicas produtivas (intensiva) e através dos indivíduos.

⁶² A terminologia é de Lukács na sua *Ontologia*, parte II na qual são desenvolvidos os principais e complexos e categorias ontológicas significativas do ser social. No entanto, cabe ressaltar que existem falhas na concepção de Lukács no que se refere à suposta ruptura entre ser social e ser biológico em um claro processo de dívida ao

expressas, conjunto de conceitos e práticas expressas por linguagem (é a mediação própria da ideologia e sua forma de exercer o poder) e que ganham poder para influenciar a sociedade em determinada direção. Por isso *consciência social de classe*. De outra forma, a ideologia é a maneira pela qual as classes sociais expressam sua consciência social no intuito de subordinar a sociedade inteira aos propósitos da reprodução social e, portanto, econômica. Assim, a ideologia se exerce como um *poder* influenciando sobre outras classes e sobre indivíduos (aqui entra o papel da cultura). Porém, esse poder a ser exercido possui diversos aspectos e um deles é o poder de Estado. A ideologia, como complexo ou momento social dentro da sociedade e sua função, se materializa, se torna poder real e não mero conjunto de abstrações. Neste momento preciso que todas as discussões e problemas, questões e conjecturas em torno da ideologia, confluem. Ela se exerce como poder, mas o exercício desse poder, sua materialidade, possui várias expressões. Por exemplo, por trás das instituições de controle social (grandes empresas, escolas, meios de comunicação, etc.), corresponde uma forma de materialização do poder da ideologia. Outra forma, que nos interessa, é o acesso ao poder do Estado-Nação como materialidade por excelência do poder da ideologia.

Percebe-se aqui uma das formas de materialização, portanto de concretude, da totalidade do complexo ideológico. Na concretização daquilo que é, *a priori*, abstrato – o complexo ideológico em sua totalidade e o fato desse complexo ser movido por luta de classes – o complexo ideológico, então, tem necessariamente que se exprimir em um poder de classe que é, empiricamente, o poder de uma *elite no poder*. Esta nada mais é, no entanto, que a materialização, a concretização do abstrato, as *classes sociais* interessadas no acesso ao poder, nas determinações da formação social para manter seu padrão reprodutivo e acumulativo. Trata-se da forma como se materializa o poder das classes dentro do Estado-Nação e o uso que as elites fazem “em nome” das classes dos instrumentos de poder deste Estado-Nação. Desta maneira, o simples e direto estudo das elites é perder de vista a totalidade social e as múltiplas determinações da realidade (relação social), suas mediações, seus matizes principais que lhe vão conferindo concretude, realidade histórica; sintetizando, perde-se de vista aquilo que dá objetivação à sociedade que são as relações de produção. O mesmo se aplica às classes. Estudar a

idealismo e ao “humanismo marxista”. A versão inicial desta tese vislumbrava uma parte para criticar esta concepção, porém decidiu-se por um capítulo teórico inicial mais sintético como já referido. V. Doti, Marcelo Micke. *Ser Social e Capitalismo*. Parte II.

ação exercida no poder pelo simples e direto interesse de classe é não perceber que entre o exercício desse poder e a sua concreta manifestação, a sua objetivação, existe mediações e uma delas são as elites; outra são também os próprios instrumentos de poder do Estado-Nação. A estrutura de classes é a mediação entre a base produtiva e a superestrutura social. A forma de exercício do poder de classes dentro das manifestações do poder instituído não pode ser inferida de maneira direta da base sob o risco de determinismo jamais feito por Marx.

Mas estas elites que exercem o poder, grupos que se colocam na forma de um exercício do poder em torno da classe, formulam um “pensar”, táticas e estratégias de ação para o poder de Estado instituído. Essas formulações são reflexos da ideologia da classe a qual garantem a reprodução social e os padrões acumulativos. Porém, essa formulação nada mais é do que a explicitação da ideologia de classe no que tange ao poder de Estado, ao poder exercido nos limites institucionais do Estado-Nação. Logo, a ideologia dessa elite é a ideologia que determinada classe exerce, é aquela que se efetiva enquanto poder.

O pensamento geopolítico expressa a ideologia do Estado-Nação. Essa se exerce como poder na forma da *consciência social de uma elite* que busca influenciar toda a nação em suas aspirações como aspirações nacionais. A geopolítica, então, exprime uma ideologia do Estado-Nação, mas que é a ideologia específica da elite em torno do Estado-Nação. A elite busca tornar seu “pensar geopolítico” o “pensar nacional” confluindo ideologia de classe com ideologia nacional. Essa busca de tornar o seu “pensar” o “pensar nacional” por meio de todos os instrumentos de poder institucionalizados que a elite tem nas mãos, nada mais é do que expressar a sua *consciência social de classe* manifestação de sua própria ideologia. Mas não se poder esquecer que esse “pensar geopolítico” ao ser a ideologia de um pequeno grupo, de uma elite e do próprio Estado-Nação, é também da classe e suas formas periféricas (frações, etc.) que amparam essas elites respaldando suas atitudes. Esse respaldar das elites no poder têm várias maneiras de manifestação na qual o voto – no caso das democracias – é uma delas.

O que se deve ter claro é que a ideologia de determinada classe, quando expressa na forma de poder dentro do Estado-Nação o é através de uma elite, do grupo, que dessa forma “formula seu pensar” como expressão de poder dessa ideologia e do pensamento hegemônico.

Deve ficar claro o papel das elites como instrumentos objetivos de pressão dos interesses de classe dentro da estrutura do Estado. Porém, entre as necessidades de classe e as políticas de Estado voltadas a tais interesses tem-se inúmeras mediações. Justamente aí entra o papel das elites e suas formas muito bem determinadas, portanto concretas, de tomar e influir nas políticas de Estado. Os interesses de classe, mesmo sendo objetivos e determinados em um dado contexto de produção e reprodução socioeconômica, expressam-se de maneira difusa e abstrata em diversas instâncias ou momentos sociais e de forma concreta e clara dentro do poder de Estado por meio de elites que podem e devem proporcionar a necessária estrutura para que sejam consolidados. Para os interesses do capital, o que importa é a possibilidade de reprodução, de acúmulo, concentração e centralização econômica. Isso é muito claro uma vez que o capital opera, em primeiro lugar, na base produtiva da totalidade econômica. A garantia política dessa reprodução é fundamental, porém, se fosse possível “ler” a totalidade social, o primeiro capítulo falaria da reprodução da base do sistema. Mais evidente quando são os grandes interesses econômico-financeiros. Mas, na sociedade em que o capital é a “determinação determinante”, os interesses dos grandes grupos não se expressam apenas como “seus interesses”: a reprodução do capital é, no capitalismo, reprodução social e, assim, ao reproduzir a escala gigantesca dos grandes interesses também está reproduzindo grande parte das necessidades sociais de determinadas classes não controladoras da produção do capital dos grandes grupos. Porém, são classes dependentes desses grandes grupos. Por este motivo o interesse dos grandes grupos conflui para o de muitas outras classes, frações, etc. É o caso evidente das classes médias, especialmente nos países hegemônicos. A expressão desses interesses é ideológica e, portanto, cultural, ou seja, a manutenção de um determinado “modo de vida”, valores, sociais, que se objetiva no consumo de mercadorias, no consumo energético, etc. Os interesses ideológicos são semelhantes e confluem para a manutenção do padrão de reprodução social e do capital estabelecido. A expressão desses interesses dentro do quadro determinado e concreto das instituições políticas deve se fazer de forma na qual a confluência esteja garantida. Deve se fazer de maneira tal que o poder de Estado, suas instituições, suas formas de garantir a própria reprodução do sistema ocorra para todas as classes com os mesmos interesses ideológicos e materiais.

Tem-se, portanto, um quadro extremamente complexo no qual um dado interesse ideológico e de reprodução social conflui para os interesses econômicos (o econômico é a forma mais específica, pois a tal interesse também corresponde o mesmo interesse ideológico) de grandes grupos. A garantia dessa reprodução social e econômica é mediada, ou seja, passa pelo poder de Estado. Conquistar os meandros administrativos e das fontes do poder é necessário. Surge, então, o papel fundamental das elites e grupos de poder, representantes não só dos interesses econômico-ideológicos da sociedade, mas dos grandes grupos econômico-financeiros em particular (o particular sendo sempre a determinação precisa e específica).

A presença das elites faz a mediação⁶³ entre os interesses sociais em geral e a reprodução do capital em particular e o poder de Estado, podendo ser verificadas em múltiplos aspectos e com várias manifestações. São administradores de empresas que se tornam detentores de cargos públicos. Também surgem firmas de consultoria que prestam assistência a empresas nas quais a diretoria é composta de detentores de cargos públicos. Militares presentes nas diretorias de indústrias bélicas e no Estado e os interesses do complexo industrial-militar junto ao Estado por meio não só destes, mas também de diretores das empresas.⁶⁴ Institutos de pesquisa que orientam políticas públicas de desenvolvimento sendo que muitos dos pesquisadores desses institutos estão

⁶³ Sobre os conceitos e idéias que serão desenvolvidos aqui no sentido de que as elites constituem uma mediação necessária entre os interesses de classe em geral e o real, determinado e particular poder de Estado exercido no sentido da reprodução do capital, no benefício das elites, mas também de toda classe que ela representa e os interesses gerais de classes a elas ligadas e subordinadas, possível consultarem o livro: Dreifuss, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Apesar de tratar da realidade brasileira ilustra com perfeição esse papel de mediação das elites. O que não se encontrará, no entanto, no livro, é o conceito teórico de mediação no sentido de buscar a precisa determinação do poder como poder econômico e de classe exercido através da elite que, por isso mesmo, exerce papel mediador. Mesmo assim é possível extrair do livro algumas indicações teóricas para ilustrar um pouco esse aspecto de mediação que será aqui desenvolvido. Ver sobre isso indicações dentro do capítulo V e em especial as notas 1 e 2 deste capítulo na p. 209. Sobre o pensamento político de Gramsci que Dreifuss cita por várias vezes no livro, inclusive no capítulo referido, é possível verificar uma introdução ao mesmo no livro de Coutinho, Carlos Nelson. *Gramsci – Um Estudo sobre o seu Pensamento Político*.

⁶⁴ Percebe-se, assim, que elites podem se confundir no sentido de incluir, mas não se restringe ao *lobby*. Os chamados *lobbies* são grupos de pressão a influenciar as decisões governamentais em favor de dado interesse empírico, direto, imediato de dada empresa, grupo de empresas e até mesmo ramos e setores econômicos inteiros. As elites como conceito político fundamental inclui, portanto, a atividade dos *lobbies*. Porém aquelas são formas de expressão concreta da atividade empírica destes. Sobre o conceito de *lobby* ver o livro de White, *O Conceito de Sistemas Culturais*, p. 83 ss. que é o capítulo dedicado a este tema com especial atenção para o que acontece nos EUA. Também interessante e que será abordado na sequência desta tese é outra expressão empírica das elites e das classes: os *think-tanks* como forma clara de manifestação dos *intelectuais orgânicos* (v. adiante). Os *think-tanks* elaboram políticas públicas destinadas a direcionar as decisões estatais e que correspondem aos interesses de classes e elites favorecendo, como já se disse ramos e setores econômicos, por vezes, inteiros. Ver na bibliografia a publicação do Departamento de Estado dos EUA sobre os *think-tanks*.

ligados a membros do governo ou são consultados por estes. No caso de tais institutos, algo mais interessante acontece. Os pesquisadores ligados aos mesmos aparecem nos meios de comunicação (mídia) e divulgam pesquisas, dados, novas tendências econômicas e energéticas, etc. Servem, então, como porta-vozes de um determinado quadro ideológico e ideologicamente comprometido, pois se apresentam à sociedade como técnicos, pessoas sem compromissos com o poder, portadores de uma racionalidade imparcial. O resultado disso é a divulgação de pesquisas que levam a crer em evidências – sempre suspeitas – que a grande maioria aceita, pois se coaduna como suas orientações ideológicas e suas necessidades materiais.⁶⁵ Este grupo constitui aquilo que se chama de *intelectuais orgânicos*.⁶⁶

Enfim, o quadro no qual se pode perceber a manifestação dessas elites é muito amplo e pode-se dizer, sem medo de erro que, para cada setor econômico que se tenciona estudar, existe todo um quadro específico de confluência entre esfera pública e privada e em que o poder das elites se manifesta. Pode-se dizer que tais pessoas fazem a “ponte”, o elo entre as elites e o poder público, participando de diretorias de empresas e do governo ao mesmo tempo, por exemplo, constituindo sua mediação com o poder. O que se deve fazer é procurar selecionar o que se quer de específico para entender as articulações da elite com o poder e a reprodução do capital vista como necessidade nacional, como problema de Estado ainda que disfarçado sob o manto de uma ideologia e na verdade como a ideologia dominante de amplas classes beneficiadas pela sua reprodução. Neste quadro teórico e político-econômico é que se inserem as questões energéticas.

⁶⁵ Veja aqui, por exemplo, o atual ideólogo norte-americano das alternativas energéticas ao petróleo, o hidrogênio. Fala-se de Jeremy Rifkin. Este pesquisador divulga suas pesquisas para grandes platéias, cobra caro por isso e seu instituto – Fundação de Tendências Econômicas de Washington – é consultado por empresários e poderosos a respeito de tendências econômicas vindouras. Foi assim em seu livro sobre a questão dos empregos (*O Fim dos Empregos*) e recentemente com relação ao seu novo best-seller (*A Economia do Hidrogênio*). Nos dois casos, o que se tem, é a divulgação de idéias que “agradam” os ouvidos da maioria e à ordem do capital, pois procura simplesmente manter a reprodução social determinada pela categoria capital. É o campo social da pura propagação ideológica, de divulgar as idéias que correspondam à ideologia dos interesses dominantes, das classes dominantes e daquelas que se beneficiam com o padrão de reprodução presente. Estes ideólogos, a *intelectualidade orgânica*, e seus institutos compõem aquilo que se chama de *think-tanks* dentro dos EUA que será abordado adiante.

⁶⁶ Esta conceituação de intelectuais orgânicos é devida à Gramsci e refere-se ao grupo de intelectuais ligados necessariamente a uma dada classe ou fração e lhe confere certa homogeneidade de interesse e de proposta ideológica. Sem entrar em profundidade no assunto, a questão é posta da seguinte maneira: no processo de formação de uma classe, somente a inserção produtiva não forma uma classe. É necessário o processo de reconhecimento de uma classe para si mesma e isso é precisamente sua ideologia. Os intelectuais orgânicos cumprem esse papel ao dar identidade formal à mesma.

É através desse quadro teórico mais geral que se pode chegar às proximidades do entendimento específico das orientações empíricas da história atual.

Pode-se falar um pouco mais de perto sobre o poder das elites dentro do quadro específico dos países hegemônicos e dos EUA em particular. Deve-se ainda explorar algumas questões sem adentrar nos problemas energéticos que constituem o foco mais preciso desta análise. Julga-se aqui o fato de ficar mais fácil o entendimento do específico quando existe um arcabouço teórico por trás que faça com que este se torne concreto e real dentro da totalidade. Em outros termos tem-se que proceder de uma análise que vá do abstrato ao determinado, do geral ao particular e, assim, ganha determinação e riqueza conceitual, densidade interpretativa, aproxima-se do real e, portanto, da totalidade que é a forma pela qual a sociedade existe.

Na seqüência pretende-se estudar um pouco do poder das elites no quadro hegemônico mundial e o papel dos institutos que formulam políticas públicas (os think-tanks como são internacionalmente conhecidos) como parte dessa elite. Tais intelectuais orgânicos são partes da determinação da elite e, ao mesmo tempo, através dos meios de comunicação de massa, expressam ideologias que são do interesse geral de vastas camadas da sociedade, atendendo os interesses da reprodução econômica e social e do capital em particular. Em específico das indústrias energéticas.

Para falar um pouco das elites no quadro da história de um dos países hegemônicos, recorreu-se ao livro de Whright Mills de 1956, A Elite do Poder, que apesar de contar quase cinquenta anos, mostra muito bem a ascendência militar e do poder das empresas no quadro da administração pública. Mills procura mostrar o processo de formação da elite do poder e os momentos históricos diferenciados de sua ascendência sobre o Executivo. Vai delineando as classes representativas da vida política, social e econômica do país retratado, paradigma de sua análise. Seu método consiste em perceber desde as classes e seu espaço nas cidades até às elites do país nos anos 50. Proceda desde o estudo histórico até artigos de jornal, perfil psicológico destas elites, status não só de poder, mas também dentro da sociedade, etc. Traça uma visão histórica do desenvolvimento dessas elites e seu enriquecimento. Demonstra como famílias ricas perpetuam seu poder e como esse poder depende de postos-chaves na administração, no exército

e nas empresas. Procura mostrar como o poder dessas elites não é abstrato, mas determinado pela instituição na qual se coloca a mesma. Por exemplo, a elite empresarial não tem poder por si, mas pela posição que ocupa dentro da empresa gigante. Outra questão é que a ideologia de que todos podem vencer é falsa: as elites empresariais já herdaram em sua grande maioria as fortunas que administram e a aumentam. Ainda é fundamental acrescentar que se deve descobrir a ação das pessoas por trás da lógica produtiva do capital. Precisamente a ação da elite representativa da classe dos capitalistas. Ao se falar de capital e seu desenvolvimento no sentido de forjar uma realidade-para-si⁶⁷, parece que se está diante de um todo que não tem determinações, de um todo que move autonomamente. Justamente a falta de apreciação e deslindamento das mediações é que não deixa pistas de como a realidade do capital é movida por pessoas e como estas representam uma classe. Essa representação de interesses provoca choque com outras classes. Somente entendendo assim – através da consciência de que existem pessoas e interesses de classe por trás da lógica do capital – é que se consegue entender o capitalismo e sua expressão máxima atual: o capitalismo norte-americano.

As passagens que mais interessam em Mills são as referentes à confluência das esferas empresariais, militares e estatais. Sobretudo interessante para o conteúdo desta abordagem, são as partes do livro nas quais o autor entrelaça esses três níveis de poder. Somente a partir desses níveis é que se julga ser possível entender as questões colocadas acima nas quais interesses militares, econômicos e Estatais confluíam dentro do quadro energético. O que anteriormente apareceu neste capítulo como abstrato torna-se agora e continuamente mais determinado.

Logo na abertura do livro, Mills afirma que:

Essas hierarquias do Estado, empresas e exército constituem os meios de poder e como tal são hoje de uma importância sem antecedentes na história humana – e em sua cúpula estão os pontos de comando da

⁶⁷ Usa-se aqui esta expressão de realidade-para-si no sentido de mostrar como todas as determinações da vida social acabam moldando-se em razão do capital. A realidade expressa a totalidade das relações sociais em todos os seus níveis. Sendo na análise marxiana o processo produtivo de troca orgânica da sociedade com a natureza a base de toda a produção e da existência humana, a realidade-para-si é a expressão de todas as relações sociais em todos os seus níveis moldadas em função do modo produtivo do capitalismo. No entanto, a riqueza conceitual de Marx não pode ser confundida com os manuais de materialismo histórico que fazem dessa determinação fundamental em uma “determinação fundamentalista”, dogmática e sem precisão. A busca das corretas mediações e determinações são processos complexos e que conduzem, portanto, a um quadro teórico sempre mais complexo.

sociedade moderna, que nos proporcionam a chave sociológica da compreensão do papel das altas rodas na América.⁶⁸

Justamente no sentido do que vimos expondo até agora. “As decisões de um punhado de empresas influem nos acontecimentos militares e políticos, além dos econômicos, em todo o mundo.”⁶⁹ Ainda deixa claro o papel das empresas e seu poder dentro da estrutura do Estado na atualidade. Esse quadro que Mills delineia para os países de capitalismo avançado nos anos 50 vale perfeitamente para o mundo da atualidade visto o quadro do atual imperialismo.⁷⁰ Em outra passagem ainda na abertura do livro o autor relaciona as três esferas de poder: “Na cúpula de cada um desses três domínios ampliados e centralizados surgiram as altas rodas que constituem as elites econômica, política e militar.”⁷¹

Posteriormente, Mills irá definir o que se entende por elite: “Preliminarmente, e tendo em vista um mínimo, traçamos a linha aproximadamente, como se fosse com carvão mesmo: por elite do poder entendemos os círculos políticos, econômicos e militares que, como um complexo de igrejinhas interligadas, partilham decisões de conseqüências pelo menos nacionais.”⁷² Nesta afirmação vê-se com clareza a integração entre as esferas que se assinalou anteriormente: política, guerra e economia. Também se pode notar o esforço por se traduzir em atos e ações de Estado, o funcionamento da economia. O poder econômico das grandes empresas e a reprodução do capital não se dá de forma independente da ação humana concreta, determinada. Esta reprodução é responsabilidade de seres humanos concretos que tomam decisões de âmbito internacional (“pelo menos nacionais”). Basta lembrar, para precisar o que se expressa, ainda que em outro contexto (em debate com o idealismo alemão), a frase de Marx da *Ideologia Alemã* de que o pressuposto da história é a existência de seres humanos reais. Isso abre perspectivas. Na medida em que se pode e se deve fazer a história, as ações humanas devem romper com um

⁶⁸ Mills. *A Elite do Poder*, p. 14.

⁶⁹ Id. p. 16.

⁷⁰ Ver sobre imperialismo além dos clássicos de Lênin, Bukharin e Hilferding, também o atual livro de Negri e Hardt.

⁷¹ Id. p. 17.

⁷² Id. p. 28.

fatalismo econômico típico da II Internacional⁷³ e difundido atualmente não por uma agregação de esquerda, mas sim pela ideologia irracional. Isso sempre irá, então, nos remeter a alternativas, a possibilidades de rupturas dentro do quadro da causalidade.

A definição de Mills sobre as elites do poder marca também um esforço de buscar o que se insistiu em boa parte deste texto: a mediação entre o econômico, os interesses de classes e o poder político como necessidade para a própria reprodução econômica. Julga-se, no entanto, que a definição dada por Mills vai a um sentido mais estrito e determinado de entender a sociedade capitalista e norte-americana dos anos 1950. A definição que se pretende neste texto é mais teórica e abrangente e por isso se insistiu em que seria necessário o estudo específico de cada possível setor econômico para entender a forma, o *modus operandi* de cada elite para poder tornar concreta a definição aqui sustentada. Porém, a definição de Mills ajuda a formar o quadro geral daquilo que se tenciona mostrar.

Voltando ao texto do intelectual norte-americano, antes de se falar do domínio das grandes empresas e do complexo industrial-militar e, por conseguinte, dos militares através das muitas indicações do autor, deve-se lembrar que as esferas do poder partidas em domínios militares, políticos e empresariais produzem um quadro no qual a guerra, paz, depressão, prosperidade não são acaso: são obra daqueles que controlam de forma centralizada o poder de decisão.⁷⁴ É dessa forma que os interesses de classe se expressam como poder, como forma de decisão, pela mediação da elite do poder.

“A posição desfrutada numa empresa nacional tornou-se a principal base de pretensão de prestígio. A empresa é hoje o centro de poder organizado das classes proprietárias.”⁷⁵ Todos se voltam para grande empresa para obter prestígio, *status* social bem como a possibilidade do poder

⁷³ Nos debates da II Internacional é que surge o problema do determinismo econômico expresso na forma de um fatalismo completamente desprovido de sentido político. Significa dizer a destituição e a falta de importância da ação política e ideológica, justamente dois patamares de constituição da realidade social que estruturam a existência e a determinação de uma classe social e seu processo de transformação da realidade. Sobre este debate ver com detalhes o texto de Guido Oldrini na bibliografia.

⁷⁴ Id. p. 37.

⁷⁵ Id. p. 103.

político. Propriedade é sinônimo, nesta passagem, do ato de pertencer à uma posição hierarquicamente privilegiada dentro da grande empresa. E isso se verifica também no domínio da guerra. A força de uma nação e a sua condição de se tornar uma potência reside no fato de poder, com os seus recursos militares, ameaçar com uma guerra decisiva.⁷⁶

No capítulo 5 sobre “os muito ricos”, através de uma série de dados, Mills irá mostrar como esses homens ricos assim não se tornaram por um acaso. Mostra através de dados que esses homens em sua grande maioria já vinham de fortunas enormes no passado. E com isso é que se produz o crescimento e concentração do poder econômico:

A incorporação da economia dos Estados Unidos ocorreu num continente de abundantes recursos naturais, povoado rapidamente por imigrantes dentro de uma estrutura jurídica e política disposta e capaz de permitir que os homens, como particulares, realizassem a tarefa. Foi o que fizeram. E realizando sua tarefa história de organização para o lucro, a industrialização e incorporação, adquiriram para seu uso particular as grandes fortunas americanas. Dentro do sistema de empresas privadas, tornaram-se os muito ricos.⁷⁷

Os muito ricos não reinam visíveis e simples no alto da hierarquia. São complementados por agentes da estrutura corporativa e do Estado. Mas isso não significa que foram substituídos. Depois da crise e do *New Deal* tiveram que operar com técnicos habilidosos no campo de impostos, regulamentações, contratos de guerra, fusões, etc.⁷⁸ Enfim, com uma série de estruturas de apoio ao seu poder. Essa estrutura toda ajuda a reforçar o *invisível* de seu poder. “Adotaram também todos os tipos concebíveis de colaboração protetora para a natureza essencialmente irresponsável de seu poder, criando a imagem do rapaz da cidade pequena que teve êxito, do ‘estadista industrial’, do grande inventor que ‘cria empregos’, mas que, apesar de tudo isso, continua sendo apenas um sujeito comum.”⁷⁹ Ao não ser possível “visualizar” os muito ricos torna-se mais forte a tese de que a ideologia irracional conflui para mistificar a estrutura do

⁷⁶ Id. p. 104.

⁷⁷ Id. p. 141.

⁷⁸ De maneira bem geral e muito reducionista apenas para critério informativo geral, o *New Deal* foi um amplo processo de investimentos públicos que ampliou sobremaneira o quadro e a participação do Estado dentro do processo de reprodução econômica. Isso acabou por transformar a máquina estatal em um gigantesco aparelho de intermediação dos interesses públicos e privados, confundindo-os e, portanto, levando ao processo crescente de participação dos grupos empresariais e suas elites dentro da administração pública.

⁷⁹ Id. pp. 142-3.

capital atual. “A ausência de informações sistemáticas e a distração do ‘interesse humano’ comum nos levam à suposição de que eles realmente não existem. Mas estão bem vivos entre nós – embora muitos se ocultem nas organizações impessoais onde seu poder, riqueza e privilégios estão ancorados.”⁸⁰ E ainda mais importante do que tudo, não existe uma separação de interesses entre os alto executivos e os muito ricos, “*não* são duas classes distintas e claramente separadas.”⁸¹ Pelo contrário, todos esses personagens confluem para interesses pessoais e econômicos iguais que é justamente a reprodução do grande capital. No setor energético só pode ser o do grande capital em função de sua elevada necessidade de recursos e do uso cada vez mais ampliado de territórios, espaços geográficos para além da nação, transformando as questões particulares dos grupos em questões geopolíticas e de razão nacional. E dizem-se *personagens*, pois seus interesses econômicos são os da reprodução não só do capital de suas empresas, mas de toda a estrutura social e do interesse de todas as classes que dependem desse modelo e modo de vida. São eles que irão formar a elite do poder representando seus interesses e de suas empresas ao mesmo tempo em que representam os interesses de classe bem mais abrangentes do que apenas o do grande capital. Afirmou-se anteriormente que os “interesses abrangentes” são aqueles que expressam a reprodução do grande capital e implica a reprodução da sociedade organizada em torno deste. As classes dependentes do mesmo, como a classe média, estarão mantendo seu padrão de vida com a manutenção do grande capital. “A história da economia americana desde a Guerra Civil é, portanto, a história da criação e consolidação desse mundo associado de propriedade centralizada.”⁸² Atualmente o capital é ainda mais centralizado e concentrado.

“A difusão da propriedade de importância se faz dentro de um círculo muito restrito; os executivos e proprietários não podem simplesmente defender os interesses limitados de cada propriedade: seus interesses se identificam com os de toda a classe das grandes empresas.” A dispersão da propriedade entre os muito ricos contribui para a unidade de classe. O controle

⁸⁰ Id. p. 143.

⁸¹ Id. p. 145.

⁸² Id. p. 146.

empresarial através de processos jurídicos exclui os interesses dos pequenos proprietários.⁸³ A ideologia de uma distribuição da propriedade é ilusão: somente 0,2 ou 0,3% da população adulta possui ações compensadoras.⁸⁴ Através da ideologia transformam os limitados poderes econômicos dos pequenos investidores em poderes de toda a indústria e de toda a classe. Incutem nas fileiras dos pequenos homens de negócio as opiniões da alta roda.⁸⁵

Mais interessante disso tudo é que se produz uma concentração de tal forma no alto escalão das grandes empresas que se têm as “diretorias entrelaçadas”: interesses das altas rodas, objetivos comuns e perspectivas políticas das classes proprietárias.⁸⁶ Dentro desse quadro já era possível para Mills perceber que nos anos 1950 a “técnica eletrônica das comunicações e controle de informações se está tornando tal que ainda maior centralização é possível.” “O equipamento complexo e especializado da sociedade anônima inevitavelmente será reunido e controlado com maior facilidade.”⁸⁷ O mundo das sociedades anônimas (S/A) têm duas ou três gerações mas criou os homens que subiram com ele⁸⁸ e controlam o poder. E todo esse poder, que não é apenas econômico e político, mas também militar, visto confluírem interesses tanto destes quanto econômicos dentro dos grandes complexos industrial-militares e, por outro lado, militares e políticos dentro do Estado e de suas ideologias formuladas pelos *think-tanks*, os interesses em escala *geopolítica*: a reprodução do grande capital e de todos esses interesses envolvidos faz-se tanto em escala nacional como internacional. Os meios de comunicação e de integração eletrônica de que Mills já falava na década de 1950 são na atualidade recursos muito mais sofisticados com as comunicações em tempo real. Trata-se, realmente, de um novo quadro de imperialismo.

⁸³ Id. p. 147.

⁸⁴ Id. p. 148.

⁸⁵ Id. pp. 148-9.

⁸⁶ Id. p. 150.

⁸⁷ Id. *ibid.*

⁸⁸ Id. p. 154. Ver também Sweezy e Baran, *O Capitalismo Monopolista*, às pp. 26-7 no qual os autores abordam a questão da sociedade anônima gigante e, nesta passagem, citam justamente o livro de Mills ora referido.

Deve-se dizer que os detentores da propriedade e sua classe, em uma época de divisão da mesma, transformaram-se nos ricos associados e atraíram novos profissionais para si, homens de “substância executiva e política”.⁸⁹ A elite dessas empresas está associadas à estrutura política do país. Soberania econômica acaba se confundindo com a política.⁹⁰ O mundo das empresas se desenvolveu de maneira intrincada com o da política e com isso os executivos associaram-se aos políticos.⁹¹ É nesse quadro que as elites se tornam uma forma de mediação do poder.

Além desse quadro delineado sobre a influência das elites empresariais dentro do quadro da nação, Mills também mostra como após a II Guerra Mundial os interesses da guerra e os interesses militares cresceram. Os interesses militares, industriais e políticos passaram a se entrelaçar na coordenação das ações de Estado. Particularmente importantes são os capítulos VIII e IX de seu livro no qual estão as questões fundamentais sobre a guerra.

Pode-se assim, junto com o autor, traçar um quadro nesse sentido através de várias passagens de seu livro. No século XVII tinha-se o controle civil sobre militar e declínio do poder destes. Os militares sujeitaram-se às decisões civis. Isso ocorreu em todo o século XIX até à Primeira Guerra. No século XX após uma interrupção entre a paz napoleônica e a I Guerra o “senhor da guerra” ressurge. Na América eles caminharam para o vácuo político e se associaram a estes e empresários formando uma nova forma de elite associada.⁹²

Com o fim da II Guerra Mundial e a emergência da guerra fria como um poder econômico⁹³ se desenvolvendo e, através disso, um poder ideológico que significaria a aliança norte-americana com outros países no sentido de desenvolvimento do capital multinacional⁹⁴, os militares ganham

⁸⁹ Id. p. 180.

⁹⁰ Id. p. 200.

⁹¹ Id. p. 202.

⁹² Id. p. 206.

⁹³ “A coisa toda se resume no seguinte: as forças armadas dos Estados Unidos desejam continuar a existir; para existir, elas precisam de armas. As firmas produtoras de armas querem continuar a existir e ganhar dinheiro; para fazê-lo elas precisam produzir armas. Os soviéticos propiciam a justificativa dessa existência. As mesmíssimas instituições e o mesmo processo se justificam na União Soviética.” (Galbraith. *A Era da Incerteza*, p. 253)

destaque. Na verdade são os interesses industriais e militares que aqui se revestem de importância. O isolamento do país hegemônico e seu mercado interno articulado aos recursos naturais não necessitavam de força militar diante do mundo. Após a II Guerra passaram a ter uma vizinhança militar e técnica que mudaria completamente esse quadro.⁹⁵ “Em suma, a guerra, ou um estado de intensiva preparação para ela, é tido como a condição normal, e ao que tudo indica permanente, dos Estados Unidos.”⁹⁶ O “senhor da guerra” de Mills vê a economia como meio de produção militar e a grande empresa como um estabelecimento militar mal dirigido.⁹⁷ Esses “senhores da guerra” eram parentes distantes da elite dos Estados Unidos. Hoje são primos de primeiro grau e em breve se tornarão irmãos mais velhos.⁹⁸ E, em plenos anos 1950, Mills afirma algo muito claro como fundamento econômico da reprodução do capital como um dos grandes negócios do mundo: a guerra é necessidade de nossa época e um apego à metafísica militar.⁹⁹

Durante a II Guerra os Congressistas americanos “aprovaram” o “Projeto Manhattan” sem saber o que se fazia e das verbas do orçamento militar para o mesmo.¹⁰⁰ Sabe-se que a tendência do orçamento militar dos EUA após a II Guerra foi de crescimento, estimulado pela ideologia da guerra fria. Novamente tem-se que antes da II Guerra o orçamento militar, já alto, nunca foi inferior a 30% de total e na média tem sido 50% do mesmo. Em 1955, para cada US\$3, destinava-se US\$2 para os militares.¹⁰¹ Com a crise do bloco socialista, houve um declínio desse orçamento com o fim da Guerra Fria. Porém, após o 11 de setembro ficou muito evidente o entrelaçamento dos interesses da guerra e da dominação e segurança geopolítica com a reprodução econômica total da economia nacional e, para isso, as necessidades energéticas como pivô essencial desse quadro. É o que se chamou de “tríade dialética”. A evidência desses gastos é

⁹⁴ Ver o exemplo do Brasil no contexto da penetração multinacional no país e seus associados nesse quadro ideológico da guerra fria que revestia, na verdade, uma nova ordem econômica. Dreifuss. *Op. Cit.* cap. V.

⁹⁵ Mills. *Op. Cit.* p. 220.

⁹⁶ Id. p. 221.

⁹⁷ Id. p. 235.

⁹⁸ Id. p. 237

⁹⁹ Id. p. 241.

¹⁰⁰ Id. p. 245.

¹⁰¹ Id. p. 254.

que presentemente do principal país do capitalismo avançado o orçamento militar já supera o período da Guerra Fria e chega a quase 50% dos gastos militares do planeta.¹⁰²

Todo esse quadro se configura muito bem após a II Guerra e leva à formação de uma elite de poder que se mistura e se mescla com interesses econômicos, militares, industriais (a emergência do complexo industrial-militar), geopolíticos e energéticos. Assim, a partir da II Guerra, em função das características da guerra moderna a penetração militar foi cada vez maior. Também tiveram que convidar homens do poder econômico para intervir em assuntos militares: tudo isso querendo ou não.¹⁰³

Em nota anterior afirmou-se que a guerra fria tornou-se um “negócio”. Isso já era claro nos anos 1950 e com a *reconversão*, ou seja, a volta à economia civil e não de guerra, os militares estariam na iminência de perder o poder. As empresas produziram menos e a não condução correta da reconversão levaria à perturbação dos padrões de monopólio. Assim, após a II Guerra as exigências militares continuaram.¹⁰⁴ Viu-se, então, que esse padrão permanece no presente revestido de novos confrontos e necessidades.

Para um liberal do século XIX o industrialismo levaria ao fim o militarismo¹⁰⁵ mas verifica-se totalmente o contrário hoje num padrão de retro-alimentação, onde um e outro interesse se desenvolvem juntos e de forma organizada com o poder político e estratégico. É assim que “o progresso científico e técnico, que faz parte da economia, tornou-se cada vez mais parte da ordem militar, que é hoje a maior estimuladora e diretora da pesquisa científica, em proporções idênticas

¹⁰² Os gastos militares dos EUA atingem hoje a cifra dos 417,4 bilhões de dólares. Em segundo lugar no mundo está o Japão com apenas 46,9 bilhões, quase dez vezes menos. O total mundial é de US\$ 956 bilhões. Neste quadro os EUA respondem por 47% do total mundial e o segundo colocado nesta “nova corrida militar”, o Japão, míseros 5% (*Folha de São Paulo*, 10/06/2004). Também se pode avaliar a questão com os seguintes dados: “O ‘Washington Times’ tornou isso bastante claro [gastos militares]. Calcula-se que os Estados Unidos estejam gastando, em atividades com armas atômicas, 45% a mais do que na fase final da guerra fria.” (Newton Carlos. *Bush e a Doutrina das Guerras sem Fim*. p. 13)

¹⁰³ Mills. *Op. Cit.* p. 254.

¹⁰⁴ Id. p. 256.

¹⁰⁵ Id. p. 258.

às de todas as outras pesquisas americanas reunidas.”¹⁰⁶ A realidade das relações internacionais só pode ser definida, e cada vez mais, mesmo que não seja na aparência dessa forma, como militar.¹⁰⁷ “O que se está divulgando e estimulando é a metafísica militar - o estado de espírito que define a realidade internacional como basicamente militar.”¹⁰⁸ Nesse quadro geral tem-se junto com a ação social da camada empresarial como definida, uma “igrejinha” militar: é a elite do poder de políticos, empresários e militares.¹⁰⁹

Para concluir esse quadro – que ainda não é a determinação de poder econômico e político atuais no país de capitalismo mais avançado e seus interesses – no qual se buscou definir a atuação dessa elite incorporadora do poder e dos interesses de classe como totalidade dentro do Estado, pode-se acrescentar que a evidência da atuação das mesmas revela-se nas formas de ascensão ao executivo. Mills assinala que de 1901 a 1953, um terço da elite americana começou no nível nacional e com Eisenhower chegou a 42%.¹¹⁰ Isso significa dizer que os políticos passaram a fazer suas carreiras dentro de um quadro direto de ascensão ao poder executivo em nível nacional e não como políticos que começaram dos menores cargos dentro do Estado. Só pode nos revelar que os grandes interesses, além de tudo financiadores de campanhas eleitorais custosas, conseguem levar alguém ao poder direto em nível nacional sem precisar de outras instâncias do poder público. Em outros termos podemos dizer que os políticos tendem a ser cada vez mais homens de negócios¹¹¹ e que todos os fatos evidenciam a queda dos cargos eletivos na carreira política.¹¹²

Por fim, a sociedade americana do século XIX era de classe média na qual reinavam organizações pequenas e numerosas e de poder relativamente igual. A ordem política e

¹⁰⁶ Id. p. 258.

¹⁰⁷ Id. p. 263.

¹⁰⁸ Id. p. 265.

¹⁰⁹ Id. p. 267.

¹¹⁰ Id. p. 272-3.

¹¹¹ Id. p. 275, nota.

¹¹² Id. p. 276.

econômica eram independentes.¹¹³ Com o tempo constrói-se uma ordem política marcada pela maior distância entre o público e os que realmente tomam decisão.¹¹⁴ “As unidades efetivas do poder são atualmente a grande empresa, o governo inacessível, o sombrio estabelecimento militar.”¹¹⁵ E para difundir suas ideologias, além dos formuladores diretos de políticas públicas, os centros de investigação – think-tanks – que não só difundem ideologias e formulam políticas como “teóricos” distantes da ação da vida pública mas efetivamente ocupam cargos no governo, nos altos escalões do executivo, têm-se ainda outros meios ideológicos: além dos meios de administração centralizados e ampliados e o monopólio da violência, a elite moderna tem outros instrumentos de controle historicamente ímpares como a educação universal compulsória e os meios de comunicação de massa.¹¹⁶ Como isso a educação transferiu-se da política para a economia: preparar pessoas para o progresso e empregos melhores (qualificação)¹¹⁷ e o declínio do espírito público e das necessidades políticas.¹¹⁸

Deve-se fazer referência, neste momento, à função dos centros de investigação e formuladores de políticas públicas, os think-tanks. E, como se afirmou não se trata simplesmente de formuladores de políticas e ideólogos que usam os meios de comunicação de massas para propagar suas intenções de classe que serão incorporadas pela maioria das pessoas dentro e fora da nação. Intenções que expressam os interesses mais amplos de classe, mas que serão efetivamente postos em operação através da ação social e política das elites dentro das estruturas do poder passando pelo poder industrial e dos militares. Mesmo fora da nação hegemônica as palavras desses ideólogos assumem força visto que a reprodução do capital é global e os interesses de classe não ocorrem em um país, mas no mundo todo. As palavras desses ideólogos e dos centros do qual fazem parte não é um problema apenas nacional, mas mundial. É por isso que

¹¹³ Id. pp. 308-9.

¹¹⁴ Id. p. 353.

¹¹⁵ Id. p. 361.

¹¹⁶ Id. p. 364.

¹¹⁷ Id. p. 371.

¹¹⁸ Id. p. 378.

se pode dizer que os centros de investigação (think-tanks) são “os olhos, os ouvidos e até a consciência dos Estados Unidos e a comunidade internacional.”¹¹⁹

Fora da nação hegemônica sua influência se dá não só através do poder eletrônico da mídia mundial. Dá-se também através da reprodução mundial dos interesses de classe conjuntamente com o capital. Em outros termos, a continuidade da reprodução do capital em seu atual patamar de produtividade e de consumo crescentes atende aos interesses dessas classes. Em cada espaço geográfico determinado, em cada país, os referidos interesses têm a sua particularidade, mas estão cada vez mais entrelaçados aos da nação hegemônica visto a ascendência do capital multinacional dentro de cada país e, em especial, em suas esferas geopolíticas de influência.¹²⁰ Deve-se atentar para aquilo que já referido sobre a necessidade de reprodução da economia e as necessidades energéticas. Assim os interesses manifestam-se fora do país hegemônico na forma de garantir espaços territoriais que podem suprir as necessidades da demanda energética do mesmo como economia nacional. Aqui os centros de investigação e seus ideólogos compõem a inteligência orgânica dos interesses de classe, formulando idéias e diretrizes econômicas para manter um determinado padrão de reprodução e consumo econômico e de energia. A inexistência de ruptura entre natureza e sociedade e a ideologia produzida sobre esta ausência serve apenas para mistificar uma possibilidade “eterna” de fontes de energia. Os centros de investigação e seus ideólogos expressam mundialmente os interesses amplos de classe e das elites específicos em cada país, compondo um quadro geral de reprodução do capital. Para as classes interessadas em manter o atual padrão de reprodução do capital e de consumo material (materialidade crescente e civilização do capital mais ampliada) e de energia, as palavras de muitos desses ideólogos são melodias acalantadoras e reconfortantes. Trata-se de um padrão mundial e, devido a posição de muitos desses intelectuais orgânicos dos centros de investigação, acaba assumindo aspectos de referência mundial e até mesmo científica. Nenhuma novidade: é apenas ideologia e, como tal, de interesse de uma determinada classe.

¹¹⁹ *La funcion de los “Think-Tanks”*, p. 10.

¹²⁰ Ver o caso brasileiro referido acima como exemplo dentro do livro de Dreifuss em especial o capítulo citado e os quatro primeiros.

Ao contrário do imaginado, esses centros de investigação não formam apenas ideólogos, mas também quadros de participação dentro dos governos, da administração e do Estado. É nesse sentido que os centros de investigação fazem parte da elite do poder que irá estruturar a ação social dos interesses de classe expressos pela e através da mesma elite. Poder-se-ia dizer que os think-tanks são a consciência da elite e não da nação como anteriormente citado. Cumprem a função social de expressar, para aqueles que têm o interesse de manter dado padrão de reprodução do capital, sua ideologia. Expressam o que a elite realmente está fazendo para manter intacto esse padrão de acumulação de capital e reprodução do mesmo. Estão, por exemplo, invadindo o Iraque, dizendo combater o terrorismo internacional, acabando com o narcotráfico através da ajuda e intervenção em outros países como a Colômbia, etc. Apesar da grande quantidade de opiniões e idéias, até mesmo e às vezes conflitantes, é possível extrair de todas elas um padrão comum que consiste na ideologia de manutenção do status quo. Porém, essa expressão é abstrata, sem determinação: trata-se de manter a reprodução do capital. Nenhuma ideologia é melhor para alinhavar e costurar todos os momentos dessas opiniões e idéias díspares do roto e rasgado vestido do capital mundializado do que a ideologia do irracionalismo.

Dessa maneira os centros de investigação não expressam somente idéias, mas participam das administrações e dos governos.¹²¹ Isso confere, inclusive, para os governos a aparência de estar fazendo política racional, de estar fundamentando toda a sua ação social e padrão de política em opiniões de intelectuais de forma racional. Neste caso assumem o papel de tecno-burocracia. Assumem também o papel inverso, ou seja, aqueles que saem do governo e vão prestar informações valiosas, ainda mais quando se trata do alto escalão da burocracia e da administração. Trata-se de uma “porta giratória”.¹²² Muitos montarão ou irão participar de firmas

¹²¹ *La funcion de los “Think-Tanks”*. p. 8.

¹²² Id. p. 9. O próprio autor do primeiro artigo deste periódico mostra sua participação dentro de governos de forma explícita e sem pudores. Existe, então, uma ideologia por trás desses centros de investigação que lhe conferem o *status* de racionalidade e tecnocracia. Conferem aos mesmos uma imagem e aparência de imparcialidade na formulação de planos e projetos para o setor público. Por isso aparecem para a grande maioria como centros de investigação formados por intelectuais formulando planos absolutamente técnicos e científicos e esses documentos acabam sendo de divulgação coletiva e gratuita pela Internet. A imensa maioria dos que lerão essas páginas não percebe o que está formulado e que isso só serve para a manutenção do padrão reprodutivo. Acrescente-se a isso que na p. 9 ainda se oferece, para que esse caráter técnico e científico ganhe destaque, uma comparação com outros países onde há separação clara entre funcionários e os centros formadores. E essa comparação acaba sendo no sentido de que, nos EUA, há uma grande vantagem dessa integração devido à imparcialidade e à técnica. O que se

de consultoria e, de certa forma, continuando a exercer um determinado poder de classe. E não se deve pensar que os participantes desses centros são apenas intelectuais, mas também pessoas vinculadas a grupos empresariais.

Pode-se verificar a evidência de algumas determinações de poder e de interesse de classe na reprodução do capital. Isso apenas pensando na estrutura de poder da nação hegemônica, sem pensar como toda essa estrutura se articula em nível geopolítico e como esse quadro geopolítico da mesma acaba por se vincular aos interesses de classe dentro de outros países no sentido de uma reprodução global do capital. No quadro determinado estabelecido pelo maior consumidor de energia do mundo e, portanto, o mais interessado nessas questões, principalmente naquelas ditas alternativas e, por enquanto, no petróleo, o que se pode concluir é a importância fundamental das elites no processo de mediação entre o poder e o domínio econômico dos grandes grupos empresariais e a administração de Estado. Essas elites têm ascendência sobre o executivo e exercem pressão e influência dentro dos quadros da administração pública. Junto com os centros de investigação e seus pesquisadores, essas elites acabam por se tornar representantes de amplos interesses de classe com difusão ideológica de suas idéias. Como dito anteriormente, ainda que existam conflitos e divergências de métodos e idéias, há uma realidade fundamental para essas elites, para os think-tanks e a “porta giratória” que os mesmos representam que é a reprodução internacional do capital.

* * *

A partir do delineamento do quadro teórico das articulações de poder traçadas e dos interesses de classe estabelecidos, pode-se buscar um nível de determinações atuais da nação hegemônica. Traçou-se uma seqüência de determinações para entender como é possível aos interesses de classe se expressarem no poder político. Dentro da literatura marxista é a estruturação teórica fundamental que enfeixa o materialismo histórico e conhecido como a base ou estrutura econômica e superestrutura jurídica, política, ideológica, etc. Estabeleceu-se justamente a possibilidade de que essa necessidade ocorra: os interesses econômicos de classe e suas necessidades de reprodução do capital possa se expressar no Estado e seu poder em toda a

perceber e fica claro é o comprometimento de classe dos centros de investigação com determinadas políticas públicas, estratégias, geopolítica, reprodução do capital, etc.

sua estrutura geopolítica, militar, ideológica, administrativa e econômica, através do poder mediador das elites. Deixou-se o mero abstrato de dizer que a estrutura determina uma superestrutura e mostrou-se como determina. Este é o sentido do método dialético usado por Marx de aproximação da realidade: buscar constantemente maiores determinações, aproximar-se dos mecanismos do real. A consequência é uma realidade social sempre referida dentro da totalidade que não pode também ser abstrata. A estrutura de referência deve ser a totalidade e as determinações corretas do *modus operandi* da mesma.¹²³ É assim que se julga, tendo este panorama teórico definido e determinado, ser possível buscar as determinações da realidade atual do poder hegemônico da mais forte nação do capitalismo avançado.

O poder e a geopolítica do atual governo deste país se expressam na forma de uma elite extremamente reacionária que chegou ao poder representando interesses de classe gerais de reprodução econômica e dentro de um molde ultra-conservador. Evidente que a questão da energia está por trás disso, assim como é evidente que a manutenção dos padrões de consumo e reprodução da economia nacional dependem dos interesses daqueles e do setor de petróleo em particular. Na atualidade tem-se, no entanto, o desenvolvimento de um projeto de cunho imperialista em um novo patamar, assim como uma outra forma de manifestação.¹²⁴ Interesses ligados ao setor de armas e ao controle geopolítico de regiões produtoras de petróleo estão presentes há muito tempo nas estratégias geopolíticas desta nação¹²⁵, mas o quadro atual de poder do executivo assumiu uma forma ultra-conservadora, no qual estas necessidades nunca foram – ou foram pouco – tão evidentes. Fica claro até para conservadores:

¹²³ Para exemplificar tudo isso de forma muito empírica e simples é possível pensar em duas coisas: o processo de elaborar uma tese e o próprio trabalho científico de descoberta. Uma tese sempre começa com uma idéia. Mas essa idéia é apenas um *abstrato*. Quando se elabora um projeto o que se está fazendo é buscar uma maior *determinação* dessa idéia anteriormente abstrata. O projeto é tanto melhor quanto mais concreto ele for, ou seja, quanto mais próximo da realidade que se tenciona explicar, sem “descer”, claro em detalhes. No processo de elaboração da tese as determinações aumentam, o trabalho enriquece devido ao nível de detalhes que se incorpora. É aí que se está mais próximo da realidade e, portanto, mais determinada ou mais concreta é a tese. Mas tudo isso não é uma “mão única”, pois deve se ter em mente que a idéia geral inicial faz parte da realidade e é a *totalidade* da qual se falou. Esta é a essência do método dialético, a constante especificação (determinação) sem nunca se afastar da totalidade. Isso vale também para as descobertas científicas.

¹²⁴ Ver o texto de Harvey citado na bibliografia que articula de forma simples e direta os conceitos que aqui se vem formulando de espaço e sua forma antropogênia relacionada com a acumulação e reprodução do capital.

¹²⁵ V. Yergin. *O Petróleo*. Caps. XX e XXI.

Precisamos de um Kennedy e não de um John Wayne. Depois de ocupado o Iraque isto foi dito por conhecido colunista conservador americano, partidário de guerras que tornem o mundo árabe “civilizado”. A imagem de pistoleiro de um Bush egresso do capitalismo “caubói” do Texas não caiu bem sequer junto à totalidade das cabeças pensantes pró-invasão. Kennedy, bem ou mal, procuraria dourar a pílula. Teria escrúpulos em afirmar que a diplomacia fracassou no Iraque.¹²⁶

Já que não houve fracasso da diplomacia e sim fracasso das forças aliadas¹²⁷ em pressionar a ONU e o Conselho de Segurança para conferir a permissão de invadir o Iraque.¹²⁸ Mesmo sem tal permissão e não concluídas as investigações dos inspetores de armas, a invasão foi autorizada, caracterizando o fracasso diplomático e a ação imperialista. A “delicadeza” do trato governamental da nação hegemônica e seu pensamento dominante revelam-se no uso dos conceitos e palavras demonstrando sua truculência: “não sou eu quem fracassa e sim a diplomacia”. E concluindo a opção pela força: “tanto pior para a mesma”.

O belicismo que se instalou na Casa Branca como forma de expressão de seu conservadorismo exacerbado e dos interesses econômicos de classe também é inusitado até para conservadores assim como a própria idéia de imperialismo¹²⁹, antes assunto privado das esquerdas:

O belicismo do governo Bush instalou-se no Pentágono, presenteado com verbas armamentistas de quase um bilhão de dólares por dia, por meio de um grupo de falcões civis que assustam os próprios militares. “Não sei em que planeta eles estão, mas certamente não é o mesmo no qual eu vivo”, disse um general americano. Um outro, com credencial de comandante das forças que atacaram o Iraque em 1991, recomendou escutar “o que pensam nossos amigos”.¹³⁰

¹²⁶ Carlos, Newton. *Op. Cit.* p. 103.

¹²⁷ Id. *ibid.*

¹²⁸ Id. p. 16. O Conselho de Segurança foi colocado em completo ridículo ao ser tratado pelos EUA como uma “clubezinho” qualquer de bairro visto o secretário de Estado, Collin Powell, ter apresentado provas não apenas falsas, mas sem fundamento algum. Houve um completo descaso na apresentação de provas, sem o menor preparo, diante de um órgão internacional e de enorme importância como é o Conselho de Segurança. Isso é a completa evidência do ridículo ao qual foi submetido tanto o Conselho, a própria ONU e todos os esforços de diplomacia internacional. Na atualidade sabe-se da farsa que foi a apresentação de tal relatório.

¹²⁹ Id. p. 17.

¹³⁰ Id. p. 15. Detalhe importante é que as verbas já superam um bilhão diário de dólares de acordo com a informação dada em nota acima da reportagem da *Folha de São Paulo*.

Nada disso é novo e usando as muitas indicações que Newton Carlos nos dá é possível montar um panorama muito geral, mas também muito evidente. Mais do que isso, é possível mostrar como os interesses estratégicos atualmente evidenciados são mais antigos do que se imagina e vão mais além do que se pensa. “Não se trata, portanto, de questão cujo alcance se esgotou com a ocupação do Iraque. Ele vai muito além.”¹³¹

A idéia de um poder hegemônico mundial por parte desta nação bem como desenhar novo mapa para o Oriente Médio atendendo aos interesses explícitos da energia e de reprodução da economia por parte de um grupo de extrema direita tem sua raízes nos anos 1960, na Califórnia, onde se elegeu como governador Ronald Reagan. Assim é que “mal se sabia que na Califórnia, Estado americano com tradição liberal, se armava um projeto conservador com pretensões não só de alcançar o poder, mas também de permanecer nele a perder de vista.”¹³²

Após Nixon e Jimmy Carter como entreatos desse grande projeto, por fim, nos inícios dos anos 1980 instalaram-se na Casa Branca, Ronald Reagan e todo o projeto conservador de extrema direita e anticomunista. Sabe-se que o projeto passou a ter vida longa já no início, pois Reagan ficou por longos oito anos na presidência e ainda fez seu sucessor, Bush, o pai, então seu vice. Instala-se em Washington as idéias que os radicais de direita começaram a “estruturar na Califórnia”.¹³³

Apesar de nova interrupção devido ao escorregão de Bush, pai, que ganhou a Guerra do Golfo, mas perdeu na recessão e os oito anos de Clinton com um forte crescimento da economia americana, já tinha chegado ao poder em Washington com Reagan “superfalcões” (falcão que é uma ave de rapina, predadora) como Dick Cheney e Donald Rumsfeld. Em outros termos, já se pode ver que figuras atuais “roçavam” o poder a muito tempo. Com a eleição de Bush, agora o filho, temos a retomada do projeto inicial. Este “marchou sobre Washington com a disposição de

¹³¹ Id. p. 8.

¹³² Id. p. 23.

¹³³ Id. *ibid.*

retomar o projeto de uma hegemonia da direita cujas primeiras estacas foram cravadas nos anos 1960.”¹³⁴

É possível, assim, verificar como figuras de proa do Projeto Califórnia, “portadores de agressividade explícita exercida com plenitude na guerra”¹³⁵, não só voltaram como já procuravam exercer seu poder ainda na administração Clinton. Sendo a guerra contra o Iraque projeto antigo, Newton Carlos nos relata que “numa carta a Clinton, cujos signatários de primeira linha incluíam Rumsfeld, foi pedida a guerra, já como parte do projeto de redesenhar o Oriente Médio em função dos interesses americanos.”¹³⁶ Aliás, sobre esse novo “desenho” do Oriente Médio, será abordado em breve como parte do projeto de redefinir os parâmetros de Estado, com a introdução da democracia nesta região. Porém, é necessário verificar que além destes falcões existem pessoas “mais sofisticadas e, talvez, mais perigosas” como Paul Wolfowitz¹³⁷, o segundo do Pentágono e Condoleezza Rice, a Conselheira de Segurança Nacional e ex-sovietóloga.¹³⁸

Traçado momentaneamente este quadro no qual se vê que as ambições da extrema direita não são novas, cabe ainda lembrar mais alguns detalhes antes de passar para a geopolítica do novo governo norte-americano.¹³⁹ Deve-se rapidamente fazer referência sobre o assunto que está

¹³⁴ Id. p. 24.

¹³⁵ Id. p. 25.

¹³⁶ Id. p. 24.

¹³⁷ Na atualidade, presidente do Banco Mundial.

¹³⁸ Id. p. 25.

¹³⁹ Aliás, cabem aqui duas observações importantes. Primeira é que escrevemos este texto diante de momento de disputa eleitoral nos EUA. A questão é bem clara: está em disputa a continuidade ou não do projeto plantado por essa direita há muito tempo. No entanto, não devemos nos iludir, pois, independente dos rumos a serem tomados, a vitória eleitoral ou não dos democratas, duas coisas devem ficar evidentes: a primeira é que essa direita continuará persistindo e a segunda é que, por menos conservadores e “truculentos” que possam ser os democratas, eles vão querer garantir a reprodução econômica do capital dos EUA. A pílula poderá ser mais dourada, mas intervenções sobre o Oriente Médio continuarão, ainda que de forma menos drástica e imperial. Continuará existindo uma forma de dominação que é aquela descrita por Negri e Hardt. E como se disse, a direita conservadora continuará cultivando seu projeto e terá todas as chances de continuar influenciando e buscando o poder. E isso não é mera especulação, mas sim a análise da situação política e geopolítica dentro do quadro da reprodução do capital, portanto, sobre a base econômica, como exige a ciência do materialismo histórico. E dizemos isso, pois as necessidades de reprodução do capitalismo passam pela reprodução dos grandes grupos econômicos e entre eles os de energia como dissemos em todo esse capítulo: é a necessidade de reproduzir o próprio setor e manter toda a economia nacional funcionando.

relacionado à parte teórica anteriormente desenvolvida, porém bastante conhecida: a ligação entre os grupos econômicos e os pilares da administração atuais dos EUA. Exemplo perfeito disso é a ligação entre Cheney (o vice-presidente e ex-secretário da Defesa de Bush, pai) e a Halliburton assim como de Bush à Harken Energy. No caso de Bush também é conhecido o fato de que a família é de longa data ligada aos negócios do petróleo do Texas. Também se pode fazer referência às formas de enriquecimento do próprio Bush no quadro das grandes corporações. Dentro desse quadro pode-se dizer que “Bush começou a fazer fortuna administrando investimentos de amigos milionários de seu pai, sobretudo negócios do petróleo.”¹⁴⁰ Segundo dados oferecidos pelas fontes de Newton Carlos, já nessa primeira “arrancada”, Bush teria embolsado 840 milhões de dólares.¹⁴¹ Assim é que

As corporações são o universo de Bush, de onde brotaram os milhões que desde as primárias de New Hampshire regaram sua campanha eleitoral e também de onde já começam a brotar doações milionárias para a reeleição. Nesse universo nada é gratuito. A chamada “tort reform”, no Texas, com Bush governador, mexeu no aparato legal e tornou quase impossível que empregados e consumidores processem empresas. Bush “reza por uma cartilha capaz de formalizar a política como atividade só de gente rica” (...)¹⁴²

Com a discussão teórica posterior ficará expresso que, realmente a política é atividade “só de gente rica”.

Precisamente no que tange a estes aspectos geopolíticos é que se precisa de reflexão para entender um pouco as relações estabelecidas entre a economia, a geopolítica e as necessidades de petróleo. No atual patamar de expressão do poder norte-americano isso se torna claro. Os quadros

Para isso será inevitável que continue existindo grandes consumidores energéticos de um lado e pequenos ou insignificantes do outro. Por isso é que, enquanto persistirem as contradições do capital ampliada à escala global e, em especial em função da energia, os grupos de extrema direita continuarão interferindo. Veja que isso poderá ser em parte constatado na seqüência deste texto no qual a ONU, de certa forma, capitulou após o Iraque ocupado e as nações européias, “democratas” e contra a guerra, aquiesceram.

A segunda observação dentro desta nota é semântica. Originalmente foi usada no texto a palavra *administração* ao invés de *governo* de forma proposital para exprimir o caráter de negócios que assume o Estado. Na verdade, em ciência política, trata-se sim de um governo exercido em função de uma classe e seus interesses, mas praticado por uma elite como desenvolvemos a idéia. Assim o termo *administração* daria a idéia do caráter privado e de classe desse Estado e não a noção de algo técnico e imparcial como ocorre na ideologia do senso comum ao usar a palavra *administração*.

¹⁴⁰ Newton Carlos. *Op. Cit.* p. 19

¹⁴¹ Id. *ibid.*

¹⁴² Id. p. 20.

da administração Bush são pródigos em dar os exemplos através de seu primado imperial. Existe dentre estes os chamados “imperialistas democratas”: são “falcões” interessados em mudanças democráticas dentro do Oriente Médio. Este grupo matizado dos “falcões” talvez seja o “mais consistente e mais sofisticado, do ponto de vista ideológico”. A assim e já conhecida Doutrina Bush de “atirar antes e conversar depois e seu primeiro corolário, a guerra contra o Iraque, são obra deles”.¹⁴³

A intenção é muito clara e explícita: tornar o Iraque uma país democrático dentro do mundo árabe. O projeto destes “imperialistas democratas” seria “desadanizar” o Iraque, como se “desnasificou” a Alemanha, tornando o país uma democracia como “projeções saneadoras em todo o mundo árabe”.¹⁴⁴ Ou seja, com a intenção de fazer do mundo árabe uma expressão geopolítica dos interesses dos EUA, porém sob uma aparente democracia e participação popular. Moldar instituições controladas centralmente em função dos interesses estratégicos dos EUA, mas sob a aparência de democracia e de formas culturais dos países ocidentais. Tudo isso seria feito mediante os interesses dos EUA e resultaria em um Iraque da “intimidade de Israel”. “É pretensão confessada a de moldar um país, no mundo árabe, disposto a dar cobertura à política israelense.”¹⁴⁵ O Iraque funcionaria como o país do mundo árabe que poderia expressar e ser o início de um mundo árabe integrado ao mundo ocidental e suas formas políticas, econômicas, culturais e ideológicas. O que impede isso não tem nada a ver com os “choques de civilização”, mas sim com a própria forma de ação do mundo ocidental e seus interesses sobre estes países. A intenção seria essa democracia formal a se espalhar pelo mundo árabe forjando uma sociedade não existente, uma formalidade histórica impossível, um quadro político instável para garantir formas diferenciadas de exploração.¹⁴⁶

¹⁴³ Id. p. 53.

¹⁴⁴ Id. p. 54.

¹⁴⁵ Id. *ibid.*

¹⁴⁶ Tudo muito diferente do que nos diz Fukuyama em seu artigo crítico ao novo livro de Hardt e Negri (*Folha de São Paulo*, 1/08/2004, Caderno *Mais*). Nunca esquecendo que Fukuyama é mais um desses intelectuais orgânicos que acima especificamos visto ser, na atualidade, conselheiro da Casa Branca.

Por mais que se tente esconder como expressão ideológica da forma contemporânea de reprodução do capital o conteúdo essencial desse tipo de ação imperial norte-americana, as evidências se acumulam em discursos e ações. A invasão do Iraque é uma ação que não pode negar seu conteúdo profundamente imperial assim como os explícitos discursos do presidente e vice-presidente dos EUA. Em discurso feito nas vésperas da invasão do Iraque, Bush lembrou que “nossa segurança, incluindo o suprimento de insumos estratégicos, não pode depender de países que tenham governos hostis”.¹⁴⁷ E mais: “quando se trata de nossa segurança, não precisamos da permissão de ninguém.”¹⁴⁸ Também Cheney pronuncia-se no mesmo sentido:

Sabemos que nas próximas duas décadas a demanda de petróleo por parte de nosso país crescerá um terço. No entanto, agora produzimos menos petróleo (39% menos) que em 1970. Compensamos a diferença com importações, confiando cada vez mais na benevolência dos provedores estrangeiros. Quão dependentes nos temos feito? Pensem nisto: durante o embargo do petróleo árabe dos anos 70, 36% de nosso petróleo vinha do estrangeiro. Hoje é 56% e essa cifra aumenta constantemente. Segundo a tendência atual se estima que alcance 64% em menos de duas décadas.¹⁴⁹

Tudo configura a expressão acabada de que as necessidades econômicas de reprodução e acumulação estão profundamente enredadas com a geopolítica e com seu momento de ação preventiva nos EUA. Todo esse aparato bélico e imperial da nova direita norte-americana vem sendo montado há muito tempo, como expresso anteriormente. Não se trata de projeto novo, como em história nunca são novas as formas sofisticadas de exploração e uso da violência pelo Estado. O surgimento do Estado-Nação está profundamente entrelaçado à guerra e sua finalidade

¹⁴⁷ Moraes, Reginaldo Carmelo de. “Reflexões Sombrias”. In. Vvaa. *O Novo Imperialismo*. p. 13.

¹⁴⁸ Id. *ibid.*

¹⁴⁹ Cheney, Richard. “La nueva estrategia energética de EE.UU”. O texto todo do discurso de Cheney feito aqui é expressivo da preocupação estratégica com a energia e o tema da apresentação do mesmo. Logo no segundo parágrafo ele já introduz a questão. Veja:

“E não tem vacilado [Bush] em tratar temas que durante muitos anos não têm sido abordados seriamente. Um desses será tema nesta ocasião e, quando terminar, estarei disposto a responder às suas perguntas. Durante a nossa campanha o então Governador Bush e eu falamos da energia como uma nuvem tormentosa que se fechava sobre nossa economia. A dependência dos estados Unidos em energia, particularmente em combustíveis fósseis, tem assumido uma urgência não provada desde finais da década de 1970.”

Perceba ainda na citação que foi feita a questão de contar com a “benevolência” de fornecedores e, portanto, governos estrangeiros. Faça o contraponto desta “benevolência” exterior com a idéia que se apresentará logo abaixo neste texto sobre a “hegemonia benevolente” dos EUA. Em outros termos, a “benevolência” muda de lugar: não serão os fornecedores e outros governos que devem ser “benevolentes” com os EUA, mas sim os EUA é que devem ser “benevolentes” com os outros e com o planeta. O império global dos EUA se justifica e ganha raízes.

última parece ser sempre a guerra.¹⁵⁰ Não se trata simplesmente de uma constatação geopolítica mas sim a evidência da dialética desenvolvida acima na qual o Estado Nacional é visto como parte essencial na reprodução da economia, logo do capital. É possível presenciar a ação dessa nova direita sendo forjada há anos. Sua participação como elite de poder não é novidade desde o Projeto Califórnia e desde o momento em que começam a se aproximar do poder dentro da Casa Branca.

Em 1991, a pedido do hoje vice-presidente americano Dick Cheney, então secretário da Defesa de Bush pai, um grupo de estrategistas civis do Pentágono desenhou um quadro da situação estratégica decorrente da dissolução da URSS. O principal arquiteto do plano era o então subsecretário da Defesa, Paul Wolfowitz. Na equipe estavam também Lewis Libby, assessor de Wolfowitz, Zalmay Khslilzad, protegido por dirigentes da Rand Corporation, e Eric Edelman, diplomata que trabalhava no gabinete de Wolfowitz. Atualmente, os quatro ocupam postos importantes no governo: Wolfowitz é o número dois do Pentágono; Libby é chefe de gabinete e conselheiro de segurança nacional de Cheney; Edelman é adjunto de Libby; e Khalilzad é o encarregado das ligações entre a Casa Branca e a oposição iraquiana.

Wolfowitz expôs seu plano de “ação preventiva”¹⁵¹ com a finalidade de impedir, por todos os meios, que uma nação ou um grupo de nações viesse a desafiar a liderança militar e econômica dos EUA. Pedacos do plano vazaram para o *New York Times* e Bush pai o engavetou temporariamente.

No início de 1997, William Kristol e Robert Kagan, dois straussianos¹⁵², criam uma nova organização conservadora, o Project for the New American Century (PNAC). Em junho, o PNAC publicou uma declaração de princípios assinada por Elliot Abrams, Gary Bauer, William Bennett, Jeb Bush (governador da Flórida), Dick Cheney, Midge Decter, Francis Fukuyama, Lewis Libby, Norman Podhoretz, Peter Rodman, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz. O texto era baseado em um artigo de Kristol e Kagan, publicado em agosto de 1996 pela revista *Foreign Affairs*. A idéia central era uma nova política exterior, baseada da “hegemonia global benevolente” dos EUA. O governo americano deveria romper com seus duzentos anos de discurso anticolonialista e, especialmente, com a tradição ligada a John Quincy Adams, para quem os EUA não deviam “procurar, no exterior, monstros para destruir”.

¹⁵⁰ id. p. 12.

¹⁵¹ Ver também artigo de Klare, Michael T. “Les vrais desseins de M. George Bush”, In. *Le Monde Diplomatique*.

¹⁵² Referência à Leo Strauss (1899-1973), judeu alemão que veio para os EUA em 1938. Segundo nos informa Reginaldo Moraes, “filósofo suficientemente ‘criativo’ para conciliar o sionismo mais conservador com o super-homem de Nietzsche, a metafísica reacionária de Heidegger e as receitas do jurista do nazismo, Carl Schmitt, seu amigo, colaborador e protetor.” (id. p. 13) Também é fornecida, na mesma página, uma lista de pessoas nos aparelhos do governo e no mundo da cultura e da mídia que são seus seguidores. Entre os nomes destacados podem-se ler os de William Kristol, Francis Fukuyama (na atualidade declarando-se longe dos holofotes do neo-conservadorismo, *Folha de São Paulo*, 2 de abril de 2006, Caderno Mais!), Robert Kagan, Paul Wolfowitz, Lewis Libby (chefe de gabinete do vice-presidente de Richard Cheney e ex-aluno de Wolfowitz em Yale), Clarence Thomas (juiz da Suprema Corte), John Ashcroft (secretário de justiça) e Gary Schmitt (diretor executivo da PNAC).

Com o novo Estado policial de Bush filho, a indústria do medo, essa notável estratégia de controle social, deu um salto de qualidade na paranóia dos monstros invasores – internos, como os negros e hispânicos, ou externos, como os russos, árabes, chineses ou marcianos. Strauss, Schmitt e Goebels não poderiam fazer melhor.¹⁵³

Visto estes últimos aspectos da inserção dos EUA na geopolítica mundial, pode-se concluir como a ascensão dessa nova direita corresponde precisamente aos delineamentos que até aqui se tem feito sobre a relação do poder econômico com a questão relacionada às elites. Esta nova direita vem representar os interesses geopolíticos norte-americanos e a ruptura de qualquer forma de isolamento por parte dos EUA no plano global. Mas também não se trata de uma ruptura qualquer em relação a este isolamento e sim uma inserção ativa e decisiva e, em especial, no que diz respeito às fontes de energia. É por esse motivo que não se pode, em hipótese alguma, deixar de lado o tratamento sistemático de todos os temas aqui abordados. Desde o poder econômico, passando pelos interesses gerais de classe que são expressos na ação política de Estado pelas elites as quais são aglutinações poderosa e vigorosa de interesses empresariais, militares e políticos. Muitas vezes ainda se tem os centros de investigação (think-tanks) como profundos ideólogos desta ação conjunta. E todo esse conjunto representa a possibilidade da reprodução do capital através das mediações políticas. Porém a questão assume seus aspectos geopolíticos e de imperialismo quando a reprodução do capital exige recursos naturais e energéticos que não mais estão disponíveis no território do Estado-Nação. Neste aspecto ganha importância a incorporação do espaço geográfico na análise materialista. Um Estado Nacional é composto de várias determinações e uma delas, é seu “espaço vital”, seu espaço geográfico que é em parte formado pelo próprio espaço natural além das alterações provocadas pela ação social. Quando esse espaço nacional, que é geográfico e, neste caso, natural, não tem mais a possibilidade de garantir os recursos necessários à reprodução econômica, o inevitável acontece: a necessidade de espaços externos. Claro que essa necessidade nem sempre se expressa em formas de mando ou domínio militar, caso do imperialismo. Não se trata também de determinismo. Formas sutis de dominação geoeconômica podem se produzir como a rede imperial das corporações multinacionais e os órgãos multilaterais como FMI, OMC, etc. De qualquer forma os espaços externos tornam-se necessários e aqui ocorre a confluência entre poder de Estado e economia e a mediação destes

¹⁵³ Moraes, Reginaldo. *Op. Cit.* p. 15.

dois através da ação das elites e destas em torno de seus interesses através do poder do Estado Nacional. No atual quadro norte-americano uma elite de direita extremamente conservadora representativa dos interesses gerais da reprodução do capital e do setor energético imprimiu uma ação de forte conteúdo imperial ao violarem mecanismos internacionais de “direitos” como as decisões da ONU e seu Conselho de Segurança.

Em um dos últimos capítulos do livro de Mills, ele apresenta uma visão conjunta e sintética da evolução das elites de poder nos EUA e apresenta a fase do pós-guerra como a quinta fase da ação das mesmas dentro dos meandros do poder norte-americano. Não se trata de voltar a um estudo sistemático para abordar a obra de Mills. Apenas concluir que um tom pessimista parece estar impresso no texto do autor norte-americano. E não seria para menos, pois o que o sociólogo percebe é justamente a ação avassaladora dos empresários e dos interesses crescentes do setor militar sobre o Estado norte-americano. Constata que nesta fase do pós-guerra (que chama de quinta fase) a tendência de se confundir interesse do capital e do governo tornou-se ainda mais explícita e isso que conduz e leva o mesmo a vaticinar que a “América é hoje, em parte considerável, mais uma democracia política formal do que uma estrutura democrática social e mesmo sua mecânica política formal é fraca.”¹⁵⁴ Tudo isso fica ainda mais claro quando, na atualidade, presencia-se uma direita ultra-conservadora avançar sobre o poder e usar o mesmo para garantir seus interesses. Mas de acordo com as formulações expressas anteriormente isso não é novidade, pois essa direita predadora (“falcões”) é uma elite que representa bem os interesses gerais de classe da reprodução do capital. E mesmo este fato pode ser deduzido de Mills, pois em “nenhum outro setor da América existe uma ‘consciência de classe’ como entre a elite”.¹⁵⁵ Esta direita faz o que faz sabendo o que faz e para quem faz.

3.4 Conclusões

Apesar desta última parte do capítulo ter sido mais longa e mais exaustiva, era fundamental estabelecer estas relações no sentido de se entender o processo extremamente complexo de

¹⁵⁴ Mills. *Op. Cit.* p. 325.

¹⁵⁵ Id. p. 334.

mediações e de múltiplas determinações que acaba por se firmar entre as necessidades de reprodução do capital, o uso dos recursos energéticos, a política e a geopolítica. A insistência nas mediações é por se ter sempre presente que o fundamental na metodologia marxiana é a totalidade determinada, precisa e não reunião desordenada e caótica de fatos. O materialismo histórico como método revolucionário de análise social só pode dar conta da realidade em seu aspecto de totalidade das relações múltiplas que se estabelecem em toda a existência ou, filosoficamente falando, em todo o ser. A realidade, inclusive, como lembra Marx, é realidade, é o concreto, pois é a síntese de múltiplas determinações. Porém abordar essa totalidade requer que se especifique precisamente as corretas determinações, as corretas conexões para que não se aplique princípios e conexões, legalidades válidas em um domínio do real em outro. A análise política, por exemplo, não pode ser feita com os mesmos conceitos que são utilizados para a análise econômica. Existe, no entanto, conexões entre os dois domínios dentro da totalidade do capital e dentro da realidade social e natural. Ao cientista que se dedica a estudar essa realidade como totalidade, cabe o discernimento da mesma.

Este capítulo procurou fazer isso e explorar como a economia e a necessidade de reprodução das necessidades da mesma só podem ocorrer através da mediação, por meio da política e da geopolítica e que sem a mesma isto seria impossível. Este é o ponto fundamental desta conclusão, a completa interdependência e *absoluta necessidade* da política e geopolítica para entender o quadro atual da reprodução do capital, as formas ideológicas e a relação de tudo isso com as condições naturais da reprodução.

Capítulo 4

A Ideologia do Capital Global

Neste capítulo, não é o desenvolvimento do conceito de ideologia o objeto analítico, mas sim mostrar a relação precisa que existe entre ideologia e energia. Dentro da totalidade do capital essa relação não só existe como é fundamental. Não é uma relação direta, mas constituída de mediações e momentos precisos e determinados. Se assim não o fosse estar-se-ia adernando para um dogmatismo impossível dentro da coerência do pensamento dialético de Marx. Neste caso específico, entre ideologia e energia pode-se dizer que as mediações são feitas através da necessidade do capital de obscurecer seu núcleo reprodutivo por um lado. Por outro a produção, fontes e formas de consumo de energia são partes da produção e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital e os modos de vida e de consumo em geral. Logo o complexo energético é parte da base material de produção da sociedade. Por isso o importante é o ponto no qual os dois momentos se encontram para formar a totalidade das relações de produção e o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Como visto anteriormente, o conceito de civilização é material e, por meio dessa materialidade é que se torna cultural e ideológico. Portanto é expressão do desenvolvimento das forças materiais e da própria materialidade social que foi o conceito mais importante introduzido anteriormente. Agora, porém a ideologia surge aqui num outro patamar e recolocando o processo dialético como expressão da realidade e da própria exposição teórica: os temas e conceitos constantemente reaparecem, só que com novas dimensões, determinações e expressando graus mais concretos das determinações sociais. Neste novo patamar no qual ideologia aparece tem-se diante uma sociedade que se tornou e se torna mais global pelo impulso de sua forma econômica

específica de reprodução. E, esta forma de reprodução, acaba por produzir novas expressões sociais como desregulamentação política, de mercados, financeira, etc. A ideologia aparece nesta sociedade econômica, política e culturalmente mais global com sua face mais perversa de esconder e obscurecer as relações de produção, as forças produtivas destrutivas, as desigualdades sociais e, principalmente, obscurece a *totalidade* do sistema do capital e suas contradições. Esse é o grande jogo e papel fundamental da forma ideológica atual, sempre esconder a *totalidade produtiva*.

O capital se expande em seu processo reprodutivo e produz uma sociedade com uma totalidade mais densa e “mais total”, rica em determinações e complexidades de suas redes globais: fluxos populacionais, informações, financeiros, mercadorias e capital. Precisamente nesta ordem, pois os primeiros são sempre expressões do modo de produção e não o contrário.¹⁵⁶ Essa totalidade mais complexa, mais extensiva (espaço) e mais intensiva (formas produtivas e relações sociais) é uma totalidade que precisa ser escondida e obscurecida, como se disse. Obscurecê-la é o papel da ideologia atual e as formas de fazê-lo são as mais diversas. Esse conjunto de formas de obnubilizar a totalidade é o que se chama de *irracionalismo*. Esta é a melhor expressão ideológica e mais adequada ao atual capitalismo ainda que e precisamente pelo fato de que é este mais complexo e constituído na forma de uma totalidade mais determinada. Precisamente em função destas características mais totais que a força desta ideologia deve vingar.

A forma ideológica marcada pelo irracionalismo é muito ampla em seus aspectos e conteúdos e por isso é a do capital atual. Encaixa-se perfeitamente com o “núcleo duro”, material, da crescente dominação do trabalho vivo pelo capital, poder crescente do capital sobre a

¹⁵⁶ É interessante lembrar o conceito de império desenvolvido por Hardt e Negri. Os autores procuram mostrar que os EUA atuam de uma forma diferente do Estado-Nação clássico na forma do imperialismo anterior. Isso é bastante evidente, pois ocorreram mudanças econômicas extremamente profundas. A ação atual imperial dos EUA é em função de uma *rede* de capital transnacional e não simplesmente dentro da ótica de um capital nacional. Ou seja, é uma ação de Estado, mas dentro de um capitalismo que já é multinacional e pode consolidar mais ainda sua expansão através das formas de intervenção do Estado. Sendo que os temas deste trabalho fazem parte da superestrutura produtiva, é possível perceber como ficam mais intrincados e interferindo uns sobre outros no sentido de compor um esboço de totalidade e, o principal, sua dinâmica. Apesar do novo conceito dos autores e da atuação do Estado-Nação também nova, o fenômeno da dominação como forma de expansão e reprodução do capital continua presente. Se no imperialismo “clássico” tinha-se a expansão do poder industrial, sobretudo nacional, agora são as redes globais de empresas e, em particular, na atualidade, redes de empresas em torno das fontes energéticas.

sociedade e sobre os controles sociais. Ou seja, o controle do capital sobre a sociedade em todos os seus aspectos e momentos.

Justifica-se tal fato em função do próprio “centro motor” do irracionalismo, quer dizer, de suas principais características, como em função da necessidade de uma ideologia que seja muito ampla devido a um capital de poderes também muito amplos de forma tanto *extensiva* como *intensiva* e *individual* (poder intensivo do capital de penetrar o complexo individual e produzir uma *existência humana para o capital*). O capital, ao se reproduzir, produz formas sociais intimamente ligadas à sua base produtiva traduzindo-as em expressões culturais, ideológicas, políticas e manifestações de classe. Quanto maior a escala de reprodução e necessidade de acumulação do capital, tanto maior e mais complexa a sociedade por ele formada, também tanto maior a necessidade do controle social. Essa sociedade será maior em número (demograficamente maior e mais integrada ao *fazer do capital*) como também mais complexa. O controle social deverá ser feito de múltiplas maneiras e uma delas é a ideologia. O irracionalismo possui conteúdos próprios para fazê-lo. Para uma sociedade mais ampliada e integrada ao capital, a necessidade de uma ideologia mais genérica, mais abrangente, de conteúdo maleável e que, ao mesmo tempo, possa responder às necessidades sociais justificando um estranhamento, distanciamento social e descontrole sobre a produção em nível crescente. Em outros termos, um capital que se mundializa necessita de formas de organização e controle sociais também mundializados. Capital este possuidor de uma necessidade incessante de reprodução global que acaba sendo a base para uma ideologia como a irracional que é muito ampla como o mesmo. Incluindo a questão energética e das forças produtivas. Se o capital tem seu *poder econômico ampliado* e uma *organização social também mais ampliada*, seu controle social deverá ser feito também através de uma ideologia que possa ter em seu conteúdo um reflexo dessas formas de produção e reprodução do capital. A partir daí que se produz o conteúdo da ideologia irracional. Evidentemente mediada através de vários momentos de sua produção tais como os momentos políticos e da realidade imediata da mercadoria como materialidade do capital que nos coloca em um mundo deslumbrante de coisas, mas coisas que esquecemos o tempo todo que são mercadorias produzidas em dadas condições sociais, em determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital, através de determinado consumo energético como conexão necessária da produção, como elemento inescapável do ato de produzir.

Justamente esta forma ideológica atual que deve ser relacionada com o tema da energia e da existência de uma profunda geopolítica da mesma que compõe, complementa e aprofunda o quadro que se tenciona traçar. Portanto não se trata de desenvolver simplesmente o relacionamento de dois temas – energia e ideologia – mas o de uma *determinada* ideologia em um *determinado* estágio de desenvolvimento das forças produtivas do capital e das relações de produção em *determinado* contexto de consumo de energia (correspondente às forças produtivas, pois consumir energia é pôr o sistema produtivo e as formas de produzir em funcionamento) e das formas de garantir o acesso às fontes que podem gerar e garantir o consumo. Como se vê não se trata de uma totalidade qualquer, mas uma totalidade repleta de mediações e determinações.

Somente a partir de todas essas observações torna-se fundamental estabelecer algumas questões importantes relacionadas à questão da forma ideológica atual em suas características irracionais como o conjunto ideológico que pode melhor obscurecer a totalidade do capital e sua reprodução que é irracional dentro do quadro de contradições que esta reprodução provoca.¹⁵⁷ Para proceder desta maneira e relacionar o tema da energia dentro das relações do capital e o significado da ideologia dentro desse contexto é que se procederá à divisão do capítulo em partes que se relacionam à uma melhor compreensão do tema.¹⁵⁸

¹⁵⁷ Há de se ter todo o cuidado possível em dizer que a reprodução do capital é irracional. Por quê? Pois a reprodução do capital não é irracional, ela obedece a dados padrões pré-estabelecidos pelo seu próprio *modus operandi*. Em outros termos, dentro ou no universo das relações capitalistas é possível entender a lógica reprodutiva e seus padrões exatos e coerentes de reprodução. O que torna essa reprodução irracional é o campo de contradições que ela provoca dentro de totalidades mais abrangentes, ou seja, quando colocada a totalidade do capital dentro de totalidades maiores como os recursos energéticos, os recursos naturais e o meio ambiente em seu caráter de receptáculo dos dejetos do padrão crescente da reprodução ampliada do capital. Quando colocados ainda dentro de outras totalidades mais abrangente que a totalidade própria do capital, também esse padrão irracional aparece. É o caso de verificar as contradições mundiais e desigualdades sociais provocadas por uma reprodução que *só pode* promover o bem estar de uma minoria e seus “penduricalhos” sociais (classes de menores posses e conservadoras como profundo medo de perder o pouco que têm o que se confunde quase que totalmente com as classes médias), pois a promoção de um mínimo de consumo capitalista para todos significaria destruição completa dos recursos. Ainda há de se acrescentar que o padrão irracional da reprodução do capital se dá no fato de que a um planejamento empresarial privado corresponde uma reprodução social como totalidade destituída de toda racionalidade e tendo como único objetivo a constante produção de mercadorias e reprodução econômica com aumento em concentração e centralização do capital. E isso é uma contradição tanto maior quanto atende às expectativas de *produção* e não do *mercado*. V. Mandel, Ernest. *Socialismo x Mercado*. pp. 25-6.

¹⁵⁸ É necessário advertir aqui que a inspiração de relacionar ideologia atual do capital e sua forma de reprodução global e as relações que surgem com o consumo energético, não faziam parte do projeto original deste trabalho. A inspiração para assim proceder veio da leitura de uma avaliação econômica da economia no final do século XX e, em especial, das crises financeiras da década de 1990. O autor foi Jorge Beinstein com seu livro *O Capitalismo Senil* no qual em vários momentos procura-se desvendar a profunda ideologia e estranhamento produtivo reinante neste final

4.1 Desenvolvimento histórico do irracionalismo

Para se entender o problema ideológico na sociedade do capital e sua relação com as questões energéticas é conveniente expor alguns aspectos históricos e teóricos de como a ideologia se desenvolve no contexto da luta de classes. Mais especificamente, como a ideologia que sustenta o atual capitalismo e seu padrão de reprodução pode se desenvolver e mistificar de tal forma as consciências e as classes levando até à não compreensão da relação entre ideologia e os problemas energéticos e dos recursos naturais e como o capitalismo está em flagrante contradição com estes.

Todo sistema socioeconômico evidencia a existência de luta de classes e, portanto, a posse privada e não social dos meios necessários à reprodução das necessidades humanas. É inevitável, então, a existência de contradições. Essas contradições entre a forma privada da apropriação do excedente produtivo e a continuidade do sistema que necessita, para existir, de todas as classes, podem ser controladas de diversas maneiras e assumem as mais diversas formas. Em outros termos, em todo sistema socioeconômico amparado sobre a existência de classes sociais, surgem contradições entre a apropriação econômica do excedente feita por uma classe e a necessidade de continuar a reprodução social desse sistema. Para isso, é necessário manter a estrutura de classes e às classes submetidas é necessário dividir uma parte do produto social para que a mesma continue existindo. É a garantia de que, em termos de reprodução econômica, esse sistema irá se manter. Mas essa classe submetida deve ser controlada de outras formas, por meio de injunções não-econômicas apenas. Entram aqui questões de formação de complexos sociais que estão além da esfera econômica: são formas do controle sobre a sociedade, controles sociais exercidos em benefício da classe que detém o excedente econômico em suas mãos. Esses controles são formas jurídicas, políticas, educacionais, culturais e ideológicas. Somente assim se pode garantir que determinado sistema socioeconômico se reproduza e mantenha sob seu jugo uma enorme maioria de despossuídos dos meios necessários à reprodução do sistema. As contradições são, assim, “amortecidas”, controladas, seja de forma velada e sub-reptícia, seja de forma direta por meio da

de século XX que obscureceu e obscurece até agora a correta compreensão do que acontece na atual economia capitalista. Não se trata de mera passagem no livro, pois o autor procura mostrar como várias teorias foram abandonadas em nome do liberalismo reinante e ainda inclui na bibliografia textos sobre ideologia procurando ir além das constatações econômicas e procurando estabelecer com estas os obscurecimentos ideológicos. Confira em especial a p. 37 e ss.

força. Todos os instrumentos são necessários: a força desumana, o genocídio covarde, o militarismo absurdo, a mentira e estupidificação massiva, a exclusão, etc. E quanto mais as contradições se revelam e se colocam como claramente evidentes, mais ainda todos os meios necessários são utilizados, mesmo a mais absoluta negação do ato humano, a mais absoluta forma de elogio ao estranhamento produtivo e a mais absoluta forma de desumanidade. É isso que o capitalismo faz ao gerir em suas necessidades reprodutivas o irracionalismo como forma ideológica.

Este sistema vai, então, gerir todos os complexos, todos os momentos sociais necessários à reprodução sobre a base central e hegemônica da categoria capital como categoria econômica determinante de toda a sociedade. Porém, como todos os sistemas socioeconômicos, o capitalismo encontra limites que são marcados pelas contradições que vão aparecendo. É como se aos poucos a bela e garbosa fantasia do seu progressismo elegante e altamente revolucionário fosse apresentando descosturas, falhas de cerzimento e, então, quando menos se espera, ei-lo quase despido e mostrando seus aspectos mais horríveis e tenebrosos, desumanos e estúpidos. É claro que a fantasia é muito bem costurada e antes que o despir seja completo ocorrem cerzimentos, reformas, e o sistema vai se perpetuando. É possível ver que o brilho inicial se perdeu e já se percebe o tecido esgarçado, amarrotado. Ainda mais, é possível pisar no tecido da fantasia através de ações de classe e colocar às claras seu conteúdo contraditório. Nesses momentos é que mais ainda o sistema tentará se constituir com todo o brilho possível e mostrar que não têm falhas e subjugar com sua arrogância de quem é o centro da festa aquele outro que lhe tentou desmerecer a fantasia. Esse outro é o proletariado e os trabalhadores em geral que se metamorfoseiam também durante a história do sistema.

Dessa forma é que o capitalismo continua a sobreviver como sistema socioeconômico: continuamente tentando renovar sua fantasia. Quando não é possível ele retoca sua maquiagem e quando é necessário procura “colocar em seu lugar” aqueles elementos que lhe tentaram roubar a festa. Às vezes ele se modifica e com isso acaba fazendo “doces” amizades com os trabalhadores: mas sua essência é de destruição destes, não em seu corpo físico, já que são necessários como trabalhadores e consumidores, mas em sua ação de controle social sobre o capital. Nessas modificações o capitalismo acaba modificando também a própria classe dos trabalhadores.

Ao contrário de outros sistemas socioeconômicos, o capitalismo tem uma muito maior força de se adaptar e de empurrar para frente suas contradições – que são sistêmicas, ligadas à sua própria essência concentradora de riquezas de um lado e necessariamente perpetuante de uma dada estrutura de classes do outro – e de procurar suavizar e contornar seus antagonismos de classe. À medida que empurra para frente as suas contradições sistêmicas não dá um passo em falso e também se reproduz e produz novos mercados, suprimentos de matérias-primas, recursos energéticos, movimentações financeiras ampliando seu leque de opções para a reprodução e contornando barreiras à sua reprodução. Trata-se de uma máquina poderosa de superação de suas próprias mazelas. Um dos motivos que levam o sistema do capital a conseguir empurrar para frente as suas contradições é sua maior capacidade de abarcar *espaços* – produzindo o *distanciamento* que será abordado adiante – e diluir-se pelo mundo comparado a sistemas socioeconômicos anteriores, cujas contradições não podiam ser superadas dessa forma pois, entre suas limitações, estava a impossibilidade de estender-se por grandes espaços. Um sistema como o da economia romana não podia empurrar para frente suas contradições, pois era impossível aprisionar escravos muito longe do Império, pois o custo da distância não compensava o produto do aprisionamento.

Para cada etapa desse “empurrar” as contradições exige, por sua vez, modificações de toda a estrutura dos complexos que controlam a sociedade. Novas formas de controle sobre o elemento social se tornam necessárias. O controle modificado pelas questões estruturais, ou seja, de caráter reprodutivo, torna também a ideologia do capital transformada para o estágio em que o mesmo se encontra.

A ideologia é a forma pela qual em cada sociedade e em sua totalidade socioeconômica, uma parte dessa mesma sociedade organiza formas de controle que estão além dos aspectos envolvidos pelo complexo econômico, o complexo que inclui a troca orgânica do homem com a natureza e dos homens entre si, produzindo, reproduzindo, concentrando e espoliando excedentes em função dessa determinada classe. A ideologia é um complexo extremamente amplo, porém de força e vigor maior do que os imaginados por aqueles que a concebem como mera “falsa consciência” e necessária para impor conjuntos mais ou menos organizados e coerentes de valores, imaginários, fantasias, formas de existência, hábitos de vida, moda, etc. que dão

identidade e afirmação para a vida de classes sociais – primeiro – e individualidades – depois. No caso do atual estágio do capital pode-se perceber a força dessa ideologia num sistema que só tem como limite o próprio mundo.

É necessário, por alguns motivos bastante particulares, falar sobre classes sociais e a relação das mesmas com a ideologia. Bastante particulares, pois neste início apenas se chamou à atenção para questões de caráter conceitual sobre a função da ideologia dentro da organização social humana, seu caráter material e necessário. Eis o seu poder. São questões imprescindíveis que precisam ser colocadas para se entender o capital e sua necessidade reprodutiva de um ponto de vista menos focado apenas sobre o momento histórico do mesmo e mais no desenvolvimento social. Entender, portanto, o capital como sistema de forças produtivas do desenvolvimento social que só pode se tornar histórico a partir de sua totalidade como sistema socioeconômico, ou seja, com todos os seus complexos sociais, inclusive o ideológico.

Falou-se anteriormente sobre a importante questão do capitalismo e sua categoria central de desenvolvimento socioeconômico que é o capital. A existência deste como categoria que articula a sociedade e acaba por permear todos os poros sociais teve momentos fundamentais de elevação das forças produtivas. É o caso do processo de ascensão da burguesia como classe e toda a sua postura ideológica progressista. Esta ascensão que durou séculos acaba por se consolidar no século XIX. Neste momento a consolidação da burguesia se afirma através dos mais variados processos sócio-históricos: revoluções, reformas, etc. Todos esses processos dependem de condições históricas locais na qual cada burguesia nacional – a classe social condutora do capital – se projetou no contexto socioeconômico. Enfim, o que é sem sombra de dúvida inquestionável, é que ao longo do século XIX a burguesia vai consolidando seu poder e afirmando no mais amplo contexto social as forças produtivas do capital e a elevação do potencial humano.¹⁵⁹ Potencial

¹⁵⁹ É importante que se tenha a precisa clareza dialética para se perceber a diferença e ao mesmo tempo a confluência de processos históricos determinados, ou seja, precisamente localizados no tempo e no espaço, em condições locais de existência de suas possibilidades e os processos econômicos de fundo como é o caso das potencialidades do capital em elevar as forças produtivas humanas. Deve-se, de um lado, perceber a conjuntura histórica que leva uma classe ao poder e as vicissitudes desse processo – com todas as suas determinações e especificidades históricas – e, do outro lado, perceber que, nesse caso específico da burguesia, tem-se um processo revolucionário do ponto de vista social, pois significa a elevação das forças produtivas da humanidade e, portanto, um novo patamar civilizacional. Mas da mesma forma que se devem distinguir esses processos deve-se também confluí-los para notar que um processo de fundo material não se realiza por *necessidade*, mas se realiza, também, por processos de afirmação

humano significa, na verdade, o desenvolvimento de forças produtivas elevando a materialidade e o padrão social de algumas classes. A prova disso é o próprio padrão de consumo dos recursos naturais do planeta e mesmo dentro de países. Esses processos socioeconômicos acabam por levar à hegemonia social no plano ético e, portanto, também no plano ideológico, uma concepção de homem que é a concepção do homem burguês.

A história dos últimos seis ou sete séculos tem sido a história da formação (e das transformações) do que passaremos a designar, nas páginas que se seguem, como o homem burguês. Uma história que nos põe diante da elaboração de um ideal – o dos indivíduos autônomos, empreendedores e competitivos – e diante da longa e complexa luta que veio sendo travada para criar as condições necessárias à autonomização dos indivíduos, em geral.¹⁶⁰

É assim que Leandro Konder abre seu livro que vai traçar um breve painel de um projeto histórico e ideológico de afirmação de uma classe e, junto com essa afirmação, todo um processo de elevação das potencialidades produtivas.

Porém, ao longo do próprio século no qual a burguesia, após séculos de consolidação de uma postura ética – que é, então, também uma postura ideológica, que visa a influenciar a sociedade em seu conjunto e, dessa forma, exercer formas de controle sobre a sociedade –, finalmente se afirma no poder, começa seu processo de “mistificação” social,¹⁶¹ processo de refluência de sua postura social e humana. Essa refluência é o processo de decadência ideológica da burguesia. Claro que esse processo pode ser evitado através do antagonismo de classes e na luta social, na qual uma outra classe consiga impor a sua própria postura de classe e que se apresente como um processo e um projeto mais social, mais abrangente no sentido de classe e mais humano que o anterior. Essa deveria ser a postura do proletariado. Isso é uma luta de posições de classes diferentes na qual uma série de vicissitudes pode ocorrer: acordos, conciliações, etc. No caso das vitórias da burguesia que até hoje têm sido determinantes – apesar

política de luta de classes – é o espaço da *liberdade* contra a *necessidade* no qual a correta determinação dos processos históricos pode acabar com esse antagonismo. Por exemplo, caso a postura antagonista dos trabalhadores da II Internacional tivesse sido outra, a força do capital e da classe que o tem em suas mãos como o fogo de Prometeu que esta classe conduz, poderia ter sido alterada.

¹⁶⁰ Leandro Konder. *Os Sofrimentos do “Homem Burguês”*. p. 11.

¹⁶¹ Na última parte deste capítulo será abordada uma “mitificação”: o mito do desenvolvimento tecnológico. Convém pensar estes dois momentos em conjunto para verificar a seqüência de erros históricos e ideológicos de análise do capital e sua história.

de várias fraturas operadas no real por forças contrárias especialmente na perspectiva mundial na qual revoltas periféricas ao sistema socioeconômico do capital central têm mostrado a possibilidade de alternativas – verifica-se um constante processo de imposição de sua decadência ideológica conduzindo até ao irracionalismo como expressão mais acabada de sua postura ética. E veja-se bem: não era uma *necessidade* que isso fosse assim. No processo de empurrar para frente as contradições do sistema – estas sim *necessárias* – a burguesia preferiu abandonar seus ideais seculares (“humanidade”, “igualdade”, “individualidade”, etc.) e se colocar na sua limitada postura socioeconômica de classe. Abandona uma postura “humana” em benefício da reprodução do capital. Trata-se de um processo que poderia ter sido outro dependendo das forças sociais contrárias e de oposição à burguesia e da própria opção da classe em defender os seus interesses. O elemento político aqui se insinua como a *não-necessidade* de determinada ação. Estes aspectos de refluência da burguesia constituem a sua contra-revolução a partir de 1848.

Depois da consolidação burguesa, portanto, as determinações socioeconômicas começam a mudar. A ideologia progressista que justificava as mudanças históricas e que era o elemento ideológico da transformação de uma formação social em seus elementos políticos, jurídicos, legais, culturais, etc. para o surgimento de outra formação e ordem social em todos esses mesmos elementos, essa ideologia, agora, cai por terra e perde o sentido. A ideologia revolucionária desaparece. A concepção de história na nova ideologia perde seu sentido de progresso. O mesmo acontece com a totalidade que desaparece do horizonte ideológico, tanto como projeto social de mudança como do conteúdo mesmo das disciplinas e das áreas do conhecimento.¹⁶² A sociologia aparece nesse momento como disciplina autônoma e com a função de corrigir os defeitos sociais numa clara fórmula cientificista e mecanicista, numa fórmula “medicinal”, que isola os elementos sociais de todos os outros problemas e objetivações históricas.

A partir da decadência ideológica e ética da burguesia como formas históricas que assumem sua luta social e de afirmação no poder é que se definem dois elementos novos no conteúdo de sua também nova postura ideológica: a perda da totalidade e a fragmentação como elementos

¹⁶² Ver o que Lukács fala a respeito da fragmentação do conhecimento como símbolo da decadência ideológica no texto “A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica”. In: NETTO, José Paulo (org.) *Lukács*.

essenciais do irracionalismo que se define progressivamente mais e melhor. Esses dois elementos são marcas centrais até hoje do capital e, em sua fase global, mais importante ainda.

A burguesia, após a sua consolidação no poder e nos processos hegemônicos da sociedade, passa a prescindir, portanto, da totalidade; esta categoria perde o valor pois não mais é necessária a totalidade da concepção da sociedade: não é necessário mais mudar o que, agora, já está mudado.

Já se afirmou anteriormente e convém lembrar: a totalidade não é um conceito, é a categoria do real. Qualquer forma do real, desde as mais simples e singulares até as mais complexas só se objetivam, só se colocam no mundo como totalidade de determinações. Na conhecida passagem de Marx, o “concreto só é concreto, pois é a síntese de múltiplas determinações”, a totalidade é a concretude do social como ser histórico. Pode-se selecionar as mediações e as determinações de um estudo para que este se torne preciso, mas a realidade só é enquanto totalidade. Essa é a grande contradição do capital atual: trata-se de um capital mais total e mais integrado¹⁶³ que nega ideologicamente a totalidade. É um capital que produz um espaço fluido e desterritorializado, mais complexo, porém total. Negar a existência da totalidade já seria um contra-senso material, pois o ser – que é material, matéria em movimento – só é como algo total. No atual estágio de desenvolvimento do capital essa negação só pode ser consciência social de classe, ou seja, só pode ser ideologia que procura esconder que essa totalidade do capital é cada vez mais contraditória. Afirma-se, assim, que entender a totalidade não é um elemento apenas conceitual: é um entendimento de classe, uma necessidade histórica transformadora e revolucionária. Não é simplesmente um conceito, mas é a posse de um elemento da revolução.¹⁶⁴

¹⁶³ Não é possível aqui desenvolver todos esses temas que significam não só anos de estudo como estariam além dos limites desse trabalho. Indica-se para as questões referentes a outras características do irracionalismo a dissertação de mestrado realizada há alguns anos (DOTI, Marcelo Micke. *Capitalismo e Ser Social – O afastamento das barreiras naturais e o Irracionalismo em Lukács*. Dissertação de Mestrado, Unesp, FCL/Araraquara, 1999). Também um longo ensaio sobre o irracionalismo que aborda e continua o tema da dissertação de mestrado como também procura aprofundar as questões do capitalismo como totalidade mais integrada além de procurar dar conta de alguns aspectos referentes à fundamentação do irracionalismo como ideologia dominante e *necessária* na atualidade além de deixar claro nesse texto a questão de porque a totalidade deve necessariamente ser quebrada como categoria fundamental para se entender o atual estágio do ser social (v. *O Irracionalismo, A Destruição da Totalidade – Ensaio sobre a Ideologia do Capital Globalizado*).

¹⁶⁴ Novamente aqui aparece dívida clara para com Lukács de 1923 em *História e Consciência de Classe*.

Outra questão de classe, no entanto, se apresenta também. Foi dito que a burguesia se impôs como classe e que o elemento necessário neste processo histórico de imposição e de transformação social era apenas a elevação das forças produtivas que o capital trazia. A imposição como classe dentro da formação social em sua totalidade jurídico, política, ideológica, etc. está determinada no jogo das lutas travadas dentro do campo das *liberdades*, ainda que estas sejam mediadas por toda uma série de aspectos como a força econômica da burguesia – necessária –, a sua força militar, etc. que conferem à mesma muito mais poder diante do antagonismo dos trabalhadores. Dentro desse campo de lutas a burguesia teve que enfrentar esse antagonismo e nesse enfrentamento sempre existe um campo de *possibilidades*, de *liberdades*, de modificações, e até mesmo vitórias parciais das classes subjugadas. Tem-se que olhar para esse outro pólo das classes para entender como o irracionalismo se afirmou e se consolida cada vez mais: como os antagonistas à burguesia se portaram e até contribuíram para a afirmação dessa ideologia.

É necessário entrar no quadro do capital e seus desenvolvimentos no final do século XIX e suas conquistas imperialistas. Nesse cenário de capitalismo avançando sobre novas fronteiras geográficas podemos verificar que o mesmo vai aos poucos se consolidando fortemente nos países centrais e empurrando para frente os seus problemas e contradições reprodutivas. O capital se consolida e empurra para frente suas contradições, pois novas possibilidades de acumulação e reprodução se colocam e não apenas com os mercados consumidores coloniais, novas fontes de suprimento material, etc. Novas possibilidades se abrem com os aspectos de volatilidade financeira. A consolidação de um capital industrial e bancário remetem para as possibilidades de financiar os investimentos a partir do enorme acúmulo desse crédito que a nova etapa do capital tem diante de si.

O capital prolonga-se em sua sobrevida reprodutiva empurrando para frente suas contradições e sua possibilidade de reprodução e também se insere cada vez mais na realidade como transformador dessa mesma realidade. Seus espaços geográficos de reprodução, por exemplo, não são mais os espaços simplesmente existentes da nação onde se desenvolve. Ainda que no caso do Imperialismo¹⁶⁵ exista a reprodução fortemente amparada num estado militarista

que garanta essa possibilidade de reprodução, o elo completo, a cadeia, a articulação completa reprodutiva só se realiza através do espaço geográfico estendido das colônias. Isso implica que no tocante a mediações e determinações o capital se torna mais complexo, totalidade mais integrada e abrangente na qual o conhecimento sobre sua forma de reprodução, seu *modus operandi*, se torna também mais complexa e ampla, mas não uma compreensão impossível. Do ponto de vista dos espaços agigantados da reprodução e dos enormes espaços urbanos que surgem, tem-se uma percepção humana, uma *consciência sensível* sobre o real deslocada da representação do imediato. Não se pode mais perceber o espaço de reprodução da vida coincidindo com o espaço da reprodução econômica. Essa representatividade espacial ficará muito clara na arte moderna e suas impossibilidades de conceber o real apenas como o imediato.¹⁶⁶

Esse novo quadro socioeconômico levará, no plano da consciência, às frustrações de entendimento da vida dentro do marco econômico local e também a um desespero de entendimento das novas relações sociais, socioeconômicas, políticas e culturais ampliadas pelo espaço. Esse desespero estará na base de certa sensibilidade para o irracional como impossibilidade de se entender relações produtivas e sociais tão amplas. No panorama da globalização essa maior dificuldade de acesso à totalidade ampliará drasticamente a consciência social desse desespero ao ponto de se desprezar e ignorar “velhas categorias” como a de Imperialismo. As questões de existência, individualidade, mas também questões sociais e necessárias se colocam aqui de forma muito clara.

No panorama das lutas de classe e o reflexo dessas no desenvolvimento do irracionalismo temos que entender o papel que representou a II Internacional e suas teorias como forma ideológica explicitada de perda de poder para o avanço da ideologia da burguesia decadente. No campo das *liberdades* do jogo das classes, a burguesia sai vitoriosa não como necessidade histórica de seu “ser burguesia”, mas no jogo errôneo do marxismo da II Internacional.

¹⁶⁵ Ver para esta relação fundamental entre militarismo, imperialismo e economia, Lênin, V. I. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo* e Bukharin, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*.

¹⁶⁶ Ver sobre esses aspectos instigantes da relação entre desenvolvimento social e representação o livro de Nelson Brissac Peixoto. *A Sedução da Barbárie – O Marxismo na Modernidade*. Brasiliense, São Paulo, 1982.

Não se pretende acusar a II Internacional e seu típico marxismo de contribuir ideologicamente com a burguesia de forma explícita e direta. Isso seria um contra-senso. Porém, no terreno da teoria e, principalmente, no campo da luta de classes que é um campo de lutas variado e complexo (envolve tanto aspectos essenciais do momento da reprodução econômica e social como aspectos políticos e conscientes da luta) mesmo aquilo que não se apresenta pode ser entendido posteriormente à realização da luta como arma concedida ao adversário. Semelhante a uma luta empírica ou a um jogo como o de futebol, um golpe não dado, um gol não feito, deve ser interpretado como a chance de vitória do adversário. No quadro do desenvolvimento do capitalismo apresentado, a II Internacional correspondeu a um enfraquecimento das classes trabalhadoras. Esse enfraquecimento se revelou tanto nas suas ações – como o partido de Kautsky ao votar os créditos da I Guerra e ali pôr um fim ao internacionalismo dos trabalhadores e jogar a luta internacional na “lata do lixo” histórica – quanto na teoria que a II Internacional desenvolveu como aspecto conjunto desse campo de ações. Aquilo que não se faz deve ser interpretado como espaço cedido ao adversário. Nesse aspecto é que a II Internacional cedeu espaço à burguesia e à sua ideologia.

O marxismo da II Internacional vai acabar se afirmando como fragilidade teórica para enfrentar os novos problemas colocados pela luta de classes, agora no plano internacional, pela sua ausência de entendimento da teoria de Marx como um novo campo de conhecimento no panorama das ciências. Isso significa que existe em Marx um estatuto novo de ciência por meio do materialismo histórico e da “ciência da história”.¹⁶⁷ A falta de compreensão de Marx nestes aspectos teóricos de base acabará levando ao não entendimento justamente do método histórico de Marx que tem como categoria central a *totalidade*. Entender o desenvolvimento social como totalidade é o que pode levar a uma teoria coerente para uma ação de classes também coerente. Um saber enciclopédico no qual não se entenda como ele se *produz* no real de nada serve.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Convém lembrar que o texto fundante deste aspecto, a ruptura teórica de Marx, segundo Althusser, é a *Ideologia Alemã*. Neste texto é que justamente a concepção clara de história e das suas forças motoras irão se firmar para Marx e Engels. Tanto que, uma vez que serviu para o auto-esclarecimento, Marx poderia deixá-lo para a “crítica roedora dos ratos” já que cumprida seu papel.

¹⁶⁸ “Em favor dessa concepção, adota-se [os românticos] freqüentemente o argumento de que a extensão da ciência moderna atingiu uma amplitude que não mais permite à capacidade de trabalho de um só homem dominar enciclopedicamente todo o campo do saber humano – ou, pelo menos, seus largos setores – sem abandonar o nível científico e cair no diletantismo (...)

Reivindicar a totalidade no plano teórico é reivindicar uma metodologia de estudos e de ação que procure as mediações pela qual o capital se produz e se reproduz e, portanto, elaborar as estratégias e táticas da luta de classes. Entender a totalidade é adquirir sim conhecimento, teoria, mas um conhecimento que esteja ligado ao entendimento de como este mesmo veio-a-ser no plano da sociedade por meio do desenvolvimento econômico e as lutas em torno deste processo contraditório e complexo, na sua especificidade social em determinado contexto histórico. A totalidade é parte essencial da metodologia de Marx porque é totalidade no plano social e só depois no do conhecimento.

A perda da dimensão da totalidade acaba sendo um ponto convergente entre a burguesia decadente e o novo perfil de luta teórica da II Internacional.

Os pontos centrais do marxismo da II Internacional que se pode arrolar para especificar essa falta de teoria e de entendimento da totalidade e que será parte da crítica de Lukács – e de Gramsci também – podem ser facilmente sintetizados.¹⁶⁹ Ao faltar uma base teórica¹⁷⁰ que seja ao

“Todavia, por mais atraente que possa parecer este argumento, à primeira vista, nem por isso deixa de ser inteiramente equivocado. O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são as apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão de outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais.”

Perceba que Lukács faz aqui uma crítica aos românticos que serve até hoje como crítica a um resquício desta mesma concepção teórica e a crítica que os mesmos herdeiros daqueles, hoje humanistas, fazem à amplitude do conhecimento e do mundo das informações alcançadas. Na atualidade, com a gigantesca massa de informações de que dispomos, crê-se na impossibilidade da totalidade. Veja que não é essa amplitude que impede a concepção de totalidade, mas a forma como se dá essa amplitude, como ocorre a pesquisa e o que se entende por totalidade. Totalidade deixou de ser as determinações para ser a informação, deixou de ser o campo das mediações que é o que está pelos “meandros científicos” e não o conhecimento acumulado. Claro que não se pode descartar o próprio conhecimento sob pena de cairmos no niilismo e num voluntarismo marxista que nada transforma. Trata-se de conceber a *ciência da história* em toda a sua amplitude quando se fala da neste sentido específico da relação entre totalidade e conhecimento. (Netto, José Paulo (org.). *Lukács*. Ática, São Paulo, 1981, Col. “Grandes Cientistas Sociais”, p. 122).

¹⁶⁹ V. Oldrini, Guido. “Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional”. pp. 67-80.

¹⁷⁰ “Ela depende principalmente da circunstância de que, não tendo Marx e Engels conseguido, por motivos independentes da sua vontade, levar a termo a construção de um sistema filosófico do marxismo, os marxistas que vieram depois deles encontram-se muito freqüentemente deslocados e indefesos em relação aos adversários, sem um sistema doutrinário para opor às suas críticas, e acabaram aprofundando a aridez daquele ecletismo incoerente, segundo o qual seria preciso ‘completar’, de fora, as doutrinas econômicas de Marx, por exemplo, com Mach no plano físico, com Kant no plano ético e com as teorias positivistas da arte no plano estético (...)” (Oldrini, Guido. *Op. Cit.*, p. 69).

mesmo tempo análise crítica e, portanto, revolucionária da sociedade do capital e da luta de classes implícita nessa sociedade, protegida através da ação do Estado, esse marxismo irá cair em um “economicismo”.¹⁷¹ De um lado todos os determinantes sociais são produtos diretos e sem mediações do econômico e, por outro lado, acaba-se num fatalismo¹⁷² no qual as contradições sociais se acumulam, amadurecem e o capitalismo irá se destruir por si só.

Essa falta de teoria compreensiva do marxismo (que será também criticada por Lênin em seus *Cadernos Filosóficos*) é um momento refletido da história do capitalismo na qual a expansão do capital por novos espaços reprodutivos através do Imperialismo, levou à formação de certo padrão de bem-estar à classe trabalhadora. Não se nega também que conquistas foram feitas na luta travada com a burguesia. Mas por meio da expansão do capital, este empurrou para frente suas contradições, garantiu certa condição para os trabalhadores e destruiu a ação social destes. Essa destruição social que tem um determinante material bem específico – a expansão do capital – reflete-se de duas formas no plano do complexo político e da consciência de forma que os dois complexos se imbricam: a crença fatalista de conquistas graduais rumo ao socialismo e fraqueza teórica que acaba justificando essa mesma crença. No que concerne ao desenvolvimento posterior do capitalismo e de sua ideologia específica isso irá se revelar como uma derrota que levará cada vez mais longe ao irracionalismo real¹⁷³ do sistema como à ideologia de características irracionais que mistificam e encobrem essas contradições. No campo das lutas de classes, este marxismo da II Internacional acaba abrindo espaço para o nazi-fascismo e para as formas keynesianas de controle do capital como o “capitalismo disciplinado” e superador – na cabeça dos ideólogos da

¹⁷¹ “Deve-se exatamente a essa ausência de princípios o fato de o marxismo da Segunda Internacional sofrer deformações e profundas desfigurações. Elas dizem respeito tanto ao plano filosófico quanto ao plano político. No plano filosófico, o marxismo tropeça em limites de caráter economicista, pois a maioria tende a fazer dele uma doutrina de uma só linha (*unilineare*), na qual a economia determina rigidamente todos os outros planos da realidade” (*id., ibid.*).

¹⁷² “Esse determinismo de ordem filosófica – que se prolonga muito além da Segunda Internacional, até alcançar também boa parte do desenvolvimento do marxismo soviético no período stalinista [falaremos adiante sobre isso (nota nossa)] – converte-se depois, por sua vez, no plano político, em uma espécie de fatalismo. Da lei marxiana do crescimento inevitável das contradições do capitalismo deduz-se imediatamente a consequência que, no ato em que as contradições amadurecem e explodem, a derrocada do capitalismo ocorre por si mesma” (*id., ibid.*).

¹⁷³ Como se existissem condições de expansão perpétua do modo de produção e os trabalhadores, por um lado, e os que não o são, por outro, viessem a se tornar consumidores imbuídos dos ideais e valores de classe média.

ordem, como aqueles que falam do fim das classes e do “fim da história” – das contradições do sistema e do antagonismo de classes.

Até este momento apresentou-se um esboço histórico sumário de como foi possível à ideologia irracionalista se insinuar através da luta de classes e dos desenvolvimentos básicos do sistema econômico capitalista e chegar até hoje. Omiti-se, é bem verdade, todo um longo trajeto histórico do século XX. A intenção era apenas evidenciar os momentos cruciais de desenvolvimento ideológicos através da decadência burguesa e da sua luta com os trabalhadores demonstrando a atualidade da mesma. Procurou-se evidenciar, também, mais dois aspectos desse longo processo de desenvolvimento ideológico: primeiro a questão de que o desenvolvimento ideológico se faz através das forças materiais do capitalismo como reino do *necessário* e praticamente inevitável, como é o caso, dos espaços imensos da produção que deslocam a possibilidade de compreensão do mesmo; segundo que esse reino de necessidade não pode jamais ser de pura e absoluta determinação mecânica caso contrário cairíamos nas mesmas falácias do marxismo da II Internacional. Portanto aqui aparece a questão da luta de classes como determinação do econômico e do desenvolvimento das forças produtivas, mas também como o campo das *possibilidades* e da *liberdade*. Nessa dialética o marxismo deve escrever para o século XXI a sua específica forma de alternativa à emancipação, tanto de um poder ideológico irracional como do irracionalismo do próprio sistema econômico: as inevitáveis contradições do capital e até onde as mesmas levam (como esgotamento das fontes de energia e destruição ambiental).

Tem-se que lembrar, no entanto, do stalinismo como fator que limitou a ação teórica e como isso um projeto emancipador do marxismo no século XX.

Quanto à ação teórica, o stalinismo estaria fatalmente destinado a não dar respostas ao século XX, pois é uma espécie de continuação do marxismo da II Internacional e, assim, acaba por limitar um dos aspectos referidos logo acima: o campo das possibilidades.¹⁷⁴ Por outro lado o

¹⁷⁴ Quanto a esse aspecto do stalinismo e sua relação teórica com a II Internacional, ver novamente o texto de Oldrini, p. 78, no qual o autor faz uma breve referência ao mesmo quando aborda a luta de Lukács e Gramsci nos anos 30 como luta tanto contra os limites filosóficos do marxismo que a II Internacional desenvolveu como uma luta também contra o marxismo dominante, o stalinismo, que herdou as “vulgarizações da Segunda Internacional, acrescentando-lhe depois absurdos e deformações por conta própria”.

desenvolvimento soviético, o prosseguimento da revolução, levou a contradições que deixaram em aberto formas pouco afeitas às concepções de uma sociedade livre das relações do capital. É assim que não foi eliminado e nem ao menos isso se revelou como possibilidade, a *forma mercadoria* dentro da economia soviética, como ainda desenvolveram-se todos os aparatos do complexo industrial-militar revelando nesta economia os mesmos aspectos contraditórios do capitalismo. Mesmo que houvesse a necessidade de defesa no campo geopolítico, o desenvolvimento desse complexo industrial-militar leva às contradições necessárias da acumulação de capital. As características contraditórias que a economia soviética levou em seu bojo como modelo que não rompeu com o capital – apenas com formas da sociedade capitalista, permanecendo o “metabolismo social” movido pela mercadoria – levou esta a uma crise que foi associada de forma ideológica (e erroneamente como é a função da ideologia do capital: “embaralhar” as consciências!) com crise da alternativa socialista. Está mais do que claro como esse modelo não rompeu de maneira definitiva com o capital e acaba por ceder um enorme espaço no campo de lutas ao desenvolvimento das ideologias do capital e, entre elas, o irracionalismo. Espaço este verificado nos últimos quinze anos ou pouco mais de processo desenfreado de globalização e crescente estranhamento e mistificação absoluta do capital, a começar pelo conceito de “fim da história”. Será visto que esta ideologia é muito forte por ser a mais coerente com as bases produtivas e reprodutivas do sistema global do capital.

Dado que o capital necessita empurrar para frente suas contradições e procurar afastar barreiras à reprodução como necessidade de superar limites reprodutivos tais como a taxa de lucro, o sistema assume aspectos cada vez mais totalizantes em relação à todas as dimensões e determinações da realidade: é um mundo cada vez mais para-si do capital. A realidade social historicamente determinada torna-se uma realidade determinada cada vez mais pelo capital. Porém, é justamente essa totalidade que o capital deve escamotear, do contrário existe sempre a possibilidade de que se rompam as amarras do controle que o mesmo exerce sobre a sociedade. E deve ser escondida, pois, facilmente se podem constatar os limites naturais e ecológicos, entre outros, que o capital impõe como contradição sistemática. As formas que o desenvolvimento capitalista recente descobre para poder “fechar a porta” de acesso ao entendimento (tanto no sentido analítico quanto no sentido de forças sociais) dessa totalidade e produzir assim as

características ideológicas do irracional como marcante do contexto histórico atual é a base deste capítulo. São estas as formas do campo de lutas atuais.

No que diz respeito ao movimento do capital em si, ou seja, a sua necessidade reprodutiva, pode-se dizer que é marcado nos últimos 20 anos por uma crescente financeirização de suas possibilidades reprodutivas. Estas produziram um aspecto do capital como uma “economia *voudu*”, de “ganância infecciosa”, etc. levando a crer que o capital conseguiu superar suas contradições através de um movimento interno a si mesmo. Significaria dizer que o capital se reproduziria e se colocaria novamente sem necessidade de enfrentar em todo o seu processo reprodutivo a realidade de mover, sem que se perceba, suas contradições. A economia capitalista se auto-alimentaria produzindo e criando valor. Essa ilusão de um capital auto-determinado e com seu próprio movimento interno, “mecânico” e econômico, independente das lutas sociais¹⁷⁵, portanto sem contradições e sem possibilidade de desagregação, está justificado na enorme massa de capital movido no mundo diariamente em busca de lucro: mais de dois trilhões de dólares movimentam-se diariamente em busca de um lucro especulativo sendo que apenas 7% desse montante corresponde à produção real de mercadorias.¹⁷⁶ A ilusão gerada por esses traços da especulação aliada ao poder da mídia na fantasia de um mundo sem fronteiras, de comunicações instantâneas e do poder gigantesco das organizações financeiras mundiais produzem com muita evidência uma base material para se pensar nas impossibilidades não só de entender o todo mas também de como agir contra esse todo: gera-se a sensação de *inércia ética*. Isso significa que o projeto emancipador e de um campo de possibilidades para se avançar contra o capital acabou. Falta de totalidade aliada à não existência de possibilidades de ruptura (“fim das ideologias”, da luta de classes e da “história”) configura mais do que claramente o irracional como ideologia.

No plano ideológico da teoria econômica o grande movimento justificador dessa expansão do capital sem fronteiras é o neoliberalismo. Essa farsa teórica não está nem um pouco

¹⁷⁵ Esta situação é perfeitamente ilustrada pelos modelamentos matemáticos que se querem perfeitos para entender o funcionamento do mercado financeiro, por exemplo. Os modelos matemáticos e o conhecimento da mesma são fundamentais. Porém, existe uma mistificação desta pelos atuais “arautos da globalização” dos mercados financeiros que acreditam possível explicar o funcionamento deste sem a presença da história, das contradições sociais e da luta de classes. Trata-se do estudo da pura normatividade econômica. Um bom exemplo disso é a *econofísica* e os modelos para explicar o mercado financeiro (v. *Scientific American – Brasil*, ano 3, nº 27, agosto de 2004, pp. 74-81)

¹⁷⁶ Fonseca, Ronaldo. *Marxismo e Globalização*. p. 190.

preocupada com as contradições do capital. Por esse motivo as esquerdas deveriam esquecer e abandonar resquícios de um passado de acordos entre trabalho e capital: essa época já passou e o capitalismo humanizado já não mais existe. A farsa teórica neoliberal só funciona – e nesse sentido não é uma farsa – dentro dos seus próprios marcos referenciais, ou seja, sua única preocupação é apressar o fluxo de capital pelo mundo e poder reproduzir mais rápido os lucros e em escala crescente. Para isso é que se transformando em farsa, procura mostrar que o caminho e a solução para o desenvolvimento é a abertura de mercados (mercadorias, serviços e capitais), a desregulamentação e a ausência do Estado na economia. Neste último caso o significado é claro: privatizações e reformulação da atuação do Estado como continuador do padrão de acumulação.

Nota-se que o neoliberalismo em si, como teoria econômica, é apenas um movimento posto de justificativa da economia do capital: expansão de suas possibilidades ainda atuantes. Torna-se farsa teórica justamente quando justifica o desenvolvimento econômico e possibilidades de desenvolvimento ao romper com conquistas sociais que limitavam e controlavam a voracidade do sistema produtor de mercadorias. Aqui o capital amparado pelo neoliberalismo, acaba por abrir espaço para um padrão não mais de civilização, mas sim um padrão crescente de barbárie, sofreguidão humana, miséria crescente não só na periferia do sistema, mas também nos países centrais. Abre espaço para o crescente fluxo de migrações humanas pelo mundo, guerras como forma de ampliar lucros do complexo industrial-militar e, por fim, todos aqueles aspectos ligados à própria existência humana em um mundo de produção descontrolada, sem controle social: egoísmo, cinismo, “servidão voluntária”, desprezo pela política (no sentido de complexo político e campo de mudanças), uso de entorpecentes, etc. Tudo isso marca de forma muito clara um padrão cultural de descivilização.

Prosseguir enumerando os campos das misérias e barbáries produzidas por um capital que se anunciou, no século XIX com suas específicas forças produtivas, como potencial de libertação humana e de maiores controles sobre a natureza¹⁷⁷, neste momento, levaria à uma lista quase sem fim. Ver-se-ia que o desenvolvimento de todos os aspectos atuais do irracionalismo exigiria que

¹⁷⁷ Lembrar dos elogios feitos por Marx em estilo sublime às forças produtivas do capital em seu *Manifesto Comunista* no qual se verifica que o revolucionar social do capital profana o sagrado e dissolve todos os laços de tradicionalismo feudal dissolvendo tudo no ar. O estilo literário do texto é fantástico.

se mostrassem mais características ainda da economia do atual capital bem como o campo de lutas que possibilitou parte da vitória deste e o desenvolvimento muito mais fácil desse padrão de descivilização que corresponde, no plano ideológico, ao irracionalismo.

Evidente vitória do capital nesse campo de lutas que conduz ao padrão de descivilização é a crescente fragmentação da classe trabalhadora assim como a constante perda de seus direitos conseguidos ao longo de meio século de lutas sociais. Não apenas na periferia do sistema, mas também no centro.

Dever-se-ia desenvolver também, além do campo de lutas e da economia do capital, questões ainda referentes aos meios de comunicação como suporte material, empírico, técnico, das informações e da ideologia, como da atual cultura e ainda os aspectos referentes as indústria de comunicação dentro dessa cultura. Desenvolver questões referentes à existência humana nesse novo padrão socioeconômico de descivilização seria também tarefa importante. Parte, no entanto, do desenvolvimento das questões colocadas nestes últimos parágrafos virão logo em seguida. Essas questões todas de caráter ideológico somadas a outros problemas sobre a reprodução do capital, sua específica materialidade e reprodução, o elo indissolúvel do ser e sociedade humana com as condições naturais, enfim, a totalidade do desenvolvimento social desde a natureza até a sociedade do capital atual deve constituir a base de estudos para um projeto que deverá ser, necessariamente, assentado sobre a melhor compreensão teórica e prática – e nesse sentido crítica-revolucionária¹⁷⁸ – até hoje dada ao capital e ao capitalismo: o marxismo.

4.2. Expressões ideológicas atuais

É necessário que se faça um inventário das ideologias e formas de manifestação da mesma que constituem e dão forma ao desenvolvimento capitalista atual. Após acompanhar o desenvolvimento do capital na forma de sua reprodução, como o mesmo significa a elevação das forças produtivas e sua desigual distribuição e consumo de energia e como tudo isso subordina

¹⁷⁸ Ver a respeito: Benoit, Hector. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O Capital*”. pp. 81-92.

várias expressões da política e geopolítica mundiais, é hora de abordar as expressões que esse mesmo estágio produtivo e civilizatório produzem em termos de ideologia.

A discussão anterior sobre continuidade e sua negação ganha concretude, ou seja, aparecerá em seu sentido prático do que isto represente em termos de ideologia e de condições materiais de existência da sociedade e do consumo de recursos do planeta. A complexidade da maior materialidade do capital como uma civilização da extensão do poder das coisas sobre os seres humanos significa uma das etapas e formas de produção de uma ideologia que leva ao obscurecimento da totalidade das relações sociais e destas com a natureza e seu sustentáculo produtivo e inseparável, dando, então, razão evidente à frase de Marx com a qual se abriu este trabalho: “Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”. Em sentido diverso, é objetivo deste trabalho mostrar que esta materialidade maior, extensão dos poderes humanos e de sua continuidade com a natureza por meio da unidade no processo produtivo, acaba obscurecendo, através das coisas e de um ambiente urbano tecnificado – tecnologia que, tal qual fogo de Prometeu, parece iluminar nossa mais autêntica humanidade sem perceber o caráter ideológico desta apologia –, que nada disso mais é do que extensão das relações com as condições naturais esgotáveis em um modo de produção dissipador de recursos em larga escala.¹⁷⁹

Através do estudo das manifestações ideológicas produzidas pelas condições da atual sociedade do capital mundializado e suas enormes forças produtivas, poder-se-á perceber a materialidade complexa do mundo das coisas e da urbanização – formas por excelência do mostrar-se dessa materialidade, a *aparência* dessa materialidade que esconde profundas *essências* sociais e naturais – como objetivação das mesmas forças produtivas e da produção de valor, mas representando um fetiche, um encobrimento da realidade produzindo um mais efetivo controle

¹⁷⁹ De certa forma o que se procurou ao longo deste trabalho e que se procurou destacar logo na introdução é que a sociedade do capital produz uma maior necessidade de recursos naturais do que se pensa tornando-nos mais dependentes das condições naturais e da materialidade do mundo, ao contrário do que a ideologia corrente mostra e mistifica. Em relatório publicado denominado “Planeta Vivo 2004”, o WWF mostra justamente este fato. Veja texto publicado na *Folha*, 22/10/2004 e, no mesmo texto, um economista contestando que isso não passa de “discurso ideológico”. Há ideologia sim – já que o referido economista provavelmente desconhece as implicações profundas do termo ideologia e sua função dentro da produção e reprodução econômica e social, ou seja, desconhecendo completamente o significado de ideologia –, porém ideologia em profundo contato com as realidades naturais e sociais do planeta.

social. Esta é afinal a função da ideologia e, no estado em que se chegou à expansão do capital e seus poderes, essa ideologia mostra-se, sobretudo, como a destruição da totalidade e da “ciência da história”, especialmente no que se refere a uma pseudo ruptura com a natureza e a não necessária observação de que os recursos são escassos quando fortemente desperdiçados.¹⁸⁰ Logo, esta etapa de nosso trabalho, não é apenas importante do ponto de vista da forma (articular os vários momentos, capítulo e partes deste) como também o é do ponto de vista do conteúdo (afugentar os elementos irracionais de destruição da totalidade).

4.2.1 Conteúdo e difusão ativa da ideologia

Por difusão da ideologia pensa-se nas formas e meios de sua propagação e função na consciência humana exercendo papel de agente na organização social e, portanto, em sua função social e essencial de modelar conscientemente a sociedade em determinado estágio de seu desenvolvimento. Assim com o conteúdo e a difusão ativa da ideologia, tem-se em vista demonstrar os *mecanismos* e os meios pelos quais as classes interessadas em manter dado estágio e grau de reprodução do capital se utilizam para exercer seu poder ideológico na forma de controle social e, ao mesmo tempo, justificar a persistência e a desigualdade inerente à reprodução capitalista. Claro que tal poder é utilizado em benefício de determinadas classes e elites e é exercido na consciência destas mesmas classes e elites de tal forma que não percebem os próprios erros e contradições do sistema econômico sobre o qual assentam sua existência social. Veja-se e atente-se bem para o fato de que essa organização da sociedade por meio da ideologia (entre outras formas de exercer o controle social) é consciente enquanto consciência com interesses de classe. É parte do complexo que envolve a elite ativa na política e a consciência de classe que essa representa nas instâncias superiores da política como poder de Estado e, mais, como geopolítica mundial, ao menos quando se trata de energia e recursos naturais. Esconder as desigualdades mundiais e, entre elas, a desigualdade na participação dos

¹⁸⁰ Certamente é esse encobrimento ideológico de uma tecnologia complexa e de maior controle sobre as condições naturais – falar-se em *domínio*, como já salientamos, é também expressão ideológica disso – que produz a imagem sustentada por alguns estudiosos “que a evolução humana distanciou tanto os seres humanos do resto do mundo animal, que pouco pode ser apreendido acerca de nós mesmos através dos primatas não humanos.” (Lewin, Roger. *Evolução Humana*. p. 169)

recursos do planeta, é uma forma ideológica do capitalismo.¹⁸¹ E a melhor forma de esconder isso é usar de uma ideologia que esconda, escamoteie e encubra a *totalidade dos processos sociais e naturais*. A ideologia é o poder fundamental para isso e um poder que forma a consciência social tanto das classes controladoras e beneficiárias da reprodução do capital como daquelas que se deve controlar.

Estas formas, meios e mecanismos de propagação são os mais diferentes possíveis, desde a produção intelectual – tais como teorias sociais, políticas, econômicas (neoliberalismo), culturais (pós-modernidade), etc. – até os meios de comunicação de massas e a própria indústria cultural. Esses meios estarão sendo usados e condicionados sempre pelo desenvolvimento econômico e social do estágio produtivo atingido (capitalismo global, ideologia global), por um lado, e pelos meios técnicos que a sociedade, capitalista avançada, dispõe no momento para difundir a ideologia (meios de comunicação de massa), por outro lado.

Elementos centrais de uma ideologia são aqueles conteúdos articuladores que a tornam coerente dentro de uma totalidade mais abrangente que é a social. Assim, em seu conteúdo central, a ideologia assume as feições que a tornam coerente com o restante da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento e as formas diferenciadas que assumem a sua categoria central: o *capital*. Mesmo que os aspectos ideológicos sejam bastante intrincados e muitas vezes incoerentes, de difícil percepção em sua totalidade como complexo ideológico, os elementos centrais sempre serão aqueles que primeiro se manifestam e mais evidentes.

A ideologia atual irracionalista apresenta alguns aspectos que podem ser facilmente percebidos como centrais tais como a destruição da totalidade, a negação da continuidade-homem-natureza e do desenvolvimento históricos, o fim das classes sociais e da luta de classes ou a sua relativa “suavização” (ou seja, é aceita, mas relegada para segundo plano como uma forma de explicar desigualdades, mas sendo possível melhorar a distribuição de renda como forma de aplacar, “suavizar” a “ira de classes”), fim de formas de dominação imperialistas e de subordinação geopolítica com a abertura do comércio mundial por meio da globalização, entre

¹⁸¹ Organizações supranacionais cumprem este papel como elites mundiais portadoras da ideologia e da forma específica de atuação de suas classes. É o caso do FMI e Banco Mundial como portadores desta.

outros aspectos. Muitas destas características já foram abordadas em trabalho de mestrado quando se discorreu sobre Lukács e sua conceituação de irracionalismo¹⁸². Mas o aspecto que mais se destaca e com certeza serve de elemento central e de articulação de todos os outros é a *fragmentação social* como conteúdo da ideologia, ou melhor, a destruição ideológica da totalidade como forma de perceber os encadeamentos do real.

Enquanto a realidade social se mostra de tal forma a parecer que o caos tomou conta de toda a vida, na qual as dificuldades de se compreender teoricamente o capital advém dessa difusa forma fragmentada de ser do mesmo por meio de imensa rede de produção e reprodução mundiais e há uma quase completa derrocada e desistência de compreensão teórica, a ideologia se apresenta fortemente armada. Como o complexo ideológico é um momento social ligado à consciência humana, é necessário que se apresente “mais pobre”, “resumido” em relação ao complexo econômico e à própria realidade social em sua totalidade. A substância da ideologia é essencialmente imaterial na forma de teorias, imagens, modos de vida, etc. Aliando a difusão ampla da ideologia e seu poder de influir como consciência social de classe apresentada bem estruturada, por um lado, temos, do outro, um capital realmente mais complexo, mais repleto de determinações e mais difícil de aproximação teórica. A essência do método dialético deve ser lembrada é a constante aproximação do real e, diante de um capitalismo mais complexo e mais total, parece difícil entendê-lo. Precisamente neste momento que se vive o drama da ideologia: ela justifica que não é possível entender a totalidade das relações do capital.

Tendo necessariamente que atingir a consciência dos homens na qual, então, a ideologia se realiza, seus conteúdos devem assumir também e necessariamente uma forma “empobrecida”. Em outro sentido, a imagem e os conceitos formados sobre o mundo e sobre a realidade social na forma de interação de processos sociais é mais “pobre” por ser mais generalizante e abstrata como é a marca do conhecer, do pensar *sobre* a realidade. Esta é sempre mais rica e determinada do que sua expressão consciente ou seu reflexo mental. É mais complexa do que a ideologia que lhe procura explicar. Esta é a base do materialismo histórico e a dificuldade que se encontra de entender toda a complexidade social advém deste fato material e simples. Porém: mais difícil à compreensão, mas não impossível como a ideologia atual faz crer. A ideologia, mesmo fazendo

¹⁸² V. Doti, M.M. *Capitalismo e Ser Social*. p. 90 ss.

parte de toda a complexidade total da sociedade¹⁸³, será um reflexo da base produtiva e reprodutiva, um desdobramento na forma de *consciência social*.

Pelo fato de existir em uma sociedade de classes, a ideologia assumirá já uma forma fragmentária, cindida entre as classes que existem como base social da reprodução social. A atual materialidade vai se refletir no conteúdo dessa ideologia, momento de *síntese consciente na objetividade social*.

Através dessa mediação que procura explicar a passagem entre a materialidade do capital e a ideologia através da sua concepção de *síntese consciente da objetividade social*, pode-se chegar ao conteúdo, ao elemento de conteúdo central dessa ideologia: a *fragmentação aparente do capital* que se reflete em *fragmentação da classe trabalhadora*, que, em função dos desdobramentos desse capital avançado que o tornam fragmentário, se transforma em *classe trabalhadora da humanidade* e não o seu desaparecimento. Essa classe é, na verdade, maior numericamente do que apregoa a ideologia dominante, já que todos se tornam trabalhadores despossuídos dentro da realidade produtiva e reprodutiva do capital (assalariados). Porém, enquanto classe são fragmentados já que a ativa luta do capital contra a classe trabalhadora além de se constituir numa forma de expansão e reprodução em escala nunca imaginada do capital também rompe o poder da classe como forma de se expandir.¹⁸⁴ Devido a esses fatos – classe trabalhadora maior ou *classe trabalhadora da humanidade* em função da própria expansão do

¹⁸³ Perceba que diante da realidade social a nossa consciência é finita. Mas fala-se dentro da própria realidade e especificando essa realidade nos vários complexos sociais e suas próprias particularidades. Por isso assumi-se a ideologia neste momento como a consciência social, como a expressão consciente da realidade social material. Isso não significa dizer autoconsciente. A sociedade tem desdobramentos históricos e sua expressão histórica atual é a sociedade capitalista avançada e, portanto, de classes. Sendo cindida em classes sociais na materialidade de sua reprodução, a ideologia será uma consciência também cindida em sua própria forma de aparição. Nunca se pode esquecer que ideologia não é apenas falsa consciência, mas uma expressão consciente em sua forma de classes. Ou seja, é uma consciência social de classe. Quando se assume a ideologia como essa consciência, diz-se, então, que ela é um “resumo”, uma *síntese* das condições materiais da sociedade. Ela é a parte da realidade social objetiva que se transforma em elemento ativo, assume a forma de função ativa dentro da sociedade, somente quando chega à consciência humana. Em relação à consciência humana ela é parte da realidade, mas dentro do realidade objetiva da sociedade ela é a porção consciente.

¹⁸⁴ Trata-se da necessidade de perceber que o fragmento é a dificuldade em se constituir como classe. A classe tem existência, mas não se põe para si. Um dos elementos centrais que leva à instauração da ação subjetiva (a *liberdade*) da classe é seu poder de agir sobre a realidade (realidade = totalidade das interações sociais, *necessidade*). A classe, então, deixa o momento da mediação base-superestrutura para tomar contornos que a encaminhem ao político e seus momentos ramificadores. A dificuldade para se chegar até este momento é a essência do que se chama de fragmento produzido pela complexidade produtiva do capital.

capital que assim pode crescer sem ter perigos, pois “quebra” a força de classe ao fragmentá-la – pode-se dizer que existe uma sociedade inteira de trabalhadores para o capital, mesmo no fragmento, o que nos leva ao elemento material que forma o conteúdo central da ideologia: a *sociedade fragmentada*.

A ideologia em sua pureza, em sua esfera própria é, então, chegada. Trata-se do complexo ideológico da sociedade capitalista avançada. A grande marca dessa ideologia que é irracionalista é o *fragmento*. A partir daqui deve-se articular os outros conteúdos dessa ideologia para entender essa forma fragmentária como central. O capital mais complexo na forma de totalidade mais total em articulação com a fragmentação da classe trabalhadora, encontra o campo certo para a desumanização do conhecimento, que é o esquecimento da “ciência da história”, a totalidade como a única forma de se entender a produção do real. Isso se reflete perfeitamente na questão do estudo dos recursos naturais entre eles as fontes de energia: sem essa compreensão pensa-se na eterna superação tecnológica do capital. Esse aspecto da ideologia será visto mais à frente. No momento é necessário mostrar as “armas” usadas para que a ideologia ganhe poder.

Inevitável perceber, em primeiro lugar, que ao se falar de fragmentação como conteúdo central da ideologia atual, a primeira característica que vai assumir é a de uma “guerra” sem tréguas contra a *totalidade*. O fragmento é tomado como a grande característica social. A ideologia expressa, assim, dado patamar de consciência social. Porém, não existe “ideologia ingênua” como diz Lukács. A forma mais complexa do capital em sua “totalidade mais total”, mais rica em determinações, estende-se sobre amplos espaços e com uma muitíssimo mais sofisticada reprodução, pode dar a aparência de uma sociedade fragmentária. A ideologia expressaria o reflexo dessa realidade. No entanto, estaria fora da conjectura de que o processo ideológico é expressão da consciência social de classe. Daquela maneira seria retirado o sangue vivo da ideologia, ou seja, sua função nas lutas de classe no sentido de delimitar o campo do que se “tem que pensar”, o pensamento dominante. Para as classes e elites dominantes do capital avançado a ideologia tem que fazer a apologia do fragmento. Aqui sua de *falsa consciência*, ou como a inversão da realidade, a realidade “de ponta cabeça”, a fotografia como refere Marx em *A Ideologia Alemã*. Uma falsa consciência no sentido de não se compreender a realidade, de

distorcê-la por não adentrar no conhecimento do real. Falsa consciência, mas com *poder gigantesco* dentro da sociedade para influenciá-la a cumprir as prerrogativas do capital.

Na forma de *falsa consciência* a ideologia vai realizar seu papel funcional dentro da sociedade, ou seja, fazer a sociedade perceber aquilo que garante a reprodução do capital e organizar o controle social.¹⁸⁵ Sendo o fragmento de uma realidade “recortada” a ideologia não é a realidade social. Ao ser o elemento central da ideologia atual, toma-se a realidade como algo incompreensível e por demais desarticulada para se ter uma totalidade. É a totalidade o primeiro elemento a ser destituído das portas do salão da fulgurante ideologia do capital *high tech*, o capital da “globalização”. Inverte-se o que é real em irreal, a realidade não é mais uma totalidade. Chega-se diante da *destruição da totalidade*. O abandono da totalidade é a característica mais marcante do irracionalismo. Este ponto é o mais importante do capítulo articulando ideologia com a questão das forças produtivas, consumo de energia e a luta que se deve travar contra a ideologia irracionalista.

4.2.2 Teorias contra a totalidade

Dessa destruição da totalidade como a consequência lógica e necessária do fragmento quando convertido em ideologia acaba-se chegando também a um tema central dentro da análise da cultura: o fim das “*grandes narrativas*” apregoada pelas teorias da pós-modernidade.¹⁸⁶ Essas

¹⁸⁵ Deve-se deixar claro que existem várias formas de controle social, como o poder de Estado e as classes dentro do mesmo, as elites do poder organizando este Estado, as formas de comércio mundial desiguais, o policiamento, etc. Enfim, como se pode perceber, as maneiras de controlar a sociedade em determinada direção que favoreça a continuidade da reprodução do capital são quase infinitas. A ideologia é uma delas. No capítulo anterior viu-se que o poder de Estado e a guerra são outras formas de controle social.

¹⁸⁶ O conteúdo ideológico destas teorias é bastante explícito no sentido de esconder a totalidade e, ao fazer isso, ignorar que o entendimento da totalidade é fundamental para se entender o caráter espoliador da realidade capitalista tanto no sentido socioeconômico, quanto no sentido dos recursos naturais. Neste caso das teorias da pós-modernidade tem-se, por exemplo, a compressão do espaço-tempo. Essas teorias percebem um espaço-tempo mais comprimido, um espaço que é reduzido pela ação do tempo mais veloz. Mas não se perguntam como totalidade social a respeito das classes que se beneficiam desse processo de forma imediata e também não se perguntam sobre os agentes produtores desse encolhimento do espaço por meio do tempo. Esses agentes do encolhimento — “atores” nas palavras de Milton Santos — são as grandes empresas, seja do jogo produtivo ou, principalmente, do jogo financeiro e especulativo. Portanto é um aspecto da realidade que se toma como acabada sem perceber quem a produz e para quem é produzida essa aparência, esse imediato. Como sempre o *imediato*, aquilo que não possui mediações, é negação e impossibilidade de compreender a totalidade. Essa percepção do espaço-tempo encolhido

teorias do fim das “*grandes narrativas*” são uma das expressões ideológicas por excelência do irracionalismo atual no campo da sociologia, filosofia e estética. Ao dizer que é impossível compreender o processo de desenvolvimento histórico humano como uma totalidade, como um todo que vai se desdobrando, essas teorias nos jogam diretamente no fragmento como a essência da atual realidade. Por isso é que essa abordagem da realidade da cultura e das formas de vida através de uma análise da própria economia se transforma na manifestação mais acabada da ideologia do fragmento.

Essa concepção teórica não consegue se desligar do imediato da realidade como fragmento do capital. Não consegue perceber e não procura as mediações entre a forma do capital aparentemente desarticulado e fragmentado e a totalidade complexa da realidade social em seus múltiplos elos e determinações. Exclui a dialética como processo de entendimento aproximativo da realidade. Percebe apenas o fragmento como o mais imediato e não vai além, não procura as constantes aproximações com as articulações da totalidade por meio de mediações históricas que garantem a reprodução do capital. O resultado é evidente: fica-se, portanto, no nível do imediato. Este é a ausência das mediações dialéticas, é o momento de análise mais próximo de qualquer ideologia como manifestação de classe. Por isso não se deve hesitar em colocar a concepção do fim das “*grandes narrativas*” como manifestação ideológica mais pura do irracionalismo no campo das teorias sociais. A relação entre essas teorias e a *indústria cultural* são muito evidentes diante do caráter de sua materialidade.

Essa manifestação ideológica típica do irracionalismo, o fim das “*grandes narrativas*”, se encerra em um ambiente hostil à completa possibilidade de uma teoria total da história humana. Hostilidade que perde de vista todas as conexões do saber como formas humanas produzidas de maneira dialética (aproximação gradual do conhecimento do real, ou seja, a “ciência da história”) para dar conta de apreender a totalidade presente na realidade, a *unidade do real*. Não percebe que a totalidade não é um conceito apenas, não é uma criação humana projetada sobre a realidade: trata-se sim da forma como é a própria realidade, produção humana sempre total. O real é totalidade, é *unicidade*, e ao se conceber a categoria da totalidade como método e objeto como concepção teórica apenas tenta-se apreender esse real para entender seu funcionamento e

como um dado imediato é, também, uma forma de se negar a totalidade. Perceber o jogo de esconde por trás do *imediato*.

refletindo, então, a própria realidade. Tentar apreender a realidade em sua dinâmica total é o maior esforço teórico que se pode conceber, pois se coloca diante do real no seu momento de máxima expressão e desenvolvimento. Somente diante da totalidade do real como reflexo em nossa consciência que se pode tentar colocar à altura do real. É dentro da totalidade apreendida em suas múltiplas mediações que se projetam as *tendências* do real, percebe-se a realidade em sua *dinâmica imanente* e vislumbra-se um pouco dos desenvolvimentos *futuros*. Isso porque toda teoria é sempre “menor” que a realidade, o pensar é sempre finito diante do infinito do real, do ser. O único momento no qual se pode aproximar o mais possível desse real e até ter a ilusão de superá-lo, é quando se alcança uma concepção da totalidade dinâmica. Enfim, o pensar está sempre “atrasado” em relação à realidade. Diante da *imanência* do desenvolvimento como totalidade pode-se apreender determinações mais precisas do real.¹⁸⁷

Portanto o fim das “*grandes narrativas*” é amplamente ideológica e errônea. Pode-se dizer que é um conceito que se desenvolve através de múltiplas linhas, através de várias conexões que lhe dão corpo, forma e conteúdo. É um conceito que vai surgir, então, do “cruzamento de várias vias”. Uma dessas “vias” é o próprio real, a própria realidade do capital fragmentado e mais complexo de finais do século XX. Trata-se de um reflexo da materialidade de um capital que se expressa, que se objetiva, como fragmentado, mas é a maior construção de totalidade que a história da humanidade já conheceu.¹⁸⁸ Mas se deve atentar que não é por ser mais complexo que

¹⁸⁷ Veja: *ilusão de superação*. Trata-se de uma ilusão teórica, de um *sentimento teórico*, que nos faz buscar com ansiedade a totalidade de todas as relações e mediações. Nunca se supera a realidade, pois essa é insuperável enquanto em si do desenvolvimento social. Melhor dizendo, então, nunca se supera o próprio ser, a materialidade social, pois fazer isso seria a negação de nossa própria existência: é o objeto de toda a religião, a superação do próprio ser, a transcendência. Essa superação nunca poderá ser superada dentro de uma filosofia materialista, de uma ciência da história. A realidade como condensação, como objetivação historicamente determinada do desenvolvimento social, ou seja, um determinado modo de produção, esta sim pode ser superada: é o caso de se superar a sociedade capitalista. Esta *superação* é tão somente um momento de esclarecimento teórico. É uma busca de se colocar no máximo da realidade possível conferindo uma superação individual e teórica, mas não prática que é a única superação possível para se atingir uma formação social na qual os recursos naturais e as condições de existência social seja mais equânimes.

¹⁸⁸ Este é um dos motivos pelos quais se pode afirmar que a obra de Marx é genial ao se falar da “totalidade mais total”. Consegue perceber as mediações e as determinações reais do capital descobrindo-lhe, então, tendências que hoje aparecem claramente tais como a expressão de uma totalidade mais complexa e portanto mais mediada e mais “total”. Mais uma vez se pode dizer que o fato de se ter uma totalidade mais extensiva, intensiva e individual (“uma totalidade mais total”) apenas aparentemente dificulta a compreensão da sociedade em sua objetivação capitalista, mas que na verdade só pode conduzir se se tiver ausência de preconceitos de classe como diria Marx, à compreensão do real em um trabalho teórico mais fácil do que Marx o fez. Portanto, o fato de se ter essa totalidade mais complexa só revela o erro dessas concepções fortemente ideológicas bem como a genialidade de Karl Marx ao descobrir aquilo

se justifica a impossibilidade de compreensão. Teorias como o “fim das *grandes narrativas*” da pós-modernidade são, na verdade, expressões ideológicas, como já se disse, mas também uma completa obra de fraqueza teórica quando analisadas internamente em seu conteúdo sem relação com a sociedade na qual, então, se mostra como ideologia.

Outra “via” de construção dessa concepção é seu conteúdo negativo. Ou seja, ao ser reflexo de uma realidade fragmentada, torna-se apologia do próprio fragmento. Torna-se uma concepção negativa ao negar a realidade como totalidade. Ao ser, então, reflexo de um desenvolvimento econômico que parece fragmentar e ao não perceber isso, não perceber que se aliena teoricamente como reflexo da alienação prática, essa concepção é apologia das condições econômicas vigentes negando a própria totalidade e sendo, por fim, uma ideologia no próprio sentido de classe. Presta juramento no altar do “Deus Capital” e recebe o soldo das instituições de pesquisa que financiam tais teóricos. Esta “via” é a que confere maior caráter ideológico a essa concepção, no sentido expresso de uma falsa consciência. Pode-se dizer, neste momento, que a concepção de “fim das *grandes narrativas*” se torna uma ideologia pronta. Usando uma metáfora imagética, é agora que essa concepção está em seu foco perfeito, em seu acabamento detalhado e minucioso.

O neoliberalismo é outra concepção teórica atual e que conduz à irrazão. Os motivos pelos quais o chamado neoliberalismo se torna irracional são vários. A teoria neoliberal procura mostrar que o livre desenvolvimento das forças produtivas do capital pode proporcionar bem-estar para todos; procura mostrar que isso ocorre, pois é da “natureza” do capital distribuir bem os fatores produtivos e que assim distribuídos, estes fatores passam a operar de modo a beneficiar todos, etc. Claro que se observam falhas e o conteúdo ideológico desses elementos. Chamar de irracional seria, portanto, puro impulso. Nota-se o falseamento do real imposto por essa teoria. Sua irrazão, no entanto, está, de fato, em que todos os seus aspectos são permeados de ausência de percepção do capital como totalidade. E, de uma maneira mais “filosófica”, típica da “ciência

que só lhe aparecia como tendência. Concluindo, Marx podia perceber a partir de seus estudos que vieram formar *O Capital* que o capitalismo tende a produzir processos e formas econômicas pelo espaço do planeta cada vez mais integradas e consistentes no que se refere à acumulação e reprodução do capital. Isso em uma época em que os grandes monopólios ainda estavam se formando: indicava para este comércio mundial e os grandes setores monopolizados sem que ainda estivessem plenamente formados. Percebia, então, esta “totalidade mais total”, esta articulação mais complexa do capitalismo ainda antes de existir. É nisto que consiste a expressão genialidade e não em uma característica intrínseca de ser como é o conceito romântico de gênio (alguém que possui dons próprios e naturais sobre-humanos).

da história” marxiana e não “academicista”, não percebe o desenvolvimento econômico e a objetivação social somente possível como totalidade. Neste caso, se o fizesse, elevaria à consciência teórica, as contradições sistêmicas do capital avançado. Novamente é sempre a negação da totalidade o grande buraco pelo qual adentram as concepções do irracionalismo.¹⁸⁹ Essas questões são teóricas. Nem por isso pouco “práticas”. Foi um governo de política econômica neoliberal e sua atual continuidade fantasmagórica que colocou o país na esteira da maior dependência e subordinação aos interesses internacionais do capital financeiro. A questão é como a ideologia irracional exerce seu profundo controle sobre a sociedade e como chega a todas as camadas sociais. E, ao realizar tal proeza, impede-nos de perceber a própria justificativa para se falar de ideologia dentro de um estudo sobre energia. Este ponto é central.

4.2.3 A ideologia como mercadoria nos mass media

O irracionalismo estudado por Lukács em finais do século XIX era um irracionalismo que se manifestava num determinado *locus* social. Ou seja, era um irracionalismo que se desenvolvia nas teorias filosóficas (nem por isso o menor condicionamento ou determinação em relação ao real) e dentro de determinada elite social, os intelectuais, como expressão e como objetivação de uma classe, expressão de e para uma classe. Na atualidade, porém, o irracionalismo atinge toda a sociedade e, especialmente, as classes médias. Atinge todos os países incluindo os periféricos. As ideologias do capital se difundem na medida em que o próprio capital também se internacionaliza e penetra fundo na sociedade. Atingem múltiplos espaços geográficos como expressão desse capital internacionalizado. Esse fenômeno de difusão em escala planetária da ideologia irracionalista é possível por meio de processos como o da indústria cultural, uma das formas materiais desta difusão. Os *mass media* são a alma vital para a difusão das ideologias tornando

¹⁸⁹ A realidade de qualquer indivíduo e de qualquer classe social é sempre uma realidade imediata. Nós nos colocamos no mundo somente de maneira imediata e a totalidade é a completude de todas as mediações, é a categoria mais mediada e determinada da sociedade. Portanto a totalidade só é imediata para o ser que só pode ser enquanto totalidade. Esse, aliás, é o princípio no qual se assenta a concepção religiosa de um ser supremo: onipresente e onisciente. Em nossa individualidade ou em nossa realidade de classe e, ainda mais, classe fragmentada pela ação do capital, a totalidade nunca é imediata. O sono perpétuo da fé e místico é o único que pode levar o indivíduo direto à totalidade. Aqui entra o papel fundamental da *teoria* e a sua imediata superação ideológica e científica, porém não prática. A superação prática é tarefa revolucionária em seus muitos estágios quando a teoria se desdobra em práxis por meio de mediações indo do indivíduo à totalidade do modo de produção. É o momento revolucionário e projeto máximo do marxismo. Em outros termos, podemos construir a totalidade no pensamento após verificarmos que a realidade que se nos apresenta é uma realidade sempre imediata.

ideologia e cultura emaranhados que obscurecem o entendimento da realidade. Esta se torna incompreensível, mas vivencial e, como tal, reproduzível. Viva, o capital continua dando suas largas pegadas pelo mundo.

A ideologia irracional ao ser típica da expansão do capital em grande escala¹⁹⁰ e da realização de sua internacionalização que é a globalização, tem que se difundir. A ideologia só se realiza quando atinge as consciências humanas. Este é seu ponto final e de realização, de “consumo”. Nenhuma forma do real, nenhuma instância social se presta melhor a esta realização da própria ideologia do que a ideologia na vida cotidiana: este é dos mais potentes controles sociais que o capital pode e tem exercido sobre a sociedade ao longo do século XX. A mercadoria e a sociedade do consumo que a define, o “consumismo” como sua expressão cultural acabada, é a forma do capital penetrar em todos os momentos do real. Quanto mais o capital avança em sua necessidade reprodutiva, mais ele toma todas as formas do social, todas as instâncias e momentos da vida social.

A mercadoria é expressão empírica da categoria econômica do mercado e o elo entre um homem e outro e o *símbolo* do domínio do capital sobre este. Mercadoria e mercado transformam-se no capital avançado em mediação geográfica universal de toda a complexidade social e, portanto, em momento concreto de expressão da totalidade. A mercadoria é portadora da materialidade do capital, sua *fenomenologia*. Sendo mais universal por meio da produção em

¹⁹⁰ Ao se usar essa expressão “ideologia típica da expansão do capital em grande escala” tem-se em mente a concepção de um capital que *está se realizando internacionalmente*, está em vias de expansão planetária. O conceito tentado é *potencial*. Em outros termos quer-se expressar que o irracionalismo é a ideologia típica desse momento histórico do capital, mas que é um momento histórico no qual o capital *desliza para o mundo*, transcende aos poucos os espaços nacionais para marchar sobre sua forma internacionalizada. Nessa transição que se vai realizando, o irracionalismo é a ideologia que se coaduna tipicamente com esse capital. Porém, a realização desse capital que *desliza* pelo mundo só acontecerá como capital global. Assim a ideologia irracional acompanha o “desenvolvimento do movimento”, o *deslize* do capital rumo à globalização e vai se amoldando, se radicalizando quanto mais este capital se encontra realizado para-si, quer dizer, quanto mais o capital assume e se torna uma realidade total imiscuindo-se em toda a vida humana, em todas as relações sociais. Torna-se o elo do homem com o mundo. Apropria-se de todas as instâncias do real tornando-a para si. É, enfim, o capital *extensivo-intensivo-individual*. Por esse motivo que o mundo das mercadorias e a sociedade de consumo bem como a indústria cultural assumem aspectos desse capital que são ao mesmo tempo coisas e ideologias: tomam para o capital avançado a lógica da própria vida, tornam o homem mediado com os outros homens e com suas próprias necessidades vitais pela sua lógica que assume toda a realidade. É o capital em sua lógica rumo *ad absurdum*. A vida humana passa a ser toda mediada por ele e os próprios objetos postos à nossa volta tornam-se objetos repletos de ideologia e expressão da cultura e da produção desse capital enquanto mercadorias. Quanto ao fato de serem expressão cultural do capital já ficou evidenciado em capítulo anterior sobre o conceito de civilização como expressão material de dado estágio produtivo.

escala ampliada como necessidade de reprodução já que este momento é o central e determinante da análise marxiana da “ciência da história”, a mercadoria se torna ideologia como a coisa que é, ou seja, materialidade, ao produzir-se como imagem potente do mundo que se quer e suas crescentes “necessidades artificiais”. A sociedade do consumo não pode existir separada de seu aspecto de penetração do capital em todas as instâncias da vida humana, o *reino da mercadoria*. A indústria cultural está intimamente ligada a isto ao ser a “fabricação” de mercadorias que suprem uma necessidade humana – a necessidade cultural – com produtos de uma sordidez total, com produtos produzidos para encher o imaginário e o imagético humano de completa individualização¹⁹¹: é o capital em seu aspecto *extensivo* (um outro setor da economia, o da produção de cultura de massas); *intensivo* (cada vez mais e mais mercadorias culturais são criadas – é a *informação*, por exemplo, como poder ideológico que nos fala Milton Santos); mas, principalmente, *individual*. Aqui o poder do capital vai moldando as individualidades, “educando” as individualidades para o *reino da escravidão do capital*. A individualidade cada vez mais se torna controlada não por fatores externos ao capital e ao momento econômico, a base produtiva (como coerções policiais ou como nos regimes escravocrata e servil nos quais a coerção vinha de fatores extra-econômicos), mas pela própria ideologia imersa no momento econômico, imersa nas coisas e nas mercadorias. A cultura de massas feita para alimentar o consumo e reproduzir mais e mais o capital por meio de sua *fenomenologia* (as mercadorias) e os meios de divulgação desta penetram no ser do homem não apenas como classe, mas em sua individualidade empírica: trata-se do maior poder possível de destruição de toda a percepção humana da realidade. Exemplo disso é o *gosto*: este se torna imediato e tão somente bom por ser consumido. A diferença entre o *gostar* e o *apreciar* é que no último temos mediações (estéticas, por exemplo, quando se trata de uma música, um quadro, etc.) e estas desaparecem no “consumismo” sendo o indivíduo jogado apenas na irrazão do imediato, pois pode ser consumido. Temos aqui a completa materialidade do capital como forma de civilização.

¹⁹¹ Empiricamente falando: prazer, gozo imediato, cultura produzida para se descartar, “modismos”, cultura não livresca, hedonismo total e em larga escala, etc. Sua última conquista é o prazer imediato que a mercadoria não mais dá, ou seja, mesmo a mercadoria torna-se nesta sociedade do imediato, muito mediada e ao prazer que ela não mais o dá é substituído pelo único prazer imediato: drogar-se.

Assim, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural não se tornam apenas difusores do conteúdo da ideologia¹⁹², são ideologia em si. Pode-se dizer que a ideologia na forma de conteúdos a influenciar outros homens encontra-se com maior facilidade de se propagar quanto mais eficaz forem os meios e as técnicas de comunicação. Porém a própria forma desses meios já é moldada para ser ideologia. É uma materialidade do capital e, por isso, ideologia. Sendo a ideologia um poder de influir sobre os homens através de toda uma produção cultural da época (desde o cotidiano até às artes e a filosofia) e de todo o imaginário da mesma, ou seja, e em última instância, o poder de influir sobre os homens através de suas consciências, quanto maior a possibilidade de difusão tanto mais a sociedade será abarcada pela ideologia. Tem-se, então, uma questão técnica: com meios e técnicas de comunicação mais eficazes, maior o poder da ideologia. Mas a evolução destas técnicas tornou-se possibilidade de reprodução do capital, quer dizer, tornou-se um novo ramo para a capitalização de investimentos. Informar, divulgar, expandir informações, divertir, etc. é ideologia como conteúdo e é ramo reprodutivo para dar lucro e reproduzir o sistema. Por mais que se esteja saturado de informações, mais informações lhe serão dadas como necessidade. Produz-se a notícia, a moda, etc. como dupla necessidade por parte do capital: controlar como ideologia enquanto produz sua riqueza abstrata. Trata-se de uma perversão do capital só podendo ser desmascarada através da percepção da totalidade como categoria do real. Esta justamente que o irracionalismo tenta destruir. Não se trata mais só de ideologia e não é só mercadoria: é o amálgama de dois momentos sociais no controle da sociedade por parte do capital.

Assim indústria cultural e cultura de massas aparecem ao mesmo tempo como produção e difusão da ideologia. A ideologia foi produzida e agora estando pronta cabe difundi-la. Mas se a produção e a difusão se confundem tem-se uma ideologia que é praticamente “educação para o capital”, “educação dos sentidos” e deslocamento e consciência do descontrole sobre a produção: tem-se a “sociedade *matrix*”. Daí o caráter quase imóvel e de “eterno presente”, “fim da história” dessa sociedade esquizofrênica, que perde os sentidos do real. Essa totalidade mais complexa do capital, na qual os vários momentos de produção social e de produção acabam confluindo no

¹⁹² Lembrar que em primeira instância a ideologia é forma de controle social, pois “arma” de classe para o controle da realidade. Por este meio determinadas classes e elites reproduzem o capital à sua maneira e, ao mesmo tempo, reproduzem e expressam seus conceitos vitais na forma de idéias que justamente por este motivo lhe caracterizam como classe. A ideologia é um dos momentos determinantes na formação e identificação da classe.

mesmo sentido de manter constante o padrão de reprodução social, é que leva a se ter que adotar um método que faz com que os assuntos apareçam duas vezes pois vão se tornando mais precisos e distantes do sentido *imediato*: é o método dialético. Os assuntos tornam-se mais *mediatizados*, determinados e distantes da essência do irracional que é perceber apenas o *imediato* e não ascender, teoricamente, ao nível da totalidade. Quando o capital se *torna a mediação de toda a vida*, perceber apenas o *imediato* é não só ideologia como também forma de reprodução do mesmo no valor. O *imediato* é o *fetichismo da mercadoria* e esconde a essência da produção do valor.¹⁹³ Quanto mais o capital se expande, se internacionaliza e se torna complexo, mais estes poderes ideológicos escamoteiam a realidade, as relações sociais e da sociedade com a natureza.

A difusão da ideologia irracionalista possui outra manifestação, outra expressão na qual a sua difusão também aparece formando o seu corpo. Trata-se da fragmentação do saber. Assim como os meios de comunicação na forma de difusão são, ao mesmo tempo, um setor de reprodução do capital, a mesma coisa ocorre aqui. Em outros termos, a fragmentação do saber é uma forma do capital se reproduzir através de investimentos em pesquisa como uma nova mercadoria e forma de elevar as forças produtivas da sociedade e, claro, do próprio capital na forma de aumento da produtividade.

A questão é muito debatida e de múltiplos aspectos. A divisão do saber – antes do que fragmentação que possui um sentido de quebra da totalidade explícito – é uma contingência do desenvolvimento das forças produtivas sociais.

O sentido da divisão do saber reside no processo de maior controle sobre as condições naturais e aprofundamento da unidade com a natureza no processo de continuidade. Corresponde ao mesmo processo dialético que ocorre na natureza de constante especificação no sentido de uma espécie se adaptar às condições reinantes. É o processo de constante aproximação de conhecimento da realidade, no caso das sociedades humanas. Mas como na natureza, a especiação constante pode levar a uma situação de “beco evolutivo”. O processo de divisão do saber e elevação das forças produtivas por meio do capital também leva a isso, pois, a unidade e

¹⁹³ Não é por acaso que Rubin comece seu livro justamente pela questão do fetichismo da mercadoria como revelador do que existe por trás do aparecer da mesma.

necessidade dos recursos naturais, aumentam visto a necessidade de reproduzir a riqueza abstrata deste. A continuidade deste processo, em si, como aproximação dialética do conhecimento do real e processo histórico, aproximam as sociedades mais complexas do controle sobre as condições naturais. Esse controle só é efetivo ao se perceber que não se tem ruptura com a natureza e sim processo de continuidade e unidade com a mesma. Desta maneira, uma divisão do saber que eleve as forças produtivas e, ao mesmo tempo, leve à percepção dos recursos naturais finitos que devem ser usado de forma racional, é uma aproximação correta com a realidade. Também é uma forma de especificação social no sentido mais típico do que é a espécie humana, uma espécie que não chegou ao “beco evolutivo” da constante especiação. O saber mais dividido e mais específico, neste caso, não leva a esta “rua sem saída”.

Porém, ainda não se está diante do fim dos problemas, pois o conhecimento da finitude natural não produziu o fim das contradições sociais. As contradições sociais (sociedade de classes) de qualquer formação social se objetiva no uso desigual de recursos. Pode-se, assim, produzir um verdadeiro “frankstein”: uma teoria, uma divisão de saber que vai se aproximando do real e sabendo da continuidade-unidade homem-natureza, mas sem que se rompa com as contradições sociais. Alguns setores da sociedade do capital avançado já percebem que existe uma continuidade-unidade homem-natureza, mas não percebem que a forma de sua reprodução produz contradições naturais por baixo como objetivação das contradições sociais. São os ecologistas e sua expressão mais acabada e manifesta de desenvolvimento sustentável e as “ecorreformas”.

A discussão entre continuidade ou ruptura não é “mera questão escolástica”, mas profunda percepção do sentido que isso produz em termos de ideologia e prática social. Aceitar a ruptura entre a sociedade humana, um pressuposto ser diferenciado na natureza – o *ser social* lukácsiano – e a natureza, leva, na prática, a aceitar potencialidades infinitas de produção e reprodução social através de forças produtivas. No capitalismo e sua base e forma específica de acumulação e reprodução isso conduz ao “produtivismo” como ideologia o que não acontece em Lukács. Potencialidades infinitas para as sociedades humanas e para todos os recursos do planeta. Isso é fisicamente impossível e é tese idealista. Mesmo a seleção natural tem, como seu pressuposto, as limitações físicas e históricas do processo evolutivo, é processo conservativo.¹⁹⁴ Por isso, usando

novamente o próprio Lukács de forma um pouco adaptada, nenhuma “ideologia é ingênua” e a concepção de ruptura – que não é ideologia no sentido mais amplo e “forte”, antes momento de cessão ao idealismo com suas conseqüências práticas – também não. Aqui ela ganha seu sentido mais explícito e prático. Por isso deve-se ficar atento para determinadas concepções e posturas teóricas, filosóficas e políticas diante da realidade. Devem ser julgadas diante da totalidade, pois, do contrário, acabam revelando seu caráter problemático mais cedo ou mais tarde.

Neste sentido apresentado, então, a divisão do saber nunca é fragmentação da totalidade e nem a sua negação. Pelo contrário: trata-se do esforço, da síntese de todo o esforço social em seu processo de controle das condições naturais. É síntese consciente da sociedade em determinado estágio de seu desenvolvimento. *Esforço do real* como empreendido por Marx para entender a totalidade social: é o resultado do trabalho intelectual do ser humano em compreender as forças que o movem e as forças que ele mesmo põe em desenvolvimento – na atualidade principalmente. A divisão do saber é controle consciente do ser humano sobre si e sobre a natureza, síntese consciente de todo o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Logo, jamais se pode rejeitá-la bem como às ciências como formas de captar e entender os processos reais sob pena de se entregar à irrazão e à Mefistófeles.¹⁹⁵

Dominadas pelo capital, porém, tornam-se forças contra o homem. A divisão do saber é forma de se desenvolver as forças produtivas da humanidade. Tomadas pelo capital converte-se em forças produtivas contra a humanidade. Por isso é necessário verificar esse ponto importante: a divisão do saber não é fragmentação da totalidade. Somente quando se transformam em forças produtivas do capital é que se volta contra o homem que não mais compreende para onde caminha o próprio saber.¹⁹⁶ Saber e ciência que nada mais são do que elevação à consciência da

¹⁹⁴ V. Lewin, Roger. *Evolução Humana*. p. 33.

¹⁹⁵ Servimo-nos de Lukács outra vez que cita Goethe em seu livro, *A Destruição da Razão*, e que, talvez, os próprios lukácsianos devessem ler melhor, pois abandonam a ciência para se servir tão somente da filosofia e justificar a ruptura do “ser social” com o “ser biológico”. Lembrando o que diz Mefisto nesta passagem citada de Goethe:

*Despreza a ciência e a razão,
A maior força em que descansa o homem...
E te terei por inteiro à minha mercê.*

¹⁹⁶ Um exemplo muito banal desse saber que se isola do próprio homem é a consideração da possibilidade de desenvolvimento do uso da energia nuclear e da produção bélica através da teoria de Einstein que explica a possibilidade da conversão de matéria em energia. Todos os cientista que produziram em fins do século passado um

experiência social da humanidade. As forças produtivas são uma expressão da divisão de classes e não simplesmente desdobramento das potencialidades produtivas rumo ao desnudamento e superação da materialidade do real pelo ser humano. Neste sentido ganharia expressão religiosa de ser uma forma de transcender o “ser material” e ganhar a “espiritualidade”.¹⁹⁷

Feita esta especificação de divisão do saber como objetivação do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade e fragmentação do saber, deve-se agora compreender onde esta fragmentação se torna difusora da ideologia irracional.

Interfere, portanto, série de fatores como considerados antes de confluência de momentos. Assim a fragmentação do saber pelo capital é tanto uma força produtiva a impulsionar o capital e torná-lo mais intensivo e extensivo e dissipador de trabalho – é a revolução tecno-científica – como também fonte de difusão do irracionalismo. Torna-se algo semelhante ao problema da ideologia e das mercadorias. Tem-se que analisar os dois pontos de vista o processo.

Do ponto de vista da produção e da materialidade econômica da ideologia, a fragmentação do saber opera no sentido de dispersar a classe trabalhadora ao elevar as forças produtivas do capital com menor necessidade de força-de-trabalho. Acaba-se produzindo uma classe de trabalhadores cada vez mais diferenciados em seu *fazer-se social pelo trabalho*. Isso indica que se reduz progressivamente uma identidade trabalhadora proveniente do ambiente da fábrica (assunto já debatido ao extremo). Mas não reduz ou elimina o *fazer-se social pelo trabalho* e a própria necessidade de trabalhar. Porém, de forma fragmentada na realidade imediata tornando-se mais uma mediação para elevar o indivíduo à totalidade social. Mais uma mediação entre o ser de classe e o indivíduo. A fragmentação do saber produz cada vez mais especialidades de trabalhadores e cientistas a serviço do capital, seja descobrindo novos materiais, desenvolvendo novas mercadorias, inventando novas máquinas, pesquisando em todos os campos novas

saber relacionado às descobertas do átomo estavam, então, indiretamente contribuindo para a produção de armamentos nucleares. Não há culpa alguma nisso, pois culpa ou não é apenas consideração pertencente ao reino da moral. O grande ponto em questão é a apropriação da ciência pelo capital e, no caso citado como exemplo, pela “lógica de Estado” e sua geopolítica.

¹⁹⁷ Essa expressão ideológica ganhou lugar muito privilegiado e central na modernidade por meio do progresso como valor da sociedade do capital e não simples forma de controle da natureza pelo homem. Veja a referência feita por Marshall Berman ao *Fausto* de Goethe em seu *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*.

substâncias. Esse conjunto inteiro de saber voltado para a lógica produtiva e reprodutiva do capital só pode ter como consequência a elevação das forças produtivas do capital e em benefício próprio. Assim o saber e sua divisão que eram apenas formas pelas quais a sociedade fixou na consciência todos os momentos de sua evolução como totalidade, formas pelas quais a sociedade humana pôde se compreender no registro consciente, ou seja, compreensão humana do desenvolvimento das forças produtivas, tudo isso se transforma em forças produtivas *para o capital*, ou seja, apenas *saber instrumental*.

Transformado em *saber instrumental* no campo da produção, o saber, as ciências e a filosofia, agora se transformam em destruição da totalidade na medida em que se trata do encontro do homem com o capital e não com o registro da consciência da evolução humana. Não mais encontro e reconhecimento no próprio saber como ciência e *esforço do real* para se reconhecer na totalidade evolutiva e social do desenvolvimento econômico. A ideologia irracional se difunde através do próprio saber, não em seu conteúdo de saber, mas sim em sua fragmentação *instrumental* exercida pelos meios de difusão do saber que são agora também *instrumentalizados* pelo capital: são as instituições de ensino como universidades, centros de pesquisa, sistema de ensino público, etc. Tudo transformado em mercadoria.

O ser humano entra em contato com o real através da prática social e o apreende, ou seja, eleva à consciência e à possibilidade de generalizar a experiência prática como necessidade de reprodução por meio do saber, das ciências e da filosofia. Não tem que reproduzir em si toda a experiência prática da humanidade para compreender como a sociedade humana e sua materialidade existente vieram a ser e se pôr presente com todos os seus poderosos controles sobre a natureza. O saber acumulado é a história da sociabilização humana. Sua consciência toma contato com toda a experiência da humanidade por meio do saber. Mas este chega até ele por meio de várias instituições, entre elas, as de ensino em todos os níveis. Em primeiro lugar estas reproduzem a ideologia hegemônica de classe. Mas em sua forma são instituições *instrumentalizadas* pelo capital. O saber que se conhecerá aqui é *instrumental*: a arma da crítica – ao menos a crítica teórica – esgarça, perde a catarse humana do novo conhecimento e desaparece. Resta-nos um cadáver de saber, pobre, roto e rasgado. Portanto entre a consciência e a sua experiência individual e o saber como acúmulo de experiências da evolução da sociedade

humana, o saber como humanidade “narrando-se a si mesma”, existe a mediação do capital: o capital aproxima-se daquilo que sempre pareceu mais caro ao ser humano e mais vital, a sua própria consciência. Este é dos pontos mais problemáticos de difusão do irracionalismo como destruição da totalidade. O capital *extensivo-intensivo-individual* tende a se aprofundar mais no aspecto individual e apropriar-se de novas *frinchas do real*¹⁹⁸: agora é a individualidade e a consciência humana fazendo parte da reprodução do capital, os próprios sonhos e o inconsciente, num pesadelo à Kafka. O quadro é aterrador e a “sociedade *matrix*” não parece tão distante.

Isso não se refere necessariamente ao *conteúdo* do saber que continua sendo desenvolvido e de maneira mais extensiva e intensiva, mas principalmente na *forma* desse saber. Saber que leva a consciência a olhar o real através dos olhos do capital que são olhos instrumentais: cada pedaço do real condiciona-se a uma especialidade científica. Com certeza esta forma de difusão e ao mesmo tempo produção da ideologia irracional é a mais problemática e a mais preocupante.

A destruição da totalidade como ideologia se vê neste momento mais segura de sua vitória. O capital torna-se, primeiro, *ativo* contra a classe trabalhadora ao fragmentá-la de todas as formas e maneiras possíveis. Depois o capital em seu movimento *extensivo-intensivo-individual* sempre continuado transforma as mercadorias do mundo em um mundo de mercadorias em todos os momentos da vida, desde as necessidades físicas até as espirituais e culturais: a ideologia confunde-se com o reino das mercadorias. A vida fica mais repleta de coisas, objetos, materialidade do capital – a fenomenologia do capital. Por outro lado perde a passionalidade de uma existência completa.¹⁹⁹

¹⁹⁸ Chama-se aqui de *frinchas do real* aos momentos da realidade social apoderados pelo capital para reproduzir-se. Trata-se do mecanismo de tornar o mundo cada vez mais uma imensa mercadoria, transformando-o em mercadoria. Assim é que esse conceito é a produção de uma imagem na qual se pode ver o capital adentrando por todas as frestas da realidade objetiva e subjetiva para se reproduzir. Porém, como todo sistema dividido em classes, o capital também tem contradições e, assim, como se apropria de todas as *frinchas* ou *brechas do real*, também as deixa abertas para críticas e possibilidades alternativas ao mesmo, possibilidades reestruturadoras e revolucionárias. Portanto, o desligamento e descontrole social sobre a produção não são um monólito e absoluto no qual o capital não deixa possibilidades. Tem-se apenas que as conhecer e praticar.

¹⁹⁹ Nota rápida: perceba como a televisão e seus intervalos comerciais cortam um filme. Perde-se, com isso, toda a catarse que o mesmo poderia ter. O mundo passa a ter só o sentido pobre e tosco de um processo medíocre de esquizofrenia social.

O capital transforma o saber em *saber para o capital* e torna-se a mediação entre a consciência e todo o *esforço do real* da sociedade. A ideologia transforma-se em verdadeira consciência por meio do próprio saber instrumentalizado pelo capital num paroxismo extremo que, nas palavras do Prof. Milton Santos, produz a “confusão dos espíritos”. Aonde se chegará?

4.2.4 A destruição da totalidade e seus aspectos teóricos

Viu-se que as características e, mais importante, os mecanismos de propagação e de acirramento, de intensificação do atual irracionalismo são muito variados. Há, porém, um elemento organizador e central que é a destruição da totalidade. É a negação de uma articulação de todos os momentos da sociedade do capital e a possibilidade de compreendê-la. Essa negação aparece como reflexo de uma sociedade articulada por um capital, também em sua aparência, mais fragmentado e, como consequência, dispersa em bilhões de formas de mercadorias. A objetivação da produção e reprodução capitalista acaba aparecendo em sua imediatividade como alguma coisa quase infinita, na qual as mediações se multiplicaram ao infinito e impossível entender a totalidade social. Essa aparente impossibilidade de apreender a totalidade deriva da fragmentação produzida pelo capital em amplos sentidos. É conveniente, para entender corretamente os enormes problemas ideológicos, éticos, econômicos, sociais e políticos do estágio atual de sociabilidade – o capitalismo avançado –, perceber por trás da *fragmentação*, como conceito organizador da existência da ideologia, seus diversos aspectos. Procurou-se, então, mostrar as questões ligadas à *fragmentação* por meio de várias linhas de determinação desse conceito. Não se trata de uma abstração e sim de um elemento organizador concreto com múltiplas determinações.

Toda realidade imediata sempre aparece como fragmento. A imediatividade do ser é pobre em determinações. O ser nem ao menos se refletiu em outro ser e se encontrou como ser em si. A fragmentação é, portanto um elemento da própria realidade em seu momento imediato. Isso não é novidade. O que há de novidade é que o capital e seu movimento reprodutivo, real, prático, elevam essa imediatividade e essa fragmentação ao nível de consciência social de classe com conotações ideológicas. No momento em que o capital avança sobre todos os “poros sociais”, por todas as *frinchas do real*, por meio das quais sua reprodução seja assegurada e apareça multiplicado este assegura a “verdade do fragmento” através da imediatividade absoluta. Os

elementos que compõem essa imediaticidade são uma individualidade mais exacerbada por sua vez determinada pela produção de mercadorias e, muito especialmente, pela produção de mercadorias culturais na forma de indústria cultural.²⁰⁰

Sendo o elemento organizador ou, ao menos, central do irracionalismo, o fragmento ou a destruição da totalidade deve ser criticado. Anteriormente procurou-se mostrar como o fragmento torna-se elemento central e como os múltiplos aspectos do irracionalismo se organizam em torno desse na forma de mecanismos de dispersão da ideologia. A destruição da totalidade por trás disso. Poder-se-ia sintetizar observando que a busca do fragmento como forma ideológica e apologética por parte do capital tem em vista muito mais a negação da totalidade. *A destruição da totalidade é o verdadeiro elemento central da ideologia irracional* e este é o momento de sua afirmação.

Trata-se agora de compreender apenas alguns elementos fundamentais que são a relação entre o que é a totalidade e porque é a sua negação, a sua destruição, o *verdadeiro elemento central da ideologia irracional*. Compreender esses aspectos será fundamental para se concluir o quadro de produção da ideologia irracional.²⁰¹ Entender esse quadro é entender que um capital mais total e complexo, escamoteia e se esgrime da totalidade em um verdadeiro jogo de esconde, pois só dessa forma pode esconder suas contradições. É uma contradição que um capital mais total, mais complexo não possa ser percebido como totalidade em uma época histórica mais fácil de fazê-lo do que o fizera Marx há cerca de 150 anos.

²⁰⁰ Uma das coisas mais importantes a se perceber nesse conjunto de conceitos é sua conexidade, as suas ligações e determinações. Dessa forma que eles se misturam, mas que são completamente discerníveis. Portanto, a correta compreensão da *fragmentação* exige que se determine concretamente esse conceito para não se falar de uma fragmentação abstrata. Deve aparecer, então, junto com os conceitos de imediaticidade, individualidade, indústria cultural, capital em reprodução acelerada, multiplicador de mercadorias e de setores econômicos cada vez mais capitalizados, dispersão e fragmentação da classe trabalhadora, etc. Portanto nunca se devem esquecer todos esses elementos que compõem o conceito de fragmentação sob o risco de ser impreciso e pouco concreto como exige a “ciência da história” e a totalidade como categoria por excelência do real e da análise cara para o materialismo histórico.

²⁰¹ Convém acrescentar que este texto busca uma linha que parte do imediato para depois se alçar aos problemas mais críticos da sociedade atual. Um deles é a falta de perspectiva intelectual e prática da totalidade. Para chegar a este momento em que ora o texto se encontra teve-se que observar por que a sociedade regida pelo capital avançado aparece fragmentada e como essa se transforma em ideologia e é depois difundida de maneira ativa. Partiu-se, então, do imediato até a compreensão das múltiplas determinações e mediações do real que é a totalidade concreta.

Somente o ponto de vista da totalidade permite afastar a ideologia irracional do atual estágio das forças produtivas. Tomá-la não é uma questão accidental ou uma questão de princípio: trata-se de uma questão ligada à própria realidade e historicidade, ou seja, ao ser e à evolução humana e da atual sociedade que é determinada expressão e objetivação dessa evolução e da “ciência da história”. É manifestação de um estágio específico do desenvolvimento das forças produtivas. O mais importante é a totalidade das relações sociais dentro de uma sociedade regida pelo capital como única forma de perceber todas as conseqüências e contradições desta. A totalidade é categoria central de todas as análises como a única possível de desvendar a realidade em sua complexidade. É, assim, sem dúvida, única arma contra o irracionalismo das concepções ideológicas e teóricas reinantes e contra a força esmagadora do capital. Possibilidade concreta de elevação teórica à compreensão da dinâmica do capital. Sua ausência significa estar desarmado e desalmado pelo capital.

Nos *Manuscritos de 1844* de Marx a *historicidade* é vista em cada página. As referências às categorias econômicas e conceitos são sempre vista em relação à história. Neste texto fundamental pode-se observar Marx em momento de grandes descobertas²⁰², em agitação no próprio escrever. A sua descoberta é a *atividade alienada*. O que interessa neste momento como referência ao texto é que a descoberta de Marx está toda baseada na metodologia histórica, e mais: uma *historicidade* que não é independente dos homens, mas método derivado da própria prática humana. A auto-realização humana, a sua auto-mediação como ser que se destaca da natureza ligada a esta na forma de se tornar *parte específica da natureza*, o homem como *especificamente natural*, é isso que se chama de *história humana*: o fato do ser humano, por meio de sua atividade, ter se tornado mais específico e controlando mais as condições naturais. É o conjunto de todo esse progresso e a fixação objetiva do mesmo que constitui a história e as formações sociais mais diferenciadas, bem como a elevação das forças produtivas. No centro de todos esses processos de explicitação da capacidade do ser e da sociedade humanas está a sua capacidade essencial que é produtiva. A *historicidade* como método é o reflexo consciente do auto-desenvolvimento humano. *Atividade mediadora* e *historicidade* são marcas importantes dos *Manuscritos de 1844* de Marx.

²⁰² Um estudo sobre este texto de Marx com riqueza de detalhes e significados do mesmo pode ser visto em Mészáros, *A Teoria da Alienação*.

Porém, o conceito de *historicidade* presente em Marx não é um conceito ambíguo de perpétua evolução. Não se trata de um campo de possibilidades abertas a qualquer modificação e a história humana vista como o reino de todas as “possibilidades possíveis”. Visto assim, é como se fosse dada à capacidade humana produzir no papel de demiurgo universal, “o criador” de todas as possibilidades de fazer humano. É este o grande erro de Lukács e dos lukácsianos que, ao insistirem em um ser social, um ser que se faz por si como ruptura com a natureza poderia alcançar qualquer forma histórica que quisesse. A historicidade de Marx não é abstrata e será afirmada de maneira contundente e revolucionária do ponto de vista teórico alguns anos depois de 1844: é o materialismo histórico presente em 1845 na *Ideologia Alemã*. A base desse materialismo histórico é, justamente, o conceito de “ciência da história” que fundamenta a historicidade como prática social vinculada à natureza e à produção social como produção de uma materialidade. Trata-se da troca orgânica da sociedade com a natureza produzindo um espaço antropogênico. Neste sentido é que o texto de *A Ideologia Alemã* é fundamental e de ruptura.

A realidade histórica do capital avançado é diferente da de Marx. Redundante dizê-lo. Trata-se de um momento histórico no qual as expressões político-ideológicas refletem grau altamente conservador, como o mínimo que se pode dizer. Muitas vezes expressões profundamente reacionárias. Em rápida retrospectiva temos: a partir dos anos 70, uma mudança drástica no capitalismo mundial com um maior grau de internacionalização da economia. Mudança esta intimamente relacionada com questões financeiras, porém em um caldeirão efervescente no qual estavam inseridas questões sobre energia, como a escalada do preço do barril do petróleo. Depois, com o fim do socialismo real, o fim da URSS e da Guerra Fria, surgiu um ambiente ideológico e intelectual, que marcam ainda mais o ambiente político-ideológico caracterizado como conservador e de viés reacionário. Mas, ao mesmo tempo, irracional, evidentemente.²⁰³ Um dos aspectos desse irracionalismo é um certo “mal estar” do “eterno presente” e a capitulação intelectual diante dos limites da *Realpolitik*. Essa também é a posição das esquerdas e dos partidos trabalhistas.²⁰⁴ Essa posição ideológica de “eterno presente” está

²⁰³ Em *A Destruição da Razão*, Lukács faz essa distinção de que nem todo irracionalismo é necessariamente reacionário.

relacionada a uma concepção de que realidade e capitalismo são iguais. Portanto, *realidade = capitalismo* – esquecendo que a realidade é uma *totalidade* cheia de relações, conexões e mediações, e que nessas estão também as próprias contradições do capital – é um posicionamento ideológico que se aferra às condições históricas do presente evitando o processo histórico. É a forma ideológica que ficou evidenciada com o livro e a ideologia existente no termo *fim da história*.²⁰⁵ Assim, nesse momento de “eterno presente” e de impossibilidade das esquerdas em perceberem as dimensões de uma *emancipação humana* e controle social sobre os meios de produção a leitura de Marx se torna ainda mais importante.

É por meio deste quadro histórico que uma das fundamentações teóricas a serem buscadas hoje é o processo dialético de evolução da sociedade humana, o processo de estabelecimento de mediações com a natureza, maior controle da mesma bem como o processo de continuidade-unidade homem-natureza. Por isso a necessidade da “ciência da história”.

A história da sociedade humana é desdobramento e objetivação da produção de uma dada materialidade a partir do processo evolutivo social. É o desdobrar das forças produtivas objetivando-se em determinada materialidade caracterizando certo grau civilizatório que significa também um dado estágio de controle sobre a natureza. No processo de formação de instituições políticas, de guerras e lutas, de sucessão de modos de produção e formações sociais, etc., a história fixa-se como realização das sociedades humanas em diversos estágios desiguais das forças produtivas, de materialidade e de controle sobre a natureza. Na sociedade do capital, pela primeira vez na história, tem-se uma verdadeira história universal, pois este tende a formar uma única sociedade humana. Toda essa sucessão de fatos que se chama de história é o próprio *movimento* social. Não se trata de um movimento consciente que se percebe como fato e se dispõem cronologicamente. A disposição cronológica é *a posteriori*. É apropriação consciente do movimento real da sociedade em seu processo produtivo e de interação com a natureza e seus recursos. Cada fato ou ocorrência singular, cada dado no registro historiográfico e cronológico,

²⁰⁴ Posição na qual as esquerdas se encontram e perderam toda a noção de socialismo e se transformam em reformadores do capitalismo. Porém, reformadores de um capitalismo que não tem reforma e não quer reformas. Assim, as esquerdas acabam se transformando em “pedintes”: pedem “esmolos”, ao capitalismo internacional.

²⁰⁵ Novamente, postura das esquerdas que há muito abandonaram qualquer projeto socialista e se limitam à *Realpolitik*. Abandonaram a leitura de Marx e se entregam hoje à única “possibilidade possível”: o desespero.

são as marcas, as “pegadas” sociais em seu movimento de interação social, de sociabilização, e interação com a natureza.

O movimento social que se objetiva como história é movimento da realidade. São potencialidades do processo de constituição evolutiva do homem dentro de condições naturais e seu posterior desenvolvimento na forma de controles mais estritos sobre a natureza. Tudo através do continuado processo de continuidade-unidade homem-natureza elevando a materialidade social junto com as forças produtivas. Nunca esquecendo, evidentemente, que os padrões sociais firmados em cada estágio histórico são reflexos de uma determinada estrutura de classe. Assim, a materialidade, os controles naturais e as forças produtivas são expressão do domínio e subordinação de uma classe à outra. A história sempre se marca como história da luta de classes. Essa luta se expressa e se objetiva em todos os momentos da realidade e da materialidade sociais: desde o controle social e político da sociedade, passando pelo controle ideológico, até chegar aos controles desiguais e em benefício de alguns sobre a posse dos limitados recursos naturais.

O especificar-se em relação à natureza é o que constitui a essência da história dos homens. A atividade produtiva como necessidade humana é uma necessidade natural. A forma e a direção que tomou o desenvolvimento do ser e da sociedade humanas foi uma condição complexa de múltiplas interações de ordem natural. Mas sempre um desenvolvimento sobre a matéria. Aonde se chegou já se sabe também: nas potencialidades e possibilidades abertas para a história humana pelo maior grau de manipular objetos, de produzi-los e materializar em coisas para si a natureza à sua volta. Este é o preciso sentido de unidade com a natureza. Esta materialidade diferenciada em relação à natureza é a expressão de toda a história humana. É totalidade de relações e interações sociais e naturais constituída de tal maneira que só pode ser entendida em sua plenitude e sem elementos explicadores “de fora” (transcendentes), por meio da “ciência da história”, o materialismo histórico.

Por que tudo isso para se chegar à totalidade? Por que fundamentar de maneira evolutiva a historicidade para se falar em totalidade? Pois a totalidade também é histórica, também está submetida ao movimento social e de desenvolvimento econômico e das forças produtivas humanas. É também necessário mostrar a historicidade como método e forma de contraposição a

uma ideologia que se quer e se afirma como a negação do processo, bem como o *fim da história*. Trata-se da historicidade de todas as objetivações, de todas as manifestações sociais, o que significa dizer dos modos de produção constituídos e também de todas as formações sociais. A realidade histórica não possui um caráter, uma marca de constante permanência e que por entre as suas frinchas, as suas aberturas e contradições – no caso do capital – é possível que essa realidade seja modificada. Para poder modificar essa realidade, é necessário entender suas múltiplas determinações, suas mediações fundamentais, seus elos causais e históricos, portanto, a totalidade dessa realidade. Um esquecido revolucionário russo dizia que sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária... Novamente a grande matriz ideológica do fragmento, da negação e destruição da totalidade: não compreender o real como totalidade e não poder modificar suas múltiplas determinações ficando para sempre no “eterno presente” do capital. Chega-se novamente à negação histórica.²⁰⁶

O aspecto classista de toda ideologia, ou seja, sua *consciência social de classe* aparece neste sentido de influir sobre outras classes e manter a organização da sociedade. Neste caso, trata-se de impedir a compreensão da totalidade para não compreender que de fato vive-se uma totalidade cada vez mais articulada e uma “totalidade mais total”. Totalidade mais complexa e mediada, mas nem por isso menos articulada e menos fácil de ser compreendida em suas determinações e seus múltiplos elementos econômicos, políticos, sociais, culturais (aqui parece tanto a questão da mercadoria como da indústria cultural), etc. Compreender esta totalidade, esta complexidade e articulação mais total podem ser perigosas formas de descobrir as *frinchas do real* e transformá-la. A função da ideologia de destruição da totalidade e do “eterno presente” é justamente impedi-la. O imediato é sempre estático e sempre fragmentário. Aqui está a reunião dos dois elementos mais importantes da ideologia irracional: a busca do imediato por meio de todas as sensações e

²⁰⁶ É necessário sempre perceber os elos causais entre os vários aspectos da ideologia irracional. Os elos que ligam as várias características aparentemente dispersas e sem um núcleo central com este próprio núcleo que é mais do que a apologia do fragmento, é a *destruição da totalidade*. Somente percebendo esses elos, essas múltiplas determinações é que se pode entender algo muito importante – o mais importante elemento deste trabalho – que é a força que o irracionalismo atualmente ganha. Se a ideologia irracional é tão forte – tão “convincente”, pois adere às massas populares (por meio da indústria cultural) e intelectuais; não exclusivamente como era no início do século na situação descrita por Lukács – é porque seu núcleo teórico é forte e muito bem articulado. Sem entender isso jamais se conseguirá um mínimo de ruptura com a situação atual. Inclusive teórica e, por esse motivo, a insistência na ação da mesma.

pulsões que a mercadoria pode fornecer em sua forma fenomênica e fetichizada e do fragmentário como expressões de destruição da totalidade do real.

Através da destruição da totalidade chega-se ao irracionalismo mais contumaz e apologético. Sendo categoria central de toda a análise marxiana que queira buscar tanto as críticas ao irracionalismo como também deslindar os fios de uma realidade aparentemente estática, “eterna”, por seu intermédio é que se pode transformar a sociedade e seu modo de produção resultando em padrões socialmente controlados de produção, de consumo e de destruição de recursos e fontes de energia. Não se trata de utopia e muito menos “intelectualismo anti-capitalista romântico”. Apenas a busca de possibilidades dentro da totalidade capitalista de se traçar o itinerário da *emancipação humana e controle das forças produtivas pela ação social coordenada*.²⁰⁷

A totalidade social não é uma totalidade mecânica, mera soma de todos os complexos ou então formas de saber. Se assim o fosse seria homogeneidade única, não teria contradições e seria verdadeiramente uma “noite na qual todos os gatos são pardos”.

Todas as relações, articulações, determinações e mediações sociais constituem a totalidade. As determinações entre os vários complexos e seus múltiplos momentos ou instâncias é que constituem a totalidade. Por exemplo, o complexo econômico. Existem vários momentos e instâncias dentro desse complexo tais como o momento da produção e reprodução, os vários setores e ramos da economia, o acúmulo de capital, os fluxos de capital, a historicidade desse complexo formando vários tipos de modos de produção. Ainda, dentro de cada modo de produção a sua própria historicidade formando cadeias históricas entre os vários momentos além da especificação cada vez maior de cada modo, o avanço das forças produtivas, as formas de exploração econômica, a coerção extra-econômica ou intra-econômica, etc. Em si, este complexo, como qualquer outro complexo ou momento social, já é uma totalidade de múltiplas relações. Portanto é uma totalidade parcial e determinada. No entanto esse complexo mantém relações com

²⁰⁷ Neste ponto é que apareceriam as muitas teses não contempladas neste trabalho sobre a transição socialista. Teses de fundamental importância para poder pensar o núcleo central de como transformar a sociedade, como transformar a prática por meio da ação da teoria, ou a *teoria em ação*. É possível perceber a importância do tema, mas também sua impossibilidade de ser tratada neste trabalho.

os outros complexos quer determinação ou de mediação.²⁰⁸ A totalidade é determinada ou estruturada como diria Althusser.

Por isso que a multiplicação do saber por força do desenvolvimento das forças produtivas não impede a compreensão da totalidade. Conceber a totalidade simplesmente como multiplicação de conhecimentos é falso e não corresponde à autêntica totalidade. Além disso, sabe-se que a multiplicação do saber corresponde tão somente a um capital mais específico. A fragmentação por meio da multiplicação do saber é apenas mais uma expressão do distanciamento entre teoria e prática. Grande parte da ideologia sobre a impossibilidade de compreender a totalidade provém dessa dupla assertiva sobre a *complexidade da sociedade atual*: complexidade econômica (capital em seu processo de reprodução ampliada) e complexidade do saber (enorme desenvolvimento em que as forças produtivas chegaram e que tiveram como conseqüência, a ampliação dos campos do saber de forma *extensiva* e *intensiva* o que impediria aparentemente a apreensão da totalidade).

A assertiva da impossibilidade teórica da totalidade é falsa por dois motivos. Primeiro que não se compreende o que é a totalidade: *relações, mediações* e *determinações* entre os complexos. “Passagem” de um complexo a outro, mediação dos elos e categorias sociais. Segundo, porque uma sociedade mais complexa significa apenas que ela é uma totalidade mais concreta, pois mais rica em determinações. Logo, ao invés de mais difícil compreender seus processos e seu núcleo constitutivo, é mais fácil perceber a própria totalidade. Mais difícil é a ação política sobre essa totalidade (daqui advêm as questões sobre a transição). Mas sua compreensão é mais fácil.

²⁰⁸ Existem algumas colocações e conceituações interessantes desenvolvidas por Lukács em sua *Ontologia* que é a questão da *prioridade ontológica* e do *momento predominante*. Mesmo tendo diversas e fundamentais (de base) críticas à Lukács, é conveniente lembrar seu tratamento dado ao momento econômico e, em especial, à questão da totalidade. Nas análises das relações sociais e suas múltiplas interações cabe à economia e todo o complexo formado por essa realidade a *prioridade ontológica* das determinações sociais, ou seja, sem este complexo a realidade material que nos cerca não pode existir. Não se trata de privilegiar a economia, mas este complexo de relações reais é um fato social que determina a existência dos homens através da produção e a própria consciência humana. Quanto ao *momento predominante* trata-se da *totalidade*. Portanto, nas análises sociais, cabe à totalidade o *momento predominante* para se compreender as causas das mediações e de todas as relações sociais. Para se compreender corretamente um determinado elemento dentro de um dado complexo é necessário levar em conta as múltiplas relações desse elemento com os outros para formar totalidades cada vez mais amplas até a relação do complexo com outros complexos formando uma totalidade cada vez mais rica em determinações e, portanto, mais concreta (“totalidade mais total”).

Insistir sobre a totalidade é entender a prioridade dos elementos materiais, ou seja, do materialismo e, sobretudo do materialismo histórico como a verdadeira forma de compreender a sociedade como desenvolvimento de forças produtivas. Única maneira de não se conceder espaço para qualquer forma de idealismo ou imposturas teóricas diante do real. Significa dizer que não compreender o real a partir das concepções sobre o real e sim a partir do real mesmo. Pode parecer absurdo falar isso, mas acontece. As concepções teóricas da pós-modernidade, por exemplo, negam a compreensão do desenvolvimento da totalidade e se amparam apenas na aparência do real e nas limitações do conhecimento sobre essa realidade. Pelo fato de se colocar diante de uma postura fragmentária que é o próprio saber sob as forças produtivas do capital avançado, as teorias que negam a totalidade estão ao lado da consciência teórica abstrata e não como consciência diante da própria estrutura da realidade. Não é um reflexo do real sobre a consciência teórica e a função dialética dessa sobre a estrutura da realidade. Concebem a impossibilidade de compreender a totalidade, negam a mesma a partir da própria consciência sem perceber que a totalidade é a própria realidade. Mas, o principal e implícito ao que se falou e em nenhuma outra parte desse trabalho foi dito: nega-se a *possibilidade* de transformar e *revolucionar* a sociedade e seus padrões econômicos de consumo, uso de recursos, etc.

O pensar é posterior à matéria, a consciência é posterior ao desenvolvimento social. As categorias da existência social são reais e prioritárias diante das concepções que a consciência faz da realidade. A totalidade é também uma categoria e independe de nossa consciência teórica sua existência ou não. Pode-se negá-la ou aceitá-la: como forma da realidade ela sempre existirá. Portanto a totalidade que se busca apreender é apenas o esforço intelectual de compreender aquilo que é manifestação do próprio ser em seu movimento, da própria matéria em seu desenvolvimento enquanto forma de constituição de toda a realidade que nos é palpável e perceptível. Por isso pode-se afirmar sempre que a totalidade *é*.

4.2.5 A destruição da totalidade e reprodução do capital

A destruição da totalidade é o *verdadeiro elemento da ideologia irracional*. Sabe-se do que se expôs também que a totalidade da sociedade capitalista avançada é apenas mais complexa e muitas vezes confundida com o *conhecimento dessa realidade*. Daí aparecer como muito mais

complexa e impossível de se construir devido à multiplicação de saberes. Estes são simplesmente as provas de uma totalidade mais articulada, já que a multiplicação do conhecimento é reflexo da realidade cada vez mais complexa construída pelas forças produtivas humanas. Procurou-se demonstrar que isso são os conteúdos expressos pela totalidade na forma da fragmentação do capital como saberes fragmentados, reflexo na consciência, mas não a própria realidade. A sociedade complexa do capital avançado em suas determinações é mais rica em determinações. Os saberes humanos multiplicados pelas forças produtivas são objetivações do avanço produtivo da sociedade sobre as formas de exercer o controle das condições naturais. Os dois conteúdos, enfim, são expressões ideológicas de classe, pois não percebem que a totalidade é uma categoria. Como tal é uma forma do ser e precede a consciência humana. Mas através da dialética como aproximação consecutiva do real pode-se apreendê-la em suas determinações centrais. A impedir tal procedimento teórico indispensável está a função ideológica de classe da destruição da totalidade como a verdadeira batalha atual para destruir qualquer projeto socialista.

Deve-se responder nesta etapa à seguinte indagação: por que a destruição da totalidade é o verdadeiro elemento pelo qual o capitalismo avançado luta como nunca como sua arma ideológica mais avançada? Luta que tem sido relativamente fácil para o mesmo em função da sua forma extensiva e aparentemente fragmentária. Capital de múltiplos aspectos e espaços, distanciamentos produtivos e descontroles sociais e, em alguns casos, estatais. Também se sabe que o núcleo ordenador dessa ideologia é bastante coeso. Mas a realidade é feita por homens reais. É mutável, não é plasmada, um “*prático-inerte*” no qual não se pode agir.

A destruição da totalidade como atual conteúdo ideológico central provém de questão fundamental para o capital. Não pela sua forma de reflexo na consciência ser fragmentado, porém de sua própria materialidade que é a prioridade em todo materialismo: a sua expansão-reprodução-acúmulo global.

A história do capitalismo é a própria história da constituição de uma totalidade cada vez maior e mais extensiva. Com a unificação crescente da economia mundial fazendo com que fluxos monetários e produtivos, tornando sociedades e formas de vida cada vez mais submetidas a um dinamismo mundial, torna-se mais difícil se falar de questões locais ou fragmentação. A

dinâmica de qualquer sociedade se submete à da economia mundial e suas determinações de produção, reprodução, acúmulo e expansão. O capital e sua incessante reprodução dão conformação a essa totalidade. Trata-se de necessidade reprodutiva e de acúmulo de riquezas, produção da riqueza abstrata produzindo entre outras conseqüências um exército industrial de reserva cada vez maior. Avança, então, o capital por todas as camadas do real, por todas as *frinchas* e “poros” sociais alastrando-se por todos os espaços geográficos. Atinge um nível mais alto de sociabilidade e aumenta o poder de suas forças produtivas no controle das condições e dos recursos naturais bem como perpetra, para a sua reprodução, a desigualdade mundial.²⁰⁹ Por isso o controle do espaço se torna importante e fonte da atual geopolítica mundial. Este avanço e multiplicação das possibilidades econômicas de reprodução capitalista seguem uma lógica de acúmulo de riquezas e desigualdades como manifestação clara do poder do capital sobre os homens em suas existências singulares bem como seu poder diante de classes sociais e nações inteiras. Este produz o estranhamento produtivo e não a apropriação humana da natureza e de si mesmo: a sociedade não pode controlar a produção de suas necessidades e produz o necessário para a reprodução da desigualdade. Ao mesmo tempo em que o capital é mais total também é mais social e mais *alienador*, pois toma posse de todas as instâncias do real, do ser e da própria vida de cada ser humano.

O capital atinge a vida empírica em todos os seus momentos. Desde o trabalho até os seus momentos lúdicos por meio da indústria cultural. Através de simulacros que procuram incapacitar a consciência a perceber a realidade das desigualdades de classe assim como da totalidade. Simulacros que são base conceitual para se esconder o caráter de totalidade e de materialidade para o que qualquer sociedade faz: interagir socialmente e com as condições naturais inclusive a sociedade do capital avançado. Nesse imenso capital global de todas as determinações, capital avançado de todas as formas possíveis do real em suas tendências, este tem que produzir a consciência social de sua possibilidade de ser total sem tirar a vida das pessoas. Em outros

²⁰⁹ Cabe um raciocínio pela negação. Essa forma de extensão do capital levaria o mesmo a se tornar a totalidade da alienação, ou melhor, o completo descontrole da produção. Pela negação, pois se trata de tendência impossível. É um raciocínio pelo *ad absurdum* e o caminho que leva até à eliminação do homem do processo produtivo e que pode ser visto como metáfora em filmes como *Matrix*. Esse tipo de processo de *alienação absoluta* não pode ocorrer, pois o trabalho não pode ser totalmente eliminado. Mas esta é a tendência contraditória do capital e sua contradição central: ter que eliminar o trabalho e precisar do mesmo para reproduzir o mercado consumidor e os valores de uso, base da produção física das mercadorias. O capitalismo se transformaria em sistema produtor de mercadorias sem valor de uso e sem a classe trabalhadora, os componentes básicos de ser deste modo de produção.

termos, ao ser uma totalidade mais complexa e mais rica em determinações tem que garantir que não recue desse estágio, que se garanta como total. Evidente, então, lançar mão de todas as mediações possíveis de se fixar em seu estágio global.

O engendramento da ideologia irracional especialmente a negação da totalidade deverá ser a forma encontrada pelo capital para produzir a possibilidade de uma realidade que lhe permita continuar a reprodução.

O capitalismo só se realiza ao firmar-se mundialmente como capital global. Pode-se dizer que é só como global que assume sua plenitude e torna-se mais rico em determinações, mais complexo e mais total. E faz isso para continuar seu padrão de acúmulo de riqueza abstrata. A mundialização do capital não é só um fato como uma necessidade da própria lógica do capital. Esse fato constitui-se numa das *tendências* percebidas por Marx no seu *esforço do real*, esforço de captar a realidade por meio de dado nível de conhecimento social acumulado. Nesse processo de mundialização da acumulação, o capitalismo tende a formar uma totalidade tanto extensiva como intensiva, formar redes intrincadas de relações mundiais de comércio, produção, fluxos financeiros e migratórios tornando-o mundial apesar dos rincões mundiais de extrema pobreza.²¹⁰

²¹⁰ A produção da pobreza e dos afamados “excluídos” que, segundo o Prof. Adílson Genari, nada mais é do que o *exército industrial de reserva*, não é uma contradição do capital global, mas sim uma necessidade. É próprio da lógica do capital produzir gigantesca riqueza ao lado da enorme pobreza. Em seu processo de expansão mundial, evidentemente, vai incluir em seu núcleo produtivo e reprodutivo milhares de novos trabalhadores (de todos os níveis, ou seja, trabalhadores braçais, gerentes, administradores, etc.), mas vai gerar problemas sociais de toda ordem como urbanização caótica, danos ambientais, descompassos regionais dentro e fora dos países etc. Assim, à medida que se expande, o capital inclui novos “braços” ao seu poder, amplificando seu poder; amplifica o poder do estranhamento em todos os seus aspectos (econômicos, políticos, éticos e estéticos – ver o livro de Mészáros, *A Teoria da Alienação*, no qual todos estes aspectos são discutidos). Produz também novos mercados consumidores como necessidade de continuar se realizando. Porém sua capacidade de gerar a inclusão de todos é descartada e por dois motivos: 1) é impossível incluir toda a massa humana às suas necessidades o que significaria um poder que o capital não tem de distribuir riqueza; só haveria a possibilidade pelo *ad absurdum* de fazer uma “guerra de dizimação”; 2) complementando a razão anterior, não existe no capital e em sua lógica social, a sociedade capitalista, a mínima abertura para uma realidade distributiva e *inclusiva* para eliminar os *excluídos*. É necessária à lógica do capital a existência desse novo exército industrial de reserva da humanidade. No *campo das possibilidades do real*, as *frinchas do real*, não existe a mínima possível realização de um capital que possa incluir em seu bojo todos os trabalhadores, em outros termos, dentro da *realidade do capital* não existe *campo das possibilidades* para os “excluídos”. Logo a pobreza e a “exclusão” são *necessidades do capital*. E mesmo que assim não o fosse, adentrar-se-ia para os aspectos de todos com trabalho e todos dentro da sociedade de estranhamento: a *alienação absoluta*. Não custa aqui lembrar uma entrevista dada por Tom Zé no jornal *El País*, no dia 14/10/2004, em sua viagem à Espanha para o festival de outono, na qual ele diz que os países ricos querem autômatos, trabalhadores mecanizados, robotizados aqui no terceiro mundo. Mas como ele mesmo diz na entrevista, nós bebemos, dançamos, cantamos, saímos, enfim, do controle estranhador que nos querem impingir. É aí que surgem – segundo o mesmo cantor e

Desta forma o que sobressai é uma teoria econômica que justifica o capital total, que justifica a plenitude dos fluxos de mercadoria, a lógica dos blocos econômicos, as organizações supranacionais que inflam possibilidades de hegemonia dos países economicamente avançados, enfim, uma ideologia econômica (logo, uma teoria econômica) que pode explicar o domínio do capital global. Trata-se do *neoliberalismo* como teoria econômica *fundante da irracionalidade econômica atual*. Esta teoria econômica deve ser ao mesmo tempo a ideologia da *destruição da totalidade*. À pergunta formulada acima sobre os motivos da destruição da totalidade dentro dos marcos da reprodução do capital, pode-se avançar uma primeira resposta como forma de aproximação: *a destruição da totalidade como ideologia é obra do neoliberalismo*.

Esta teoria econômica é uma ideologia do atual momento mundial da economia. Fundamenta e justifica um capitalismo de acumulação mundial baseado nas trocas livres de mercadorias, na liberdade total de comércio, na capacidade infinita do indivíduo conseguir seu "espaço econômico"²¹¹, na intervenção menor do Estado, no fim dos monopólios estatais como forma de criar novos fluxos de investimento e de acumulação num capitalismo já em crise estrutural. O neoliberalismo é a ideologia da globalização econômica, é o próprio fundamento teórico sobre o qual se amparam os fluxos reais do capital em sua acumulação mundial. Explica, a seu modo, o "*mundo global*" do capital, o justifica e procura ampliar essa lógica. Nesse processo de ampliá-la é que cumpre sua função enquanto ideologia: é a função *prática* de influenciar a ação dos homens organizados em classes. Nesse processo de ser reflexo de uma realidade econômica e ao mesmo tempo agir sobre a mesma produzindo mecanismos de mundialização numa relação dialética, o neoliberalismo funda a globalização. Porém, ao mesmo tempo e, de forma contraditória como é necessariamente todo processo social fundado em uma sociedade de classes, resulta em uma totalidade do capital mais extensiva e intensiva possibilitando sua melhor compreensão, mesmo sendo mais complexa e mais cheia de simulacros como se expressou.

compositor – Jesus Cristos, Fidel Castros, etc. que contestam o que querem fazer conosco. Mesmo que exista o enorme poder de meios de comunicação articulados para tentar acabar com isso tal como o poder “Global” (v. Daniel Herz. *A História Secreta da Rede Globo*).

²¹¹ A intimidade existente entre o aspecto da realidade econômica e as questões culturais tais como a *privatização* como forma ética e moral do estranhamento, é bastante evidente. A teoria econômica, neste caso, se aproxima muito do indivíduo em seu momento de intimidade e desfrute total daquilo que basta a qualquer um: o puro eu. É afinal das contas, a lógica “privativista” da cultura atual.

Tal manifestação teórico-econômica apresenta as suas contradições enquanto teoria e realidade. Apresenta-se como *consciência social de classe*, como ideologia. Também se mostra como teoria que explica as vantagens do capital global sem limites para sua expansão (limites territoriais, estatais, alfandegários, etc.). Justifica-as, mas, ao mesmo tempo, tem que negar a totalidade e a possibilidade de sua compreensão da totalidade por meio de seus conteúdos ideológicos “irmãos”. Como ideologia e como teoria²¹² permite que o capitalismo torne-se uma totalidade cada vez maior. Isso porque acaba revertendo em mecanismos reais de ampliação do capital em escala global (formação de blocos econômicos, privatizações de estatais, “afastamento de barreiras não econômicas” à reprodução do capital tais como decisões protecionistas, criação de organismos “multilaterais” como OMC, FMI, etc.) e, ao mesmo tempo, justifica esses mecanismos como forma de gerar emprego, distribuir renda, etc.²¹³ Portanto é teoria econômica e prática do capital atual. Ideologia que se traduz como forma real de objetivação da lógica do capital avançado.

Este ao avançar com sua lógica de acúmulo, “exclusão”, produção e reprodução sobre todo o globo, produz sua realidade total. Tem que esconder essa totalidade, evidentemente. Aqui se encontra seu conteúdo de classe. Ao incluir nessa expansão mais “pedaços do real”, torna a “realidade mais capitalista”. Esses “pedaços do real” incluídos em sua expansão têm consciência, pois a realidade não é matéria inanimada, é social. Então, o neoliberalismo e suas “ideologias irmãs” têm que se inserir ao nível das consciências para que não sejam apenas forças produtivas incluídas no capital, mas controladas conscientemente pela classe hegemônica.

²¹² Qualquer forma teórica, cultural, filosófica, etc. é sempre uma forma de ideologia, pois realizada por indivíduos e grupo de indivíduos e, por fim, classes sociais dentro da sociedade. Apenas cabe saber a quem tal ou qual ideologia favorecem.

²¹³ Novamente uma crítica fortíssima às esquerdas que não percebem em seu discurso e prática políticas de melhoria de condições dentro da realidade possível do capital um simples estar no mesmo plano do neoliberalismo. Apesar de suas críticas ao chamado “modelo neoliberal”, não percebem diferenças apenas formais de separação e não diferenças ideológicas e teóricas substanciais. Afinal o neoliberalismo justifica seus métodos como forma de conseguir maior produtividade, estabilidade econômica, mais empregos, distribuição lógica de renda se houver maior produtividade social do trabalho, etc. Encontram-se dentro de uma cilada teórica da qual só podem sair – se quiserem – por meio de uma concepção do *campo das possibilidades para além do capital*, ou seja, mediações que tenham como finalidade o rompimento da realidade do capital.

Pode-se entender isso por meio de uma exemplificação da expansão do capital e sua necessidade de domínio consciente.

Com o final do século XIX assistimos à expansão desenfreada do capital em sua forma Imperialista. Sabe-se que o capital em seu movimento histórico desdobra-se pelo mundo desde seu momento puramente mercantil e a rigor pré-capitalista. Com o surgimento de grandes grupos econômico-financeiros ao fim do século XIX constitui-se um movimento rumo à expansão sem fronteiras do capital. Ao findar a II Grande Guerra é que realmente se vai perceber uma expansão sem precedentes da economia capitalista com o surgimento de uma *nova divisão internacional do trabalho* e o aparecimento de países industrializados no mundo subdesenvolvido. Neste ponto percebe-se o capital em momento de grande expansão fazendo surgir novos mercados tanto para investimentos como para realizar seu lucro: a reprodução ampliada está garantida.

Esse alargamento de fronteiras e mais, a realização de novas economias industriais, porém dentro do espaço geográfico do subdesenvolvimento, torna necessária a produção de uma ideologia também em expansão. Quer dizer, à medida que o capital, de forma voraz e sedenta conquista a sua possibilidade de continuar se reproduzindo em escala ampliada, precisa também do controle desses novos espaços inseridos em sua lógica. As novas sociedades que começam a surgir com o impulso dos investimentos de capital externo precisam ver solucionados os conflitos insurgentes causados pelo rápido desenvolvimento econômico do país. Ocorre uma rápida urbanização, o inchaço das cidades resulta em novas realidades culturais e sociais. Conflitos estão em gestação. No Brasil isso ganha forma e corpo nos anos sessenta e na crise que antecede o golpe de 1964.

Indica-se, assim, que o surgimento de novas realidades históricas e sociais produz também necessidades de controles do capital sobre os possíveis desarranjos políticos, institucionais, culturais e sociais dos novos espaços industriais. Tal como a política e suas formas ocuparão um momento importante nesse controle sobre a sociedade, a ideologia como consciência social de classe também ocupará lugar de destaque. Não deve ser esquecido no exemplo acima que se tomam aspectos pós-guerra, o que implica estar em plena Guerra Fria e suas formas ideológicas também irracionais (manifestada de maneira explícita através da *doutrina da segurança*

nacional), apologéticas, mas marcada por um tipo de contraposição ideológica não mais existente. Se durante os anos da Guerra Fria ainda havia quase uma necessidade de se justificar contra uma possível “ameaça vermelha”, hoje a ideologia se ampara tão somente em subjetividade constituída de um “presente eterno” sem temporalidade, sem futuro e sem processo. Portanto morta e sem vida. Uma subjetividade que só pode existir como negação da totalidade: a única totalidade possível é o indivíduo e seu “puro eu”.

Neste movimento do capital não é de se surpreender que as formas políticas, por exemplo, acabem primando por aspectos drásticos da violência e falta de liberdades democráticas. Em seu movimento de mundialização pós-guerra a realidade do capital será conduzida ideologicamente pelo anticomunismo mais feroz, sectário e reacionário. Isso justificará atos de exceção de toda monta bem como a ação direta ou velada dos EUA e suas agências secretas. Não é de outra maneira que se deve ler as páginas que contam as histórias sobre os vários golpes militares na América Latina. Estas formas “*prussianizadas*” de domínio político do capital sobre a sociedade correspondem a um momento de formação das ideologias irracionais. Este encontra muitas formas de se manifestar e muitos caminhos sociais para sua formação, sendo a *exclusão política* explícita em sociedades dependentes como a brasileira uma das maneiras muito claras. Trata-se da famosa *via prussiana*.²¹⁴ O capital ao avançar sobre novos espaços geográficos precisa garantir sua reprodução por meio de controle social. Por serem as sociedades receptoras dessa modernidade ainda marcadas por formas econômicas e culturais pré-capitalistas, o choque provocará os estímulos anti-capitalistas: é a *ira contra o estranhamento*. Produzirá mecanismos de controle o mais rápido possível: é esse o papel que irá exercer as formas da *exclusão política* e, particularmente, da ideologia irracional. No pós-guerra o irracionalismo será marcado pelo

²¹⁴ Não é intenção debruçar-se sobre os esclarecimentos históricos desse tema. Sem dúvida importante e cheio de particularidades esclarecedoras de manifestações políticas muito próprias do mundo subdesenvolvido. A intenção é tão somente fazer uma aproximação entre o irracionalismo e as formas políticas da exclusão forjadas pelo capital em sua inserção sobre espaços geográficos já historicamente marcados pelas tradições de poderes locais excludentes. Em outros termos, o capital ao penetrar em sociedades politicamente marcadas pela exclusão política como reflexa da econômica, produz novos aspectos sociais que deverão ser postos sob o controle do mesmo. Deverá, então, ver a sociedade sobre o seu controle. As novas sociedades que assim aparecem marcam-se pela exclusão política ainda maior. Precisar com um pouco mais de minúcia este tema exigiria um longo estudo no qual se pudesse mostrar a particularidade de cada formação social diante desse avanço do capital mundial no pós-guerra. Seria um ensaio de características históricas que não cabe aqui. Insiste-se, no entanto, como objetivo tão somente aproximar a ideologia irracional de formas políticas de sua produção. Assim entre a materialidade do econômico e a ideologia como funções de controle das consciências existem mediações na qual a política é uma delas bem como as formas “*prussianizadas*” de controle político e social.

anticomunismo da Guerra Fria. Na atualidade, o irracionalismo amparado economicamente no neoliberalismo e em seus “penduricalhos” de destruição da totalidade.

4.2.6 Da destruição da totalidade à alternativa social

As formas ideológicas do capital têm sua história. O irracionalismo tão amplo em suas características possui seu histórico e suas especificidades. Na Guerra Fria se revestia de anticomunismo. Na atualidade, sua manifestação mais evidente é a desenfreada luta pela destruição da totalidade.²¹⁵ Esta é necessária para o capital. Com os novos mercados, novas sociedades industriais, consumidores e trabalhadores envolvidos no sistema produtor de mercadorias, o capital terá que controlar das várias maneiras possíveis essas forças sociais que são a sua reprodução, mas que só o são quando controladas. A ideologia é uma das formas de controle social junto com as formas políticas que se viu no capítulo anterior. Em uma totalidade mais complexa e mais determinada a possibilidade de se produzir outra totalidade, porém alternativa, revolucionária e transformativa deve ser eliminada. Escamoteia-se o real, afirma-se que o real é o fragmento e assim impede-se a compreensão de uma totalidade transformativa, quer dizer, a ação humana na transformação da realidade. Os caminhos a serem usados nessa transformação, como buscar os elementos que levem à alternativa ao capital, isso é um outro assunto que no momento não é hora nem se tem a possibilidade de responder. Procura-se apenas constatar o papel da ideologia como consciência social de classe que difunde falsa consciência e a acentua na forma de uma determinada ética, modo de vida, cultura e ideologia: *a ética do capital global que é privatista*, a vida constituída como a busca da solidão do eu-mercadoria.

A ideologia da destruição da totalidade tem justamente como função impedir a percepção social desta e a construção histórica de uma nova totalidade social por meio da ação de classe.

²¹⁵ Um acréscimo histórico é interessante nesse ponto. A ideologia da Guerra Fria é *manifestamente econômica e não geopolítica*. Isso significa dizer que cabe um peso de fato sobre a expansão do capital, sobre a sua reprodução e o complexo industrial-militar, enfim, sobre a economia mais do que as questões geopolíticas suscitadas. Poder-se-ia dizer que a bipolaridade do mundo e sua geopolítica foram a mediação entre o econômico e o ideológico? Não houve mediação. O ideológico e o geopolítico foram mutuamente determinados pelo capital e sua necessidade de se reproduzir e continuar se reproduzindo como o fizera durante a II Guerra. Para isso era necessário inventar uma guerra contínua, mas “ordenada”. Com isso a reprodução do capital seria garantida sobre as bases do complexo industrial-militar.

Essa é a resposta à pergunta formulada do porquê a ideologia atual concentrar-se no fragmento e na destruição da totalidade: impedir a ação transformativa em uma totalidade que é mais complexa, mais concreta, mais determinada e, portanto, na qual os efeitos do descontrole produtivo são mais evidentes e devastadores.

O controle do capital sobre a sociedade deve se expressar de múltiplas maneiras. As instituições da sociedade capitalista (Estado, escola, empresas, imprensa, igrejas, etc.) são formas desse controle. Mas também o são a ideologia e seu poder. Poder tanto maior quanto maior as formas que compõem seu conteúdo (como a cultura de massas) e o poder de difusão (os meios de comunicação de massas que levam essa forma de cultura a todos os pontos do planeta e influenciam a todos) desse conteúdo. Neste aspecto a ideologia e cultura acabam se confundindo formando um todo. O capital global só consegue o controle ideológico-social por meio da *destruição da totalidade* e sua teoria econômica. Quanto mais se expande como forma de realização de seus fluxos de investimentos e mercadorias, maior o número de pessoas em seu processo de produção e reprodução. Quando novos espaços geográficos são chamados a se incluírem na ordem para ampliar a reprodução, mais pessoas são inseridas na reprodução, seja como força de trabalho, seja como mercado consumidor. A organização dessa sociedade, então, deve ser feita de forma a garantir o controle social.²¹⁶ Controle social que, se exerce de múltiplas maneiras e uma delas é a ideologia. Tanto mais poder terá a ideologia e tanto mais deverá ter quanto maior e mais extensiva for a sociedade a ser controlada: é isto que está subentendido acima com a questão da propagação do irracionalismo entre as massas por meio da indústria cultural. Em um capitalismo global e sua liberdade total de circulação (neoliberalismo), o controle social tende a se manifestar também de forma global e a ideologia irracional acaba sendo

²¹⁶ É evidente que as questões de classe aparecem aqui. Por isso se disse que o controle deve ser feito de todas as formas possíveis, seja pela via ideológica, seja através de meios econômicos ou coercitivos. Veja o caso do Brasil e os países da América do Sul diante da ideologia de segurança nacional já citada. Essa garantia o elemento de controle social na forma de *consciência social de classe* por meio do instigamento ao “inimigo interno”. Porém, não se restringia a isso o *controle social* (coloca-se em destaque para verificar a importância desse ponto e o fato de que *controle social* é algo muito amplo e fundamental na organização da sociedade; uma sociedade marcada por contradições terríveis e avassaladoras como a capitalista e, especificamente, a capitalista subdesenvolvida com padrões de miserabilidade e violência desumanos, não pode ser organizada de forma “natural”; há uma necessidade de *controle social* em diversas instâncias). Neste momento que ideologias como a da segurança nacional se completavam com uma indústria cultural nascente e de bens de consumo que levavam a classe média a se tornar grande mercado consumidor cativo e controlado pelas forças sociais e econômicas do capital. Aparece aqui, então, uma diferenciação de classes, e o controle social se expressando das muitas formas necessárias de acordo com a classe. A ideologia é, sem dúvida, uma das mais potentes formas de controle social, principalmente a ideologia irracional que tem a grande característica de um conteúdo muito flexível.

a negação da totalidade: entender a totalidade é possibilidade de entender as “artimanhas e malícias” do capital.

Mas o objetivo deste item final é outro. Deve-se encerrar com o aprofundamento, ainda que pequeno, de uma questão não apenas ideológica, mas também de conteúdo fortemente político: a relação entre totalidade e alternativas sociais. Buscou-se demonstrar até aqui que o irracionalismo como ideologia do capital globalizado é a ideologia destruidora da totalidade. Porém, vai além disso: torna-se *destruidora da ação socialista*, ou do *controle social sobre os meios de produção*, do *controle sobre as condições e os recursos naturais* e, de forma mais ampla, do *controle sobre a própria vida*.

A evolução da humanidade enquanto espécie deu-se de tal forma que os controles sobre a natureza se tornaram mais amplos e decisivos. Isso foi possível através da elevação das forças produtivas. Mas estas não são formas da existência social desprovidas de um sentido profundo dentro das lutas de classe. Expressam as lutas na forma do controle das condições naturais beneficiando algumas classes. Uma contradição de classe se desdobra sobre a natureza e as formas de sua apropriação. Não se trata de segunda contradição. Mas de uma dupla contradição em íntima conexão com a continuidade natural do ser e da sociedade humanas. As forças produtivas do capital não são exceções nesta desigualdade. A alternativa socialista é justamente isso: o maior controle sobre as condições naturais e os recursos do planeta deve significar um controle social da produção e não privado. No desdobramento do processo de sociabilização humana, de elevação do padrão de civilização por meio de uma materialidade mais complexa, o desenvolvimento das forças produtivas sempre esteve ligado – a partir de dado estágio social – ao controle das condições naturais como expressão do processo civilizatório. Mas sempre em função de determinadas classes. Nunca, ou raramente foi, um controle em benefício da sociabilidade humana. A alternativa socialista consiste em exercer o controle das condições naturais como realmente humano e não de classes e suas elites representantes.

Essa alternativa transformadora deve ser resposta ao capitalismo e suas teorias. No caso do neoliberalismo tem-se uma teoria justificadora de um desenvolvimento econômico sobre condições do capital que jamais poderá ser global. Ou seja, dentro do ponto de vista da totalidade

das relações econômicas e sociais, o capital global nunca pode realizar um desenvolvimento econômico *para todos e sustentável*. Sempre será um desenvolvimento econômico limitado. Tanto irá aumentar a classe trabalhadora da humanidade – mesmo fragmentada e sem poder – como o exército industrial de reserva – os assim chamados “excluídos”. Como teoria econômica do capital global, tenta ser a solução para a maior produtividade e, com esta, a inserção de todos sob condições globais. Portanto, como teoria econômica se expressa na forma de geopolítica, de dada maneira do fazer político-econômico (poder) de uma elite. Tenta dar ao capital uma razão que este não tem. Ser a expressão racional de algo que não tem racionalidade quando julgado tão somente pelos recursos naturais e pela profunda expressão da continuidade-unidade homem-natureza. Ou seja, esta teoria expressa sua irracionalidade em esconder a totalidade: quando esta é desnudada percebem-se expressas as contradições do capital. O neoliberalismo tem que ser necessariamente e por definição, um *exercício de poder* – mais do que uma teoria econômica – que nunca revele a totalidade dos movimentos do capital e, por isso, o neoliberalismo tem que ser *a destruição da totalidade*.

Deve-se lembrar que a prática política, a ação que queira ser transformadora do real, tem que estar profundamente imbuída de sentido teórico e apreender a realidade em seu desenvolvimento, em seu fazer-se como conjunto de ações humanas. Amparada no conjunto perceptível das ações humanas como totalidade social, na formulação teórica, a prática pode começar a se fazer presente e modificadora. Desponta da teoria e esta é um contínuo fazer-se em função daquela e dos obstáculos que se impõe. Uma dialética existe sempre entre teoria e prática e estes dois momentos só podem ser compreendidos dentro da totalidade do real. Este é um todo completamente mediado e nessas mediações, nas determinações entre os complexos e momentos e suas interações que se vai estabelecendo as formas de ação. Somente quando se formula essa prática é que se tem presente a compreensão dos móveis e mecanismo do real – é a teoria. Isso só existe como totalidade.

Entre teoria e prática têm-se mediações levando a supor – na imediatez – que existe oposição entre os dois momentos da realidade. Dentro da totalidade e de sua dinâmica isso não existe. Negar a totalidade e destruí-la, então, é negar a possibilidade de uma teoria transformadora da prática e da sociedade. É encerrar-se em um puro *pragmatismo*. É negar os

“pares dialéticos” teoria-prática assim como a transformação do individual em ação coletiva. Impossibilitar que a individualidade possa perceber o domínio crescente do capital sobre esta não podendo fazer coisa alguma para modificar essa situação. O caminho mediativo que vai do indivíduo à ação social, as possibilidades da individualidade se estabelecer no mundo e buscar a liberdade, que significa, controle sobre o capital através da ação, tudo é, enfim, negado.

A possibilidade da ação individual desaparece: isola-se indivíduo e sociedade e assim teremos uma *realidade plasmada*, um “prático-inerte”. O capital pode agir em sua continuidade destruidora das conexões e articulações teóricas de entender e controlar a produção. Este é o papel exercido pelo mundo da mercadoria sobre o homem: colocá-lo diante de um mundo cada vez mais organizado, produzido e controlado pela lógica do capital e pelo imediato que é o fetiche da mercadoria. Quando as mercadorias se tornam culturais, essa lógica determina as próprias formas de viver dos homens: age-se sobre o *complexo individual*. O indivíduo é colocado no mundo e passa a ser uma simples alternância no mesmo: pura *egoidade*.

4.3 Irracionalismo e energia

O capitalismo afrontou, continuamente ousa afrontar e até o momento ganhou todas as batalhas rumo à sociabilização do ser humano e ao maior controle sobre a natureza. Seus poderes de Prometeu liberto e desdenhador dos deuses parece irreprimível. Não há abutres que lhe devorem as vísceras. O enorme desenvolvimento das forças produtivas do capital elevou a sociedade a um patamar jamais imaginado em toda a história da humanidade antes da Revolução Industrial e antes da Revolução Tecno-Científica. O capitalismo é a expressão social da categoria econômica do capital pelo qual se dá uma incessante reprodução de uma forma vencedora. Trata-se de um maior controle social sobre a natureza e suas forças específicas. A sociedade capitalista parece ser mais que vencedora: parece ter subvertido as necessidades naturais e deslocado qualquer base com a natureza. Mais: ousou desafiar a barreira à reprodução que os trabalhadores lhe impunham na forma de conquistas sociais. Hoje, estes reivindicam e imploram esmolas e migalhas disfarçadas com políticas de geração de empregos e distribuição de renda. Na disputa capital-trabalho, o lado ativo e vencedor é o do capital. Se o trabalho e o movimento trabalhista eram obstáculos, barreiras naturais – braços, pernas, sangue e cérebros – para a reprodução do

capital, foram superadas. Não por acaso o mesmo se colocou como vencedor eterno: com o *tempo* e o desenvolvimento das forças produtivas tudo é possível ao capital. A questão imposta de maneira urgente e cuja resposta pode conter enorme força ideológica: será realmente o grande vencedor? Esta será traçada nesta parte do trabalho. Também responderá aos problemas colocados sobre o debate filosófico a respeito da negação da continuidade. Não se trata de mera especulação filosófica e a resposta redonda em problemas energéticos atualmente debatidos.

O desenvolvimento das forças produtivas e a elevação de um padrão mais complexo de materialidade e de sociabilidade em uma sociedade mais total, como a do capital, parece levar à “crença” de que há uma “ruptura” das relações intrínsecas entre sociedades humanas e natureza. Neste sentido também as relações com o próprio espaço geográfico teriam desaparecido. As relações sociais não se expressariam na construção do espaço. Mas, pela própria natureza e forma de ser do espaço que impõe limites físicos dos mais diversos níveis e tipos, não mais existiriam limites ao desenvolvimento econômico e tecnológico e as forças produtivas continuariam se desenvolvendo constantemente. Por este motivo as questões teóricas relativas ao espaço são fundamentais para se pensar o espaço geográfico nas interpretações da realidade atual. Advertindo apenas que as relações sociais em sua forma histórica de totalidade sempre existirão em determinado contexto espacial. A interação social sempre é um intercâmbio social e natural, logo construção de um espaço antropogênico.

Em sua *Ontologia*, no capítulo sobre “A Reprodução”, Lukács compara os modos de produção da Ásia e o modelo de desenvolvimento ocidental. Neste último caso adentra em questões referentes às várias formações socioeconômicas do desenvolvimento ocidental. Mostra os limites naturais que cada uma dessas formações possui, ou seja, a sua pouca especificidade social ainda determinante de seus contornos históricos. Fala, então, sobre a formação escravista, feudal e por fim a formação socioeconômica do capitalismo. Neste último o filósofo húngaro se detém um tempo maior para mostrar que o capitalismo é a primeira formação social mais especificamente social, na qual o grau de sociabilização do “ser social” se torna mais elevado. Neste momento seu idealismo de fundo na *Ontologia* manifesta-se de forma explícita em sua análise: na sociedade capitalista o “ser social” se tornaria mais específico e sem limitações naturais. Não haveria mais possibilidade de fatores limitadores do desenvolvimento

socioeconômico por parte das condições naturais: os vínculos naturais foram rompidos através do grande desenvolvimento das forças produtivas do capital. Mas isto só pode ser garantido em termos de ser, de realidade, de matéria, se a sociedade não tiver mais nenhum contorno natural: “ruptura” com a natureza. Percebe-se que esta tese não é apenas filosófica. Leva também a uma concepção errônea de limites naturais e a pensar em *domínio sobre a natureza* e não um crescente *controle sobre a natureza*, o que são expressões bem diferentes.²¹⁷

Seria justo neste estágio objetar alguns problemas que rondaram o marxismo durante muito tempo e até hoje aparecem na mente e na conceituação dos menos avisados: isto seria determinismo ou puro materialismo vulgar. Em outros termos, o estabelecimento das relações sociais com a natureza levaria imediatamente ao determinismo. Nem se quer se pensa em mediações ou nas próprias palavras de Marx em seu fundamental texto de 1845, a *Ideologia Alemã*. Através disso – e já é suficiente – pode-se perceber a questão abandonada pelo marxismo do século XX: a questão do *espaço geográfico*. Abandonada justamente por aqueles que interpretaram Marx de maneira um tanto desavisada e sem ter em vista a “ciência da história” do texto de 1848, sua ruptura histórica e científica. É necessário vislumbrar que modos de produção como o escravocrata não conseguiu mais se reproduzir em função de seus limites naturais, ou seja, em função de seu pouco desenvolvimento das forças produtivas na produção de uma materialidade mais complexa. Neste, as categorias econômicas ainda eram permeadas por limites naturais mais estreitos como a necessidade de mais mão-de-obra. Sucumbiu onde encontrou barreiras naturais: não conseguir braços para o trabalho. O idealismo historicista deixaria em aberto a seguinte questão: bastava aprisionar uma quantidade cada vez maior de trabalho através de guerras. Nada mais errôneo. Guerras custam e cada guerra produzida mais distante do centro reprodutor da sociedade (o centro do império em questão) acabaria não mais compensando o aprisionamento de escravos. Surge o “fantasma” para as cabeças cheias de desenvolvimentos e ideologias marcadas pelo tecnicismo típico da “*sci-fiction*”: o *espaço geográfico*. Com isso adentra pela porta da teoria não apenas o espaço, mas o problema da energia também.

²¹⁷ Sobre Lukács e o citado capítulo de sua *Ontologia* é possível uma análise mais detalhada do mesmo na dissertação de mestrado defendida e constante da bibliografia. Nota interessante é que as posições teóricas até então explícitas e por mim defendidas eram tipicamente lukácsianas. Porém rupturas teóricas são fundamentais ainda que, de certa forma, dolorosas.

Em um modo de produção como o escravista, por exemplo, o gasto energético para se apropriar escravos era crescente, pois estes estavam cada vez mais distantes do centro do império. Tem-se aqui um limite natural: mais mão-de-obra significa estender-se por um espaço maior que custa caro inclusive no que se refere à energia necessária para isso. O retorno de trabalho humano escravo (energia) não compensava o custo da guerra. O pressuposto materialismo vulgar que poderia estar colocado, nada mais é do que a necessária troca orgânica das sociedades humanas com a natureza e os modos de produção como formas determinadas destas sociedades em dada forma de exploração do trabalho. Onde os limites se impõem aparecem e se expressam as dificuldades para manter a continuidade reprodutiva.

Na sociedade marcada pela categoria do capital será possível ver esses limites naturais serem mais controlados e, por isso, a sociedade ganhar maior materialidade e complexidade como expressão clara do desenvolvimento das forças produtivas. Erros, ideologias e mitos estabelecidos em torno desse fato serão apresentados em breve.

À medida que o capital se desenvolve, novos setores para a reprodução e extensão do capital são revelados. Descortinam-se à reprodução capitalista setores econômicos e até momentos da vida humana nos quais é possível à lógica do capital penetrar e converter toda a realidade em realidade para o mercado. O capital forja à sua volta uma realidade para si. Ao forjar para si tanto nas *formas do real* – as formas materiais de expressão das relações sociais sobre a matéria que é a materialidade – como nas relações e controles sociais que o necessita como um todo produtivo coerente, produz uma ideologia que possui a marca de “naturalizar” o mesmo. Produz uma sociedade e uma cultura marcadas pelo aparecer eterno e parte da “natureza” das coisas. Marx também já percebia isso ao criticar a economia política burguesa por considerar suas categorias despossuídas de história. Atualmente esse fato dá-se de forma ainda mais intensa visto todos os poros sociais estarem permeados pela reprodução do capital. A realidade toda se torna uma realidade-para-o-capital em sua expansão como *capital extensivo-intensivo-individual*.

Isso tudo foi explicitado na forma da ideologia irracional que produz a aparência de um “eterno presente” e um capital que se reproduz até nos desejos das pessoas. O sonho humano se torna uma mercadoria que deve se realizar como forma de reprodução. A mais íntima das

perversões foi alcançada ao colocar no reino da exterioridade a própria interioridade. E mais: por meio dessa reprodução que toma e reproduz até a mais “íntima intimidade” sob a forma de mais uma mercadoria do capital, os controles e poderes do mesmo sobre a sociedade são cada vez mais complexos e fechados.

As instâncias extremamente imbricadas e complexas de política, economia e guerra respondem por boa parte do controle social que o capital tem exercido sobre o mundo no século XX. Esse controle tem elevado as decisões às instâncias distantes do alcance social, portanto, inviabilizando a democracia. O aspecto ideológico produzido é a imagem do *distanciamento* das estruturas sócio-político-econômicas. Os aspectos ideológicos dessa imagem do *distanciamento* e a relação com o tema deste trabalho aparecerão em seguida. Por enquanto deve-se afirmar que os controles do capital são exercidos em instâncias cada vez mais distantes do poder social, do controle social feito pela sociedade. E isso ocorre em função de uma economia crescentemente monopolizada em conjunção com um poder político intimamente ligado ao econômico.

A interação entre economia monopolizada e poder político é evidenciada pelas elites. A estrutura econômica e de classes que o capital monopolista instaura, tornou cada vez mais fácil para este inserir-se nas questões de Estado e em suas *razões* que são cada vez mais econômicas. Isso é possível dado o fato de que as corporações econômicas não são gigantes impessoais, coisas que se gestam sozinhas. Apesar da imagem de *distanciamento* que as mesmas transmitem em função do deslocamento do eixo produtivo distante dos olhos e atenção das pessoas, dos fluxos financeiros e produtivos mundiais resultando em monopólios, são grandes estruturas econômicas na quais uma elite dirigente exerce poder econômico e adentram com suas necessidades nos mecanismos dos Estados, confundindo poder e economia como formas integradas de reproduzir o capital. Os dirigentes dessas estruturas podem influir junto aos órgãos governamentais (secretariados, departamentos, ministérios), às instâncias governamentais (executivo, legislativo e judiciário) bem como em órgãos econômicos supranacionais através do poder econômico que têm em suas mãos. Algo de todo mais difícil em um capitalismo não monopolizado ou pouco monopolizado. Assim:

A verdade é que a camada administrativa é a parte mais ativa e influente da classe dos proprietários. Todos os estudos mostram que seus membros são recrutados principalmente das camadas média e superior da estrutura de classes; confundem-se por vezes com o que C. Wright Mills chama de “os muitos ricos”;

com poucas e insignificantes exceções são homens ricos, independentemente das grandes rendas e amplos privilégios que obtêm de suas ligações empresariais. É certo, sem dúvida, como já ressaltamos que, na grande empresa típica, a administração não está sujeita ao controle do acionista e, nesse sentido, a “separação entre propriedade e controle” é uma realidade. Mas não há justificativa para concluir-se disso que a administração em geral está divorciada da propriedade em geral. Pelo contrário, os dirigentes estão entre os maiores donos; e, devido às posições estratégicas que ocupam, funcionam como protetores e porta-vozes de toda a propriedade em grande escala. Longe de serem uma classe à parte, constituem na realidade o principal escalão da classe dos proprietários.²¹⁸

É essa classe que adentra nas instâncias governamentais e funde-se com a política em amplos laços como prestadoras de serviços, obras públicas, fornecedora de armas – complexo industrial-militar – ou até mesmo participando do governo em cargos executivos ou legislativos. Essas relações íntimas entre o poder econômico e político, essa dialética de política e economia eleva as decisões para além do controle social. Falou-se disso anteriormente, mas chama-se à atenção neste momento para o *distanciamento*. Este é uma expressão não só prática – ou seja, ligado à produção material das condições sociais – do crescente controle do capital sobre a sociedade e a impossibilidade desta em controlar a produção. É um *distanciamento* também ideológico que tem origem no fetichismo da mercadoria, mas que se torna mais brutal ainda no *fetichismo do espaço* transformado em mercadoria e distanciado dos seres humanos. Não se identifica mais onde está o espaço produtivo e da reprodução: ele é global, mundializado. Este é um forte poder ideológico das estruturas econômicas sobre a sociedade. O estudo do espaço foi, por isso, enfatizado neste trabalho. Com o *distanciamento* também se produz o deslocamento da percepção. Assim a reprodução precisa não só das características *formais* do espaço, mas também seu *conteúdo*: seus recursos naturais. Não se percebe que isso é necessário dado as formas de monopólio e extensão dos poderes do capital. No entanto a produção do espaço geográfico pelo capital continua ocorrendo ainda que não seja visualizado e muito menos controlado. Todos os elementos econômicos e espaciais da reprodução do capital resultando uma ideologia que impede a compreensão e seja a negação da totalidade estão dados aqui.

²¹⁸ Baran, Paul e Sweezy, Paul. *Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. pp. 43-4.

Pode-se concluir esta questão da produção do *distanciamento* com as palavras de Chomsky referindo-se às estruturas supranacionais de decisão que acabam com toda possibilidade de democracia e, portanto, do controle social sobre o capital e que estão atuando no mesmo sentido do que aqui se apresentou:

Como era de se esperar, toda essa estrutura decisória responde basicamente às corporações transnacionais, aos bancos internacionais, etc. É também um golpe eficaz contra a democracia. Todas essas estruturas elevam a tomada de decisão ao nível do executivo, deixando o chamado “déficit democrático” – parlamentos e populações menos influentes.²¹⁹

Além dessas instâncias de poder econômico o capital exerce seu controle sobre a sociedade ao transformar sua realidade empírica bem como as relações do homem com os outros homens e com as estruturas que dão forma à sua realidade humana. Transforma através de sua incessante reprodução as *formas do real*. Todas as noções humanas de espaço, tempo, matéria e movimento, todas as estruturas presentes na realidade empírica e na compreensão que o homem tem de sua existência são transformadas. Enquanto as estruturas de controle do capital às quais se fez referência assumem a forma social de expressões político-econômicas, tem-se, agora, um controle indireto através da transformação da realidade material do homem produzindo mais ainda o distanciamento através de uma materialidade mais complexa.

Ao buscar novas formas de se reproduzir não se limita espacialmente no processo de interação ou intercâmbio social com a natureza. Primeiro produz a organização espacial das cidades industriais, depois das grandes metrópoles, espaço por excelência do capital onde mão-de-obra, matérias-primas e mercado consumidor se misturam em uma necessidade não-humana, mas na economia de escala para o capital. As grandes metrópoles provocam transformações na

²¹⁹ Chomsky, Noam. *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. p.14. É bem verdade que Chomsky ao falar aqui das instâncias supranacionais de poder econômico como GATT (hoje OMC), FMI, Banco Mundial e os blocos econômicos de poder como NAFTA e EU, está abordando as esferas do executivo dos estados em questão. No raciocínio presente neste trabalho o que ocorre são as operações das grandes corporações dentro da esfera do próprio estado. Mas não ocorre perda do argumento básico, pelo contrário, apenas no caso referido por Chomsky as esferas decisórias tornam-se ainda mais distantes do controle social, confirmando o argumento e elevando o poder das corporações ao nível do executivo dentro dessas esferas supranacionais. Seria muito interessante que se fizesse um estudo no qual se pudesse produzir uma “escala” dessas instâncias decisórias – levando em conta toda a dialética que isso envolve, ou seja, mistura e fusão de instâncias – e a distância provocada em relação à sociedade e ao seu controle. Parece que na história do século XX os indivíduos continuaram tendo seu mínimo poder e viram-se mais jogados à *egoidade*, a sociedade enfraqueceu enquanto as decisões políticas foram tornando-se mais distantes.

sensibilidade humana, na forma de perceber a realidade.²²⁰ Produzem efeitos positivos na cultura porém são mais uma necessidade do capital do que humana.²²¹ Mas o capital em seu processo reprodutivo vai além e transcende fronteiras na busca de novos espaços de produção: produz uma geografia industrial nova assim como também é nova a do desenvolvimento e subdesenvolvimento. No contexto do homem o que esse produzirá é um *deslocamento* entre a vida e seus modos de ser e fazer (práxis) e a produção material da mesma. Há uma separação no espaço entre as duas instâncias ligadas intimamente ou essencialmente quando se toma por base a existência física de cada homem. Este se sente *deslocado* e seu espaço já não é essencial. É assim que se pode dizer que Nova York é mais perto do que o Sertão. Desta maneira que uma problemática envolvida na reprodução do capital acaba se transformando em aspecto a mais da cultura e da ideologia.

Não é necessário se estender mais sobre as questões das *formas do real* e falar sobre o tempo, a matéria e o movimento que estão na estrutura empírica da percepção da realidade pelo homem. No caso do tempo é clara a extensão da lógica da mercadoria sobre setores ainda não capitalizados da realidade. Produz, no contexto humano, um *deslocamento* do tempo do homem para o do capital. Isso não é novidade e Marx já falava disso ao falar sobre a subordinação real do homem ao capital. Mesmo as outras *formas do real* que expressam uma *fenomenologia do capital*, ou seja, são manifestações empíricas de relações econômico-sociais que não se pode ver, não constituem novidade e se trata apenas de uma extensão conceitual da abertura do livro I de *O Capital*. Ali Marx expressou essa *fenomenologia*, mas seu interesse não era o aprofundamento na mesma e sim entender o funcionamento da relação econômico-social constitutiva da essência do capital. A clara expressão do entendimento de Marx dessa *fenomenologia do capital* é a frase inicial de *O Capital* citada, por isso, na abertura deste trabalho bem como o caráter fundamental do fetichismo da mercadoria.

²²⁰ Não é necessário dizer o quanto Baudelaire ou Benjamin falaram das metrópoles e tomaram as mesmas como aspectos reais e importantes do que escreveram. Ao mostrarem a vida nas metrópoles também o faziam do seu espaço organizado e, por baixo de tudo isso, o poder organizador do capital.

²²¹ Não se trata aqui de uma tese romântica e contra as grandes cidades e o “turbilhão social” à moda de Rousseau. Trata-se de uma constatação tomando como ponto de vista o capital e sua necessidade reprodutiva. Ver sobre esta questão das grandes cidades, do “turbilhão” de Rousseau e a modernidade o livro de Marshal Berman, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*.

Pergunta decisiva: por que falar sobre tudo isso? Por que essa digressão sobre controle do capital, articulações político-econômicas no capital monopolista, *distanciamento* crescente entre sociedade e decisões políticas e, por fim, sobre o *deslocamento* como forma de produção material imediata da ideologia e cultura do capital em um crescente processo de deslocamento, distanciamento e descontrole sobre a produção sendo a ideologia, portanto, seu reflexo? Todos esses conceitos e determinações neste momento eram importantes: a monopolização econômica aliada às decisões político-econômicas provoca o *distanciamento*. A transformação das *formas do real* provoca o *deslocamento* que é base para a ideologia irracional, forma marcante da ideologia do atual capitalismo. Junto como essa ideologia se produz a cultura também do irracional. Torna-se claro que é formado um controle capitalista baseado em uma ideologia que, sendo marcadamente irracional, oblitera a percepção de que a reprodução do capital não é eterna, que essa reprodução busca afastamento de barreiras à reprodução, mas nem sempre o consegue. A ideologia formada sobre o *distanciamento* e o *deslocamento* produz essa percepção de “pura fruição” do tempo e de um eterno presente, de “fim da história”: o capitalismo seria o sistema no qual existiria o mínimo de contradições e por isso teria afastado todas as formas de limites à sua reprodução.

O capitalismo é o sistema produtor de mercadorias. Isso implica diretamente na necessidade de que esse reponha constantemente mais mercadorias à disposição do consumo. Isso deve ser feito na mesma medida em que, do ponto de vista filosófico, o capital incorpora novas realidades à sua lógica. Em sentido diverso, à medida que transforma cada vez mais a realidade em realidade para si. Do ponto de vista econômico, no entanto, isso significa superar qualquer barreira que as relações sociais e suas possíveis formas de controle possam impor à sua reprodução. É a constante superação das barreiras à reprodução.

O capital busca muitas saídas para a sua constante reprodução. Desde formação de grandes blocos consumidores até a sua financeirização, desde a intensificação dos processos produtivos pela revolução tecno-científica até o complexo industrial-militar, todas são formas de reprodução e formas de sua expansão. Constantemente tentando a superação de seus entraves reprodutivos. Em alguns pontos parece se deslocar de suas bases materiais e não encontrar limites de qualquer espécie para reprodução (financeirização). Não passa de uma questão ideológica formada a partir

das estruturas do *deslocamento* e do *distanciamento* aliadas à estrutura de um “mito prometeico” de eterna superação.

Em artigo publicado, Jeremy Rifkin fala da era do acesso e de como a economia está envolta em questões de fluxos informacionais através das redes computadorizadas.²²² Idéia que é totalmente ligada e devedora da ideologia denunciada aqui. O capital busca nas redes informacionais, nas telecomunicações, na mídia, formas de ampliar seu poder reprodutivo, mas isso não o faz perder seus “pés de barro”. A questão continua sendo superar barreiras à reprodução e essas muitas vezes são materiais. A ideologia por trás desta falácia do norte-americano é clara de que novas estruturas econômicas garantiriam a reprodução do capital, sem necessidade de pensar que existem os limites físicos desta sociedade. Aliás, não uma simples falácia, mas farsa teatral completada pela sua hipótese da economia do hidrogênio.

Problema central e delicado para o capital: um dos entraves reprodutivos afastados, mas constantemente apropriado para manter as taxas crescentes de lucro, um dos setores econômicos mais altamente estratégicos é precisamente a *mercadoria energética*. Apropriada pelo capital essa mercadoria parece ser uma a mais simplesmente. É, no entanto, mercadoria especial, essencial, e é limite material daquele.

Apropriando-se das fontes de energia na forma de *mercadoria energética*, o capital transforma esse setor econômico em tornando-o crescentemente monopolizado. Apenas grandes corporações têm acesso às formas de produção e exploração dessa mercadoria visto a maturação do investimento ser demorada. Além disso, extremamente altas as taxas de investimento. Porém, de grande importância para o capital e sua sociedade, pois a troca orgânica do homem com a natureza também se traduz em uso de energia. Dentro deste contexto que aparecem os problemas abordados no capítulo anterior quando se fizeram referências às elites, classes, geopolítica e energia. Enquanto a ideologia dissimula um capital em eterna reprodução, pela porta dos fundos dessa e seu domínio limpo e claro dos problemas econômicos “exatos” aparecem os limites capitalistas na forma de energia e necessidade de garantir as fontes dessa por meio da guerra. É uma contradição em relação ao puro domínio limpo do econômico. Esta, enquanto pura

²²² *Folha de São Paulo*, 8/10/2000.

normatividade, enquanto cálculos micro e macroeconômicos das situações presentes, não poderão, em hipótese alguma, perceber limites e como se dá o processo de produção da história. A economia “viciada de capital” não é a ciência que percebe as articulações da realidade como totalidade, mas apenas o presente eterno das relações empresariais.

A reprodução econômica do capital e o distanciamanento de seus limites reprodutivos só podem se dar tendo como base os seguintes elementos: por um lado, os limites naturais (fontes energéticas) mesmo quando essas são altamente monopolizadas e transformadas em mercadorias e cumprindo, assim, um duplo papel – garantir reprodução econômica para os monopólios e colocar os limites naturais dentro dos marcos sociais afastando, aparentemente as limitações e criando a ideologia da eternidade do capital –; por outro, a guerra como forma de garantir os acessos aos recursos energéticos. Neste caso tem-se uma contradição, pois esta tem a aparência de uma forma extra-econômica de acesso aos elementos necessários reprodução do capital e, no entanto, cumpre seu papel bélico e econômico em dois sentidos do econômico aqui: gastos militares do estado e suprimento energético. Com a *mercadoria energética* ocorre justamente o contrário: tem uma aparência econômica e é um limite natural. A energia deve ser entendida como limite natural e a ideologia que o nega é manifestação de irracionalismo. Este aspecto constitui o restante deste item.

Ao assumir dimensões incomensuráveis, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista cultural, o capital torna claro na atualidade sua centralidade nas determinações ideológicas e impossibilidade aparente de subvertê-lo por meio do controle social. Seu gigantismo aparece diante dos indivíduos como um dado eterno do desenvolvimento social, não histórico, ou mais precisamente, a-histórico. Aliás, isso não é surpreendente visto que uma das características da pós-modernidade – ou a *lógica cultural do capitalismo tardio* na conceituação mais precisa de Jameson – é justamente a perda da dimensão histórica. Do ponto de vista econômico esse gigantismo se manifesta nos monopólios que se erigem em verdadeiros reguladores não apenas da economia, mas de toda a sociedade visto seu grande poder e influência junto ao Estado e, portanto, junto ao controle que este tem diante da sociedade e das ações de política internacional ou geopolítica. Os grandes monopólios assumem, então, papel preponderante na formação da sociedade mundial através da mediação das ações estatais,

sobretudo ações de estados poderosos como é o caso norte-americano (poder constituído tanto de sua capacidade econômica como militar).

Apesar desse gigantismo é necessário que se enfatize a determinação múltipla da reprodução do capital. Significa dizer que a reprodução do sistema passa por várias mediações e determinações acabando por constituir uma totalidade mais intensiva e extensiva, logo uma “totalidade mais total”. Essa totalidade econômica constituinte do estágio atual do capital também se expressa e se objetiva na ideologia e na cultura uma economia aparentemente desprendida do real, um capitalismo que adquire *status* de permanência infinita: volta-se à mundialidade gigante produzida pela totalidade de suas determinações e à sua eternidade como algo fora da história.

Apesar de sua totalidade mais extensiva e intensiva e sua objetivação ideológica e cultural o capital não consegue transfigurar completamente suas estruturas e escondê-las por baixo da ideologia. Aparece, então, a questão energética como o elo da *necessidade*, o contato entre ser humano e natureza ainda permanente, mesmo na sociedade tecnologicamente avançada do capital e sua materialidade extremamente complexa na qual nada mais parece possuir elo ou mediação com as condições naturais. A determinação que o Prometeu das forças produtivas do capital impôs, subordinando tudo a uma lógica tipicamente movida pelas forças sociais, desprendida de articulações naturais, tem que se subordinar como vassalo humilde. As necessidades de controle social e as *possibilidade do real*, as frestas ou rupturas no todo dessa realidade moldada pelo capital aparentemente indestrutível surgem por meio dos problemas de abastecimento de energia do sistema.

Durante o século XX o marxismo ficou extremamente “viciado” por muitos erros conceituais, teóricos, práticos e políticos. Citar todos eles é desnecessário e seria um longo temário para muitas teses, livros e discussões acaloradíssimas, pois a lista é longa. *Todos* os marxistas atuais herdaram esses erros e têm que se debater com eles: seja para negar o marxismo, seja para aceitá-lo como é, ou seja, para tentar retirar lições e procurar ir além dos mesmos e restaurar a dignidade insuperável do materialismo histórico e da “ciência da história”. Um dos erros foi o conteúdo extremamente historicista que o marxismo ganhou. Historicismo que tem como sua base material não Marx, mas a ideologia do capital e do seu constante

revolucionamento. A história, assim, passou a ser o terreno de atuação do homem. Tudo que é histórico é referido às estruturas do *tempo*: o que hoje é assim, amanhã pode não ser. Um dos marxistas que evidenciou isso foi Lukács. Em seu texto mais famoso da “maturidade”, a *Ontologia*, tem-se essa conceituação. É necessária uma ontologia que assente o desenvolvimento do ser sobre determinadas categorias na quais as mesmas devem ser históricas e não como na ontologia tomista medieval na qual são referidas, em última instância, ao ser de Deus sendo, então, eternas. Ontologia que seja histórica para não se incorrer no “historicismo” que, em sua essência, é idealista: a história é mãe de todas as possibilidades e de todas as transformações. Tudo se torna possível no devido tempo. A concepção historicista e possibilista já incomodavam.

Mas o próprio Lukács também incorreu em erros típicos de alguns temas do marxismo do século XX. Outros erros de conteúdo filosófico – que de certa forma paga tributo ao marxismo do século XX no que se refere ao próprio historicismo e a questão do “humanismo marxista”²²³ – como é o caso da questão da passagem de um pressuposto “ser natural” para o “ser social” extremamente comprometida com o idealismo de pressuposta ruptura na ordem do ser. Para concluir: Lukács indicou o caminho certo dos erros do historicismo, mas incorporou, pela porta dos fundos, os erros desse historicismo ao não pressentir a problemática que existe por trás do que chama de “ruptura ontológica” que é a negação das estruturas materiais, base de todo o materialismo. Percebe-se que esse historicismo faz parte dos erros não só do marxismo, mas é próprio da ideologia do capital na qual aparece aos olhos de todos que qualquer dificuldade estrutural poderá ser resolvida através da história e do tempo. O capital se impõe com uma ideologia de características irracionais e com uma cultura de gigantismo. O gigantismo, neste caso, significa o eterno revolucionar de suas bases produtivas, como se fosse possível ao capital eternamente revolucionar suas forças produtivas. Basta chegar o tempo e as condições produtivas e reprodutivas necessárias que este Prometeu irá subordinar mais uma vez tudo ao seu cadinho alquímico de transformação da realidade. Na verdade, o que acaba se estruturando é o mito como forma de entender o real, forma ideológica de entendimento, mas não a partir das próprias estruturas do real e suas determinações, ou seja, em sua própria e essencial materialidade

²²³ V. Quartim de Moraes, texto na bibliografia referido como cópia pessoal e apresentado na Anpof de outubro de 2004. Também as críticas de Althusser em *La Revolución Teórica de Marx*, pp. XIII-XIV e p 182 ss.

enquanto tal. Não se entende a imanência do processo e sim a ideologia que é um “recorte” da realidade, parte e não totalidade.

Para rejeitar esse erro historicista do marxismo e esse complexo ideológico forjado pelo gigantismo do capital de traços tipicamente irracionais é que se deve incorporar à análise e à crítica da sociedade algo muito evidente para Marx, quando as especificidades e divisão do campo do saber ainda eram pouco evidentes. Em outros termos, deve-se fazer a crítica desse mito tecnológico do “eterno revolucionar”. Crítica do tempo e do “tudo é possível”. Mas deve ser feita sobre as bases do materialismo histórico, da totalidade, da “ciência da história”. Portanto sobre a materialidade e as condições naturais presentes e inseparáveis do desenvolvimento dos modos de produção, inclusive o do capital. Desenvolvimento que significa a existência real e corpórea de seres humanos vivos e concretos, nas palavras de *A Ideologia Alemã*. De relações sociais que são relações entre homens *realmente existentes*. Por mais tautológico que isso seja, o marxismo historicista esqueceu isso e a ideologia do capital atual também. Não existem relações sociais e vida humana, sociedade e desenvolvimento econômico sem a troca orgânica do homem com a natureza, sem a relação intimamente estabelecida entre vida humana e social e, portanto, com as condições do espaço geográfico. Esta a categoria que o historicismo esqueceu e que a ideologia do capital sempre superando suas dificuldades com o tempo também fez questão de esquecer: o *espaço* foi negado em detrimento do *tempo*. Aqui a insistência sobre o espaço: “evidenciar o evidente” escondido nas teias entretecidas dos véus ideológicos e do mundo de coisas dos fetiches mercantis. Com a categoria do tempo tudo se dissolve e se torna possível. O espaço limita o desenvolvimento: a ideologia tem que esquecer-lo. o capital, aparentemente eterno (*tempo*), sempre superador de suas dificuldades, encontra suas limitações no espaço. Especialmente aquela formada pelos limites *físicos* que o *espaço* impõe: as fontes energéticas e os recursos naturais.

Interessante uma passagem de Massimo Quaini que ilustra perfeitamente este ponto no qual estão não só as contradições do capital bem como o erros ideológicos cometidos, seja intelectualmente, seja expressa no cotidiano dos homens. Ao falar da geografia, o autor acaba mostrando um ambiente intelectual semelhante ao traçado acima dizendo que a geografia está

presa entre determinismo e possibilismo; em nosso trabalho, entre o idealismo e o materialismo vulgar:

Isto é, de um lado, tende-se a considerar como real somente a necessidade ou causalidade material (e, portanto, o homem como ser natural determinado pelo ambiente e a sociedade humana como reduzida a um formigueiro), de outro, considera-se como real somente o finalismo ou a liberdade de ação humana (e, portanto, o ambiente como livre criação humana). São duas soluções que não resolvem a antinomia, mas que a perpetuam, porque é normal que o idealismo traga consigo (mesmo em seu contexto) o seu oposto (o materialismo vulgar), assim como o determinismo, por sua vez, evoque o indeterminismo absoluto.²²⁴

Evitar as posturas idealista e historicista é questão metodológica bem como o determinismo e o materialismo vulgar. Também o determinismo absoluto e o indeterminismo. O marxismo do século XX e a ideologia do capital andaram presos justamente ao aspecto do indeterminismo. Deve-se retomar o aspecto determinado da existência humana em um ambiente geográfico determinado, limitado pelas condições espaciais e ambientais. Deste ponto de vista que o capital tende a ter seus limites marcados e a aparecer a sua derradeira contradição.

Ao rejeitar todos esses aspectos ideológicos e errôneos caminha-se para a conclusão deste capítulo mostrando que o capital como relação social só pode se desenvolver dentro de um ambiente de relações de homens concretos o que pressupõe relação com o espaço concreto e meio material também concreto. Deve ser referido pelas estruturas materiais do espaço e, neste caso, o espaço significa o limite que as fontes de energia exercem sobre a reprodução do capital.

Além da ideologia tem-se outro erro a desmascarar: o do planejamento social. Existe um aspecto ideológico do planejamento social no qual se pressupõem possível aos estados nacionais superar os problemas de crise energética com o planejamento. Imaginar uma situação limite é possível e factível: um quadro geopolítico e econômico mundial no qual a energia muito cara em função de sua escassez só seja permitida a alguns poucos.²²⁵ A “multidão inquieta” – nas palavras de Chomsky – estaria subordinada à escassez crônica e vendo seus limites humanos se degradarem. Mas a *mítica* – já não se trata mais de ideologia – do planejamento leva a crer que os

²²⁴ Quaini, Massimo. *Marxismo e Geografia*. p. 22.

²²⁵ Não custa nada lembrar que o FMI já trabalha com hipótese de barril de petróleo próximo dos US\$100 nos anos vindouros.

estados nacionais podem controlar a sociedade evitando revoltas entre as classes que ainda se beneficiam do consumo e aquelas que não podem mais manter esses limites. Historicamente, até aqui, isso só foi possível diante de uma base sólida e concreta: os preços relativamente estáveis da *mercadoria energética* em função, ainda, da existência dos combustíveis fósseis a um preço convidativo. É só a partir dos anos 70 que os primeiros sinais desse mito do planejamento em reverter as crises do capital começaram a sofrer abalo. Mas ainda não se defrontou com a situação apresentada: escassez da matriz fóssil. Este mito do planejamento bem como a ideologia da eterna superação do capital com relação a seus limites naturais através do desenvolvimento das forças produtivas não se chocou ainda com o requerido momento histórico ao qual se faz menção. Esta ideologia da eterna superação é a manifestação social do fenômeno do idealismo filosófico vista em sua dimensão prático-social.

Deve-se lembrar ainda que esse mito do planejamento aliado à ideologia da eterna superação se soma à questão do esquecimento de uma política estatal, geopolítica, política internacional e, como consequência, uma “máquina de fazer guerra” que obscurece as lutas de classe.²²⁶ Isso significa dizer que essa ideologia, o planejamento e toda a estratégia dos Estados Nacionais no fazer a guerra e gastar com esta atendem à uma política de classes. Logo, no que diz respeito ao limite espacial das fontes energéticas, todas as estratégias desenvolvidas servem para alimentar o consumo de determinados setores da sociedade, determinadas classes.

Chega-se ao fim com uma conclusão muito clara desde que se tenha articulado com atenção os elos da totalidade. Visto que existe um limite físico para o capital, pode-se buscar a *possibilidade do real*, a transformação social dentro desta. Escapar às estruturas reprodutivas do capital com o controle social das fontes energéticas, romper a estrutura dos monopólios da *mercadoria energética*. Tornar o limite físico (fonte de energia) uma mercadoria, insere esse limite no contexto econômico e, portanto, no seu aparente possibilismo historicista de tudo se superar. Procurou-se mostrar uma construção conceitual e teórica evidenciando que isso não é verdadeiro. O capital não pode, mesmo *criando a mercadoria energética*, obliterar o fato de que essa é sua limitação física, mais um controle das condições naturais para ampliar sua reprodução

²²⁶ Chomsky chama a questão de classes no contexto dos EUA de “a palavra que não se menciona”. V. *op. cit.* pp. 103 ss.

junto com o ambiente físico do planeta (os ecossistemas). A possibilidade de superação do capital, a *possibilidade do real*, passa pelo controle social dos recursos naturais e energéticos do planeta. Somente com esse controle social é que se pode vislumbrar uma sociedade igualitária na qual esses recursos naturais não atendam apenas aos interesses de algumas classes e sim aos interesses de reprodução das necessidades sociais – humanas – e não dos poucos, da “minoría próspera”. O próximo capítulo conterà questões neste sentido.

Capítulo 5

Espaço Natural e Superação

Em primeiro lugar é necessário manifestar aqui o uso da expressão capitalismo e não capital como a categoria básica da sociedade capitalista. É em torno do capital como “determinação determinante” da sociedade atual que se dá a reprodução social. O capital é a potência básica que permite a reprodução e expansão constante do sistema mediante a produção incessante de mercadorias e de riqueza abstrata. É como elo, nexos e articulação de toda a sociedade capitalista que se impõe na forma de valor valorizando-se no processo de produção por meio da geração e extração de mais-valia. No entanto, preferiu-se capitalismo para expressar o conjunto da sociedade articulada e completamente mediada pelo capital dando relevância a todos os seus momentos, ou seja, desde a materialidade imediata dessa sociedade na forma de conjuntos enormes de mercadorias, espaços antropogênicos articulados para a produção, forças produtivas cada vez mais eficientes e modeladoras, transformadoras do espaço natural, o que acaba por configurar a civilização do capital, até chegar às questões de poder e de ideologia. Atribui-se, assim, conteúdo mais abrangente para o conceito de capitalismo.

A questão posta neste último capítulo é perceber como a ecologia se coloca como um dos confrontos centrais de uma sociedade e seu *movimento geral*, ou seja, as leis do capital. Mas como expressão do antagonismo central dessa sociedade que é o antagonismo de classes. É inevitável perceber que esse antagonismo central amplia-se e se expressa em múltiplos níveis à medida que o capital se expande em sua reprodução como destino ao globo terrestre: capital a passos largos pelo mundo. De tal forma, reproduz também toda a sua expressão de ser que é a sociedade capitalista ou a civilização do capital. O confronto ecológico é inevitável e as

conclusões as mais sérias possíveis. Percebe-se que capital e meio ambiente se relacionam por meio de condições físicas da reprodução do mesmo ao se pressupor que *relacionar* é colocar as questões dentro daquilo que *é a realidade*, ou seja, *totalidade*. Esse é o principal aspecto referente ao problema colocado: só se entende as condições físicas de reprodução do capital quando também é entendida a realidade como totalidade produzida e articulada por este. Não por acaso insistiu-se na ideologia irracional como destruidora da totalidade. Totalidade que não só é determinada, mas também histórica. No capitalismo a economia burguesa põe as categorias como eternas e desarticuladas de laços de determinação mais profundos. Constrói-se a ideologia “recortando”, então, a realidade.

O capitalismo é formação social e modo de produção específico amparado sobre a produção de mercadorias e a existência do trabalho assalariado formando a base da sociedade e sua divisão em classes. É o *sistema produtor de mercadorias* que constantemente produz mecanismos para transformar toda a realidade – até mesmo a natureza – em mercadoria.

Ao transformar tudo em mercadorias, realiza seu feito sintetizado na frase inicial de *O Capital*: é a coleção de mercadorias expressão da riqueza de toda sociedade na qual predomina o modo capitalista de produção. Sabe-se que o capital transforma tudo em mercadoria, pois tem necessidade de ampliar seus lucros. O objetivo não é o lucro, porém, a *reprodução* do sistema, ou seja, a valorização do capital. Para continuar se reproduzindo busca novas fontes de lucro produzindo mais mercadorias. Entre estas está o próprio cérebro humano (aqui aparecem as questões culturais, ideológicas que se misturam com as primeiras, de indústria cultural, etc.) e a natureza como realidade pré-capitalista que se torna capitalizada, tornando-se parte do sistema. O primeiro caso, do cérebro humano, foge dos aspectos essenciais desta tese, mas não da crítica do sistema do capital. No segundo entra-se à fundo no problema: a natureza se *relaciona* ao capital pois é transformada em mercadoria, inserindo-se no reino do mundo fenomenológico do capital, a produção de mercadorias. Fora isso a natureza, como conteúdo do espaço, já era transformada ao se retirar suas legalidades na forma de espaço antropogênico. Como mercadoria entra necessariamente nos aspectos quantitativos do sistema, nos seus aspectos microeconômicos, na regularidade e normatividade do capital. Torna-se mais uma mercadoria que recebe investimentos, é vendida e retorna com o lucro que será reinvestido. E o sistema se reproduz.

Porém, aqui a problemática aparece com toda a clareza: ao invadir o cérebro humano, o capital pode ter como oposição uma consciência que não se submete ao mesmo. Com o reino natural (as determinações do espaço, da matéria e da energia) acontece a mesma coisa. Trata-se de uma objetividade para o capital e da qual o mesmo se apropria, mas sempre poderá opor resistência como objetividade que é. Por isso enfatiza-se que a natureza se torna *relacionada* ao capital: uma relação é sempre um processo dialético no qual nem sempre a “*determinação determinante*” é absoluta. O capital e sua reprodução é essa “*determinação determinante*”, mas ao tornar a natureza parte de sua reprodução ele também passa a ser determinado pela mesma. Isso é justamente a dialética presente na realidade e não simples método.²²⁷ O capital não pode mais prescindir de nenhum momento no qual transformou o natural em parte da sua reprodução. Neste ponto põem-se as condições físicas da reprodução do capital e sua sociedade como um todo se confronta com as questões ecológicas.

Viu-se anteriormente que não se pode em hipótese alguma falar em ruptura no que se refere à realidade social e humana como processo evolutivo. Tem-se muito mais um desdobramento de condições naturais e processos evolutivos do que uma ruptura.²²⁸ neste sentido que se definiu a materialidade em capítulo anterior bem como a potencialidade humana desdobrada em poder transformar toda a matéria em algo útil (valores de uso). Na sociedade do capital esse processo apenas ganha vulto jamais suspeitado pelas primeiras produções materiais humanas na forma de um espaço antropogênico e da materialidade como centro civilizacional.

O capitalismo como modo de produção fabrica um mundo gigante de coisas à volta das pessoas e das sociedades determinadas pelo modo de produção centrado em seu “núcleo duro”,

²²⁷ Chama-se a atenção para duas questões fundamentais. Primeiro, a dialética não é simples método filosófico, ou seja, criação da consciência sobre o real, determinação do pensar sobre a realidade. É método filosófico, pois é determinação do real sobre a consciência, perquirição da realidade através das suas próprias condições de existência elevadas à consciência humana. Isso é ciência. O contrário é idealismo. A segunda questão fundamental é sobre a *dialética da natureza* criticada por diversos marxista e outros cientistas sociais de influência marxista. E aqui não se fala do livro de Engels, mas sim da concepção de uma dialética da natureza. Deve-se advertir que é de suma importância entender essa problemática. Ao longo deste trabalho ficou claro que existe uma total disposição a julgar todos aqueles que procuram estabelecer uma ruptura entre sociedade e natureza e especificar um domínio social totalmente isolado do natural como devedores de um “ranço idealista” muito forte.

²²⁸ Ver Bernal, *Ciencia e Industria em el Siglo XIX*, no qual se diz que “ao final da década dos trinta, os químicos mais eminentes aceitaram por fim que nada havia de misterioso ou distinto em torno à química da matéria viva” (pp. 78-9).

ou seja, a reprodução do capital. Se por um lado isso produz uma civilização do capital cada vez mais complexa, por outro, implica maior desenvolvimento das forças produtivas e dos espaços antropogênicos como se evidenciou no capítulo sobre o conceito de civilização como materialidade. Tendo como admitidas e verdadeiras estas hipóteses de trabalho do conceito de civilização como um conceito ligado aos maiores controles naturais e espaços antropogênicos cada vez mais complexos e mediados e a civilização do capital como uma forma de civilização que não pode romper com estas bases, então só é possível aceitar o que se tem insistido até aqui: a civilização do capital só pode existir dentro de uma *matriz material*.

Um confronto teórico central como desdobramento do abordado no primeiro capítulo aparece dentro da teoria do marxismo do século XX que abandonou a problemática ligada às questões da base natural da reprodução do capital, suas condições físicas da reprodução. Esse abandono está profundamente relacionado também ao não entendimento pelos próprios marxistas da centralidade da categoria da totalidade em Marx e suas múltiplas determinações. Ao abandonar essa questão das condições físicas, não entendendo a totalidade presente em Marx, o marxismo acabou distanciando-se da categoria *espaço* em seu arcabouço teórico como visto e não por acaso o capítulo inicial deste trabalho.

Necessário que se faça uma complementação teórica em torno da questão energética e do meio urbano antes de prosseguir. Mostrou-se anteriormente a existência de uma estrutura profunda e de continuidade entre a sociedade e a natureza. Esta deve ser entendida em suas manifestações de espaço, matéria e energia base de toda a existência. É impossível o existir – e o existir é fato social material e não psicológico – sem esses elementos da materialidade. Pretende-se explicitar essa continuidade na sociedade do capital mostrando a relação íntima da energia e do espaço através do meio urbano. A partir da articulação de todos estes nexos e momentos de análise recebe-se e rebatem-se as críticas ao marxismo como “produtivista” no sentido de superar conteúdos e teses errôneas do século XX mostrando a validade central do pensamento de Marx, mesmo em campos que o revolucionário alemão não chegou a pesquisar.

Boa parte da história da sociabilidade humana – na verdade a maior parte da história da humanidade – se deu em torno das fontes de energia animadas: a força de animais e do próprio

corpo humano. Algumas alternativas a isso estabelecem o uso de formas como os rios em seu fluxo natural, os ventos, o uso do fogo para a forja de metais e, especialmente na Idade Média européia, os moinhos como força hidráulica. Até a Revolução Industrial predominou soberano o uso das formas animadas de energia. A partir dessa tem-se uma virada completa em muito sentidos, inclusive o de uso das formas de energia inanimadas. Não se trata do domínio social sobre a natureza, porém maior controle social com profunda determinação de classe sobre as condições materiais da existência. O maior controle torna necessário domínio crescente das fontes de energia. Nesse sentido é que se pode dizer, recorrendo a White²²⁹, que as formas mais organizadas da civilização material produzem uma entropia negativa, pois tendem a controlar e organizar cada vez mais o uso da energia para a realização de trabalho útil. Isso significa dizer a realização de trabalho que possa reproduzir a forma mercadoria e, portanto, a acumulação de capital.

No século XX a sociabilidade do capital se expressou por meio de padrões cada vez mais complexos de organização da vida material. O padrão do “bem viver”, se expressou por meio da posse incessante de mercadorias. Evidente reflexo cultural da forma de reprodução e de acumulação própria ao capital que significa a produção incansável de mercadorias e a mediação de todo o metabolismo social marcado por ela.²³⁰ Essa materialidade mais complexa requer maior consumo e controle sobre as fontes de energia. A expressão mais clara disso pode ser observada justamente nos grandes centros urbanos produzidos pelo capital.

Observa-se justamente a expansão da malha urbana por espaços cada vez maiores aglutinando mão-de-obra, matérias-primas e mercado consumidor: fatores produtivos que favorecem a acumulação. Mas para que grandes centros urbanos se desenvolvessem crescentemente a partir do século XIX e, mais, para que pudesse existir a interdependência entre os mesmos produzindo uma rede urbana cada vez mais complexa, para que o espaço entre as cidades pudesse ser um espaço repleto de fluxos de mercadorias e interesses, era necessário o desenvolvimento de meios de transportes adequados. A objetividade do espaço posta à sociedade

²²⁹ White. *O Conceito de Sistemas Culturais*. p. 62.

²³⁰ Não por um acaso o seu fetiche e o estabelecimento das relações sociais com base da circulação das mesmas. Este conceito é central em Marx e Rubin o destaca muito bem.

precisa ser superada em seu próprio existir de distância. Os transportes tornaram-se meio por excelência para ligar espaços da reprodução do capital. Nestes o petróleo impera soberano.

O fenômeno descrito liga-se a determinado modelo energético e, ao mesmo tempo, civilizacional. Civilizacional como descrito anteriormente, na base de determinada forma de desenvolvimento das forças produtivas, da materialidade erigida, dos controles naturais, logo forma específica de modo de produção. Problema, portanto, ligado a uma dada forma de estrutura produtiva. Pouco dos transportes escapa do petróleo a não ser algumas formas urbanas. Mas é também neste caso que ocorre e se revela a questão do capital. Em outros termos, os grandes centros urbanos são expressões do desenvolvimento do capital. As cidades gigantes que se desenvolveram sob o impulso daquele revelam a sua estrutura produtiva altamente concentrada e monopolista. Também revelam um padrão de acumulação em grandes mercados consumidores e de estruturas produtivas bastante rígidas. As grandes cidades, em resumo, expressam geograficamente, ou seja, em seu espaço antropogênico próprio, a essência do capital: grande produção, mercados consumidores, força de trabalho e consumo de energia centralizada. A expansão desses centros urbanos gigantes só é possível, em parte, em função dos meios de transporte urbanos, ou seja, uma questão tecnológica.²³¹ Assim, se os centros urbanos são formas do capital se mostrar e se revelar soberano em sua reprodução, também esses centros só foram possíveis devido às formas tecnológicas de expansão. Os metrô, trens e outras formas de transporte permitem a expansão da malha urbana. Porém, é ainda o automóvel o definidor e expressão das cidades como transporte. Ruas e avenidas ainda são traçadas e definidas em função do transporte individual que é consumidor de energia três ou quatro vezes maior do que metrô ou ônibus. Mesmo que seja o transporte coletivo como o ônibus, não se sai da questão do uso do petróleo de forma soberana.

Percebe-se nisso uma interação dialética interessante entre a estrutura econômica e forças produtivas: o crescimento das grandes cidades é expressão do capital, mas estas só são possíveis em função de soluções tecnológicas que permitam percorrer grandes espaços em tempo suficiente para a estrutura produtiva funcionar e se reproduzir. Automóveis, metrô e ônibus, bem como ainda trens de subúrbio revelam sua função tecnológica nisso. O resultado geográfico são os

²³¹ Banfield, Edward. *A Crise Urbana – Natureza e Futuro*. p. 37 ss.

grandes centros e, nos países subdesenvolvidos, os grandes centros urbanos fadados à deterioração das condições de vida e sua específica estrutura. Para o capital, no entanto, o resultado é continuar sua reprodução por meio das formas de transporte: o automóvel e sua indústria constituem um dos pilares do capital, sobretudo no pós-guerra.

O capital se expressou em grandes núcleos que hoje se desconcentram. Mas aqueles foram possíveis devido às formas tecnológicas que permitiam a expansão urbana tal como se permite na atualidade a desconcentração. Trata-se de uma estrutura tecnológica própria e possibilidades de financiamento para este patamar de desenvolvimento das forças produtivas. Essas formas tecnológicas são maneiras do capital se reproduzir em uma estrutura e interação dialéticas na qual o consumo de energia aumenta constantemente e de forma desigual.

Visto esse quadro dos espaços antropogênicos que mais consomem recursos do planeta, o meio urbano, deve-se reportar agora para as críticas endereçadas ao marxismo no sentido das relações da produção capitalista e meio ambiente. Sabe-se muito bem, especialmente pelo *Manifesto Comunista*, dos elogios que Marx endereça ao capital. Mais especificamente, seus elogios vão ao encontro das forças produtivas do capital. A visão de um sentido progressista das forças produtivas do capital e da forma produtiva específica do desenvolvimento industrial foi compartilhada por outros autores da então atrasada Alemanha. Foi motivo também da crítica reacionária por parte dos românticos que viam nessa sociedade a destruição da comunidade e dos laços da tradição. Essa colocação poderia parecer desnecessária, mas não é. A correta compreensão do que se deve criticar na sociedade do capital ou no marxismo torna a crítica progressista ou reacionária. Tal acontece na crítica romântica ao capitalismo: é uma crítica conservadora. O enfoque da crítica pode mudar todo o sentido do projeto político pretendido.

Como se mencionou anteriormente, parte do marxismo ao longo do século XX perdeu a noção da totalidade como categoria presente e determinante na análise social.²³² totalidade que

²³² Parte, talvez, da perda dessa perspectiva de totalidade que ainda será mencionada adiante esteja ligada a motivos e objetivos prioritários, mas também não sem conseqüências sociais e teóricas numa reversão dialética de teoria e prática. Refere-se aqui à questão da construção do socialismo soviético e em todas as revoluções socialistas do século XX. Claro que é de todo uma argumentação muito tosca e sem sentido abandonar questões teóricas em torno de objetivos somente práticos quando se sabe, pelo próprio marxismo, que uma questão influi sobre a outra. No

deve ser determinada pelas constantes mediações para não se tornar uma totalidade simplesmente abstrata, criação mental. Deve ser concreta e presente em todos os momentos da análise. Certo marxismo deixou de lado esses aspectos em função do próprio movimento da luta errônea que a II Internacional encabeçou: é um dos caminhos que conduzem ao irracionalismo.²³³

Existem ainda as críticas que os ecologistas dirigiram contra Marx e o marxismo sem compreender que na verdade deveriam ser contra o que foi feito e interpretado da sua obra. Criticando-o sem buscar os fundamentos teórico-científicos da teoria econômica, social e política que o pensador alemão remete contra o capitalismo e o metabolismo da sua forma social, acabam ignorando aspectos decisivos na luta para uma alternativa socioeconômica viável para a atualidade. Assim, tanto o movimento teórico do marxismo não soube entender as determinações necessárias para a crítica das condições físicas da reprodução do capital exposta no capítulo inicial deste trabalho, como parte dos ecologistas fez uma leitura “viciada” do marxismo pelos próprios elementos não incorporados por ele. De qualquer forma o ônus maior dos erros recai, sem dúvida e com acerto, sobre o marxismo do século XX.

No entanto, ainda pelos caminhos dos ecologistas e suas críticas, pode-se tentar entender algumas outras dimensões das mesmas. Em artigo atual de Chesnais e Serfati²³⁴ podem-se ver claramente alguns aspectos destas.

Os autores citados falam sobre os erros que os ecologistas cometeram ao não vincular a crítica da destruição do meio ambiente às questões referentes à forma específica de produção e reprodução do capital.²³⁵ Dessa maneira a “ausência de uma postura anticapitalista levou a

entanto, não se pode deixar de perceber que estava em jogo uma ambição sem precedentes na história humana ou ao menos, se não ambição, a única possibilidade aberta de controlar socialmente forças produtivas de grande e complexo desenvolvimento elevando o patamar de vida de toda a humanidade. Pode-se, assim, relativizar um pouco a perda teórica, mas sempre com ressalvas.

²³³ Sobre a relação entre a II Internacional e o irracionalismo como incompreensão da totalidade os autores têm um texto sobre isso (“Capitalismo e Irracionalismo”, v. bibliografia). É conveniente também pesquisar o texto de Guido Oldrini (“Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional”). Ver também capítulo III, item 2.

²³⁴ Chesnais e Serfati. “‘Ecologia’ e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas”, pp. 39-75.

²³⁵ Id. pp. 45-6.

maioria dos partidos verdes europeus a se tornarem simples parceiros ‘ecorreformistas’ da gestão social-liberal do capitalismo pelos governos dirigidos por partidos social-democratas ou stalinistas arrependidos.”²³⁶ Somente é possível ganhar posição dentro do espaço da política em detrimento da perda daquele que outro ocupava neste mesmo processo. É assim que parte do espaço que os ecologista ganharam está vinculado ao vácuo deixado pelos marxistas: “a subida do pensamento ecologista e das formações políticas que dele se reclamam não teria sido possível sem o terrível vácuo teórico e político que se formou do lado dos marxistas e que durou ao menos até o início dos anos 1990.”²³⁷

O atraso teórico da análise marxista reside, segundo os autores do artigo citado, em uma combinação de diversos fatores entre os quais é possível arrolar uma leitura “produtivista” das obras de Marx e Engels e a vitória do socialismo em um país atrasado. Neste caso aconteceu que a Rússia pós-revolucionária deveria elevar o grau de suas forças produtivas para sair de seu histórico atraso econômico significando, assim, o “domínio sobre a natureza”. Elevar, portanto, o padrão da ciência e tecnologia no sentido específico de superar “barreiras naturais”. É evidente que dessa maneira acabou acontecendo o inevitável: a leitura “produtivista” se coadunou com uma prática histórica realmente “produtivista”.²³⁸

Para concluir junto com os autores citados: os ecologistas não vincularam suas críticas à do capital e ganharam seu espaço político em relação aos marxistas devido aos erros de interpretação e de uma infeliz mácula histórica, mas não sem as ressalvas necessárias. Insiste-se aqui em outro ponto ainda mais profundo que as críticas dos ecologistas. Dirigem-se críticas ao mesmo tempo ao marxismo – logo, autocrítica – e aos ecologistas: o total abandono da leitura de Marx à luz do desenvolvimento do seu pensamento teórico ao mesmo tempo em que pensamento econômico, social e político. Em outras palavras e de maneira mais simples numa falsa dicotomia estabelecida também no século XX: entender o “Marx maduro” junto com o assim chamado “Marx jovem”. Justamente toda a questão desenvolvida anteriormente para compreender a

²³⁶ Id. Ibid.

²³⁷ Id. pp. 45-6.

²³⁸ Id. pp. 46-7.

totalidade e os momentos determinantes da formação da sociabilidade humana e sua profunda continuidade com a natureza. Neste preciso sentido o erro foi tanto dos marxistas como dos ecologistas ao não entenderem esses delineamentos fundamentais da teoria de Marx e sua feroz crítica anticapitalista amparada na categoria da totalidade econômica. Quer dizer, a análise econômica e científica de Marx englobando toda a análise social. E é claro que essa totalidade inclui a compreensão da continuidade homem-natureza, portanto, das determinações físicas da reprodução do capital e de qualquer outra formação social.

Poder-se-ia ainda perguntar: Marx não fez críticas ao capital apenas amparado na contradição desse com a formação de uma classe social submetida ao mesmo, o proletariado? Esse era o centro preciso de sua análise naquele momento histórico do século XIX. Mas nunca Marx esqueceu que o desenvolvimento do capital abre novas formas de contradição tendo por base a primeira, como é o caso da destruição do espaço natural, ao prosseguir no seu movimento de transformar toda a realidade em mercadoria.²³⁹ Porém, insistiu-se, a leitura de Marx a partir de seu desenvolvimento teórico como um todo²⁴⁰, no conjunto de seu pensamento, jamais permitiria os erros cometidos bem como o abandono desse pensamento, por parte dos ecologistas, como sendo de cunho “produtivista” e pouco ligado às perspectivas da conservação ambiental. Esta só pode ser pensada como crítica anticapitalista.

Diante de todo o quadro exposto, coloca-se de forma plena e decisiva a fundamental questão da emancipação do domínio do capital, a superação deste controle centralizado da produção e dos recursos naturais. Emancipação que nada mais é do que o controle social das forças produtivas. Sabe-se agora e cada vez mais evidenciada que tal emancipação passa também pela sustentabilidade natural. Ou, então, colocado de outra forma, é impossível a emancipação humana que não o seja também das condições físicas de reprodução da sociedade. Isto porque as sociedades humanas suprem suas necessidades através da produção e da apropriação do espaço e seus recursos essenciais à reprodução social. A continuidade-idade homem-natureza estará presente, portanto, também na emancipação. Isso é evidente diante do exposto anteriormente

²³⁹ Ver o artigo de Foladori, “A questão ambiental em Marx”.

²⁴⁰ Deve-se ter bem claro que totalidade é totalidade determinada, especificada e não simplesmente elementos justapostos de forma aleatória.

afirmando-se que nenhuma formação socioeconômica pode existir sem manter as condições físicas últimas de sua própria existência, ou seja, o próprio espaço físico das relações sociais. Só é possível, então, a emancipação humana do capital quando ocorrer a emancipação sustentável do espaço e das condições físicas de toda a existência da própria sociedade.

Percebe-se, através disso tudo, que a emancipação se coloca como prioridade no quadro político atual. Mesmo para os “ecorreformistas” o horizonte final de seus projetos deveria ser a emancipação, ou como já referido, os controles sociais sobre os meios de produção. Na medida em que fosse possível a estes perceber toda a formulação anteriormente esboçada seria inevitável a formação da consciência da impossibilidade, dentro da ordem do capital, de qualquer tipo de reforma, especialmente no que tange aos problemas das condições físicas da reprodução social. Atente-se que foi colocada, através da questão da emancipação, a conceitualização em torno da consciência e do seu conceito congênere de ação que é a instância política. Em outros termos, não existe a formação da consciência sem ação política: isso é a *práxis* necessária da emancipação. Consciência sem projeto político não é *práxis*, ainda que toda consciência só seja formada no íntimo processo da *práxis*.

A conclusão é, no entanto, referente à possibilidade da emancipação. Sua correta e precisa formulação não pode “jogar palavras ao vento”. Isso significa que não se pode dentro do rigor que se exige do marxismo e fiel à totalidade, colocar um título ao capítulo que não tenha expressão e conteúdo algum. Portanto, ao se colocar possibilidades da emancipação, se está colocando o preciso momento no qual existem brechas, fraturas na realidade produzida pelo capital que estão abertas à possibilidade humana de transformar esse sistema socioeconômico. Existem momentos possíveis, na atualidade, de ruptura com esse sistema. Precisamente neste ponto as últimas palavras deste trabalho.

O problema da emancipação não pode ser colocado em um plano de análise estritamente subjetivo. Sendo o momento da emancipação algo complexo – isso significa dizer com muitas determinações em muitos campos da realidade e da teoria – e ligado a toda a consciência social possível e necessária para que a mesma ocorra, é muito fácil que venha se tornando, ao longo da análise, um problema cada vez mais marcado pelos aspectos subjetivos. É possível que

progressivamente a análise se “descole” da realidade e de suas determinações e vá se tornando abstrata. Abstrato não deve ser entendido como “teórico”, mas pobre em determinações, logo distante da realidade e dos processos que a tornam uma totalidade dinâmica. Assim é que a busca da mesma que não seja “colada” ao real e suas determinações acaba por ser *voluntarismo*. Disso não se precisa. A emancipação é parte dos complexos da consciência humana social, parte da socialização humana, da *práxis*, e sua função é estar articulada com a objetividade, as *necessidades*, e reconhecer problemas e ao mesmo tempo buscar *possibilidades*.

Pode-se, no entanto, inverter toda a questão e colocar o problema de um outro ponto de vista, igualmente falso como o *voluntarismo*. É o reconhecimento de uma objetividade “plasmada”, fixada e eternamente pronta. É a ideologia irracional que se fixa hoje em conceitos como o de “fim da história”. Variante desse tipo de objetividade é o *economicismo* ou *fatalismo* no estilo da II Internacional reconhecedor da objetividade que deve produzir condições para a emancipação. Porém, deve-se esperar que as condições objetivas estejam prontas para então começar o processo de busca de possível ação política. Trata-se de uma variante da primeira, pois acaba por se deduzir que a história é feita de instituições, de organizações e não de ações humanas concretas, de seres humanos organizados em classes e atuando socialmente. Essa atuação social de classe é a realidade objetiva, totalidade das relações sociais. Nada mais é do que a consciência social, de *práxis*, posta no mundo e tornada parte da realidade, tornada a própria realidade. Na cabeça humana, através dos processos ideológicos de criação, essa realidade torna-se “plasmada”, como afirmada, aparecendo como algo impossível de ser alterado, impossível de ser revolucionado.

A busca da precisa condição concreta, da particularidade presente em cada momento da história, evita os enganos estabelecidos dos dois lados e de todos os matizes que neles ocorrem: *voluntarismo* e *fatalismo*, *objetividade “plasmada”*. O marxismo da II Internacional é um desses matizes. A questão posta é: tem-se ao mesmo tempo, hoje, as condições subjetivas – o complexo da consciência social da emancipação – e as condições objetivas – a estrutura de classes e da reprodução do capital atual – para perseguir e procurar uma teoria de emancipação possível? Sim, e a crítica ambiental é um desses momentos.

Do ponto de vista das condições subjetivas ligadas ao complexo da consciência, a busca do sentido da emancipação é favorecida por novas formas de organização social que não as do século XIX. Nessa época a forma de organização de sua busca em relação ao poderes do capital estava no proletariado urbano, nos trabalhadores da indústria. Hoje são várias as formas de organização da sociedade civil como as organizações não-governamentais (ONGs) que podem cumprir, em parte apenas, esse papel. Os grupos ecológicos fazem parte dessa forma internacional de luta. A questão é justamente perceber, no caso dos ecologistas, que a luta deve ser pela superação do domínio e controle centralizado da produção e dos recursos naturais pelo capital. Não adianta a luta por reformas. Pode-se avançar a luta assim, mas não concluí-la. Ou seja, incorpora-se essa forma de luta às daquelas do século XIX.

A estrutura do capital em seu movimento reprodutivo torna todos dependentes da força de trabalho, seres submetidos ao capital e à lógica do mercado. A lógica do capital, ao submeter todos ao seu domínio reprodutivo, produz uma espécie de “classe trabalhadora da humanidade”. Claro que isso é fragmentário e pouco dado à formação de consciência da possibilidade de emancipação. É um abstrato e como tal carente de ação, pois carente de teoria revolucionária já que, como abstrato, não é concreto. Mas nesse momento é que podem aparecer as lutas locais, as lutas singulares como formas de se alçar à percepção da totalidade. Em outros termos, pode-se produzir uma luta local, mas com a percepção de que as origens do conflito local estão na totalidade reprodutiva da sociedade do capital. Este o caso preciso dos movimentos ecológicos nos quais as lutas se produzem em um determinado espaço geográfico e físico, por reivindicações imediatas sobre o meio ambiente. Somente existe a possibilidade da resolução total dos conflitos dentro da perspectiva da totalidade da sociedade do capital. Ao mesmo tempo em que se luta por uma causa singular, levantam-se elementos teóricos e da *práxis social* da totalidade da transformação. E a possibilidade de perceber essa é hoje dada pela própria estrutura do capital. Isso significa dizer que o capital coloca de forma mais evidente do que nunca as *condições objetivas* – tão almejadas durante o marxismo da II Internacional – para a busca de uma alternativa social.

Chega-se, então, ao outro lado do processo, ou seja, as referidas *condições objetivas* colocadas pelo capital para o entendimento e a formação de uma teoria da superação. O próprio

capital, em sua estrutura atual, coloca a percepção da sua totalidade. Como? Ao transformar toda a realidade e toda a existência humana, até em seus momentos mais íntimos, em *mercadoria*. Flana-se nesse mundo de coisas sem perceber que tudo se tornou mercadoria e o capital adquire sobre nós uma potência gigantesca. A própria natureza se transforma em mercadoria devendo ser reproduzida, não para a existência humana, mas como mercadoria do capital. Ou seja, reproduzida para produzir valor e riqueza abstrata. No entanto, os ritmos e legalidades naturais não são os mesmos do capital chegando a uma contradição no seio da continuidade-idade homem-natureza.²⁴¹ A forma determinada e específica do capital dentro da sociedade humana é que põe essa contradição. Nesse ponto preciso do conjunto de determinações do capital evidenciam-se muito mais que no passado as contradições do sistema.²⁴² Tal modo produtivo irá explicitar muito mais a forma mercadoria e a cultura que se ampara sobre essa: é o *mundo das coisas*, a *fenomenologia do capital*.

É neste momento e desta forma que o capitalismo atual coloca suas *condições objetivas* para a formação do elemento de *subjetividade* presente na superação – que é a consciência social possível – de maneira mais explícita. Através da forma mercadoria é que isso ocorre. E só possível através dela, pois é o insubstituível na ordem do capital. Ao se colocar diante de nós como um mundo todo formado de mercadorias e à “imagem e semelhança” de seu criador, o capital, percebem-se as contradições. Diante desse momento da objetividade cabe a possibilidade da consciência social inserir-se como subjetividade transformadora. Aqui aparece a questão ecológica como o momento no qual se descobre até onde o capital vai: até onde for possível transformar toda a realidade em capital, tudo em mercadorias, até formas antes pré-capitalistas da existência, como a natureza. Tem-se, então, a necessidade de inserir a subjetividade sobre esse natural e sobre a lógica do capital. Em outros termos, produzir consciência social possível,

²⁴¹ O humanismo marxista acaba sendo devedor ideológico dessa contradição que o capital coloca.

²⁴² E isso não é estranho à teoria marxiana. Se o capital possui um ritmo incessante e com constante necessidade de lucro e esse se torna mais difícil através de barreiras da reprodução econômica, o sistema tem que absorver formas pré-capitalistas do real (como a água, a natureza na forma de *ecoturismo*, os mecanismos de desenvolvimento limpos, etc.) para continuar seu processo. Nessa constante busca de mercantilizar a vida, a natureza e a existência, o sistema se põe em contradição com outras legalidades que não a sua. Isso faz com que se torne mais evidente à consciência social perceber as contradições na totalidade do capital. É por isso que a ideologia de caráter irracional tem que constantemente eliminar a percepção da totalidade.

politizar o natural. Isso só é possível através da mediação fundamental da teoria. Justamente aí aparece a questão da correta compreensão da totalidade para a superação possível.

Capítulo 6

Considerações Teóricas Finais

Após todo o trajeto teórico percorrido é possível delinear, em primeiro lugar, a importância da visão de totalidade para a área específica do planejamento energético. Em outros termos, a totalidade, como ficou evidenciado, é o conjunto das relações sociais expressando a realidade tal como ela é. Mas as relações sociais são fundadas em relações econômicas que expressam a troca orgânica da sociedade com a natureza e, portanto, com as necessidades de matérias-primas e fontes de energia. A totalidade, então, se coloca para o planejador de energia não como saber enciclopédico, mas como referência teórica que tenta ao menos abranger parte dos conhecimentos que ligam a produção, distribuição e consumo de energia com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e a sociedade, suas classes, seus padrões de consumo e como tudo isso será percebido na forma de utilizar da melhor maneira possível os recursos e a infra-estrutura disponíveis. É neste sentido, como já se fez referência, que se diferencia o mero uso e o saber técnicos do planejador e o grau mais elevado de política energética. É neste estágio e neste nível que o planejador deve se colocar, o de política energética e neste ponto a totalidade é sua referência fundamental.

Alguns aspectos das forças produtivas do desenvolvimento da espécie humana foram abordados neste trabalho, ainda que de forma teórica e indireta. Especial destaque foi dado ao desenvolvimento destas na história concreta do modo de produção capitalista e a formação social que lhe é própria com complexas relações sociais, culturais, políticas, geopolíticas e ideológicas. Apesar de toda a carga conceitual desenvolvida, nem de longe este trabalho se pretendeu exaustivo. Tudo que se fez teve como referência a *totalidade* das relações sociais do sistema do

capital e suas necessidades reprodutivas, expressando-se nas formas espaciais e naturais dessa mesma reprodução. Os vários aspectos abordados estiveram longe, portanto, de ter um caráter enciclopédico. Teve como objetivo, isto sim, um caráter sistêmico como *única* forma possível de se aproximar da totalidade das condições de reprodução do capital. Múltiplos aspectos dessa reprodução foram mencionados para compor as determinações e mediações das relações sociais e de produção do capital assim como as relações entre o desenvolvimento humano e as condições naturais, desenvolvimento das forças produtivas e dos controles naturais o que resulta em um espaço mais humanizado e controlado pela sociedade. É a produção de um espaço antropogênico. Tudo isso teve um objetivo maior: mostrar o crescente avanço da materialidade e das forças produtivas produzindo maior dependência das condições naturais e não o contrário. Por isso o aspecto tão amplo de referências científicas neste trabalho.

O aspecto exaustivo dos temas, no entanto, está longe de ter se processado. Exemplo claro é o tema da mediação entre os aspectos naturais e sociais de desenvolvimento da espécie humana e dos modos de produção, em particular o capitalista. Este conceito de civilização – gostar-se-ia de crer – é a parte mais original deste trabalho. Ainda assim tão somente como explicitação temática em um sentido antropológico, pois, toda a problemática referente à materialidade, está clara em Marx, seja em obras de ruptura como *A Ideologia Alemã* ou mesmo no desenvolvimento da teoria do valor. Com certeza *O Capital* não teria sido escrito sem esta idéia básica para Marx. Mas ainda assim o desenvolvimento do conceito de materialidade ao longo do processo civilizatório humano não foi abordado de uma forma mais sistemática como o tema merece, visto o número de ligações, nexos e articulações que produz: o conceito de civilização tendo por base a materialidade, o desenvolvimento das forças produtivas, os controles naturais e o espaço antropogênico. Ainda faltaram questões centrais como, por exemplo, os processos políticos e culturais. O tema merece uma abordagem de maior fôlego tendo como objetivo traçar em linhas gerais a materialidade e o processo civilizatório sobre este conceito através de toda a história humana. Porém, apenas a menção destes aspectos já demonstra a inviabilidade de abordar o mesmo em toda a sua complexidade em um trabalho como este. É o trabalho de toda uma vida. Fundamental, no entanto, ao relacionar aspectos culturais (como o de civilização), produtivos e técnicos (produção de artefatos, utensílios, ferramentas), o desenvolvimento da espécie (o aspecto de mediação entre natureza e os controles mais sociais da mesma), assim como os aspectos

ambientais (conseqüências de um espaço antropogênico) e econômicos (reprodução das relações sociais de produção e a teoria do valor).

O mesmo ocorre com os aspectos ambientais. Trata-se de outro tema que poderia ser mais bem desenvolvido. Não é possível abordar nesta conclusão todos os temas que poderiam ser mais bem explorados. A questão central é pôr em evidência a categoria de *totalidade* e sua enorme importância teórica e prática ao desmascarar as artimanhas, ciladas, perfídias e sutilezas ideológicas da atualidade. Alguns temas, no entanto, como o de materialidade e o de meio ambiente são centrais de para deixarem de ser mencionados. Isto pelo fato de serem temas ou conceitos de múltiplas articulações no desenvolvimento socioeconômico. O tema ambiental foi desenvolvido apenas o suficiente para mostrar como a perspectiva marxiana apresenta forte interesse para os teóricos e ativistas desta ordem os erros cometidos durante o século XX. Procurou-se mostrar como as questões e problemas levantados pela forma própria da reprodução capitalista apresentam relação de nexos e articulação interna com o meio ambiente. As questões filosóficas e científicas procuraram dar destaque para a articulação entre sociedade e natureza – o verdadeiro centro deste trabalho. São problemas distantes da mera especulação em relação à reprodução do capital e constituem expressão de ordem prática com a geopolítica e ideologia.

Relativamente à sociedade e sua reprodução surge um aspecto da discussão que não foi explicitado no trabalho. Poder-se-ia ter procedido em forma de observação de passagem ou nota de rodapé. Mas a escolha em se deixar para o final é dupla: em primeiro lugar reflete o caráter de ponto de discussão de extrema importância para ser deixado como mera passagem pelo texto; em segundo lugar permite deixar em aberto o problema para discussão futura e necessária para se retomar, por exemplo, o tema da materialidade abrindo a possibilidade de um novo trabalho para o futuro. Em parte o ponto a se observar está ligado ao tema deste trabalho: trata-se da relação entre sociedade e meio ambiente e das bases naturais do próprio capital assim como de toda a sociabilidade especificamente humana como desdobramento que só pode ocorrer tendo por base o uso dos recursos naturais e o inevitável processo de humanização da natureza, mas jamais ruptura com a mesma. O entendimento deste tema acaba por conduzir à teoria do valor e a todo o processo de produção econômica. Isso não apenas vai ao sentido de sustentar o que se defendeu ao longo deste trabalho, como ainda mostrar que a chamada de “segunda contradição” não é

correta, pois é tão só a contradição social do capital expressa no espaço geográfico, o espaço antropogênico, construído tendo por base o espaço natural. Assim, as contradições do capital expressam-se no espaço antropogênico e, portanto, nos ambientes naturais – o espaço antropogênico só pode ser produzido sobre um espaço previamente existente e o que existe previamente é o espaço natural – produzindo uma contradição ampliada, mas não algo novo ou nova contradição. Mas isso só pode decorrer dos aspectos desenvolvidos de continuidade-idade homem-natureza.

Este ponto deve ficar mais claro, pois, sustenta-se a necessidade de usar o presente trabalho como base para o desenvolvimento futuro de possíveis interpretações da economia atual ligando conceitos sociais, antropológicos e culturais (como o de civilização e materialidade) com conceitos e categorias econômicas (valor).

Na sociedade mercantil-capitalista a relação entre as pessoas através de coisas, relações materiais e mercadorias ganha maior destaque e a materialidade como conceito se torna mais importante. Julgou-se necessário incluir este ponto na conclusão, pois não é apenas uma curiosidade, mas sim forma de ser do capitalismo como sociedade produtora de valores o que envolve o conceito de materialidade e de civilização. A materialidade foi enfocada como conceito necessário para se entender o processo civilizatório na forma de processo de produção econômica que constrói sobre si relações mais complexas em sentido jurídico, ideológico, culturais, etc., mas sempre utilizando os recursos naturais. Isso é especialmente válido para o capitalismo e sua incessante reprodução necessitando quantidades crescentes de recursos naturais. Para fazer a articulação entre forma social e econômica de desenvolvimento do capital e os recursos naturais consumidos por este dentro da perspectiva mais ampla do desenvolvimento da humanidade foi necessário o conceito de materialidade. Esta não é socialmente “vazia” e expressa as relações sociais de produção. Neste contato entre sociedade e natureza não se produz, enfatiza-se, uma “segunda contradição”: tão somente expressa-se a contradição básica do capitalismo entre propriedade privada dos meios de produção e a socialização cada vez maior da mesma por meio das mercadorias. No entanto, essa socialização se torna mundial e o uso de recursos naturais se amplia. A contradição básica se torna, então, contradição também com as condições naturais.

Verifica-se estar dentro de novas conceituações, ou seja, conceitos que não foram abordados neste trabalho, mas fundamentais para entender dentro da perspectiva marxista a relação de continuidade-idade homem-natureza. Mais que isso, entender como esta relação de continuidade-idade homem-natureza se manifesta no capitalismo – além de se manifestar na história sob o aspecto de materialidade – e como esta relação está implícita dentro do cotidiano da produção e reprodução do capital sob o aspecto de produção de novas e crescentes materialidades, novas e gigantes “coleções de mercadorias”. Isso pode ser observado por meio da teoria do valor que é central em Marx e seus múltiplos aspectos e desdobramentos.

Tendo como evidente através do desenvolvimento deste trabalho, o conceito de materialidade expressa muito bem uma característica básica da espécie humana que é a transformação das condições materiais já existentes. Por isso não se trata de *criar* nada novo e sim *transformar* a realidade já existente mediante o *potencial natural*²⁴³ desenvolvido na espécie humana por meio de seu desenvolvimento biológico. Dessa forma a matéria dada pela natureza é transformada em matéria útil para a espécie humana. No desenrolar de cada formação social específica essa matéria útil será mais ou menos modificada, mais ou menos produzida através de tecnologias mais sofisticadas através das forças produtivas. Essa poderá assumir proporções gigantescas em espaços urbanos, por exemplo, maiores e mais complexos. Essa materialidade nada mais é do que a origem antropológica do valor como objetivação do trabalho humano na matéria.

Quando Marx deixa o conceito de alienação para trás em um movimento de superação do mesmo (*superação* no sentido dialético) e incorpora a teoria do valor, o que faz é justamente procurar entender o processo que leva os seres humanos a produzir e, ao produzirem, produzir formas de intercâmbio entre si e com a própria natureza. Este tema está presente na *A Ideologia Alemã*. Mas era necessário entender os mecanismos da economia capitalista e como a mesma é regulada, o que faz com que, a despeito de crises, esta economia continue funcionando. A

²⁴³ Deve ficar evidente que ao aparecer o conceito de *potencial natural* é sempre pressuposto todo o desenvolvimento natural da espécie humana e o potencial desenvolvido em termos de bipedalismo, cérebros maiores em função de poder coordenar situações sociais mais complexas, uso das mãos, etc. Tudo isso é o *potencial natural* que põe em operação uma interação específica com o meio ambiente que é cada vez mais intensa entre os hominíneos (australopithecíneos e o gênero Homo). Essa interação produz uma nova materialidade, transforma a matéria dada naturalmente em matéria útil para o uso humano.

resposta está na teoria do valor que Marx foi retirar da economia política. Se anteriormente o revolucionário alemão tinha criticado a economia política como visível ideologia do capital a partir da leitura do *Esboço* de Engels, agora ele vai retomar a mesma. Retoma a mesma com o fim de criticá-la e mostrar como existe uma forte ciência por trás do projeto socialista.²⁴⁴ Mais ainda, mostrar que este projeto é fundamental e que a luta dos trabalhadores é por uma sociedade não somente mais justa, mas na qual as condições de produção sejam pautadas pela racionalização no uso finito dos recursos. Não se trata, então, apenas de uma questão de impor uma ideologia de luta – como é a acepção correta de Lênin sobre ideologia²⁴⁵ – mas como essa ideologia tem um embasamento teórico, científico e necessário. É projeto político tendo por base a *totalidade determinada e concreta* das relações de produção e, desta maneira, não é ideologia como falsa consciência. A ideologia da economia política consiste em obliterar as relações fora da totalidade.

Breve esboço apenas no sentido de mostrar como se deu a redescoberta de Marx em relação à economia política e o papel central que a mesma assume em seus estudos e escritos. É o centro de produção da vida material e da materialidade do capital, neste caso. Ocorre nesta redescoberta um encontro de Marx, por um lado, com a teoria do valor e a antropologia de Feuerbach já posta à prova e descartada em *A Ideologia Alemã* na forma de uma antropologia marxista da produção da história humana pela força dos próprios homens, da produção humana como a forma fundamental do existir e controlar as condições naturais antes de poder fazer qualquer outra coisa (ciência, religião, etc.); por outro lado se tem a economia de Marx como a ciência que vai mostrar o caminho para se entender a sociedade do capital e os rumos que deve seguir a classe trabalhadora bem como a necessidade desse rumo, inclusive no que se refere às condições naturais. É nesta redescoberta, então, que o conceito de alienação é também superado no conceito de *fetichismo da mercadoria*. Neste caminho teórico percorrido vê-se que a produção humana das próprias condições de vida, da natureza transformada em forma útil para os homens (do movimento da matéria à natureza específica de uso humano), encontra uma precisão maior, maior determinação teórica: transforma-se a matéria em materialidade produzindo objetos de valor,

²⁴⁴ Jacob Goreneder. *O Capital – “Apresentação”*. Nova Cultural, p. XIV.

²⁴⁵ Luciano Gruppi. *O Pensamento de Lênin*. pp. 29-30, nota 4.

mesmo que seja valor de uso em largos momentos da história da humanidade.²⁴⁶ Assim, a produção humana é produção de valor, a materialidade é o trabalho humano objetivado e possui valor em uma determinada estrutura social. No capitalismo, no entanto, este valor, que é de uso, se transforma em valor posto no mercado. Como tal constitui o mecanismo que irá regular toda a economia do capital e a produção de sua forma específica de materialidade posta para venda através do controle da produção por uma classe cujo interesse é justamente valorizar o capital investido. Não se trata de produzir e, eventualmente, negociar um excedente.²⁴⁷ Trata-se de produzir em função da venda dos produtos no mercado.

Através desta concepção histórica particular é que Marx pôde relacionar o trabalho humano, a produção material como base da existência humana e a teoria do valor como a verdadeira explicação antropológica do processo de produção econômica. Neste trabalho destacou-se apenas que essa produção econômica regulada pela teoria do valor necessita das condições naturais e, portanto, de todos os recursos naturais existentes. E, para isso, é necessário regular a sociedade através de várias determinações não somente econômicas. Neste sentido é que aparece o Estado, a geopolítica e a ideologia. Especialmente quando se tem um modo de produção de expansão crescente das mercadorias expressas como materialidade mais complexa e que necessita de recursos naturais para continuar existindo. Este é o caso da sociedade produtora de mercadorias que existe produzindo mercadorias e com uma condição complementar: reproduzindo o capital, ou seja, valorizando o capital por meio da acumulação. E isso só se dá com o uso crescente de recursos naturais e todos os corolários e determinações extra-econômicas como espaços não nacionais para a reprodução e, portanto, a complexa inter-relação mundial do capital.

Bastante evidente este ponto básico e fundamental de toda a produção humana e do capitalismo em particular. Acontece que essa evidência é obscurecida por ideologias e novas

²⁴⁶ “No concernente à mercadoria, o valor de uso é o suporte físico do valor.” (Gorender. *Op. Cit.* p. XXXIII)

²⁴⁷ Em momentos históricos passados, a produção para o comércio era aquela destinada ao comércio fora da comunidade, enquanto dentro da comunidade sempre se negociava os eventuais excedentes. “Historicamente, as mercadorias têm sua origem na esfera do comércio intercomunal e as relações entre os membros de uma comunidade não foram nunca tão dominadas pela troca como as relações entre as próprias comunidades.” (Sweezy. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. p. 221. Na nota desta passagem, Sweezy cita Marx: “o desenvolvimento dos produtos em mercadorias surge pela troca entre diferentes comunidades e não pela troca entre os membros da mesma comuna”)

formas de produção de mercadorias e valorização do capital que parecem levar o modo capitalista de produção para um novo estágio de seu desenvolvimento quando, na verdade, tal fato não ocorre. Estes aspectos ideológicos estão presentes na escala crescente dos serviços e comércio como setor que concentra a maior parte da força de trabalho levando a se falar de uma “sociedade pós-industrial”. Também o enorme crescimento do setor financeiro e formas cada vez mais voláteis de capital levam a um “*aparecimento*” de novas maneiras de buscar taxas de lucro crescentes como condição de tentar continuar reproduzindo o sistema. No entanto, como se destacou, trata-se de um “*aparecer*” que não se coaduna com os processos econômicos existentes em sua totalidade sistêmica, em sua totalidade dentro da ordem de produção capitalista. Por isso ideologia.

As atividades de serviços e comércio podem reunir uma maior quantidade de força de trabalho não significando necessariamente que a produção de mercadorias (físicas) tenha diminuído. Muito pelo contrário. Cada ano mais carros são produzidos, mais eletrodomésticos, mais aço, novas construções, etc., revelando um uso crescente de recursos. Só é possível que se tenha um aumento da força de trabalho no setor de serviços, comercial e mesmo financeiro com a produção industrial crescente devido à maior produtividade do trabalho. A circulação das mercadorias pressupõe a produção: esta o centro determinante do capitalismo. Isso implica, como se sabe composição orgânica crescente do capital. E é conhecido também o fato de que uma composição orgânica crescente do capital é revelador de uma taxa decrescente de lucro, uma tendência à queda constante da taxa de lucro.²⁴⁸ O que se pode, então, revelar por baixo dessas aparências é a crise capitalista, sua impossibilidade de continuar se reproduzindo em escala crescente de acumulação. Ao buscarem-se novas atividades econômicas como o setor de serviços e comércio assim como a própria especulação financeira está-se, por um lado, tentando ampliar

²⁴⁸ A relação que se pode estabelecer entre a maior composição orgânica do capital, ou seja, crescente produtividade do trabalho e a taxa de lucro, é a seguinte:

$$p = m'(1-q)$$

Na qual o p é a taxa de lucro, m' é a taxa de mais-valia e o q é a composição orgânica do capital. Esta é a relação entre capital constante e o capital variável. Esta fórmula expressa a relação entre taxa de lucro (p) e composição orgânica do capital (q) e mostra que o crescimento de q revela o decréscimo de p e, portanto, as possibilidades de crise. Mas deve-se estar atento para que isso seja apenas um modelamento matemático da situação e se deve estar constantemente atento à realidade histórica. Ainda que a matemática seja fundamental, esquecer a realidade concreta é esquecer os fatores que contrabalançam a queda da taxa de lucro tais como: barateamento dos elementos do capital constante, elevação da intensidade da exploração, depressão dos salários abaixo de seu valor, comércio externo, superprodução relativa. (Sweezy. *Op. Cit.* pp. 86-7; para a fórmula ver p. 65)

os canais de distribuição da produção para evitar as crises de superprodução. Por outro lado, através destes novos setores de fuga para o capital, continuar mantendo taxas de lucro elevadas, buscar novos ramos nos quais a capitalização ainda não tenha sido total procedendo a uma redistribuição da mais-valia que é o significado do capital financeiro. Não é possível, porém, que se faça uma análise detalhada de todos esses conceitos que foram postos aqui na conclusão, ou seja, teoria do valor trabalho e aspectos conceituais derivados como as crises econômicas (e as formas de crise), mais-valia e redistribuição da mesma, bem como aplicar todos esses conceitos de Marx às questões atuais das novas formas de buscar a valorização e realização mesmo do capital. É possível e foi a intenção central deste trabalho perceber a profunda *necessidade* do capital de continuar se reproduzindo por meio do uso crescente dos recursos naturais, dos controles mais extensos e intensos sobre a natureza, do aumento da materialidade e de um padrão civilizatório também crescente, porém, com o acesso a essa materialidade de forma diferenciada em função do poder e da estrutura de classes da sociedade e das estruturas geopolíticas e geoeconômicas em escala mundial para manter o padrão de valorização do capital. O que se tem em vista, portanto, é a profunda articulação entre técnicas produtivas, necessidade de valorização do capital e relações sociais no capitalismo conduzindo à negação de qualquer “ruptura de ordem ontológica” ou mesmo uma “segunda contradição”, sendo, na verdade a contradição de classes básica do capitalismo, mas *necessariamente* desdobrada nas condições naturais.

Com relação às contradições do modo de produção capitalista, este trabalho pode também auxiliar na compreensão das mesmas podendo mostrar, por um outro ângulo, como fazer críticas às questões apresentadas acima para os novos esquadros do capital expressos em termos econômicos nos mercados financeiros especulativos assim como sociológicas com a “sociedade pós-industrial”. Este outro ângulo pelo qual se podem apresentar as críticas dos tópicos referidos diz respeito ao isolamento da produção em relação ao consumo, sendo possível que se creia em um capital que não precisa se realizar. O mercado de capitais financeiro e o setor de serviços é esta suposição de isolamento do momento da produção em relação ao consumo. Se existe algo fundamental na totalidade como centro da análise marxiana da sociedade, este centro da construção da totalidade é a produção como unidade com a natureza – como ficou explícito neste trabalho sob o conceito mais amplo de continuidade-unidade homem-natureza – e, por outro lado, *necessidade* do momento do consumo, sobretudo na sociedade do capital que só se realiza

mediante o consumo. Esta polêmica de isolar o momento da produção em relação ao consumo, na sociedade do capital, foi travada, no entanto, há muito tempo em torno de Tugan-Baranowsky e suas concepções econômicas. É interessante mostrar a ligação entre este problema do isolamento da produção sustentado por Tugan e o significado disso neste trabalho.

No início do século XX travou-se um debate em torno das concepções econômicas de Tugan-Baranowsky. Este pressupunha justamente um isolamento da produção em relação ao consumo, ou seja, existiria a possibilidade de reprodução do capital – a partir dos esquemas de reprodução desenvolvidos por Tugan – e valorização do mesmo sem a existência de consumo: o capital auto-valorizador, tão somente produzindo. Significa dizer um isolamento da produção e do consumo e a possibilidade do capital se valorizar por si mesmo. Deve-se insistir: esta é a suposição essencial em torno das questões do mercado de capitais financeiro e do setor de serviços também, a possibilidade de se auto-reproduzir. Acontece aqui o mesmo que com Tugan e só será referida a polêmica para com este já que a semelhança com as formas de migração atuais do capital são evidentes.

Nesta polêmica que Tugan acendeu no início do século e que encontrou críticas entre os principais economistas marxistas da época, tem-se um movimento de conceitos e idéias desenvolvidos apenas no domínio abstrato, da pura lógica e formal. Os esquemas de Tugan não encontram o concreto das determinações históricas.²⁴⁹ Dentro desta polêmica acesa no início do século XX e subjacente ou implícito atualmente pelo que foi referido na semelhança acima, surge a questão básica para o capitalismo: a produção de valores de uso, portanto, de qualquer produção. E não se trata de *uma* questão apenas, mas a contradição central do capitalismo.

A recepção que a teoria de Tugan encontrou da parte dos autores marxistas foi total e enfaticamente desfavorável. Nem todos consideravam a escassez do consumo como uma causa inevitável, ou mesmo

²⁴⁹ Sobre esta questão do abstrato e do concreto, ou em palavras mais precisas, dentro desta *dialética* do abstrato e do concreto, ver Sweezy, *Op. Cit.* pp. 137-9. Particularmente na p.139 existe uma passagem na qual Sweezy cita Hilferding fazendo crítica a Tugan e este se defendendo contra o “senso comum” de seus adversários e, na seqüência, o próprio Sweezy da habilidade de Tugan em elaborar os esquemas de reprodução. O importante que fica destas passagens é que por trás da autodefesa de Tugan usando como expressão o “senso comum” de seus adversários pode-se perceber como ele abandonou as determinações históricas e não apenas isolou momentos intrinsecamente unidos no campo da realidade social – produção e consumo – como também isolou suas concepções dentro do abstrato e formal. Isso fica claro e implícito na crítica de Sweezy ao se referir à sua habilidade de elaborar esquemas de reprodução.

importante, da crise, mas nenhum podia tolerar a idéia de que a produção se possa expandir indefinidamente, sem qualquer ligação com o nível ou a tendência do consumo.

(...)

(...) existe uma contradição entre os fins da produção, considerada como um processo técnico natural de criar valores de uso, e os fins do capitalismo, considerado como um sistema histórico de expandir o valor de troca. Tal contradição não só existe como constitui a contradição fundamental da sociedade capitalista, e dela derivam, em última análise, todas as outras.

A Economia Política tradicional tenta passar sobre, ou negar, essa contradição, supondo que a finalidade subjetiva da produção capitalista é idêntica à finalidade objetiva da produção em geral, ou seja, aumento da utilidade. Tugan, por outro lado, adotou o método oposto de supor que a expansão indefinida no valor de troca é compatível com os fins da produção em geral. A Economia Política de Marx, em contraste, com ambos, não só reconhece como proclama essa contradição, e nela firma a prova de que o capitalismo não é mais permanente do que os vários sistemas sociais que o precederam.²⁵⁰

Deste ponto de fundamental importância, expressa nesta polêmica imperecível na sociedade do capital, que toda esta pesquisa partiu. Partiu-se da ligação das determinações históricas e concretas, da existência de seres humanos realmente concretos e o capitalismo como modo de produção de riqueza abstrata e valorização do capital. Especialmente nas últimas décadas nas quais o movimento de “financeirização” do capitalismo foi em grande parte favorecido pelo câmbio flutuante a partir do início da década de 1970 com a desvalorização do dólar e o fim em definitivo daquilo que nunca funcionou plenamente: o padrão-ouro.²⁵¹ Este movimento no sentido de aumentar os fluxos financeiros produziu tal interligação dos mercados especulativos que levou à uma concepção ideológica irracional ao extremo, uma “visão” do capitalismo como

²⁵⁰ Sweezy. *Op. Cit.* pp. 138-40 (grifo nosso). Esta é a problemática central, pois em qualquer sociedade humana a produção sempre foi produção para o uso e no capitalismo não é diferente. A diferença é que as determinações históricas da sociedade do capital acabaram levando à centralidade da produção como a forma de valorizar o capital através da extração de mais-valia e da força de trabalho produtora da mesma. Esta força de trabalho, por sua vez, se expressa e se sintetiza na materialidade desta sociedade. Mas, apesar da centralidade da produção como momento da análise, não se pode, jamais esquecer como imperecível em qualquer sociedade humana do consumo, do valor de uso dos objetos e, tendo valor de uso, sendo *coisas materialmente existentes*, deve ser elaboração da matéria, materialidade posta pelo trabalho. Por este motivo *deve sempre haver consumo* dos recursos naturais. É por este motivo que o conceito de materialidade se funde ao de valor de uso e com a teoria do valor trabalho. E, mesmo na sociedade do capital, na qual a centralidade da produção é o momento inicial da análise e a valorização do capital na forma de D-M-D' o objetivo do capitalista, nada disso pode existir sem o consumo e o trabalho humano sintetizado na matéria e expresso na forma de M-D-M em qualquer sociedade mercantil. Eis a grande contradição do capital a partir da qual deriva a contradição com os recursos naturais e não uma “segunda contradição”. Mas não apenas uma contradição social, pois, se assim for, tem-se um isolamento entre sociedade humana – mesmo a do capital – e a natureza, filosoficamente expressa na forma de *ruptura* do ser social e do ser natural.

²⁵¹ A “reliquia dos bárbaros” nas palavras de Keynes.

um *moto perpétuo*. Como se frisou acima, ao menos na *aparência*. A geração de riqueza abstrata e a capacidade de se valorizar através de fluxos financeiros apareceram assim como algo que deslocaria o capital para uma nova realidade a se valorizar por si mesmo. Observe a semelhança da polêmica em torno de Tugan e este ponto acompanhado da citação de Sweezy e a solução de Marx aos dois extremos entre a utilidade e o “puro produzir” da valorização abstrata.

Em torno de todas estas questões se montou uma superestrutura ideológica extremamente perversa e irracional. A enorme volatilidade do capital especulativo – característica de qualquer capital especulativo ou financeiro em qualquer época, ou seja, ser volátil²⁵² – é potencializado hoje pelos meios de comunicação e telecomunicação. Para o cotidiano dos pobres mortais que vendem seu sangue, seus músculos, cérebros e alma para o capital, os meios de comunicação e telecomunicação aparecem como formas de manipulação das concepções de mundo, cultura, entretenimento, etc., enfim, expressões ideológicas atuais. Mas os meios de comunicação de massa servem como forma física e material necessário de expansão de todo esse conteúdo manipulatório e cultural, expressões ideológicas irracionais da sociedade atual, por um lado. Por outro lado é mais um escoadouro para os investimentos do capital e uma “segunda forma de exploração” da força de trabalho: após o consumo do corpo no trabalho continua o consumo da alma fora do trabalho. No entanto, para o capital financeiro que tem sua formação de riqueza determinada por si mesmo na forma de se auto-valorizar, cobrando apenas o tempo de Deus no espaço dos homens²⁵³, as telecomunicações conseguem vencer o tempo e o espaço humano encolhe: a humanidade expressa como capital financeiro, ou melhor, pelos seus representantes, venceu o espaço e ganhou o tempo para poder produzir riqueza na forma de auto-valorização. As condições naturais e o consumo, o espaço, são desnecessários. O Homem se tornou Deus pela conquista de seu atributo. Tudo que é sagrado será profanado, o sólido desmancha no ar...

²⁵² Lembrar que *volátil* vem de *volatili*, que pode voar, voador, e que ganha uma acepção na química daquilo que “pode ser reduzido a gás ou vapor” (Aurélio). Nada mais coerente com qualquer capital a juro ou especulativo.

²⁵³ A usura era considerada pecado durante a Idade Média pois se cobrava pelo *uso* do tempo. Acontece que o tempo era atributo de Deus e o espaço atributo dos homens. Ao cobrar pelo tempo do dinheiro emprestado se estava a pôr preço no tempo, no atributo de Deus e isso era pecado. Infelizes dos financistas, em grande parte judeus que, entre outros motivos, encontravam aqui seu algoz.

Afirmou-se, então, que este aspecto produziu uma forte ideologia da total desconexão da valorização do capital com a realidade produtiva e reprodutiva. Esta mesma ideologia que desloca o capital em relação à sua necessidade produtiva para um capital que se auto-valoriza, leva também à concepção absurda da renovação constante e perpétua do potencial tecnológico. Nesta ideologia de renovação constante da tecnologia é que se procura resolver aquela contradição fundamental do capital assinalada acima por Sweezy. Por isso que se deve insistir com veemência para os desavisados e obscurecidos pelas belezas técnicas do capital e pelo canto das sereias de um “Ulisses global” perdido, não apenas em seu “dia de Bloom”, mas durante todos os dias do ano, que o capital, por mais que se reproduza financeiramente, por mais que se auto-valorize como riqueza abstrata, é-lhe indispensável *ter a necessidade de produzir* valores de uso e *ter a necessidade dos consumidores* para estes. Por isso tem que continuar produzindo mercadorias reais, palpáveis, materialmente existentes. A matéria continua tendo que ser manipulada para se transformar em coisas úteis e a enorme materialidade produzida pelo capitalismo se impõe como maravilha posta ao bem estar humano tornando-se expressão ideológica (materialidade como ideologia). Mesmo a mais tecnológica das sociedades produzindo intensamente o intercâmbio dos homens entre si através dos meios de comunicação, não dispensa o intercâmbio com a natureza e este requer o uso dos recursos naturais.²⁵⁴ Produção e consumo na se separam dentro do quadro teórico e metodológico de referência, a “ciência da história” e a conseqüente *totalidade*. Mesmo porque a mercadoria é um meio do capital atingir seu objetivo: a produção da riqueza abstrata.

O quadro teórico e concreto para o entendimento de todas essas questões é muito amplo e deve ser assim em função da totalidade histórica de todo modo de produção e muito particularmente o do capital em sua forma de totalidade mais complexa e determinada. Se, por um lado, o preço é que muitas questões deverão ser aprofundadas no futuro, por outro lado, a vantagem é que o perdido em aprofundamento nos pontos específicos, foi adquirido nas *conexões e articulações* entre os momentos da realidade e da produção construídos pelo capital em sua objetividade de valoração.

²⁵⁴ Na *Ideologia Alemã* o termo *verkehr* significa o intercâmbio na produção material e espiritual entre os homens. Ver p. 28 da edição citada.

Assim sendo, o capitalismo precisa realmente continuar a se valorizar na forma de produção de riquezas materiais para produzir valor e não apenas uma auto-valorização na forma de financeirização. Por isso a realidade social é a história humana de homens concretos (por esse motivo a referência a *Ideologia Alemã* no início deste trabalho). Para isso é fundamental a presença da única forma de existir da matéria: no espaço. A natureza é o movimento da matéria e esta só pode se movimentar enquanto tal e servir ao mesmo tempo como matéria e natureza específica para as necessidades humanas no espaço. Não se trata de abstração, mas sim da realidade com a qual os homens se defrontam em seu processo produtivo, retirando recursos naturais do espaço à sua volta e o transformando em antropogênico. O pressuposto do qual se parte tem que ser, portanto, a existência de homens reais, concretos e estes só existem no espaço de suas múltiplas atividades. Neste espaço se dá o campo de luta da evolução e a função da seleção natural. Aqui ocorre o intercâmbio natural entre os seres vivos e o ambiente físico (espaço abiótico) potencializador do desenvolvimento por meio da seleção natural de formas de vida mais sociáveis e com grande capacidade de interagir e realizar o intercâmbio com o ambiente sem transformar a sua própria existência biológica, física: são os hominíneos. Foi isso que se chamou de *potencial natural* da espécie desdobrado em *potencial geográfico* (com a multiplicação de exemplares da espécie e a dispersão geográfica como consequência em função do bem sucedido processo de interação com o meio) e, posteriormente, através da manipulação da matéria por meio deste potencial biológico e geográfico, o desenvolvimento de uma maior materialidade e das forças produtivas. O resultado foi a capacidade de modificar mais intensamente o meio e produzir uma materialidade crescente.

Todos estes aspectos devem ser referidos diante da sociedade que mais transformou os espaços geográficos e erigiu a maior materialidade na história da sociedade humana possibilitada pela enorme capacidade do capital em reunir trabalho e, a partir desse, reunir ainda mais trabalho por meio de sua própria valorização (acumulação, reprodução e formação de riqueza abstrata) na forma da extração da mais-valia. Assim, essa sociedade na forma de reprodução da sua existência produziu uma civilização na qual o uso dos recursos naturais nunca foi tão grande para poder produzir a enorme e gigantesca materialidade presente até aqui. Esta só se torna possível a partir do desenvolvimento das forças produtivas potencializando a capacidade da força de trabalho. Isso é inerente a uma formação social que se reproduz a partir do mercado e da venda de mercadorias

como forma de realização de seu escopo: acumular mais riqueza. Mas esse movimento do capital no sentido de atingir a máxima realização possível produz transformações sociais também complexas. Estas estão enfeixadas por um capitalismo mundial no qual a reprodução ou valorização só ocorre através da escala global dos fluxos de capital e mercadorias. Diante desse movimento de mundialização é que se exigem estruturas de poder e ideológicas correspondentes. O controle social, então, deve ser expresso em termos de estrutura de poder e ideológicas mundiais. Este processo todo só poderia conduzir, por meio do uso crescente de recursos naturais, a problemas decorrentes deste uso: aos problemas ambientais, tanto de escassez dos mesmos através do desperdício, das crises econômicas que destroem recursos naturais assim como vidas humanas para produzir mercadorias erigindo a materialidade já referida; problemas também derivados dos resquícios de um uso não planejado destes. Novamente não se verifica haver uma “segunda contradição”, mas tão somente a contradição básica do capitalismo em produzir e se valorizar ao mesmo tempo em que tem que evitar as crises de superprodução e manter a taxa de lucro. Porém, para isso, tem que elevar a materialidade por meio da produção de mercadorias e expressar, portanto, a contradição básica nas condições naturais. Novamente, por mais financeiro e com o crescimento do setor terciário que o capitalismo tenha obtido nada o separa da produção e da necessidade imperiosa desta acontecer.

O entendimento da produção econômica e o controle da mesma pelo capital é a chave de compreensão do pensamento de Marx. Isso não apenas por ser o momento da produção que sustenta toda a economia e é a unidade com a natureza, mas também porque, sob o domínio do capital, tem-se o controle da produção feito por uma classe contra as demais. A produção no capitalismo e seu controle não apenas são centrais para a análise econômica e do uso dos recursos naturais como também é nesse que se expressam as relações sociais do capitalismo. As decisões produtivas e econômicas são tomadas por poucos. O momento produtivo, então, é síntese do econômico e das relações sociais. É também o momento das decisões de classe no que se refere a como produzir e o que produzir. Por isso não é momento qualquer entre tantos outros na multiplicidade social. Torna-se a “determinação determinante” de toda a sociedade capitalista uma vez que é neste que se interage com a natureza produzindo o intercâmbio, assim como os meios de produção são controlados por uma classe que toma as decisões de produzir. Sob o monopólio isso se intensifica em função da centralização e concentração do capital. Com a

centralização e concentração produtivas controladas por uma classe, tem-se também o processo de expansão mundial do capital produzindo novos espaços geográficos para a reprodução e os múltiplos aspectos de controle do capital sobre esses novos espaços sob o ponto de vista da política internacional ou geopolítica: são as guerras, o Imperialismo e o domínio internacional hoje chamado de globalização.²⁵⁵

Necessário ainda dizer que o processo de concentração e centralização do capital sob monopólio, em escala internacional como seu processo inevitável e a elevação do potencial produtivo, ou seja, da produtividade da força de trabalho e, como consequência, da composição orgânica do capital, leva à possibilidade de se aumentar novos setores e ramos de investimento do capital. Devido à produção crescente e à necessidade de distribuí-la é que cada vez mais novas áreas são abertas à expansão do capital. Dito de outra forma pode-se constatar um aumento da materialidade do capital ao mesmo tempo em que essa materialidade é expressa como algo fundamental ao capital: são mercadorias que o valorizam. Se em formações sociais não mercantis a materialidade é um produto em si, pronto e dado ao uso, na sociedade controlada pelo capital é necessário que esta materialidade seja vendida: é uma “enorme coleção de mercadorias”. Mas se a produção é crescente produzindo materialidade maior, a distribuição dessa produção também o é. Se isso, por um lado, abre novas oportunidades de investimento, por outro, torna a sociedade cada vez mais complexa. Tal complexidade significa que mais pessoas são postas a trabalhar para o capital colocando em funcionamento todo o sistema, seja para produzir ou distribuir a produção. Neste aspecto é que surge a nova classe média²⁵⁶ e sua função dentro do sistema, assim como seu papel atual de extremo conservadorismo e a principal base da ideologia irracional através de sua cultura profundamente individualista: forma de avanço do capital *extensivo-intensivo-individual*.

A centralidade do momento da produção acaba por evidenciar vários aspectos do marxismo essenciais para continuar entendendo a evolução do capitalismo, ou seja, não apenas a atualidade, mas também seus passos futuros. Isso porque a centralidade do momento produtivo como

²⁵⁵ Sweezy. *Op. Cit.* p. 230.

²⁵⁶ Id. pp. 218 e 239.

expressão direta da continuidade-unidade homem-natureza é o momento preciso sobre o qual se erige todas as formas de desenvolvimento social. Significa, então, que sobre a produção e a partir dela uma totalidade social se constrói e expressa as formas dessa sociedade como determinação do estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Dessa maneira as relações sociais também são expressões desse estágio de desenvolvimento. Tendo presente essa centralidade ou “determinação determinante” da produção sobre as manifestações da sociedade, foi possível a Marx entender a sociedade como totalidade que se produz em uma multiplicidade de aspectos, mas sempre dependendo da materialidade expressa pelo trabalho humano na forma de produção organizada. Quanto mais profunda e complexa é a materialidade, também tanto mais rica e complexa será a sociedade e a totalidade social assim como rica e complexa será a interação com a natureza. Interação mais mediada, cheia de novas determinações, porém sempre e *eternamente interação*.

Sabendo-se a partir da produção o entendimento da construção da totalidade social, é possível concluir três aspectos para continuar o desenvolvimento do marxismo como teoria indispensável para entender o capitalismo atual.

Em primeiro lugar devido a essa amplitude do pensamento de Marx e a sua peculiar compreensão do desenvolvimento social e mesmo natural da sociedade humana, é inevitável que o marxismo possua uma concepção interdisciplinar das várias ciências que estudam a sociedade. Insistiu-se nisso ao se fazer constantemente referência à “ciência da história”. Mas, apesar de se ter utilizado *A Ideologia Alemã* e a “ciência da história” como forma de expressar essa unificação interdisciplinar, esses aspectos ficam mais claros e evidenciados no desenvolvimento da teoria econômica de Marx em *O Capital*. A produção como “determinação determinante” da sociedade e como momento central do processo econômico leva a isso em função de ser o lugar social do intercâmbio da sociedade entre si e com o meio ambiente. Por este motivo que a economia de Marx expressa em *O Capital* possui enorme amplitude. “A amplitude de sua concepção desta ciência supera, porém, os melhores clássicos burgueses e contrasta com a estrita especialização em que o marginalismo pretende confinar a análise econômica.”²⁵⁷ Desta maneira que a economia presente na obra máxima de Marx é a “unificação interdisciplinar das ciências

²⁵⁷ Gorender. *Op. Cit.* pp. XXIII-IV.

humanas”.²⁵⁸ Estes desenvolvimentos provém, de forma clara, do momento de ruptura de Marx ao descobrir o materialismo histórico e a “ciência da história”.

Sendo a “unificação interdisciplinar das ciências humanas”, e possuindo um método de investigação que torna sua concepção ciência e não mera especulação uma vez que, em Marx, a investigação exaustiva de todo o material disponível deve estar sempre sendo seguida da possibilidade de abstração para se entender todos os elos das determinações concretas da história, chega-se no segundo aspecto. Este se refere a essa peculiaridade da investigação de Marx que permite entender o seu método, sua pesquisa, seu desenvolvimento do entendimento da sociedade capitalista na obra maior, *O Capital*, mas, ao mesmo tempo, permite uma *abertura*. Com isso se diz que é possível incorporar ao corpo de conhecimentos do marxismo as novas descobertas científicas e os novos conhecimentos do desdobramento do capitalismo. Esta peculiaridade científica de Marx leva à incorporação do novo nas pesquisas científicas e levou, também, Althusser a afirmar que:

Evidentemente o marxismo, como toda disciplina científica, não terminou em Marx, da mesma maneira que a física não se deteve em Galileu, que a fundou. Como toda disciplina científica, o marxismo se desenvolveu e ainda no tempo mesmo em que Marx vivia. Novos descobrimentos têm sido possíveis graças ao descobrimento fundamental de Marx. Seria muito imprudente crer que tudo já tenha sido dito.²⁵⁹

Entre outros motivos é por este que se deve insistir no caráter *científico* do pensamento de Marx e não *filosófico*. A ciência é forma de conhecimento profundamente aberta e incorporadora e, quando ocorre contradição, esta deve ser resolvida, seja pelo abandono do antigo, seja pela incorporação da contradição através de um novo campo de estudos, uma variabilidade do real.

Por fim, o terceiro aspecto que deve ser referido. Somente esta ciência econômica concebida por Marx com centralidade no momento determinante da produção e toda a complexidade social na forma de totalidade que se desdobra deste é que permite entender os aspectos atuais e cada vez mais múltiplos do capitalismo uma vez que este é cada vez mais total, como se insistiu. Essa totalidade cada vez maior e mais abrangente do capitalismo é explicada

²⁵⁸ Id. *ibid.*

²⁵⁹ Althusser. *La Revolución Teórica de Marx*. p. 50, nota.

pela própria dinâmica da taxa de lucro: é necessário constantemente fugir de seu declínio buscando novos setores e ramos produtivos para acumular e valorizar o capital. Sendo a produção a “determinação determinante” de qualquer formação social, é evidente que em uma sociedade na qual a produção e a reunião de trabalho humano para a mesma alcançou patamares nunca antes imaginados na história humana, só se pode ter como consequência uma materialidade também jamais imaginada e uma complexidade social expressa como totalidade cada vez maior. Evidência empírica deste movimento do capital é a mercantilização de toda a vida humana, de todos os momentos da realidade. Quando se fala do pensamento *holístico* ou então cada vez mais se aproxima o homem dos demais primatas,²⁶⁰ o que se tem são claras manifestações dessa totalidade do capital que começa na determinação produtiva, ainda que nenhum dos que falam sobre estes aspectos tenham consciência da determinação histórica na qual se encontram e que as suas formas de pensar e fazer ciência são reflexo deste estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Como palavras finais deste capítulo e de todo o trabalho, pode-se evidenciar a grande atualidade do pensamento e das concepções de Marx. Mais ainda: nunca pareceram tão atuais visto o grau de desenvolvimento das forças produtivas, da materialidade e extensão não só geográfica, mas extensão também em seu leque de opções de canais desenvolvidos para investimentos e migração do capital. Acrescente-se ainda que através ou mediante a teoria do valor-trabalho e o conceito de mais-valia, é possível verificar o que foi centralidade desta tese, sua hipótese defendida: mesmo na sociedade tecnológica do atual estágio do capital, dos fluxos financeiros globais, do desenvolvimento do setor de serviços, do “adeus ao proletariado” e do *aparente* deslocamento da produção como momento central, “determinação determinante” de todas as sociedades, a continuidade-unidade homem-natureza permanece existindo para esta produção e de forma cada vez mais intensa dentro das *necessidades* de valorização do capital. Consequência clara: o uso crescente de recursos naturais. Sendo tal afirmado e comprovado tanto em teoria como empiricamente pelas formas sociais atuais, mostra-se toda a ideologia completamente equivocada²⁶¹ que está por trás das hipóteses acima desenvolvidas em torno de

²⁶⁰ Aproximação não só teórica, mas empírica chegando a ser crime em alguns países o ataque a outros primatas.

²⁶¹ Afinal, em verdade, não existe ideologia equivocada e esta expressão foi tão somente um eufemismo, pois como se sabe nas palavras de Lukács, “não existe ideologia ingênua” e esta não é. Isso significa dizer que ela cumpre seu

uma sociedade muito mais complexa. Mas nem por isso uma sociedade que não seja assentada sobre um modo de produção, as necessidades imperecíveis de se produzir interagindo com a natureza e, diante dessas, a centralidade dos conceitos de Marx como conceitos científicos para a transformação social, tais como a teoria do valor trabalho e a mais-valia válidos até hoje e verdades sociais básicas. Quando existir uma sociedade humana na qual não mais exista produção, a continuidade-unidade homem-natureza desaparecerá e Marx não mais precisará ser lido. Mas, então, neste momento, far-se-á um absurdo histórico: uma história humana sem homens.

papel e sua função sociais, tanto em nível de poder como de obscurecimento das relações sociais de produção do capital, portanto, função econômica.

Bibliografia

Abaixo o leitor desta tese encontrará uma bibliografia relativamente extensa. Porém no intuito não só de facilitar a consulta como também de possibilitar a leitura e a pesquisa daqueles mais interessados no tema desenvolvido nesta de caráter eminentemente teórico, optou-se, por sugestão, em dividi-la em *referência bibliográfica* e *bibliografia geral*. O critério para isso é muito claro e determinado. Enquanto na bibliografia geral aparecem todas as obras de apoio, consulta, delimitação de conceitos e informações gerais, já na referência bibliográfica não só aparecem as obras citadas no texto, mas todas aquelas fundamentais na elaboração direta de conceitos, determinações, articulações entre os múltiplos níveis da realidade que compõem a totalidade social e natural para se entender o planejamento energético como atividade integrada e como possibilidade de se formular política energética por meio da compreensão de que o planejamento é atividade maior do que técnicas de conhecimento do abastecimento e distribuição da energia. Desta maneira procura-se facilitar não só a compreensão deste texto como também contribuir para aqueles que pretendem empreender estudos teóricos no sentido de elevar o nível de compreensão da totalidade dentro da área de planejamento energético.

Referências Bibliográficas

Althusser, Louis. *La Revolución Teórica de Marx*. Siglo XXI, Madri-México-Buenos Aires, 1973.

Banfield, Edward C. *A Crise Urbana – Natureza e Futuro*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1979.

Beaud, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias*. Brasiliense, São Paulo, 1987.

- Beinstein, Jorge. *Capitalismo Senil – A Grande Crise da Economia Global*. Record, Rio-São Paulo, 2001.
- Beltran, Jorge I Llagostera. *Categorias Relevantes para a Definição de Metodologias em Planejamento Energético: Totalidade e Historicidade*. II Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, Unicamp, 12-14 de dezembro de 1994.
- Bernal, John D. *Ciencia e Industria em el Siglo XIX*. Edições Martinez Roca, Barcelona, 1ª ed., 1973.
- _____ *Historia Social de la Ciencia*. Ediciones Península, 3ª ed., 1973.
- Bourguignon, André. *História Natural do Homem – 1. O Homem Imprevisto*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.
- Branco, Samuel Murgel. *Energia e Meio Ambiente*. Editora Moderna, 14ª ed., 1990, Col. Polêmica.
- Braudel, Fernand. *La Dinámica del Capitalismo*. Fondo de Cultura Económica, México, 1986, 1ª ed.
- Brohm, Jean-Marie. *O que é Dialética?* Edições Antídoto, Lisboa, 1979, 1ª ed.
- Bronowski, Jacob. *A Escalada do Homem*. Martins Fontes, São Paulo, 3ª ed., 1992.
- _____ *As Origens do Conhecimento e da Imaginação*. Editora UnB, Brasília, 2ª ed., 1997.
- Bukharin, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo - Esboço Econômico*. Abril Cultural, São Paulo, 1984, col. "Os Economistas".
- Carlos, Newton. *Bush e a Doutrina das Guerras sem Fim*. Editora Revan, Rio de Janeiro, 2003.
- Cheney, Richard. "La nueva estrategia energética de EE.UU." Discurso do vice-presidente dos EUA ante a Reunião Anual da *Associate Press*, Toronto, Canadá, segunda-feira, 30 de abril de 2001. Fonte: Embaixada norte-americana na Colômbia.
- Chesnais, François e Serfati, Claude. "‘Ecologia’ e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas". *Crítica Marxista*, nº 16, março de 2003, pp. 39-75.
- Childe, V. Gordon. *A Evolução Cultural do Homem*. Zahar, Rio de Janeiro, 1966.
- Clausewitz, Carl von. *Da Guerra*. Martins Fontes e UnB, São Paulo, 1ª ed., 1979.
- Crosby, Alfred W. *Imperialismo Ecológico – A Expansão Biológica da Europa: 900-1900*. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

- Deléage, Jean-Paul. *História da Ecologia – Uma Ciência do Homem e da Natureza*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1ª ed., 1993.
- Del Re, Januário João. *A Intendência Militar Através dos Tempos*. Companhia Editora Americana, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1955.
- Dobb, Maurice. *O Crescimento Econômico*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.
- _____ *A Evolução do Capitalismo*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 8ª ed., 1981.
- Doti, Marcelo Micke. *As Dimensões Humanas da Categoria Trabalho em Marx*. Monografia de Graduação, Unesp, FCL/Araraquara, 1989.
- _____ *Capitalismo e Ser Social – O afastamento das barreiras naturais e o Irracionalismo em Lukács*. Dissertação de Mestrado, Unesp, FCL/Araraquara, 1999.
- _____ *O Irracionalismo, A Destruição da Totalidade – Ensaio sobre a Ideologia do Capital Globalizado*. TDI.
- Doti, Marcelo Micke e Guerra, Sinclair Mallet-Guy. “Capitalismo e Irracionalismo: esboços de desenvolvimento de uma ideologia do capital”. *Novos Rumos*, Ano 20, nº 44, 2005, pp. 30-40.
- _____ *Eficiência Tecnológica, Forças Produtivas e Classes Sociais*. Texto apresentado no Cemarx, novembro de 2005. Unicamp, IFCH.
- Eco, Umberto. *Como se faz Uma Tese*. São Paulo, Perspectiva, 2ª ed., 1985.
- Engels, Friedrich. "Introducción a la obra de C. Marx 'Las Luchas de Clases en Francia de 1848 a 1850'". In. *Marx/Engels: Obras Escogidas*. Moscou, Editorial Progreso, s.d., pp. 674-692.
- _____ *Anti-Dühring*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, 2ª ed.
- _____ *A Dialética da Natureza*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1985.
- Foladori, Guillermo. “A Questão Ambiental em Marx”. *Critica Marxista*, 1997, nº 4, pp. 140-61.
- Fonseca, Ronaldo. *Marxismo e Globalização*. Campo das Letras, Porto, 1ª ed., 2002.
- Foster, John Bellamy. *Marx's Ecology – Materialism and Nature*. Monthly Review Press, New York, 2000.
- Furtado, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1974,

- Futuyma, Douglas J. *Biologia Evolutiva*. Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, Ribeirão Preto, 2ª ed., 1992.
- Gama, Ruy. *A Tecnologia e o Trabalho na História*. Nobel/Edusp, São Paulo, 1986.
- George, Pierre. *Geografia do Consumo*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 2ª ed., 1971.
- Hardt, Michael e Negri, Antonio. *Império*. Record, São Paulo/Rio de Janeiro, 2ª ed., 2001.
- Harvey, David. “O ‘novo’ imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão”. In: *Margem Esquerda*. Ano 3, nº 5, 2005, pp. 31-40.
- Hémery, Daniel, Debier, Jean-Claude, Deleáge, Jean-Paul. *Uma História da Energia*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1993.
- Huberman, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 5ª ed., 1969.
- Illich, Ivan. *Energia e Equidade*. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1975, 1ª ed., col. “Cadernos Livres”, nº 7.
- Johnason, Donald C. & Edeey, Maitland A. *Lucy – Os Primórdios da Humanidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1996.
- Johanson, Donald & Shreeve, James. *O Filho de Lucy – A Descoberta de um Ancestral Humano*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998.
- Klare, Michael T. “Les vrais desseins de M. George Bush”. In: *Le Monde Diplomatique*. Novembro, 2002, pp. 16 e 17.
- Konstantinov, F.V. (org.) *Los Fundamentos de la Filosofía Marxista*. Juan Grijalbo Editor, México D.F., 1960.
- La funcion de los “Think-Tanks”*. Agenda de la política exterior de los Estados Unidos. Periodico Electronico del Departamento de Estado de Estados Unidos, volume 7, número 3. Disponível no sítio do Departamento de Estado dos EUA.
- Landes, David. *Prometeu Desacorrentado*. Editora Campus, 2005, 2ª ed.
- Leakey, Richard. *A Origem da Espécie Humana*. Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997.
- Leakey, Richard e Lewin, Roger. *Origens*. Edições Melhoramentos/Editora UnB, 1980
- _____ *O Povo do Lago – O Homem: Suas Origens, Natureza e Futuro*. Edições Melhoramentos/Editora UnB, São Paulo, 1988.
- Lênin, V. I. *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. Editorial Progreso, Moscou, 1981.

- _____ *Materialismo e Empirio criticismo*. Edições Avante, Lisboa, 1982, s.e.
- Lima Filho, Paulo Alves. *A Economia Política do Complexo Industrial-Militar – O Caso do Brasil*. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1993.
- Lukács, Georg. *El Asalto a la Razon – La Trayectoria del Irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Edições Grijalbo, Barcelona-México, 3ª ed., 1972.
- _____ “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: *Temas*, nº 4, 1978, pp. 1-18.
- _____ *Per l’Ontologia dell’Essere Sociale*. Riuniti, Roma, 1981.
- _____ “Meu caminho para Marx (1933 – Post-scriptum de 1957)”. In: *Ensaio*, nº 11/12, 1983, pp. 91-107.
- _____ “Diálogo sobre o ‘Pensamento Vivido’ (última entrevista de Lukács – março/maio de 1971) – Extratos”. In: *Ensaio*, nº 15/16, 1986, pp. 13-87.
- _____ *História e Consciência de Classe - Estudos de Dialética Marxista*. Elfos Editora, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1989.
- Manners, Gerald. *Geografia da Energia*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- Margulis, Lynn e Sagan, Dorion. *O que é Vida?* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2002.
- Marta, José Manuel Carvalho e Guerra, Sinclair Mallet-Guy. *Empresa de Energia, Manifestação do Imperialismo Atual*. Unicamp, FEM, Dep. Energia, TDI.
- Martin, Jean-Marie. *A Economia Mundial da Energia*. Editora Unesp, São Paulo, 1992.
- Marx, Karl. *A Burguesia e a Contra Revolução*. Editora Ensaio, São Paulo, 1989, "Série Pequeno Formato, I".
- _____ *Para a Crítica da Economia Política. Prefácio*. São Paulo, Nova Cultural, 1987, 4ª ed., col. “Os Pensadores – Marx I”.
- _____ *O Capital*. Nova Cultural, São Paulo, 2ª ed., 1985, vol. I.
- _____ *El Capital*. Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 1973, tomo III.
- Marx, Karl e Engels, Fridrich. *A Ideologia Alemã – Feuerbach*. Hucitec, São Paulo, 5ª ed., 1986.
- Mendonça, Francisco. *Geografia Física: Ciência Humana?* Contexto, São Paulo, 1989.
- Mills, C. Wright. *A Elite do Poder*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1981.

- Netto, José Paulo (org.) *Lukács*. Ática, São Paulo, 1981, Col. “Grandes Cientistas Sociais”.
- Oldrini, Guido. “Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional”. *Crítica Marxista*. São Paulo, Editora Xamã, n.8, 1999, pp. 67-80.
- Prado Júnior, Caio. *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*. Editora Brasiliense, São Paulo, 3ª ed., 1968.
- Quartim de Moraes, João Carlos K. “Homo sapiens e humanismo”. TDI.
- Quaini, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Paz e Terra, São Paulo-Rio, 2ª ed., 1991.
- Ribeiro, Darcy. *As Américas e a Civilização – Estudos de Antropologia da Civilização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- _____. *O Processo Civilizatório – Etapas da Evolução Sociocultural*. Publifolha, São Paulo, 2000.
- Rubin, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. Polis, São Paulo, 1987.
- Sahtouris, Elisabet. *Gaia – Do Caos ao Cosmos*. Interação, São Paulo, 1991.
- Soja, Edward W. *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1ª ed., 1993.
- Stanford, Craig. *Como nos Tornamos Humanos – Um Estudo da Evolução da Espécie Humana*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004.
- Sweezy, Paul Marlor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista - Princípios de Economia Política Marxista*. Abril Cultural, São Paulo, 1983, col. "Os Economistas".
- Sweezy, Paul M. e Baran, Paul A. *Capitalismo Monopolista*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
- Vvaa. *O Novo Imperialismo*. Caros Amigos – Especial. Número 17, junho de 2003.
- White, Leslie A. *O Conceito de Sistemas Culturais – Como Compreender Tribos e Nações*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- Yergin, Daniel. *O Petróleo - Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder*. São Paulo, Scritta, 2ª ed., 1994.

Bibliografia Geral

- Abbagnano, Nicola. *Diccionario de Filosofia*. Fondo de Cultura Económica, México, 1996.

- Aliber, Robert Z. *O Jogo Monetário Internacional*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.
- Anderson, Perry. *As Origens da Pós-Modernidade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999, 1ª edição.
- Andrada e Silva, Erasmo A. de. “A divisibilidade da matéria e a necessidade da mecânica quântica”. In.: *Revista Brasileira de Ensino de Física*. Vol. 19, nº 1, março de 1997.
- Asimov, Isaac. *O Código Genético*. Editora Cultrix, São Paulo, s.d.
- _____ *O Colapso do Universo*. Círculo do Livro, São Paulo.
- Attenborough, David. *A Vida na Terra*. Livraria Martins Fontes Editora/Seleção do Reader's Digest (Portugal), Porto, 2ª ed., 1981.
- Bandeira, Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- Benakouche, Rabah. *O que é Capital Internacional*. Brasiliense, São Paulo, 1982, col. "Primeiros Passos".
- Benoit, Hector. “Pensando com (ou contra) Marx? Sobre o método dialético de *O Capital*”. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Xamã, 1999, n.8, pp. 81-92.
- Berman, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar – A Aventura da Modernidade*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986, 1ª ed. (2000, 17ª reimpressão).
- Brave, Ralph. “DNA na estante”. In.: *Mais*. Domingo, 21 de janeiro de 2001, pp. 26-28.
- Braverman, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1980.
- Chasin, José. “Ad Hominen – Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista”. In.: *Ensaio Ad Hominen I*. São Paulo, 1999.
- Chauí, Marilena de Souza. *Espinosa – Uma Filosofia da Liberdade*. Editora Moderna, São Paulo, 1995, Col. Logos.
- Chomsky, Noam. *A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2ª ed., 1999.
- Colli, Giorgio. *O Nascimento da Filosofia*. Editora Unicamp, 1988.
- Coutinho, Carlos Nelson. *Gramsci – Um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1992.
- Darton, Robert. “Fronteiras imaginárias”. In. *Caderno Mais*. Folha, 21/07/2002, pp. 5-9.

Dawkins, Richard. *O Gene Egoísta*. Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1989.

Desvendando o Arco-Íris – Ciência, Ilusão e Encantamento. Companhia das Letras, São Paulo, 1ª ed., 2002.

Dreifuss, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1981.

Eagleton, Terry. *As Ilusões da Pós-Modernidade*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1998.

Florenzano, Modesto. *As Revoluções Burguesas*. Brasiliense, São Paulo, 4ª ed., 1983, Col. "Tudo é História".

Frederico, Celso. *Lukács - Um Clássico do Século XX*. Editora Moderna, São Paulo, 1ª ed., 1997, "Coleção Logos".

Fromm, Erich. *Ter ou Ser?* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

Gabler, Neal. *Vida, O Filme – Como o Entretenimento Conquistou a Realidade*. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

Galbraith, John Kenneth. *A Era da Incerteza*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 4ª ed., 1982.

Galeano, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 25ª ed., 1987.

Ganshof, F.L. *Que é o Feudalismo?* Publicações Europa-América, Lisboa, 2ª ed., 1968, Col. "Saber".

Gay, Peter. *A Cultura de Weimar*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

Giannotti, José Arthur. *Certa Herança Marxista*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

Gleiser, Marcelo. *A Dança do Universo – Dos Mitos de Criação ao Big-Bang*. Companhia das Letras, São Paulo, 2ª ed., 1998.

Gruppi, Luciano. *O Pensamento de Lênin*. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

Habermas, Juergen. "A nova intransparência – a crise do Estado de Bem-Estar Social e o esgotamento das energias utópicas". In. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, setembro de 1987, pp. 103-14.

Haug, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da Mercadoria*. Editora Unesp, São Paulo, 1997.

Heller, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1989.

- Hill, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Editorial Presença, Lisboa, 3ª ed., 1985.
- Hobsbawn, Eric. *Ecos da Marselhesa – Dois séculos revêem a Revolução Francesa*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- Jameson, Fredric. “Pós-modernidade e sociedade de consumo”. In.: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 12, junho de 1985, pp. 16-26.
- _____. “Reificação e utopia na cultura de massa”. In.: *Crítica Marxista*. São Paulo, Brasiliense, vol. 1, nº 1, 1994, pp. 1-25.
- _____. *Pós-Modernismo, A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Editora Ática, São Paulo, 1996.
- Kennedy, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1993.
- Konder, Leandro. *Os Sofrimentos do “Homem Burguês”*. Editora Senac, São Paulo, 2000.
- _____. *Marxismo e Alienação*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- Kucinski, Bernardo. *O que são Multinacionais*. Brasiliense, São Paulo, 1989, 12ª ed., col. “Primeiros Passos” (1ª ed., 1981).
- Le Goff, Jacques. *Por amor às Cidades – Conversações com Jean Lebrun*. Editora Unesp, São Paulo, 1998.
- Le Gros Clark, Wilfred E. *Historia de los Primatas – Una introducción al estudio del hombre fósil*. Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 6ª ed., 1984.
- Lévy, Pierre. *A Inteligência Coletiva – Por uma Antropologia do Ciberespaço*. Edições Loyola, São Paulo, 2ª ed., 1999.
- Lojikine, Jean. *A Revolução Informacional*. Cortez Editora, São Paulo, 1995.
- Mandel, Ernest. *Socialismo X Mercado*. Editora Ensaio, São Paulo, 1994, 2ª ed.
- Marcondes Filho, Ciro. *Televisão – A Vida pelo Vídeo*. Editora Moderna, São Paulo, 11ª ed., 1995, col. “Polêmica”.
- Mason, S.F. *História da Ciência – As Principais Correntes do Pensamento Científico*. Editora Globo, Porto Alegre, 1962.
- Maxwell, Kenneth. “A América Latina joga a toalha”. *Caderno Mais*. Folha, 7/04/2002.

Meiksins Wood, Ellen. “Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna”. In.: *Crítica Marxista*. Vol 1, nº 3, 1996, pp. 118-27.

Mészáros, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

_____ “Para além do capital”. Entrevista, *Caderno Mais*. Folha, 9/06/2002.

Moffit, Michael. *O Dinheiro do Mundo - de Bretton Woods à Beira da Insolvência*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1985.

Moore Jr., Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia - Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. Edições Cosmos/Livraria Martins Fontes, Lisboa/Santos, 1975, col. "Coordenadas".

Moraes Neto, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford – As Forças Produtivas em Discussão*. Brasiliense, São Paulo, 1ª ed., 1989.

Naro, Nancy Prsicilla S. *A Formação dos Estados Unidos*. Editora Atual/Editora Unicamp, 5ª ed., 1987.

Peixoto, Nelson Brissac. *A Sedução da Barbárie – O Marxismo na Modernidade*. Brasiliense, São Paulo, 1982.

Pellegrini, Tânia. “Aspectos da produção cultural brasileira contemporânea”. *Crítica Marxista*, vol. 1, nº 2, 1995, pp. 69-91.

Pereira, Carlos Alberto Messeder. *O que é Contracultura*. Brasiliense, São Paulo, 1983, 1ª ed. Col. “Primeiros Passos”.

Pinker, Steven. *Como a mente Funciona*. Companhia das Letras, São Paulo, 1ª ed., 1999.

_____ *Tábula Rasa. A negação Contemporânea da Natureza Humana*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

Rêgo, Walquiria Leão. "Questões sobre a noção de Via Prussiana". In.: *Lukács: Um Galileu no século XX*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1996.

Rostow, W. W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico – (Um Manifesto Não-Comunista)*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1971.

Sagan, Carl. *Os Dragões do Éden – Especulações sobre a Evolução da Inteligência Humana*. Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 3ª ed., 1983.

_____ *O Romance da Ciência*. Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 4ª ed., 1989.

_____ *Cosmos*. Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1992.

- _____. *O Mundo Assombrado pelos Demônios – A ciência vista como uma vela no escuro*. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.
- Salinas, Samuel Sérgio. *Do Feudalismo ao Capitalismo: Transições*. Ed. Atual, 1993, 10ª ed., Col. "Discutindo a História".
- Santos, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Editora Record, São Paulo-Rio, 2000.
- Schaff, Adam. *A Sociedade Informática*. Editora Unesp/Brasiliense, São Paulo, 1ª ed., 1990.
- Segatto, José Antonio. "Revoluções Burguesas". In.: *Novos Rumos*. 1989, ano 4, nº 15, pp. 71-95
- _____. "Revolução e História". In.: *Estudos de Sociologia*. 2º sem. de 1998, nº 5, pp. 35-45.
- Singer, Paul. *Aprender Economia*. Brasiliense, São Paulo, 5ª ed., 1985.
- Sodré, Nelson Werneck. *O Governo Militar Secreto*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1987.
- Sposito, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. Ed. Contexto, São Paulo, 1991, 3ª ed., col. "Repensando a Geografia".
- Starobinski, Jean. *A Invenção da Liberdade. 1700-1789*. Editora Unesp, São Paulo, 1ª ed., 1994,
- Steiner, George. "A viagem crepuscular de Walter Benjamin". In.: *Mais*. Domingo, 4 de fevereiro de 2001, pp. 5-9.
- Suarez, Miriam Liliana Hinostroza. *Política Energética e Desenvolvimento Sustentável: Taxa sobre o Carbono para Mitigação de Gases de Efeito Estufa no Brasil*. Tese de Doutorado, Unicamp, Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM).
- Teixeira, Francisco José Soares. "Sobre a crítica dialética de *O Capital*: uma anticrítica". In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Xamã, 1999, n.8, pp. 93- 114.
- Vesentini, José William. *Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global*. Papirus, Campinas, 1ª ed., 2003.
- Ward, Peter. *O Fim da Evolução – Extinções em Massa e a Preservação da Biodiversidade*. Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.
- Wilson, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia – Escritores e Atores da História*. Companhia das Letras, São Paulo, 1986.

Zimmer, Carl. *O Livro de Ouro da Evolução – O Triunfo de uma Idéia*. Ediouro, Rio de Janeiro, 2003.